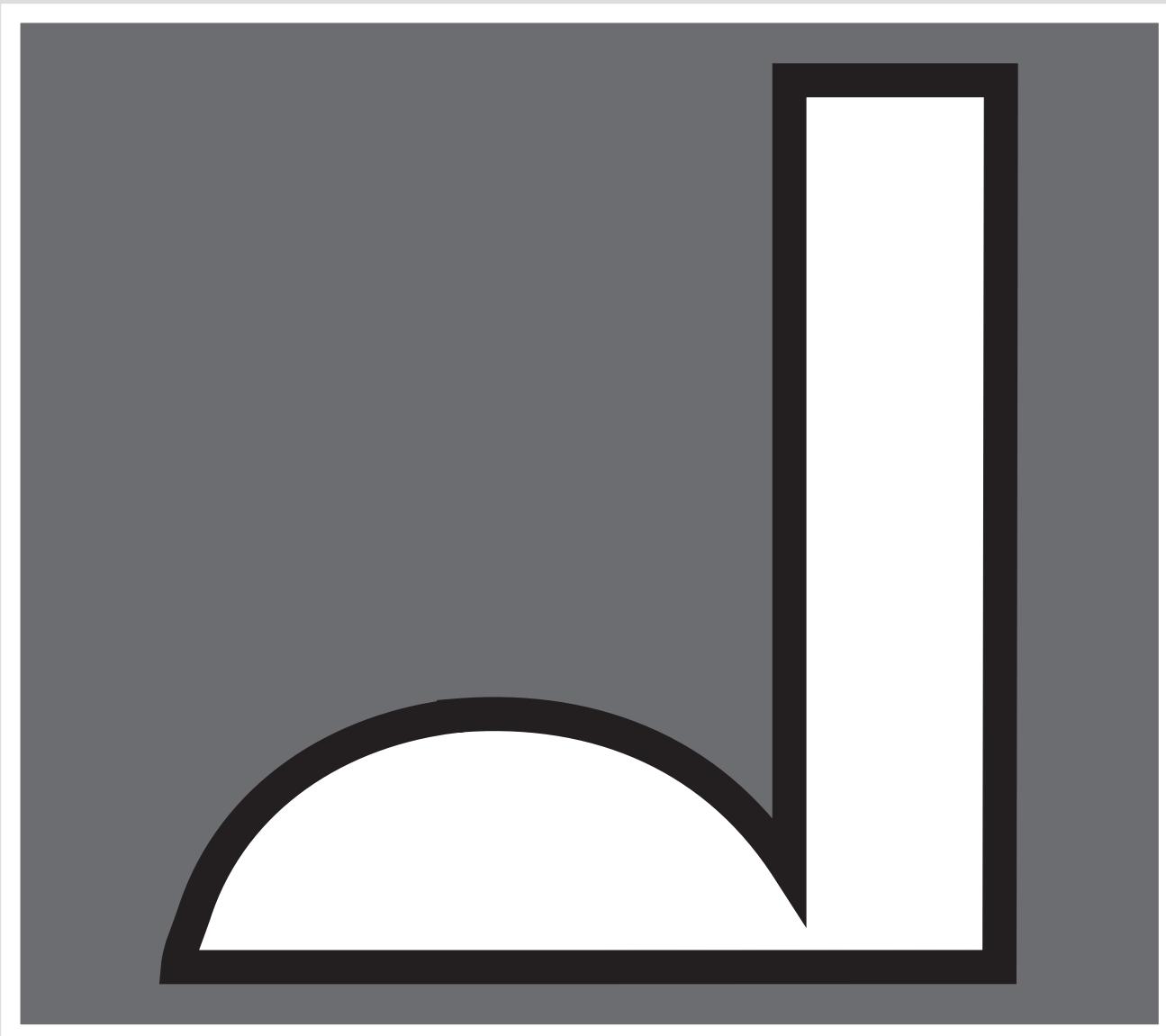




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 008 - SEXTA-FEIRA, 27 DE JANEIRO DE 2006 - BRASILIA-DF

MESA		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PSDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
MAIORIA (PMDB) – 20 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna Vice-Líderes do PMDB (vago) ⁽³⁾ (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias Vice-Líder do PDT (vago) LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT	Vice-Líderes Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral Vice-Líderes do PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro Vice-Líder do PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB (vago) LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti Vice-Líder do PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL / PSDB) – 31	LÍDER José Jorge – PFL Vice-Líderes Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azaredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino Vice-Líderes do PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta LÍDER DO GOVERNO Aloízio Mercadante – PT Vice-Líderes do Governo Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽¹⁾
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 14-12-2005

(1) A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

(2) O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

(3) O Senador Maguito Vilela encontra-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006.

(5) O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005.

(6) O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005 seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

(7) O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da tribuna, em 26.10.2005 que deixou de integrar o P-Sol.

CONGRESSO NACIONAL

LEI N° 11.271, DE 26 DE JANEIRO DE 2006

Abre crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, no valor global de R\$673.621.312,00 (seiscentos e setenta e três milhões, seiscentos e vinte e um mil, trezentos e doze reais), para os fins que especifica.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 266, de 2005, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal da União (Lei no 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor dos Ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, no valor de R\$673.621.312,00 (seiscentos e setenta e três milhões, seiscentos e vinte e um mil, trezentos e doze reais), para atender às programações constantes do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União em 31 de dezembro de 2004, no valor de R\$199.382.397,00 (cento e noventa e nove milhões, trezentos e oitenta e dois mil, trezentos e noventa e sete reais); e

II – anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$474.238.915,00 (quatrocentos e setenta e quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, novecentos e quinze reais), conforme indicado no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 26 de janeiro de 2006. – 185º da Independência e 118º da República – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39207 - VALEC - ENGENHARIA, CONSTRUCOES E FERROVIAS S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		CREDITO EXTRAORDINARIO RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N F	R P D	M O D	I U E	F T E	VALOR
0237 CORREDOR ARAGUAIA-TOCANTINS									140.000.000
PROJETOS									
26 783	0237 1A45	CONSTRUCAO DA FERROVIA NORTE-SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO)							140.000.000
26 783	0237 1A45 0105	CONSTRUCAO DA FERROVIA NORTE-SUL (CREDITO EXTRAORDINARIO) - TRECHO AGUIARNOPOLIS - ARAGUAINA							140.000.000
			F	4	2	90	0	111	66.051.145
			F	4	2	90	0	311	34.924.058
			F	4	3	90	0	111	39.024.797
TOTAL - FISCAL									140.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									140.000.000

**ORGÃO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT**

ANEXO I**CREDITO EXTRAORDINARIO****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR			
									S F D	N P D	O U E	T E
0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL										180.382.397		

ORGÃO : 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
UNIDADE : 53101 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL

ANEXO I**CREDITO EXTRAORDINARIO****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E	E	
		0515 PROAGUA INFRA-ESTRUTURA							31.000.000
		ATIVIDADES							
18 544	0515 2C10	MANUTENCAO E RECUPERACAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA (CREDITO EXTRAORDINARIO)							31.000.000
18 544	0515 2C10 0001	MANUTENCAO E RECUPERACAO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA HIDRICA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NACIONAL OBRA MANTIDA (UNIDADE) 9							31.000.000
			F	4	2	90	0	300	31.000.000
		TOTAL - FISCAL							31.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							31.000.000

ORGÃO : 56000 - MINISTERIO DAS CIDADES
UNIDADE : 56101 - MINISTERIO DAS CIDADES

ANEXO I**CREDITO EXTRAORDINARIO****PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR
			S	N	P	O	U	T	
			F	D	D	D	E	E	
		9989 MOBILIDADE URBANA							75.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS							
15 453	9989 0B22	APOIO A IMPLANTACAO DO CORREDOR EXPRESSO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO -TRECHO PARQUE DOM PEDRO II - CIDADE TIRADENTES - SP (CREDITO EXTRAORDINARIO)							75.000.000
15 453	9989 0B22 0101	APOIO A IMPLANTACAO DO CORREDOR EXPRESSO DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO -TRECHO PARQUE DOM PEDRO II - CIDADE TIRADENTES - SP (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO MUNICIPIO DE SAO PAULO -SP							75.000.000
			F	4	3	90	0	311	75.000.000
		TOTAL - FISCAL							75.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE							0
		TOTAL - GERAL							75.000.000

**ORGÃO : 56000 - MINISTÉRIO DAS CIDADES
UNIDADE : 56202 - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU**

ANEXO I

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	N	P	O	U	T			
			F	D	D	D	E	E			
		1295 DESCENTRALIZACAO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS									240.000.000
		OPERACOES ESPECIAIS									
15 453	1295 0B23	CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA TRANSFERENCIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS DE SALVADOR - BA (CREDITO EXTRAORDINARIO)									4.000.000
15 453	1295 0B23 0029	CUMPRIMENTO DE OBRIGACOES DECORRENTES DA TRANSFERENCIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE FERROVIARIO URBANO DE PASSAGEIROS DE SALVADOR - BA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DA BAHIA									4.000.000
15 453	1295 0B24	APOIO A IMPLANTACAO DO TRECHO SUL VILA DAS FLORES-JOAO FELIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA - CE (CREDITO EXTRAORDINARIO)									140.000.000
15 453	1295 0B24 0023	APOIO A IMPLANTACAO DO TRECHO SUL VILA DAS FLORES-JOAO FELIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE FORTALEZA - CE (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DO CEARA									140.000.000
		PROJETOS									
15 453	1295 1D88	MODERNIZACAO DO TRECHO CALCADA-PARIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR - BA (CREDITO EXTRAORDINARIO)									24.000.000
15 453	1295 1D88 0029	MODERNIZACAO DO TRECHO CALCADA-PARIPE DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR - BA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DA BAHIA									24.000.000
15 453	1295 1D89	IMPLANTACAO DO TRECHO LAPA-PIRAJA DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR - BA (CREDITO EXTRAORDINARIO)									72.000.000
15 453	1295 1D89 0029	IMPLANTACAO DO TRECHO LAPA-PIRAJA DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR - BA (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NO ESTADO DA BAHIA									72.000.000
		TOTAL - FISCAL									240.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE									0
		TOTAL - GERAL									240.000.000

**ORGÃO : 25000 - MINISTÉRIO DA FAZENDA
UNIDADE : 25902 - FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO**

ANEXO II**CREDITO EXTRAORDINARIO****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	S	N	P	O	U			
			F	D	D	D	D	T	E		
		0770 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA E ADUANEIRA									100.000.000
		PROJETOS									
04 125	0770 3E63	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA									100.000.000
04 125	0770 3E63 0002	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - NACIONAL									100.000.000
		F 4 3 90 0 332									100.000.000
		TOTAL - FISCAL									100.000.000
		TOTAL - SEGURIDADE									0
		TOTAL - GERAL									100.000.000

**ORGÃO : 33000 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
UNIDADE : 33101 - MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

ANEXO II**CREDITO EXTRAORDINARIO****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR		
			S	S	N	P	O	U			
			F	D	D	D	D	T	E		
		0087 GESTÃO DA POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL									100.000.000
		PROJETOS									
09 122	0087 3E65	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS									100.000.000
09 122	0087 3E65 0002	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - NACIONAL									100.000.000
		S 3 3 90 0 100									20.000.000
		S 4 3 90 0 100									80.000.000
		TOTAL - FISCAL									0
		TOTAL - SEGURIDADE									100.000.000
		TOTAL - GERAL									100.000.000

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE : 39101 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

ANEXO II**CREDITO EXTRAORDINARIO****PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)****RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E	G	R	M	I	F	VALOR					
									S S F	N P D	R O D	M U D	I T E	F
0909 OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS									41.568.317					
		OPERACOES ESPECIAIS												
26 846	0909 0E10	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA BACIA DE EVOLUCAO E JUNTO AO CAIS NO PORTO DE SANTOS												32.036.500
26 846	0909 0E10 0002	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - DRAGAGEM DE APROFUNDAMENTO NO CANAL DE ACESSO, NA BACIA DE EVOLUCAO E JUNTO AO CAIS NO PORTO DE SANTOS - SAO PAULO	F	5	3	90	0	311						32.036.500
26 846	0909 0E11	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - DERROCAGEM JUNTO AO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS												6.360.000
26 846	0909 0E11 0002	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SAO PAULO - DERROCAGEM JUNTO AO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS - SAO PAULO	F	5	3	90	0	311						6.360.000
26 846	0909 0E18	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - AMPLIACAO DA RETROAREA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO												645.817
26 846	0909 0E18 0002	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - AMPLIACAO DA RETROAREA DO PORTO DO RIO DE JANEIRO - RIO DE JANEIRO	F	5	3	90	0	311						645.817
26 846	0909 0E22	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - RECUPERACAO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DO CAIS DO PORTO DE VITORIA NOS BERÇOS 101, 102 E 103												410.000
26 846	0909 0E22 0002	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - RECUPERACAO DA PLATAFORMA OPERACIONAL DO CAIS DO PORTO DE VITORIA NOS BERÇOS 101, 102 E 103 - ESPIRITO SANTO	F	5	3	90	0	311						410.000
26 846	0909 0E23	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CONTENCAO DO CAIS DO PORTO DE VITORIA												2.116.000
26 846	0909 0E23 0002	PARTICIPACAO DA UNIAO NO CAPITAL - COMPANHIA DOCAS DO ESPIRITO SANTO - CONTENCAO DO CAIS DO PORTO DE VITORIA - ESPIRITO SANTO	F	5	3	90	0	311						2.116.000
TOTAL - FISCAL									41.568.317					
TOTAL - SEGURIDADE									0					
TOTAL - GERAL									41.568.317					

ORGÃO : 39000 - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
 UNIDADE : 39252 - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

ANEXO II

CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	CREDITO EXTRAORDINARIO						VALOR		
			E	G	R	M	J	F			
			S	N	P	O	D	U	T	E	
		0220 MANUTENCAO DA MALHA RODOVIARIA FEDERAL									66.892.128
		PROJETOS									
26 782	0220 1E96	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA GO/BA - ENTR. BR-242 - NA BR-020/BA									41.867
26 782	0220 1E96 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA GO/BA - ENTR. BR-242 - NA BR-020/BA - BAHIA	F	4	3	90	0	111			41.867
26 782	0220 1E98	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - BRASILIA - DIVISA DF/GO NA BR-020/DF									220.954
26 782	0220 1E98 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - BRASILIA - DIVISA DF/GO NA BR-020/DF - DISTRITO FEDERAL	F	4	3	90	0	111			220.954
26 782	0220 1E99	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA DF/GO - DIVISA GO/BA - NA BR-020/GO									703.016
26 782	0220 1E99 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA DF/GO - DIVISA GO/BA - NA BR-020/GO - GOIAS	F	4	3	90	0	111			703.016
26 782	0220 3E04	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIV. GO/MG - UBERLANDIA - NA BR-050/MG									2.004.987
26 782	0220 3E04 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIV. GO/MG - UBERLANDIA - NA BR-050/MG - MINAS GERAIS	F	4	3	90	0	111			2.004.987
26 782	0220 3E09	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA CE/PE - DIVISA PE/BA - NA BR-116/PE									10.653.956
26 782	0220 3E09 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA CE/PE - DIVISA PE/BA - NA BR-116/PE - PERNAMBUCO	F	4	2	90	0	111			1.006.000
			F	4	3	90	0	111			653.957
			F	4	3	90	0	148			5.054.951
			F	4	3	90	2	111			94.000
			F	4	3	90	2	311			3.845.048
26 782	0220 3E11	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA SC/RS - JAGUARAO - NA BR-116/RS									676.271
26 782	0220 3E11 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA SC/RS - JAGUARAO - NA BR-116/RS - RIO GRANDE DO SUL	F	4	3	90	0	111			676.271
26 782	0220 3E13	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA GO/MG - DIVISA MG/SP - NA BR-153/MG									822.558
26 782	0220 3E13 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA GO/MG - DIVISA MG/SP - NA BR-153/MG - MINAS GERAIS	F	4	2	90	0	111			822.558
			F	4	2	90	0	148			434.948
			F	4	2	90	2	111			387.610
26 782	0220 3E15	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA SC/RS - ACEGUA - NA BR-153/RS									3.329.821
26 782	0220 3E15 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA SC/RS - ACEGUA - NA BR-153/RS - RIO GRANDE DO SUL	F	4	3	90	0	111			3.329.821
26 782	0220 3E16	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA MG/SP - DIVISA SP/PR - NA BR-153/SP									6.381.194
26 782	0220 3E16 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA MG/SP - DIVISA SP/PR - NA BR-153/SP - SAO PAULO	F	4	3	90	0	111			6.381.194
26 782	0220 3E19	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA GO/MS - TRES LAGOAS - NA BR-158/MS									16.553.600
26 782	0220 3E19 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA GO/MS - TRES LAGOAS - NA BR-158/MS - MATO GROSSO DO SUL	F	4	2	90	0	111			16.553.600
			F	4	2	90	0	111			453.900
			F	4	3	90	0	111			16.099.700
26 782	0220 3E21	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA SC/RS - FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI - NA BR-158/RS									533.007
26 782	0220 3E21 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA SC/RS - FRONTEIRA BRASIL/URUGUAI - NA BR-158/RS - RIO GRANDE DO SUL	F	4	3	90	0	111			533.007

26 782	0220 3E30	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTR. TO-280 - ENTR. BR-153 (GURUPI) - NA BR-242/TO	F 4 3 90 0 111	533.007
26 782	0220 3E30 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - ENTR. TO-280 - ENTR. BR-153 (GURUPI) - NA BR-242/TO - TOCANTINS	F 4 3 90 0 111	4.000.000
26 782	0220 3E33	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - VITORIA - DIVISA ES/MG - NA BR-262/ES		6.855.000
26 782	0220 3E33 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - VITORIA - DIVISA ES/MG - NA BR-262/ES - ESPIRITO SANTO	F 4 3 90 0 111	6.855.000
26 782	0220 3E35	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA SP/MS - CORUMBA - NA BR-262/MS		5.446.735
26 782	0220 3E35 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA SP/MS - CORUMBA - NA BR-262/MS - MATO GROSSO DO SUL	F 4 3 90 0 111	5.446.735
26 782	0220 3E40	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA MG/GO - DIVISA GO/MT - NA BR-364/GO		7.780.357
26 782	0220 3E40 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIVISA MG/GO - DIVISA GO/MT - NA BR-364/GO - GOIAS	F 4 2 90 0 148 F 4 2 90 0 111 F 4 3 90 0 148	7.780.357 3.769.000 380.000 3.631.357
26 782	0220 3E43	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIV. GO/MT - DIV. MT/RO- NA BR-364/174/MT NO ESTADO DO MATO GROSSO		888.805
26 782	0220 3E43 0002	RECUPERACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS - DIV. GO/MT - DIV. MT/RO- NA BR-364/174/MT NO ESTADO DO MATO GROSSO - MATO GROSSO	F 4 2 90 0 111 F 4 2 90 0 148 F 4 3 90 0 111	888.805 175.440 438.805 274.560

0230 CORREDOR LESTE**64.300.000**

		PROJETOS					
26 782	0230 3E47	ELABORACAO DE PROJETOS PARA CONSTRUCAO DE CONTORNOS RODOVIARIOS NA BR-493 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TRECHO ARCO METROPOLITANO (ENTR. BR-040 - BR-116 - BR-101 - PORTO DE SEPETIBA)					3.000.000
26 782	0230 3E47 0002	ELABORACAO DE PROJETOS PARA CONSTRUCAO DE CONTORNOS RODOVIARIOS NA BR-493 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TRECHO ARCO METROPOLITANO (ENTR. BR-040 - BR-116 - BR-101 - PORTO DE SEPETIBA) - RIO DE JANEIRO					3.000.000
26 782	0230 3E48	CONSTRUCAO DE VIADUTO NA BR-101 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ACESSO AO PORTO DE SEPETIBA					3.500.000
26 782	0230 3E48 0002	CONSTRUCAO DE VIADUTO NA BR-101 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ACESSO AO PORTO DE SEPETIBA - RIO DE JANEIRO					3.500.000
26 782	0230 3E49	ADEQUACAO DE ACESSO RODOVIARIO NA BR-101 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ACESSO AO PORTO DE SEPETIBA					2.800.000
26 782	0230 3E49 0002	ADEQUACAO DE ACESSO RODOVIARIO NA BR-101 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ACESSO AO PORTO DE SEPETIBA - RIO DE JANEIRO					2.800.000
26 782	0230 3E50	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-493 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TRECHO ENTRADA BR-101 (MANILHA) ENTRADA BR-116 SANTA GUILHERMINA					4.000.000
26 782	0230 3E50 0002	ADEQUACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-493 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TRECHO ENTRADA BR-101 (MANILHA) ENTRADA BR-116 SANTA GUILHERMINA - RIO DE JANEIRO					4.000.000
26 782	0230 7544	CONSTRUCAO DE CONTORNOS RODOVIARIOS NA BR-493 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					14.000.000
26 782	0230 7544 0103	CONSTRUCAO DE CONTORNOS RODOVIARIOS NA BR-493 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TRECHO ARCO METROPOLITANO (PORTO DE SEPETIBA - BR-101) - RJ					14.000.000
26 782	0230 7630	DUPLICACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					37.000.000
26 782	0230 7630 0103	DUPLICACAO DE TRECHOS RODOVIARIOS NA BR-101 NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - TRECHO SANTA CRUZ - ITACURUSSA - RJ					37.000.000

0231 CORREDOR TRANSMETROPOLITANO**3.136.000**

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 8ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 26 DE JANEIRO DE 2006

1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Leitura de requerimento		
Nº 73, de 2006, de autoria do Senador Gilvam Borges, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.....	02181	
1.2.2 – Comunicação da Presidência		
Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 461, 494, 496 a 503, 505, 507, 508, 510, 512 a 516 e 518, de 2005, aprovados terminativamente pela Comissão de Educação vão à promulgação.	02182	
1.2.3 – Ofício		
Nº 4/2006, de 26 do corrente, da Liderança do Bloco da Minoria no Senado Federal, de substituição de membro na CPI dos Bingos.	02183	
1.2.4 – Comunicação		
Do Senador Roberto Saturnino, de 26 do corrente, informando que se ausentará do País no período de 5 a 9 de fevereiro próximo, a fim de participar, como observador, das eleições gerais da República do Haiti.	02183	
1.2.5 – Pareceres		
Nº 70, de 2006, da Comissão de Educação, sobre a Mensagem nº 283, de 2005 (nº 843/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. Leopoldo Nunes da Silva Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE.....	02183	
Nº 71, de 2006, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 1, de 2005 (nº 561/2004, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Aditivo Contratual de 5.2.2004, em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.....	02186	
1.2.6 – Leitura de projeto		
Projeto de Lei do Senado nº 22, de 2006, de autoria da Senadora Heloísa Helena, que fixa o valor do salário mínimo, a partir de maio de 2006 e dá outras providências.	02256	
1.2.7 – Discursos do Expediente		
SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA – Registro do relatório da Controladoria-Geral da União que aponta superfaturamento em contratos suspeitos assinados pela Funasa, no Mato Grosso do Sul.....	02257	
SENADOR VALDIR RAUPP – Apoio incessante de S. Exa. no desenvolvimento econômico e social da Região Norte do País. Cobrança da implantação do projeto do gasoduto Urucu-Porto Velho.....	02258	
SENADOR AELTON FREITAS, como Líder – A ofensiva do Governo Federal que, por intermédio do Ministério dos Transportes, está lançando um programa emergencial de recuperação das rodovias brasileiras, restabelecendo suas condições de trafegabilidade e segurança.....	02270	
SENADOR LEONEL PAVAN – Esclarecimentos prestados pelo Ministro Márcio Fortes sobre o procedimento para o empenho de emendas individuais ao Orçamento da União. Defesa da implantação do Orçamento impositivo. Considerações sobre a queda da “verticalização” das eleições.	02271	
SENADOR JOSÉ JORGE – Comentários sobre a aprovação ontem, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição nº 548, de 2002, que determina o fim da “verticalização” para as coligações dos partidos políticos.	02276	
SENADORA FÁTIMA CLEIDE, como Líder – Descaso e falta de compromisso do Governo de Rondônia com a política de segurança pública. Homenagem pelo transcurso do aniversário da cidade de Porto Velho e do Estado de Rondônia.....	02278	
SENADORA IDELI SALVATTI – Comentários sobre matéria de autoria de S. Exa., publicada na Folha de S. Paulo de hoje, enfatizando a necessidade da continuidade da política externa brasileira. .	02280	
SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Cumprimentos ao Governo Lula pela decisão de antecipar o novo valor do salário mínimo em R\$350,00, a partir do mês de abril. Manifestação de decepção com a administração da Prefeitura de Belém do Pará. ...	02282	

SENADOR <i>FLEXA RIBEIRO</i> – Registro da participação de S. Ex ^a na inauguração da Fábrica Esperança, em Belém, projeto de grande importância para a restauração da cidadania dignidade de egressos do sistema penitenciário paraense.	02287	Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias. Apreciação sobrestada.	02302
SENADOR <i>MÃO SANTA</i> – A questão do ensino de terceiro grau e a necessidade de se interiorizar o ensino universitário no País.....	02289	Item 4 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 12, de 2000, e 14, de 2001) Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, que altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º e acresce o § 8º ao artigo 57 da Constituição Federal. (dispõe sobre alteração dos períodos das sessões legislativas e sobre a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária). Apreciação sobrestada.	02302
SENADOR <i>JOSÉ MARANHÃO</i> , como Líder – Registro de encaminhamento de ofício das Bancadas paraibanas na Câmara e no Senado, solicitando ao Ministro de Minas e Energia apoio na luta pela instalação de um pólo petroquímico na Paraíba....	02295		
SENADORA <i>SERYS SLHESSARENKO</i> – Considerações sobre a definição do reajuste do salário mínimo para R\$350,00 e sua antecipação para o mês de abril.....	02297	Item 5 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3, de 2000, e 14, de 2001) Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, que altera a redação do artigo 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo seja definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas. Apreciação sobrestada.	02302
SENADOR <i>GARIBALDI ALVES FILHO</i> – Defesa da aprovação do Fundeb bem como de uma reforma do Estado.....	02299		
1.2.8 – Comunicações da Presidência Lembrando ao Plenário a realização, amanhã, às dez horas, de sessão especial destinada a lembrar o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, de acordo com o Requerimento nº 48, de 2006, do Senador Luiz Otávio e outros Senhores Senadores.	02301		
Inclusão na pauta da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de hoje, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000, e 14, de 2001, que tramitam em conjunto, por não constarem do espelho da Ordem do Dia da presente sessão.	02301	Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, que altera o artigo 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências. Apreciação sobrestada.	02302
1.3 – ORDEM DO DIA Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal) Medida Provisória nº 268, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais, para os fins que especifica. Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.	02301	1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia SENADOR <i>JOÃO BATISTA MOTTA</i> – O descaso do Governo Lula para com a situação das estradas brasileiras, fato que contribuiu para sua maior deterioração.....	02303
Item 2 Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus. Apreciação sobrestada.	02301	SENADORA <i>HELOÍSA HELENA</i> , como Líder – Homenagem pela passagem do Dia dos Carteiros, na data de ontem.....	02304
Item 3 Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que altera o art. 62 da	02301	SENADOR <i>SIBÁ MACHADO</i> – Manifestação de satisfação com a visita do Presidente Lula e alguns ministros ao Estado do Acre, bem como com os resultados advindos do evento.	02307
		SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> – Abordagem sobre a questão recorrente do Orçamento da União.	02310
		SENADOR <i>AMIR LANDO</i> – Alerta às autoridades sanitárias, a fim de implementar medidas urgentes para controlar um surto de malária e dengue que assola o Estado de Rondônia.....	02312
		SENADOR <i>ALBERTO SILVA</i> – Manifestação sobre o pronunciamento do Senador Amir Lando.	02314
		1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR <i>TEOTONIO VILELA FILHO</i> – Registro do editorial intitulado ‘Nitroglicerina pura’,	

publicado na seção Notas & Informações do jornal O Estado de S.Paulo , edição de 19 de janeiro corrente.	02316
SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Registro do artigo intitulado “Maturidade e desonra”, de autoria do jornalista Tales Alvarenga, publicado na revista Veja , edição de 25 de janeiro corrente.	02318
SENADOR ALMEIDA LIMA – Registro da matéria intitulada “Alerta no Supremo”, publicada na revista Veja , edição de 25 de janeiro corrente.	02319
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro da matéria intitulada “Assim não dá”, publicada pela revista Veja , edição de 25 de janeiro corrente.....	01321
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro do editorial intitulado “Tapa-buraco na educação”, publicado na seção Notas & Informações do jornal O Estado de S.Paulo , edição de 23 de janeiro corrente.	02321
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Registro do artigo intitulado “Operação Cuba”, publicado pela revista Veja , edição de 25 de janeiro corrente.	02323
SENADOR PAULO PAIM – Considerações sobre a necessidade de radicalizar a política turística do Estado do Rio Grande do Sul.	02324
1.4 – ENCERRAMENTO	
2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, EM 26-1-2006	
3 – EMENDAS	
Nºs 1 a 37, apresentadas à Medida Provisória nº 277, de 2006.	02325

4 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 24, de 2006 02356

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 148 a 153, de 2006. 02356

SENADO FEDERAL**6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 52ª LEGISLATURA****7 – SECRETARIA DE COMISSÕES****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****11 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****12 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****13 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****16 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****17 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****18 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO.**

Ata da 8^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 26 de janeiro de 2006

5^a Sessão Legislativa Extraordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Papaléo Paes, Mão Santa, Leonel Pavan,
Flexa Ribeiro, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi*

Às 14 horas, acham-se presentes as Sr^{as} e Srs. Senadores

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 26/1/2006 07:39:36 até 26/1/2006 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	MS	DELcíDIO AMARAL	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	Efraim MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	

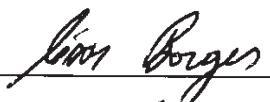
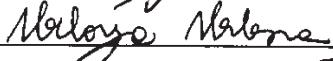
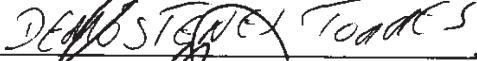
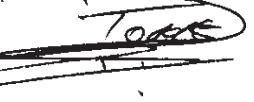
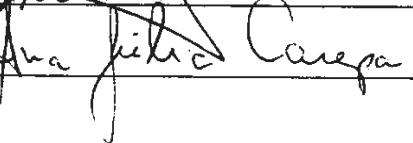
Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PSDB	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEbet	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PFL	SP	ROMEO TUMA	X	
PFL	MA	ROSEANA SARNEY	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		

Compareceram 73 Senadores

Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento n.º 245, de 2004, para “Investigar e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”

**Lista de Presença dos Senhores Senadores Membros
52ª Reunião, em 26.01.2006.**

SENADORES NÃO MEMBRO

SENADORES NOME	ASSINATURAS
01 -	
02 -	
03 -	 
04 -	
05 -	
06 -	
07 -	
08 -	
09 -	
10 -	
11 -	
12 -	
13 -	
14 -	
15 -	

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 73, DE 2006

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e da alínea a do inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas as seguintes informações ao Ministro da Fazenda, sobre operação de crédito contratada entre o Estado do Maranhão e a empresa Camargo Correa, a título de acordo por cobrança judicial de crédito pela referida empresa:

- 1) cópia de toda documentação enviada pelo Estado do Maranhão solicitando a regularização da operação de crédito, bem como de todos os pareceres emitidos a esse respeito pelos diferentes órgãos do Ministério da Fazenda;
- 2) descrição da operação no que diz respeito a: montante, prazo, taxa de juros, correção monetária do débito, forma de pagamento (se em dinheiro, crédito tributário, títulos da dívida do Estado, bens ou outros ativos) e eventuais garantias;
- 3) demonstração cabal de que a operação de crédito não fere: a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000), o acordo de refinanciamento da dívida do Estado com a União celebrado ao amparo da Lei nº 9.496, de 1997, e os limites e condições de endividamento estabelecidos pelo Senado Federal através da Resolução nº 43, de 2001;
- 4) em caso de terem sido utilizados títulos da dívida pública do Estado do Maranhão como forma de pagamento de parte ou totalidade da dívida, especificar as seguintes características dos títulos: data de emissão, data de vencimento e número da Resolução do Senado Federal que autorizou a emissão dos títulos;
- 5) em caso de terem sido oferecidos créditos contra a fazenda Estadual, para pagamento de tributos, especificar as seguintes características: número da Lei Estadual que permite a utilização de tal instrumento para o pagamento de dívidas e características do crédito (ou seja, se passível de negociação com terceiros, quais são os tributos que podem ser pagos com o crédito e demais características contratuais relevantes);
- 6) se a Procuradoria Geral da Fazenda analisou a legalidade do acordo celebrado entre o Estado do Maranhão e a empresa Camargo Correa, em espe-

cial, e se tal acordo não feriu a ordem cronológica de pagamento de dívidas judiciais, estabelecida pelo art. 100 da Constituição Federal;

7) em havendo a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional analisado a legalidade do acordo, que seja encaminhada cópia de tal parecer ou pareceres.

Justificação

O Governo do Estado do Maranhão celebrou um acordo para pagamento de cerca de R\$148 milhões com a empresa Camargo Correa. Tal pagamento apresenta diversas características que levantam suspeita a respeito de sua legalidade, bem como de que possa ter havido lesão ao interesse público.

Em primeiro lugar, a celebração de tal operação de crédito foi realizada sem que o Estado do Maranhão solicitasse autorização para contratá-la, conforme exige a Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal. Somente quando se detectou a existência da operação, claramente definida como um empréstimo, tanto na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto na já citada Resolução, é que o Governo do Estado tomou a iniciativa de solicitar ao Ministério da Fazenda a regularização do empréstimo.

O Ministério da Fazenda aprovou tal pedido de regularização. Contudo, restam inúmeras dúvidas sobre se, de fato, a operação não fere a Constituição, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Resolução nº 43, de 2001. Sendo esta uma operação de crédito interno, não se exige a aprovação do pleito pelo Senado Federal. Esta Casa delegou ao Ministério da Fazenda poderes para autorizar a contratação do pleito. Vêm ao Senado Federal apenas os pedidos de autorização para a tomada de empréstimos externos e para a concessão de garantias pela União. Por não ter vindo o pleito ao Senado, não puderam os Senadores examinar se, de fato, havia total conformidade com a legislação.

Uma vez que o acerto de contas entre o Estado do Maranhão e a empresa Camargo Correa está sendo objeto de intensa contestação por parte da opinião pública daquele Estado, vieram à baila diversas informações que representam indícios de irregularidades. Vale citar, por exemplo, o fato de que as obras pelas quais a empreiteira está sendo paga não foram concluídas, uma vez que foram suspensas pelo antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes (DNIT), por causa da constatação de irregularidades. Outro indício é a inexistência de créditos no orçamento para o pagamento da dívida, bem como de lei do Poder Legislativo local autorizando o aceno de contas. Existem dúvidas, também, sobre os meios utilizados para fazer o pagamento da dívida: créditos contra o Tesouro Estadual e títulos da dívida do Estado. Serão esses os mecanismos legais? Há

que se considerar, ainda, que o Estado do Maranhão assinou um acordo de refinanciamento de sua dívida com o Tesouro Nacional no qual se comprometeu a não contrair novas dívidas. Resta, então, saber como a operação em questão pôde ser considerada legal pelo Ministério da Fazenda.

Frente ao exposto, considero que as informações solicitadas neste Requerimento são fundamentais para que o Senado Federal exerça a sua competência constitucional privativa de controle da dívida pública, inscrita no art. 52 da Cana Magna.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2006. – Senador **Gilvam Borges**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será despatchado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2005**

(nº 1.720/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Jaguaruna a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguaruna, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 494, de 2005**

(nº 1.341/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Araguaia de Brusque Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2005**

(nº 1.672/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Integração Comunitária de Santa Cruz do Sul – Acicom a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 497, de 2005**

(nº 1.705/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio Gurinhatãense – Rádio Novo Horizonte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Gurinhatã, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 498, de 2005**

(nº 1.762/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SBC – Sistema Brasileiro de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência

modulada na cidade de Timóteo, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 499, de 2005**

(nº 1.764/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Mensageiros da Paz de Iepê a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iepê, Estado de São Paulo;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 500, de 2005**

(nº 1.766/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores e Amigos de Chonin de Cima “Amacci” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2005**

(nº 1.768/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Centro de Assistência Social e Educacional “John F. Kennedy” (Case) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2005**

(nº 1.774/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São José de Lagoa Grande do Maranhão – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa Grande do Maranhão, Estado do Maranhão;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2005**

(nº 1.787/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Organização Cultural e Ecológica de Missal a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Missal, Estado do Paraná;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 505, de 2005**

(nº 1.822/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Nossa Bom Repouso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Repouso, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 507, de 2005**

(nº 1.615/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Ágape Mantenense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mantena, Estado de Minas Gerais;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2005** (nº

1.632/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Cuiabá Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2005** (nº 1.694/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores de Pedra Lavrada (Ampla), a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Lavrada, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 512, de 2005** (nº 1.767/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores e Amigos do Bairro de Pedra (Asmoape) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2005** (nº 1.769/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Itaiense a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itai, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 514, de 2005** (nº 1.772/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Educacional e Cultural – Interativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Medianeira, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 515, de 2005** (nº 1.773/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão Barreirinhas FM – ACRBFM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barreirinhas, Estado do Maranhão;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 516, de 2005** (nº 1.788/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Abaíra – BA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Abaíra, Estado da Bahia; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 518, de 2005** (nº 1.593/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Martinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martinópolis, Estado de São Paulo.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

- Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 4/2006

Brasília, 26 de janeiro de 2006

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antero Paes de Barros para integrar a CPI dos Bingos em substituição ao Senador Álvaro Dias, que passa à condição de membro suplente da mesma Comissão.

Cordialmente, – **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da minoria.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

- Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lida a seguinte:

De acordo com o Inciso I, do artigo 39 combinado com o Inciso II, letra b do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a V. Ex^a, em retificação ao Requerimento de igual teor, do dia 25 próximo passado, que me ausentarei do País no período de 5 a 9 de fevereiro próximo, conforme designação de V. Ex^a, quando estarei, na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, participando de Missão desta Casa como observador das eleições gerais da República do Haiti, a serem realizadas no dia 7 de fevereiro.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2006. – **Roberto Saturnino**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

- O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 70, DE 2006

Da Comissão de Educação, sobre a Mensagem nº 283, de 2005 (nº 843/2005, na origem), que submete à apreciação do Senado a indicação do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema – ANCINE.

A Comissão de Educação, em votação secreta realizada em 25 de janeiro de 2006, apreciando o relatório apresentado pela Senhora Senadora Patrícia Saboya Gomes sobre a Mensagem nº 283, de 2005, opina pela aprovação da indicação do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional Do Cinema – ANCINE, por 27 votos favoráveis, – contrário(s) e – abstenção(ões).

Sala das Comissões, 26 de janeiro de 2006.

– **Gerson Camata**, Presidente – **Patrícia Saboya**, Relatora.

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL N º 283, DE 2005

BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)

Demóstenes Torres	1-Roseana Sarney
Jorge Bornhausen	2-Jonas Pinheiro
José Jorge	3-César Borges
Maria do Carmo Alves	4-Cristovam Buarque
Edison Lobão	5-Marco Maciel
Marcelo Crivella	6-Romeu Tuma
Teotônio Vilela Filho	7-Eduardo Azeredo
Geraldo Mesquita	8-Sérgio Guerra
Leonel Pavan	9-Lúcia Vânia
Reginaldo Duarte	10-Juvêncio da Fonseca

PMDB

Wellington Salgado de Oliveira	1-Amir Lando
Maguito Vilela	2-Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3-(vago)
Gerson Camata	4-(vago)
Sérgio Cabral	5-Mão Santa
José Maranhão	6-Luiz Otávio
Ney Suassuna	7-Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8-(vago)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB e PL)

Aelton Freitas	1-(vago)
Paulo Paim	2-Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3-Fernando Bezerra
Flávio Arns	4-Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5-Antônio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6-Magno Malta
Mozarildo Cavalcanti	7-Patrícia Saboya Gomes
Sérgio Zambiasi	8-João Ribeiro

PDT

Augusto Botelho	1-(vago)
-----------------	----------

RELATÓRIO

Relatadora: Senadora **Patrícia Saboya Gomes**

Com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o Presidente da República submete à apreciação dos membros do Senado Federal o nome do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho, para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, encaminhando, para tanto, a Mensagem nº 283, de 2005 (Mensagem nº 843, de 12-12-2005, na origem), na qual está incluído o **curriculum vitae** do indicado.

Do referido **curriculum vitae**, consta sua última atividade como Diretor de Patrocínios da Secretaria de Comunicação Institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República, cargo que ocupa desde junho de 2004, bem como sua graduação em Comunicação, com especialização em Cinema, em 1995, pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, e a realização de curso de roteiro e dramaturgia na Escuela Internacional de Cine y TV de San Antonio de los Baños, em Cuba, em 1988.

Consta, também, relação de relevantes funções exercidas pelo indicado no setor audiovisual, entre as quais ressaltam-se: programador e exibidor do Cineclube Cauim, de Ribeirão Preto, em 1984; produtor da Usina Press, de São Paulo, em 1986; diretor, roteirista e produtor da TV dos Trabalhadores, de São Bernardo do Campo, entre 1988 e 1992; diretor e roteirista da STV, de São Paulo, em 1994; diretor e roteirista da Documento Especial, Comunicação Alternativa / Band, do Rio de Janeiro, em 1995; diretor da VCR, de São Paulo, em 1997; crítico de cinema, televisão e política cultural entre 1999 e 2002, com publicação de artigos nas Revistas dos Bancários de São Paulo e Sinopse; e chefe de Gabinete da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura, entre janeiro de 2003 e maio de 2004.

O Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho possui, ainda, uma obra cinematográfica significativa, composta dos seguintes títulos: A Idade do Lixo, curta-metragem em 35 mm, de 1990; O Argonauta Alemão, curta-metragem em 16 mm, de 1994; O Profeta das Cores, média-metragem em 16 mm, de 1995, obra que recebeu o Prêmio Estímulo, da Secretaria Estadual de Cultura de São Paulo, de 1995, e o Prêmio de Melhor Documentário, no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, de 1995; Erra uma Vez, curta-metragem em 16 mm, de 1997; A Lata, curta-metragem em 35 mm, de 2003, que recebeu o Prêmio Estímulo da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo; o Prêmio Especial do Júri e Prêmio Cinema para a Infância – Andi, no

36º Festival de Brasília do Cinema Brasileiro; o Prêmio de Melhor Filme do Júri Popular, o Prêmio Kodak e o Prêmio Quanta, no Florianópolis Audiovisual Mercosul, todos do ano de 2003; e, por fim, o documentário em longa metragem Aparecido das Águas, de 2005, filme convidado para encerrar o Festival de Brasília do Cinema Brasileiro desse ano.

Além de sua atividade cinematográfica, o Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho tem atuado como membro de várias comissões e conselhos da área do audiovisual, ressaltando-se a Comissão Estadual de Cinema de São Paulo, entre 1998 e 2000; o Congresso Brasileiro de Cinema, do qual foi Diretor, entre 1999 e 2002; a Comissão Nacional de Cinema, do Ministério da Cultura, entre 1999 e 2002; o Fórum de Competitividade, do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio, entre 2000 e 2001 e, desde 2004, o Conselho Petrobras Cultural, como representante da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

Atuou, ademais, na organização e defesa da sua categoria profissional, participando ativamente de associações de classe: foi Presidente da Seção São Paulo da Associação Brasileira de Documentaristas em 1998/1999 e 2001, e Presidente da Associação Brasileira de Documentaristas, de âmbito nacional, por duas gestões (1999/2001 e 2001/2003).

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – (ANCINE).

Sala das Comissões, 26 de janeiro de 2006.
– **Gerson Camata**, Presidente – **Patrícia Saboya**, Relatora.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Seriado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.228-1,
DE SETEMBRO DE 2001

Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.

Art. 8º A Ancine será dirigida em regime de colegiado por uma diretoria composta de um Diretor-Presidente e três Diretores, com mandatos não coincidentes de quatro anos.

§ 1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada e elevado conceito no seu campo de especialidade, escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea “f” do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 2º O Diretor-Presidente da Ancine será escolhido pelo Presidente da República entre os membros da Diretoria Colegiada.

§ 3º Em caso de vaga no curso do mandato de membro da Diretoria Colegiada, este será completado por sucessor investido na forma prevista no § 1º deste artigo, que o exercerá pelo prazo remanescente.

§ 4º Integrarão a estrutura da Ancine uma Procuradoria-Geral, que a representará em juízo, uma Ouvidoria-Geral e uma Auditoria.

§ 5º A substituição dos dirigentes em seus impedimentos será disciplinada em regulamento.

PARECER Nº 71, DE 2006

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 1, de 2005 (nº 561/2004, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, que comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização da

Secretaria do Tesouro Nacional, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Aditivo Contratual de 5-2-2004, em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Relator: Senador Luz Otávio

I – Relatório

O Senhor Ministro da Fazenda, no dia 27 de dezembro de 2004, comunicou a esta Casa que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ), por meio do Aditivo Contratual de 5 de fevereiro de 2004, em desacordo com o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Tal comunicação atende a determinação do § 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que estipula que:

Art. 24. A constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos por esta Resolução, tanto no âmbito do Ministério da Fazenda quanto no do Senado Federal, implicará a devolução do pleito à origem sem prejuízo das eventuais cominações legais aos infratores.

.....
§ 2º Caso a irregularidade seja constatada pelo Ministério da Fazenda, este deverá informar, também, ao Senado Federal.

Coube-me relatar a matéria em 15 de março de 2005 e, de imediato, submeti a esta Comissão requerimento de convite à ex-Prefeita Marta Suplicy para que prestasse esclarecimentos sobre a matéria. Em resposta, a Senhora Suplicy enviou correspondência, datada de 4 de maio de 2005, apresentando argumentos negando qualquer infração legal.

Em 31 de maio de 2005, por proposta do Senador Aloizio Mercadante, aprovou-se o Requerimento nº 29, de 2005 – CAE, requerendo informações ao Ministério da Fazenda sobre que municípios, além de São Paulo, haveriam eventualmente infringido dispositivos da Lei

de Responsabilidade Fiscal e que não teriam atendido à Resolução nº 43, de 2001, em operações de crédito relacionadas ao Programa Reluz.

Também propus dois requerimentos, ambos aprovados pela CAE e pelo Plenário do Senado, solicitando informações adicionais ao Ministro da Fazenda e à então Ministra de Minas e Energia sobre as operações de crédito realizadas no âmbito do Reluz (Requerimentos nºs 176 e 177, de 2005).

Tendo recebido, em 19 de agosto de 2005, as respostas a esses requerimentos (Aviso nº 314, de 2005, do Ministro da Fazenda e Aviso nº 204, de 2005, do Ministro de Minas e Energia), considero já dispor de informações suficientes para apresentar meu parecer sobre a matéria.

II – Análise

II. 1 – O Programa Reluz e o Problema das Operações de Crédito não Autorizadas

O Programa Reluz tem por objetivo substituir equipamentos com vistas a aumentar a eficiência e reduzir os custos da iluminação pública. Para tanto, a Eletrobrás oferece uma linha de financiamento às concessionárias de energia elétrica. As concessionárias podem utilizar tais recursos de duas formas distintas: realizarem, elas próprias, as obras do Programa ou financiarem a realização das obras pelos municípios.

No que tange o controle do endividamento público pelo Senado Federal, com o suporte do Ministério da Fazenda, interessa analisar os casos em que as prefeituras optaram por realizar, elas mesmas, as obras, tomando financiamento junto às respectivas concessionárias de energia elétrica.

Ocorre que um grande número de municípios contratou tal financiamento sem solicitar autorização ao Ministério da Fazenda, infringindo o art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o art. 21 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Isto ocorreu porque a oportunidade de contratação da operação de crédito foi criada pela Eletrobrás, via concessionárias de energia. Ou seja, não se tratava de instituição financeira, regularmente fiscalizada pelo Banco Central, como em geral são os credores de operações de crédito. Por isso, a operação passou ao

larço do controle do Ministério da Fazenda, que tem maior proximidade institucional com o Banco Central do que com o Ministério das Minas e Energia.

Esse Ministério, por sua vez, afirma que não se viu obrigado a fazer qualquer comunicado ou solicitação ao Ministério da Fazenda, nos termos da LRF, uma vez que concedeu financiamentos às concessionárias de energia, que são empresas que não se caracterizam como “empresas estatais dependentes” e, portanto, estão fora dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelo Senado Federal.

Criou-se, assim, um problema de coordenação, interno ao Poder Executivo, que abriu a possibilidade para que municípios – por dolo ou desconhecimento das leis – contratassem operações de crédito sem a devida autorização do Ministério da Fazenda e do Senado Federal.

De acordo com o Memorando nº 1.623/2005-STN/COPEM/COAFI, emitido em resposta ao Requerimento de Informações nº 177/2005, enviado pelo Senado ao Ministério da Fazenda, “os primeiros casos de celebração de contratos no âmbito do Programa Reluz que o Ministério da Fazenda tomou conhecimento foram os de Alvorada (RS) e Viamão (RS), no segundo semestre de 2003, quando da análise de pedidos desses municípios de outras operações de crédito”.

Nesse momento, o Ministério da Fazenda viu-se diante da seguinte situação:

- um número desconhecido de municípios havia contratado operações de crédito sem solicitar autorização do Ministério da Fazenda e do Senado;
- o Ministério não dispunha de instrumentos ou informações suficientes para detectar quais municípios se encontravam nessa situação;
- a operação de crédito no âmbito do Programa Reluz mostrava-se benéfica do ponto de vista fiscal, pois possibilitaria, segundo estimativas da Eletrobrás, significativa redução nos custos da iluminação pública, com o retorno do investimento estimado para um prazo entre dois e seis anos;
- outras operações de crédito com impacto fiscal positivo, como aquelas destinadas a modernizar a administração fiscal em busca de maior arrecadação tributária, já eram excluídas dos limites de endividamento fixados pelo Senado.

Frente a essa situação e analisado o problema no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, buscou-se solucionar o problema através da edição

da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2003, por meio da qual:

- as operações no âmbito do Reluz foram excluídas do cômputo do limite de endividamento, uma vez que se trata de operação com impacto fiscal favorável a médio-prazo;
- foi concedida uma espécie de “anistia” às operações de Reluz contratadas até a data de publicação da Resolução (5 de novembro de 2003) no que tange ao pedido de autorização ao Ministério da Fazenda; isto porque, como afirmado acima, o referido Ministério não dispunha de informação suficiente para detectar quais municípios haviam feito essa operação, não podendo, por isso, puni-los; assim, exigiu-se apenas que os municípios com contratos relativos ao Reluz comunicassem essa situação à Secretaria do Tesouro Nacional;
- a partir da data de edição da Resolução, operações no âmbito do Reluz deveriam ser precedidas de todo o rito de autorização, ou seja, os municípios deveriam solicitar autorização ao Ministério da Fazenda nos termos do art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e do art. 21 da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

A esta altura do raciocínio pode-se perguntar: por que solicitar autorização do Ministério da Fazenda para operações de Reluz se a Resolução nº 19/2003 isentou tais operações do cumprimento do limite de endividamento?

Não seria essa solicitação um mero ato burocrático, que levaria necessariamente à autorização da contratação?

A resposta é não, pois, ao solicitar ao Ministério da Fazenda autorização para contratar uma operação de crédito, o ente federado não deve apenas provar que tal operação está enquadrada nos limites de endividamento. Por exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 32) e da Resolução nº 43/2001 do Senado (art. 21), ele deve provar, também, que cumpre diversos outros requisitos legais, tais como:

- existência de autorização do legislativo municipal para a realização da operação;
- comprovação de que os recursos da operação de crédito estão previstos no orçamento;
- certidão do respectivo tribunal de contas quanto ao cumprimento de limites de despesa com pessoal e à publicação dos Relatórios de Execução Orçamentária e de Gestão Fiscal;

- inexistência de obrigações junto a fornecedores sem a correspondente autorização orçamentária;
- comprovação de que as operações de crédito não superam as despesas de capital, conforme exigido pelo art. 167, III, da Constituição.

É no momento de autorizar uma operação de crédito que está a oportunidade para que as entidades de controle chequem se o ente federado está cumprindo com os ditames básicos da responsabilidade fiscal. Caso contrário, esse é o momento de puni-lo, mediante a proibição de contratação da operação de crédito. Por isso, mesmo uma operação isenta do cumprimento dos limites de endividamento, como o Reluz, pode não ser autorizada, no caso em que o ente não esteja cumprindo, por exemplo, o limite máximo de despesa com pessoal ou não tenha solicitado autorização à câmara de vereadores para realizar a operação.

É justamente nessa condição que se encaixa a operação de crédito da Prefeitura de São Paulo em exame: trata-se de uma operação, no âmbito do Reluz, contratada após à edição da Resolução nº 19/2003, sem que a Prefeitura tenha solicitado autorização ao Ministério da Fazenda.

Ao não solicitar tal autorização, a Prefeitura deixou de prestar contas quanto ao cumprimento dos itens acima listados, tais como a existência de autorização do poder legislativo local para a contratação da operação, a inexistência de obrigações junto a fornecedores sem a correspondente autorização orçamentária etc.

Passo, em seguida, a analisar em maiores detalhes o Aditivo Contratual em questão.

II.2 – O Programa Reluz e o Problema das Operações de Crédito não Autorizadas

No Ofício nº “S” 1, de 2005, ora relatado, o Senhor Ministro da Fazenda afirma que “o Aditivo Contratual celebrado (pela Prefeitura de São Paulo) em 5-2-2004, sem a prévia autorização deste Ministério da Fazenda foi realizado em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001”.

Instada por esta Comissão a se manifestar sobre o assunto, a ex-Prefeita de São Paulo, Sra. Marta Suplicy, enviou correspondência, anexada ao processado ora relatado, no qual apresenta como linha de defesa o argumento de que o referido aditamento “teve por objetivo apenas adequar os termos

do Contrato ora questionado àqueles do Contrato de Financiamento firmado entre a Eletrobrás e a Eletropaulo, apenas e tão somente introduzindo cláusulas de caráter meramente formal (...). Por isso, não se trataria de uma nova operação de crédito, mas apenas de ajustamentos contratuais realizados anteriormente à edição da Resolução nº 19/2003 e, portanto, “anistiada” por aquela Resolução da necessidade de solicitação de autorização ao Ministério da Fazenda.

A Nota Técnica nº 977/2005 da Consultoria Legislativa do Senado, incluída no processado em análise e por mim lida em sessão anterior desta Comissão, demonstrou que o aditamento contratual celebrado entre a Prefeitura não constituiu mero ajuste formal e sim uma genuína operação de crédito. Nesse sentido, a Prefeitura de São Paulo teria, de fato, descumprido a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Resolução nº 43/2001 do Senado.

Igual interpretação apresenta o Ministério da Fazenda em resposta ao Requerimento do Senado 177/2005, onde se lê: “o segundo aditamento ao contrato ocorreu em 5-2-2004, tendo como uma das principais modificações o aumento do valor dos investimentos a serem realizados, passando para R\$140.280.218,67”. Esse aumento nos investimentos programados, financiado pela Eletropaulo, é suficiente para caracterizar o aditamento contratual como uma nova operação de crédito, nos termos do art. 29, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em reforço a esta tese, acrescenta ainda o Ministério da Fazenda que:

A análise da PGFN [Procuradoria Geral da Fazenda Nacional] foi encaminhada por meio do Parecer PGFN/CAF nº 2.014, de 14 de dezembro de 2004. Sua conclusão é de que, diferentemente do entendimento do Município de São Paulo, o termo aditivo celebrado em 5 de fevereiro de 2004 está sujeito à prévia autorização do Ministério da Fazenda.

Instado a responder se outros municípios encontravam-se em situação similar à de São Paulo, o Ministério da Fazenda afirmou que, em seus registros, apenas os Municípios de Alvorada (RS) e Viamão (RS) apresentavam operações de RELUZ sem autorização do Ministério da Fazenda. Todavia, essas operações eram anteriores à Resolução nº 19, de 2003, e, portanto, dispensadas do pedido de solicitação. Acrescenta, ainda, o Ministério da Fazenda que, devido ao fato de a origem das ope-

rações estar na Eletrobrás, o Ministério das Minas e Energia certamente teria informações mais detalhadas sobre o assunto.

Questionado o Ministério das Minas e Energia, foi-nos informado que nada menos que 1.696 municípios e 19 regiões administrativas do Distrito Federal contrataram operações no âmbito do Reluz. É possível que muitos outros municípios se encontrem em situação similar à da Prefeitura de São Paulo, tendo realizado aditamentos ou contratações após à edição da Resolução nº 19, de 2003, sem solicitar autorização ao Ministério da Fazenda.

III – Voto

A conduta adotada pela Prefeitura Municipal de São Paulo pode configurar, em tese:

- infração ao art. 359-A do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940);
- crime comum em relação ao Prefeito (art. 1º, inciso VIII, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967);
- ato de improbidade administrativa, descrito no art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 1992.

Por isso, voto pelo envio de correspondência ao Ministério Público do Estado de São Paulo comunicando os fatos aqui analisados, anexando-se cópia de todo conteúdo do processado.

Tendo em vista o disposto no art. 24, § 4º, da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, com redação dada pela Resolução nº 19, de 2003, voto ainda para que se comunique à Prefeitura Municipal de São Paulo que o Senado Federal constatou a existência de operação de crédito contratada por aquela Prefeitura junto a instituição não-financeira sem autorização prévia desta Casa ou do Ministério da Fazenda e que, por isso, fica suspensa a realização de nova operação de crédito pelo Município até que seja regularizada a operação pendente de autorização.

Faz-se necessário, também, comunicar a decisão acima referida ao Chefe do Poder Legislativo do Município de São Paulo e ao Tribunal de Contas da respectiva jurisdição.

Por fim, depois de tomadas as providências acima, o Ofício “S” nº 1, de 2005, deve ser arquivado.

Sala da Comissão, 26 de janeiro de 2006.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
OFÍCIO "S" Nº 01, DE 2005.
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13 / 12 / 05, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: Em Exercício Senador Rômulo Tuma

RELATOR(A):

Bloco da Minoria (PFL e PSDB)

CÉSAR BORGES (PFL)	<i>Cesar Borges</i>	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL)	<i>Edison Lobão</i>	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
GILBERTO GOELLNER (PFL)		3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	<i>Jorge Bornhausen</i>	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL)	<i>Rodolpho Tourinho</i>	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL)	<i>Romeu Tuma</i>	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
V. O		7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)		8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)		9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)		10-FLEXA RIBEIRO (PSDB)
TASSO JEREISSATI (PSDB)		11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

PMDB

RAMEZ TEbet		1-NEY SUASSUNA
LUIZ OTÁVIO		2- ROMERO JUCÁ
GARIBALDI ALVES FILHO		3- WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	<i>Mão Santa</i>	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL		5- VAGO
TIERTO MESTRINHO		6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP		7-ALMEIDA LIMA
IOSÉ MARANHÃO		8-VAGO

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)

JOAQUIM MERCADANTE (PT)	<i>Joaquim Mercadante</i>	1-IDELEI SALVATTI (PT)
INA JÚLIA CAREPA (PT)	<i>INA Júlia Carepa</i>	2-AELTON FREITAS (PL)
DELcídio AMARAL (PT)	<i>Delcídio Amaral</i>	3-ANTÓNIO CARLOS VALADARES (PSB)
EDUARDO SUPlicy (PT)	<i>Eduardo Suplicy</i>	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
ERNANDO BEZERRA (PTB)	<i>Ernando Bezerra</i>	5-FLÁVIO ARNS (PT)
OÃO CAPIBERIBE (PSB)		6-SIBÁ MACHADO (PT)
ATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)		7-SERYS SLHESSARENKO (PT)

PDT

ISMAR DIAS		1- JEFFERSON PÉRES
------------	--	--------------------

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

.....
Art. 167. São vedados:

III – a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

**LEI COMPLEMENTAR N° 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000**

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

III – operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

.....
Art. 32. O Ministério de Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I – existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II – inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III – observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV – autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V – atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI – observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

§ 2º As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:

I – não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;

II – se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será deduzido das despesas de capital;

III – (VETADO)

§ 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão:

I – encargos e condições de contratação;

II – saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

§ 5º Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

**DECRETO-LEI N° 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940**

Código Penal.

.....
Art. 359-A. Ordenar, autorizar ou realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Pena – reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Parágrafo único. Incide na mesma pena quem ordena, autoriza ou realiza operação de crédito, interno ou externo: (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

I – com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei ou em resolução do Senado Federal; (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

II – quando o montante da dívida consolidada ultrapassa o limite máximo autorizado por lei. (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

Inscrição do despesas não empenhadas em rostos a pagar (Incluído pela Lei nº 10.028, de 2000)

**DECRETO-LEI Nº 201,
DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967**

Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras providências.

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

VIII – Contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito,

sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

VOTO EM SEPARADO

Perante a Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício “S” nº 1, de 2005,

do Ministro de Estado da Fazenda, que comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Aditivo Contratual de 5-2-2004, em desacordo com o artigo 32 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Relator: Senador Aloizio Mercadante

I – Relatório

O Senhor Ministro da Fazenda, no dia 27 de dezembro de 2004, comunicou a esta Casa que o Município de São Paulo realizou, sem a prévia autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ), por meio do Aditivo Contratual de 5 de fevereiro de 2004, em desacordo com o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Tal comunicação teria sido feita em obediência ao § 4º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que assim prescreve:

Art. 24. A constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos por esta Resolução, tanto no âmbito do Ministério da Fazenda quanto no do Senado Federal, implicará a devolução do pleito à origem sem prejuízo das eventuais cominações legais aos infratores.

§ 2º Caso a irregularidade seja constatada pelo Ministério da Fazenda, este deverá informar, também, ao Senado Federal.

A matéria foi relatada pelo Excelentíssimo Senhor Senador Luiz Otávio, desta Comissão de Assuntos Econômicos, que apresentou requerimento de convite à ex-Prefeita de São Paulo, Senhora Marta Suplicy, para que prestasse esclarecimentos. Em resposta, a Senhora Suplicy enviou correspondência, datada de 4 de maio de 2005, apresentando sólidos argumentos e explicações elucidativas sobre a questão.

O Excelentíssimo Senhor Relator também propôs dois requerimentos solicitando informações adicionais ao Ministro da Fazenda e ao Ministério de Minas e Energia sobre as operações de crédito realizadas no âmbito do RELUZ (Requerimentos nºs 176 e 177, de 2005).

Tendo recebido, 19 de agosto de 2005, as respostas a esses requerimentos (Aviso nº 314, de 2005, do Ministro da Fazenda e Aviso nº 204, de 2005, do Ministro de Minas e Energia), é de se dizer que a matéria foi suficientemente analisada por esta Comissão, de modo que ofereço parecer pelo arquivamento, ante a evidência de absoluta regularidade das avenças entre o Município de São Paulo e a concessionária Eletropaulo no bojo do importante Programa Nacional de Iluminação Pública.

II – Análise

II.1 – Sobre o Reluz

Por primeiro, é importante que se faça uma exposição acerca do Reluz para que tenhamos um conceito preciso da importância desse programa, sua finalidade, e por conseguinte, a natureza das relações jurídicas que a Administração trava ao dele participar.

Há de se fazer menção que as informações a seguir foram trazidas a essa Comissão pela Sra. Marta Suplicy, apesar de não terem integrado o Relatório do Nobre Senador Luiz Otávio.

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, foi criado pela Eletrobrás, no âmbito do PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, com o objetivo de financiar programas de eficientização dos parques de iluminação dos entes municipais, com recursos oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão.

O RELUZ prevê investimentos de R\$2 bilhões por parte da Eletrobrás para tornar eficientes 9,5 milhões de pontos de iluminação pública, além de instalar outros R\$3 milhões adicionais. O seu lançamento se deu em junho de 2000 e, naquele mesmo ano, foi prorrogado até 2010. Desta forma, o programa pretende abranger 77% do potencial de conservação nacional de iluminação pública, atualmente composta por 14,5 milhões de pontos de iluminação, sendo que, destes, 12,3 milhões podem ganhar mais eficiência.

Sendo essa meta atingida, haverá uma economia de R\$340 milhões por ano, além de uma descomunal economia de energia. O objetivo principal do RELUZ é a promoção do desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, bem como a valorização de espaços urbanos, de modo a favorecer a melhora da segurança e das condições de iluminação das cidades brasileiras.

O Reluz trará diversas melhorias para o setor elétrico, como a redução de 540 MW da carga, no horário de ponta, do sistema elétrico e a economia de 2.400 milhões de KW por ano.

Da mesma forma, o Reluz deve propiciar resultados operativos interessantes para as concessionárias

do setor, na medida em que promoverá a redução das perdas e melhoria das condições operativas e uma maior disponibilidade de energia elétrica possibilitando o atendimento de novos consumidores e o desenvolvimento de novos negócios na área de conservação de energia.

Por fim, os municípios serão extremamente beneficiados, uma vez que, além de melhorar a qualidade da administração pública, pode-se esperar uma redução de 30 a 40% do consumo de energia elétrica, além de diversos outros benefícios como a valorização de espaços outrora ociosos, a valorização do potencial turístico destas cidades, a melhora da segurança pública e da qualidade de vida em áreas mais carentes.

Dito isso, diante da realidade do Município de São Paulo, dadas as suas características de município mais populoso do Brasil, seu polo econômico mais importante e local de existência de bolsões imensos de pobreza, era imprescindível a sua adesão ao Programa, o que foi feito em 2002.

11.2 – O Município de São Paulo e o Reluz

No bojo das possibilidades descritas, soubemos que a Prefeitura do Município de São Paulo decidiu aderir ao programa em 2002, através da concessionária de energia elétrica local, a Eletropaulo S.A., que iniciou negociação com a Eletrobrás para a obtenção de uma linha de financiamento para este fim.

No dia 2 de outubro de 2002 foi firmado o Contrato nº 02/SIURB/2002, entre a Eletropaulo S.A. e a Prefeitura do Município de São Paulo, objetivando a eficientização do parque de iluminação pública do Município de São Paulo. A contratação foi feita com dispensa de licitação, dada a situação especial da Eletropaulo, capaz de oferecer condições únicas a que sejam atingidos os objetivos do Contrato.

O referido Contrato, em sua cláusula segunda, item 2.1, subitem I, alínea **c**, estabelece que compete à Eletropaulo realizar os investimentos para a eficientização, na ordem de 75% do valor do projeto, correspondentes a R\$113.480.474,18, com recursos provenientes do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Contrato celebrado entre a Eletropaulo e a Eletrobrás.

As alíneas **e** e **f** do mesmo subitem facultam à Eletropaulo a contratação de empresa para a execução do projeto, mediante prévia anuência da Prefeitura, e contratar empresa para o gerenciamento do projeto, ficando, então, autorizada sub-contratação, desde que com a prévia anuência da Prefeitura.

O subitem II, alínea **e**, da cláusula 2.1 do Contrato, estabelece que compete à Prefeitura disponibilizar os valores, a partir de janeiro de 2003, relativos às despesas necessárias à eficientização do parque

de iluminação pública, na ordem de 25% do valor do projeto, correspondentes a R\$37.826.824,73, com recursos provenientes da economia verificada mensalmente, durante a implementação do Programa Reluz, ou com recursos próprios.

No dia 4 de junho de 2003, foi celebrado Termo de Aditamento ao Contrato, com o objetivo único de disciplinar a cessão, pela Prefeitura, de materiais para a instalação na rede de iluminação pública, os quais deveriam ser posteriormente devolvidos à municipalidade. O referido termo foi assinado durante a negociação entre a Eletropaulo e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, para a contratação do empréstimo.

No dia 5 de fevereiro de 2004, foi firmado o Termo de Aditamento nº 05/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, entre a Eletropaulo S.A. e a Prefeitura do Município de São Paulo, para a eficientização do parque de iluminação pública, no âmbito do Reluz, sendo apresentadas as seguintes razões:

a) O interesse das partes em celebrar um instrumento de Consolidação de Dívida, Encontro de Contas e Outras Avenças, na qual o Município se reconhece devedor da Eletropaulo, de determinado valor referente ao fornecimento de energia elétrica pela Eletropaulo ao Município, até o final de 2003;

b) A Eletropaulo realizou contratação de empréstimo, por meio do Contrato de Financiamento nº ECF – 2300/2003, junto à Eletrobrás, para a implementação do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ – no Município de São Paulo. Desta forma, considerando a ausência de cláusulas-espelho, no Termo de Contrato firmado entre o Município e a Eletropaulo, que refletem alguns termos do Contrato de Financiamento entre a Eletrobrás e a Eletropaulo, foi firmado o mencionado Termo de Aditamento e Consolidação entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo.

Vistos estes aspectos, cumpre destacar que os termos de aditamento anteriormente mencionados apresentam apenas a inserção de cláusulas de natureza estritamente formais, que objetivam adequar o Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002 firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo às obrigações firmadas entre a Eletropaulo e a Eletrobrás, no bojo do Contrato de Financiamento ECF nº 2300/2003.

Assim é que essas alterações no contrato firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo redundam apenas em um aumento da obrigação de

investimento pela Eletropaulo para R\$140.280.218,67 e do Município para R\$46.760.072,89.

II.3 – Sobre o alegado descumprimento a normas legais, decorrente da assinatura do Termo de Aditamento Nº 002/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato Nº 002/SIURB/2002

Antes de adentrarmos no mérito da questão, cumpre destacar o arcabouço jurídico vigente que permeia a relação jurídica ora discutida.

1. Das normas jurídicas aplicáveis

O artigo 32, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, em seu § 1º, II, estabelece que:

“Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I – A Existência de prévia e expressa autorização para a contratação no texto da Lei Orçamentária, em créditos adicionais, ou em Lei específica.”(grifamos)

A Resolução do Senado nº 43, de 2001, que teve a sua redação alterada pela Resolução do Senado nº 19, de 2003, prevê que:

“Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios observarão ainda os seguintes limites:

(...)

§ 3º São excluídas dos limites de que trata o caput as seguintes modalidades de operação de crédito:

.....
II – contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.” (grifamos)

A Resolução do Senado nº 19, de 2003 prevê ainda que:

“Art. 3º São dispensadas da aplicação das providências contidas no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal,

as operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Eficiente –RELUX, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 2000, que tenham sido realizadas até a data da publicação desta Resolução, devendo o Estado, o Distrito Federal ou o Município apenas comunicar ao Ministério da Fazenda a existência da operação, seu valor, prazo e demais condições contratuais. “(grifamos)

2. Da rigorosa legalidade da assinatura do termo de aditamento nº 5/SIURB/2003 e consolidada do termo de contrato nº 2/SIURB/2002

A interpretação que enseja a conclusão de ter a assinatura do Termo supracitado contrariado os dispositivos legais acima elencados é absolutamente improcedente, uma vez que não houve, no caso, a realização de nova contratação.

2.1 – das características do termo de aditamento nº 5/SIURB/2003 e consolidação do termo de contrato nº 2/SIURB/2002

A existência de um contrato, cumpre dizer, implica um acordo de vontades com o fim de adquirir, resguardar, modificar, ou extinguir direitos. Para que fossem atingidos os objetivos desejados pela Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo S.A., no sentido de se promover a eficientização do Parque de Iluminação Pública do Município de São Paulo, no âmbito do Reluz, foi firmado o Termo de Contrato nº 2/SIURB/2002, com cinco anos de vigência, o qual, diga-se, Jamais Sofreu Qualquer Contestação.

Deve ser ressaltado o fato de não ter sido introduzido nos instrumentos antes mencionados (nº 5/SIURB/2003 e nº 2/SIURB/2002) qualquer forma de nova ação, que seria essencial para caracterizá-los como um novo contrato.

Com efeito, o conceito de novação implica a necessidade de extinção de uma obrigação para a criação de uma outra obrigação. E isso jamais ocorreu com o Termo de Contrato nº 2/SIURB/2002, que segue vigente, não tendo havido qualquer alteração quantitativa ou qualitativa na operação original nele prevista.

Repita-se, por oportuno, que a assinatura do Termo de Aditamento nº 5/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 2/SIURB/2002, conforme já descrito, teve por objetivo apenas adequar os termos do Contrato ora questionado àqueles do Contrato de Financiamento firmado entre a Eletrobrás e a Eletropaulo (ECF-2300/2003), apenas e tão somente introduzindo cláusulas de caráter meramente formal, além de promover a consolidação das dívidas existentes entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo até o final de 2003 e prever um aditivo dos valores a

serem investidos, tanto pela Eletropaulo, quanto pela Prefeitura do Município, os quais se encontram em estreita observância às exigências legais.

O Contrato nº 2/SIURB/2002, uma vez que objetiva a eficientização do parque de iluminação pública do Município de São Paulo, faculta, na sua Cláusula Segunda, à Eletropaulo, a contratação de empresas para a execução e para o gerenciamento do projeto, sempre com a anuência da Prefeitura, autorizando, inclusive, a subcontratação.

Desta forma, o aditivo dos valores a serem investidos, tanto pela Eletropaulo, quanto pela Prefeitura, previsto no Termo de Aditamento nº 5/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 2/SIURB/2002, tem por objetivo o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato, dado o lapso de tempo transcorrido entre a assinatura do Contrato e a assinatura do Termo aqui abordado.

Tal procedimento observa o disposto no art. 37 da Constituição Federal, em seu inciso XXI, que acaba por estabelecer que as condições de pagamento ao particular deverão ser respeitadas segundo as condições reais e concretas contidas na proposta. No caso concreto, pode-se inferir que este dispositivo deve resguardar os contratos firmados com as empresas particulares, dos efeitos provocados pela inflação no período, sendo tal aditamento, portanto, necessário.

II.4 – Da Conversão em lei da Medida Provisória nº 237, de 27 de janeiro de 2005 na Lei nº 11.131, de 1º de julho de 2005

Não bastasse a comprovação cabal da legalidade da operação aqui abordada, a aprovação pela Câmara Federal em 24 de maio de 2005 e, logo após, pelo Senado Federal, em 13 de junho de 2005, da Medida Provisória nº 237, de 2005, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 11 de 2005, convertido na Lei nº 11.131, de 1º de julho de 2005, tomaram-se completamente inócuas as discussões sobre o alegado descumprimento pela Prefeitura do Município de São Paulo, do artigo 32 da Lei Complementar nº 101/2000 e da Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001.

Prevê a Lei nº 11.131/2005, em seu artigo 10, o seguinte:

“Art. 10. O art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, passando o atual parágrafo único a vigorar como § 1º, com a seguinte redação:

‘Art. 8º(...)

§ 1º Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo:

(...)

III – as operações de crédito destinadas à implantação de projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ.” (grifamos)

A operação aqui discutida, como se pode ver, é integralmente coberta pelas disposições contidas no texto aprovado.

Dante da clara demonstração da legalidade da operação aqui abordada, e após o crivo do Congresso Nacional, representado pela aprovação da Lei nº 11.131/2005, não existe qualquer razão para o questionamento da mesma.

Dante do exposto, emergem, em síntese, as seguintes conclusões:

a) não houve nova operação de crédito, tratando-se, apenas, de uma adequação da avença havida entre o Município de São Paulo e a Eletropaulo aos termos do contrato entre esta última e a Eletrobrás;

b) sendo o RELUZ um programa criado com o objetivo de financiar programas de eficientização dos parques de iluminação dos municípios, trazendo com isso grande economia ao erário, a adesão da Prefeitura do Município de São Paulo ao mencionado programa não lesa, em qualquer aspecto, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao contrário, tem como objetivo auxiliar a Administração municipal a se adequar aos seus ditames;

c) Sempre houve, no decorrer do processo de adesão do Município de São Paulo ao RELUZ, diligência e acatamento ao Senado, tendo a Administração, à época, enviado toda a documentação atinente aos atos do processo, inclusive ao termo de aditamento aqui discutido.

Dessa forma, não é possível concluir-se pela ocorrência de crime previsto no art. 359-A do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940), do crime comum em relação ao Prefeito (art. 1º inciso VIII, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967), tampouco de ato de improbidade administrativa, descrito no art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 1992, uma vez ter ocorrido, ao longo do procedimento, observância da legislação vigente e dos princípios da Administração Pública.

Acrescente-se que a recomendação de envio de correspondência ao Ministério Público do Estado de São Paulo, comunicando os fatos analisados no presente procedimento, não merece ser acolhido, uma vez que, caso houvesse as irregularidades apontadas

– que como se viu, não ocorreram – a competência seria do Ministério Público Federal.

III – Voto

Do quanto aqui relatado, é de se concluir que a conduta adotada pela Prefeitura Municipal de São Paulo foi absolutamente concorde ao ordenamento jurídico vigente.

Por isso, voto pelo arquivamento deste feito.
Sala da Comissão,

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE
DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
DO SENADO FEDERAL – SENADOR LUIZ OTÁVIO**

Marta Suplicy, ex-Prefeita do Município de São Paulo/SP, vem pela presente, em acatamento ao teor do Ofício nº 34/2005 CAE, datado de 22 de março p.p. – que requer esclarecimentos adicionais quanto à assinatura do “Termo de Aditamento nº 5/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 2/SIURB/2002” – e honrada em se dirigir a este Egrégio Sodalício, oferecer os referidos esclarecimentos, conforme o quanto segue:

I – Sobre o Reluz

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, foi criado pela Eletrobrás, no âmbito do PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, com o objetivo de financiar programas de eficientização dos parques de iluminação dos entes municipais, com recursos oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão.

O RELUZ prevê investimentos de R\$2 bilhões por parte da Eletrobrás para tornar eficientes 9,5 milhões de pontos de iluminação pública, além de instalar outros 3 milhões adicionais. O seu lançamento se deu em junho de 2000 e, naquele mesmo ano, foi prorrogado até 2010. Desta forma, o programa pretende abrange 77% do potencial de conservação nacional de iluminação pública, atualmente composta por 14,5 milhões de pontos de iluminação, sendo que, destes, 12,3 milhões podem ganhar mais eficiência.

Sendo esta meta atingida, haverá uma economia de R\$340 milhões por ano, além de uma descomunal economia de energia. O objetivo principal do RELUZ é a promoção do desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, bem como a valorização de espaços urbanos, de modo a favorecer a melhora da segurança e das condições de iluminação das cidades brasileiras.

O RELUZ trará diversas melhorias para o setor elétrico, como a redução de 540 MW da carga, no horário de ponta, do sistema elétrico e a economia de 2.400 milhões de KW por ano.

Da mesma forma, o Reluz deve propiciar resultados operativos interessantes para as concessionárias do setor, na medida em que promoverá a redução das perdas e melhoria das condições operativas e uma maior disponibilidade de energia elétrica possibilitando o atendimento de novos consumidores e o desenvolvimento de novos negócios na área de conservação de energia.

Por fim, os municípios serão extremamente beneficiados, uma vez que, além de melhorar a qualidade da administração pública, pode-se esperar uma redução de 30 a 40% do consumo de energia elétrica, além de diversos outros benefícios como a valorização de espaços outrora ociosos, a valorização do potencial turístico destas cidades, a melhora da segurança pública e da qualidade de vida em áreas mais carentes.

Dito isso, diante da realidade do Município de São Paulo, dadas as suas características de município mais populoso do Brasil, seu pólo econômico mais importante e local de existência de bolsões imensos de pobreza, era imprescindível a sua adesão ao Programa, o que foi feito em 2002.

II – O Município de São Paulo e o Reluz

No bojo destas possibilidades acima, a Prefeitura do Município de São Paulo decidiu aderir ao programa em 2002, através da concessionária de energia elétrica local, a Eletropaulo S.A., que iniciou negociação com a Eletrobrás para a obtenção de uma linha de financiamento para este fim.

No dia 2 de outubro de 2002 foi firmado o Contrato nº 2/SIURB/2002, entre a Eletropaulo S.A., e a Prefeitura do Município de São Paulo, objetivando a eficientização do parque de iluminação pública do Município de São Paulo. A contratação foi feita com dispensa de licitação, dada a situação especial da Eletropaulo, capaz de oferecer condições únicas a que sejam atingidos os objetivos do Contrato.

O referido Contrato, em sua cláusula segunda, item 2.1, subitem I, alínea **c**, estabelece que compete a Eletropaulo realizar os investimentos para a eficientização, na ordem de 75% do valor do projeto, correspondentes a R\$113.480.474,18, com recursos provenientes do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Contrato celebrado entre a Eletropaulo e a Eletrobrás.

As alíneas **e** e **f** do mesmo subitem facultam à Eletropaulo a contratação de empresa para a execução do projeto, mediante prévia anuênciam da prefeitura, e contratar empresa para o gerenciamento do projeto, ficando, então, autorizada subcontratação, desde que com a prévia anuênciam da Prefeitura.

O subitem II, alínea **e**, da cláusula 2.1 do Contrato, estabelece que compete à Prefeitura disponibilizar os valores, a partir de janeiro de 2003, relativos às despesas necessárias à eficientização do parque de iluminação pública, na ordem de 25% do valor do projeto, correspondentes a R\$37.826.824,73, com recursos provenientes da economia verificada mensalmente, durante a implementação do Programa Reluz, ou com recursos próprios.

No dia 4 de junho de 2003, foi celebrado Termo de Aditamento ao Contrato, com o objetivo único de disciplinar a cessão, pela Prefeitura, de materiais para a instalação na rede de iluminação pública, os quais deveriam ser posteriormente devolvidos à municipalidade. O referido termo foi assinado durante a negociação entre a Eletropaulo com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A., – Eletrobrás, para a contratação do empréstimo.

No dia 5 de fevereiro de 2004, foi firmado o Termo de Aditamento nº 5/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 2/SIURB/2002, entre a Eletropaulo S.A., e a Prefeitura do Município de São Paulo, para a eficientização do parque de iluminação pública, no âmbito do Reluz, sendo apresentadas as seguintes razões:

a) O interesse das partes em celebrar um instrumento de Consolidação de Dívida, Encontro de Contas e Outras Avenças, na qual o Município se reconhece devedor da Eletropaulo, de determinado valor referente ao fornecimento de energia elétrica pela Eletropaulo ao Município, até o final de 2003;

b) A Eletropaulo realizou contratação de empréstimo, por meio do Contrato de Financiamento nº ECF – 2300/2003, junto à Eletrobrás, para a implementação do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ _ no Município de São Paulo. Desta forma, considerando a ausência de cláusulas-eselho, no Termo de Contrato firmado entre o Município e a Eletropaulo, que refletiam alguns termos do Contrato de Financiamento entre a Eletrobrás e a Eletropaulo, foi firmado o mencionado Termo de Aditamento e

Consolidação entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo.

Vistos estes aspectos, cumpre destacar que os termos de aditamento anteriormente mencionados apresentam apenas a inserção de cláusulas de natureza estritamente formais, que objetivam adequar o Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002 firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo às obrigações

firmadas entre a que Eletropaulo e a Eletrobrás, no bojo do Contrato de Financiamento ECF nº 2300/2003.

Assim é que essas alterações no contrato firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo redundam apenas em um aumento da obrigação de investimento pela Eletropaulo para R\$140.280.218,67, e do Município para R\$46.760.072,89.

II – Sobre o alegado descumprimento a diversas normas legais, decorrente da assinatura do termo de aditamento nº 05/siurb/2003 e consolidação do termo de contrato nº 02/siurb/2002

O Ofício 034/2005/CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, datado de 22 de março, propõe Audiência Pública para que se possam “prestar esclarecimentos adicionais a respeito do descumprimento pela Prefeitura Municipal de São Paulo, do artigo 32 da Lei Complementar nº 101 de 2000 e da Resolução do Senado nº 45, de 2001”.

Antes de adentrarmos no mérito da questão, cumpre destacar o arcabouço jurídico vigente que permeia a relação jurídico ora discutida.

1. Das normas jurídicas aplicáveis

O artigo 32, da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, em seu § 1º, I, estabelece que:

“Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas direto ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I – A Existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto cuja Lei Orçamentária, em créditos adicionais, ou em Lei específica.”

A Resolução do Senado nº 43, de 2001, que teve a sua redação alterada pela Resolução do Senado nº 19 de 2003, prevê que:

“Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão ainda os seguintes limites:

§ 3º São excluídas dos limites de que trata o caput as seguintes modalidades de operação de crédito:

II – contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.”

A Resolução do Senado nº 19 de 2003 prevê ainda que:

“Art. 3º São dispensados da aplicação das providências contidas no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, as operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Eficiente – RELUZ, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 2000, que tenham sido realizadas até a data da publicação desta Resolução, devendo o Estado, o Distrito Federal ou o Município apenas comunicar ao Ministério da Fazenda a existência da operação, seu valor, prazo e demais condições contratuais.

2. Da rigorosa legalidade da assinatura do termo de aditamento nº 05/SIURB/2003 e consolidação do termo de contrato nº 02/SIURB/2002

A interpretação que enseja a conclusão de ter a assinatura do Termo supracitado contrariado os dispositivos legais acima elencados é absolutamente improcedente, uma vez que não houve, no caso, a realização de nova contratação.

2.1 – Das características do termo de aditamento nº 05/SIURB/2003 e consolidação do termo de contrato nº 02/SIURB/2002

A existência de um contrato, cumpre dizer, implica um acordo de vontades com o fim de adquirir, resguardar, modificar, ou extinguir direitos. Para que fossem atingidos os objetivos desejados pela Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo S.A., no sentido de se promover a eficientização do Parque de Iluminação Pública do Município de São Paulo, no âmbito do Reluz, foi firmado o Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, com cinco anos de vigência, o qual, diga-se, jamais sofreu qualquer contestação.

Deve ser ressaltado o fato de não ter sido introduzido nos instrumentos antes mencionados (nº 05/SIURB/2003 e nº 02/SIURB/2002) qualquer forma de novação, que seria essencial para caracterizá-los como um novo contrato.

Com efeito, o conceito de novação implica a necessidade de extinção de uma obrigação para a criação de uma outra obrigação. E isso jamais ocorreu com o Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, que segue vigente, não tendo havido qualquer alteração quantitativa ou qualitativa na operação original nele prevista.

Reipa-se, por oportuno, que a assinatura do Termo de Aditamento nº 05/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, conforme já descrito, teve por objetivo apenas adequar os termos do Contrato ora questionado àqueles do Contrato de Financiamento firmado entre a Eletrobrás e a Eletropaulo (ECF-2300(2003), apenas e tão somente introduzindo cláusulas de caráter meramente formal, além de promover a consolidação das dívidas existentes entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo até o final de 2003 e prever um aditivo dos valores a serem investidos, tanto pela Eletropaulo, quanto pela Prefeitura do Município, os quais se encontram em estreita observância às exigências legais.

O Contrato nº 02/SIURB/2002, uma vez que objetiva a eficientização do parque de iluminação pública do Município de São Paulo, faculta, na sua Cláusula Segunda, à Eletropaulo à contratação de empresas para a execução e para o gerenciamento do projeto, sempre com a anuência da Prefeitura, autorizando, inclusive a subcontratação.

Desta forma, o aditivo dos valores a serem investidos, tanto pela Eletropaulo, quanto pela Prefeitura, previsto no Termo de Aditamento nº 05/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato

Nº 002/SIURB/2002, tem por objetivo o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato, dado o lapso de tempo transcorrido entre a assinatura do Contrato e a assinatura do Termo aqui abordado.

Tal procedimento observa o disposto no art. 37 da Constituição Federal, em seu inciso XXI, que acaba por estabelecer que as condições de pagamento ao particular deverão ser respeitadas segundo as condições reais e concretas contidas na proposta. No caso concreto, pode-se inferir que este dispositivo deve resguardar os contratos firmados com as empresas particulares, dos efeitos provocados pela inflação no período, sendo tal aditamento, portanto, necessário.

2.1 – Da Medida Provisória nº 237 de 27 de janeiro de 2005

Em que pese ter sido desnecessária – para o caso sob exame a edição da Medida Provisória nº 237/2005, lá que não houve nova contratação de crédito, nem mesmo novação à obrigação já existente, seu advento trouxe a ratificação da excepcionalidade dos contratos de crédito a envolver o Programa Reluz. Fica patente o reconhecimento dos méritos do referido programa no sentido de aumentar a eficiência na prestação desse importante serviço público.

A Medida Provisória nº 237, de 27 de janeiro de 2005 prevê em seu artigo 9º o seguinte:

Art. 9º O art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, fica acrescido de § 2º, passando o seu parágrafo único a vigorar como § 1º, com a seguinte redação:

Art. 8º

§ 1º Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II (possibilidade de contratação de novas dívidas):

.....

III – As operações de crédito destinadas à implantação do projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ.

Desta forma, acreditamos que resta comprovada a estrita observância da legislação vigente na assinatura do Termo de Aditamento nº 05/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, uma vez que o mesmo não tem a natureza de contratação de crédito e, sim, de mero aditamento a um contrato previamente firmado, que jamais foi contestado, estando ademais a assinatura do Termo em conformidade com o disposto na Medida Provisória nº 237 de 27 de janeiro de 2005, acreditamos estarem solucionadas as dúvidas surgidas acerca do assunto.

Diante do exposto, emergem, em síntese, as seguintes conclusões:

i) não houve nova operação de crédito, tratando-se, apenas, de uma adequação da avença havida entre o Município de São Paulo e a Eletropaulo aos termos do contrato entre esta última e a Eletrobrás;

ii) sendo o Reluz um programa criado com o objetivo de financiar programas de eficientização dos parques de iluminação dos municípios, trazendo com isso grande economia ao erário, a adesão da Prefeitura do Município de São Paulo ao mencionado programa não lesa, em qualquer aspecto, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao contrário, tem como objetivo auxiliar a Administração municipal a se adequar aos seus ditames;

iii) Sempre houve, no decorrer do processo de adesão do Município de São Paulo ao Reluz, diligência e acatamento ao Senado, tendo a Administração, à época, enviado toda a documentação atinente aos atos do processo, inclusive ao termo de aditamento aqui discutido.

Assim, diante dos fatos aqui apresentados e das razões de direito acima esmiuçadas, os quais esclarecem todos os aspectos atinentes à operação questionada por esta D. Comissão, requer a apreciação da

presente como seu depoimento pessoal, colocando-me à disposição, como não poderia deixar, desta insigne Casa de Leis.

Aproveitamos o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

São Paulo, 4 de maio de 2005. – **Marta Suplicy.**

Ata da Décima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura, realizada em 17 de maio, de 2005, as 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quinze minutos do dia dezessete de maio do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Lúcia Vênia, Sérgio Guerra, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Ramez Tebet, Mão Santa, Sérgio Cabral, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Delcídio Amaral, Fernando Bezerra, João Capiberibe, Ideli Salvatti, Aelton Freitas, Roberto Saturnino, Osmar Dias e Jefferson Peres e, ainda, do Senador Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Jonas Pinheiro, Tasso Jereissati, Garibaldi Alves Filho, José Maranhão, Ana Júlia Carepa, Eduardo Suplicy e Patrícia Saboya Gomas. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início à apreciação das matérias, o Presidente, Senador Luiz Otávio, faz a leitura da correspondência da ex-Prefeita do Município de São Paulo, Marta Suplicy, oferecendo esclarecimentos, em acatamento ao teor do Ofício nº 34/2005-CAE, quanto à assinatura do “Termo de Aditamento nº 5/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 2/SIRB/2002”. Após a leitura, usam da palavra os Senadores Jefferson Feres, César Borges, Romeu Tuma, Aloizio Mercadante e Mão Santa. Em seguida, a Presidência dá início à apreciação das matérias constantes da Pauta; Item 1 – Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3 e favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 29-6-04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 5-10-04, foi apresentado Voto em Sepa-

rado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto. Em 8-3-05, foi apresentada a Emenda nº 2 de autoria do Senador Leonel Pavan. Em 22-3-05, foi apresentada a Emenda nº 3 de autoria do Senador Osmar Dias. Em 3-5-05, foi lido pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro, o seu novo Parecer e, sendo solicitado Vista pelos Senadores Delcídio Amaral, José Agripino e Leonel Pavan, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos Regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 2 – Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para assegurar isenção parcial do Imposto sobre a Renda das pessoas físicas a contribuinte cujo descendente, seu dependente, sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado, seja portador de doença crônica”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Sérgio Cabral, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Sérgio Cabral, usam da palavra os Senadores César Borges, Romeu Tuma, Aloizio Mercadante, Ramez Tebet, Jefferson Feres, Delcídio Amara! e Edison Lobão. Em atenção ao Requerimento apresentado pelos Senadores Delcídio Amaral, Ney Suassuna, Ideli Salvatti, Valdir Raupp e Ana Júlia Carepa, a Comissão delibera transformar o Requerimento inicial de Audiência Pública, com a presença do Secretário Ricardo Pinheiro, em um Pedido de Informações à Receita Federal, a ser respondido no prazo de 15 dias, a contar de seu recebimento. Nesse sentido, será solicitado que seja encaminhada à Comissão a posição da Receita Federal a respeito dos Projetos de Lei, que alteram a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a Legislação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas; PLS nºs 411 e 495, de 2003, de autoria do Senador César Borges, nº 41, de 2004, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, e nº 423, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Portanto, a Comissão decide adiar a apreciação da matéria; Item 3 – Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2003, terminativo, que “institui seguro obrigatório por danos pessoais causados por disparo de arma de fogo”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; item 4 – Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatadas por seus respectivos titulares”, de autoria do Senador Roberto Saturni-

no, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que apresenta Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. Após a leitura do parecer pelo Relator, Senador Aloizio Mercadante, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com a Emendas nºs 1 e 2-CAE, por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 que apresenta. Em 2-12-03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2003, terminativo, que “altera o inciso I, do artigo 2º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que ‘institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 7 – Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição tdo Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 09-Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que “concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº

129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 2º da Lei nº 9317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29-6-04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados, e dá outras providências”, de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 26-11-02, foi encaminhado o Requerimento nº 24/2002-CAE ao Secretário da Receita Federal solicitando informações para instruir a matéria, sendo o Requerimento atendido em 17-3-03. A apreciação da matéria é adiada; Item 12-Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2002, terminativo, que “altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que ‘estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 13 – Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre o seguro educacional”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14 – Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que “institui o cheque promissório”, de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; item 15 – Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio

Guerra, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 16 – Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2003, terminativo, que “altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir às pessoas físicas deduzir do imposto de renda devido o valor de doações feitas a entidades sem fins lucrativos”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alves Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 17 – Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que “altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, que “dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos”, de autoria do Senador Jefferson Peres, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo sobremento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada; Item 18 – Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, não terminativo, que “dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tomar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que se encontra tramitando em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, não terminativo, que “acrescenta o inciso VIII ao artigo 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ampliando a tipificação dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores”, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer pela rejeição do PLS nº 188, de 2003, em face de ter sido aprovado na CAE o Parecer favorável ao PLS nº 209, de 2003, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 19 – Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 20 – Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, não ter-

minativo, que “altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 21 – Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 22 – Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, não terminativo, que “institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – Poupança Escola’, e dá outras providências”, de autoria do Senador Cristovam Buarque, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 23 – Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 24 – Ofício “S” nº 18, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (RS) e o Estado do Rio Grande do Sul”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que apresenta Parecer pelo encaminhamento, pelo Presidente do Senado, do Projeto e do Parecer ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e pelo encaminhamento aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo de Cachoeirinha (RS) e, também, ao Ministério da Fazenda e, em seguida, ao Arquivo do Senado Federal. A apreciação da matéria é adiada; Item 25 – Ofício “S” nº 19, de 2004,

não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Herval D’Oeste (SC) e a COHAB-SC”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador César Borges, que apresenta Parecer pelo encaminhamento de Expediente, pelo Presidente do Senado, ao Prefeito de Herval D’Oeste e ao Ministério da Fazenda, informando a decisão da CAE e posterior arquivamento da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 26 – Projeto de Lei do Senado nº 448, de 1999, terminativo, que “altera o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”, de autoria do Senador Luiz Pontes, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que apresenta Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 27 – Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2001, terminativo, que “altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização”, de autoria do Senador Roberto Freire e outros Senadores, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho, que apresenta Parecer pelo arquivamento da matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A apreciação da matéria é adiada; Item 28 – Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2002, terminativo, que “altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para instituir o registro de expressão ou sinal de propaganda no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que apresenta Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 29 -Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2003, terminativo, que “altera os incisos II e III do artigo 17 da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, para ressarcir os valores retidos a título de contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira, relativa a salários, proventos e outros benefícios previdenciários”, de autoria do Senador Mão Santa, tendo como Relator o Senador Valdir Raupp, que apresenta Parecer favorável com as Emendas nºs 1 e 2 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada. Em seguida, é aprovada pela Comissão, por solicitação do Relator, Senador Aelton Freitas, a apreciação,

em extra-pauta, do Aviso SF nº 34, de 2004, não terminativo, que “encaminha ao Senado Federal, para conhecimento e adoção de medidas cabíveis, cópia de expediente que versa sobre irregularidades no recolhimento do ICMS pela Petrobras, no Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com o previsto na Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal (TC-011.582/2003-6)”, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece Parecer pelo conhecimento da Comissão e encaminhamento da matéria ao arquivo. Após a leitura do parecer do Relator, Senador Aelton Freitas, usam da palavra para discutir a matéria os Senadores César Borges, Delcidio Amaral e Mão Santa. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator, concluindo pelo conhecimento da matéria a Comissão e o posterior envio ao arquivo. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, em 17 de maio de 2005, às 10h15min, na Sala de Reuniões nº 19, na Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, vou ler uma correspondência que a ex-Prefeita da cidade de São Paulo, Martha Suplicy, remeteu à Comissão de Assuntos Econômicos.

“Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal,
Senador Luiz Otávio.

Martha Suplicy, ex-Prefeita do Município de São Paulo vem, pela presente, em acatamento ao teor do Ofício nº 34, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, datado de 22 de março próximo passado, que requer esclarecimentos adicionais quanto à assinatura do Termo de Aditamento nº 5, de 2003, e da consolidação do termo do contrato nº 2/2002, honrada em se dirigir a esse egrégio sodalício e oferecer os referidos esclarecimentos, conforme o quanto segue:

Sobre o Reluz.

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ foi criado pela Eletrbrás, no âmbito do Programa Nacional de Conservação e Energia Elétrica, com o objetivo

de financiar programas de eficientização dos parques de iluminação dos entes municipais, com recursos oriundos da reserva global de reversão.

O Reluz prevê investimentos de R\$2 bilhões por parte da Eletrobrás para tornar eficientes 9,5 milhões de pontos de iluminação pública, além de instalar outros três milhões adicionais.

O seu lançamento se deu em junho de 2000 e naquele mesmo ano foi prorrogado até 2010. Dessa forma, o programa pretendia ou pretende abranger 77% do potencial de conservação nacional de iluminação pública, atualmente composta por 14,5 milhões de pontos de iluminação, sendo que desses 12.300 milhões podem ganhar maior eficiência.

Sendo essa meta atingida, haverá uma economia de 340 milhões por ano, além de uma descomunal economia de energia.

O objetivo principal do Reluz é a promoção do desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, bem como de valorização de espaços urbanos, de modo a favorecer a melhor segurança e dar condições de iluminação às cidades brasileiras.

O Reluz trará diversas melhorias para o setor elétrico, com a redução de 540 megawatts de carga no horário de ponta do sistema elétrico e economia de 2.400 milhões quilowatts por ano. Da mesma forma, o Reluz deve propiciar resultados operativos interessantes para as concessionárias do setor na medida em que promoverá a redução de perdas e melhoria de condições operativas e uma maior disponibilidade de energia elétrica, possibilitando o atendimento a novos consumidores e o desenvolvimento de novos negócios na área de conservação de energia.

Por fim, os municípios serão extremamente beneficiados, uma vez que, além de melhorar a qualidade da administração pública, pode-se esperar uma redução de 30% a 40% do consumo de energia elétrica, além de diversos outros benefícios, como a valorização de espaços outrora ociosos, a valorização do potencial turístico dessas cidades, a melhoria da segurança pública e a qualidade de vida em áreas carentes.

Dito isso, diante da realidade do Município de São Paulo, dadas às suas características de município mais populoso do Brasil, seu pólo econômico mais importante em local de

existência de bolsões imensos de pobreza, era imprescindível a sua adesão ao Programa, o que foi feito em 2002.

Item nº 2 da correspondência da ex-Prefeita Martha Suplicy.

O Município de São Paulo e o Reluz.

No bojo dessas possibilidades acima, a Prefeitura do Município de São Paulo decidiu aderir ao Programa em 2002, através da concessionária de energia elétrica local, a Eletropaulo, que iniciou negociação com a Eletrobrás para a obtenção de uma linha de financiamento para esse fim.

No dia 2 de outubro de 2002, foi firmado o Contrato 02 entre a Eletropaulo S.A., e a Prefeitura do Município de São Paulo, objetivando a eficientização do parque de iluminação pública do Município. A contratação foi feita com dispensa de licitação dada à situação especial da Eletropaulo, capaz de oferecer condições únicas a que sejam atingidos os objetivos do contrato.

O referido contrato, em sua cláusula 2^a, item 2.1, subitem 1º, alínea c, estabelece que compete à Eletropaulo realizar os investimentos para eficientização na ordem de 75% do valor do projeto, correspondente a R\$113.480.474,18 milhões, com recursos provenientes do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do contrato celebrado entre a Eletropaulo e a Eletrobrás.

As alíneas a, e e f, do mesmo subitem facultam à Eletropaulo a contratação de empresa para execução do projeto, mediante prévia anuência da prefeitura e contratar empresa para o gerenciamento do projeto, ficando então autorizada a subcontratação, desde que com a prévia anuência da Prefeitura de São Paulo.

O Subitem 2, alínea e da cláusula 2.1 do contrato estabelece que compete à prefeitura disponibilizar os valores, a partir de janeiro de 2003, relativos às despesas necessárias à eficientização do parque de iluminação pública, na ordem de 25% do valor do projeto, correspondentes a R\$37.826.824,73 milhões, com recursos provenientes da economia verificada mensalmente durante a implementação do Programa Reluz ou com recursos próprios.

No dia 4 de junho de 2003, foi celebrado o termo de aditamento ao contrato com o objetivo único de disciplinar a cessão pela prefeitura de materiais para a instalação na rede de iluminação pública, os quais deveriam ser posteriormente devolvidos à municipalidade.

O referido termo foi assinado durante a negociação entre a Eletropaulo com as Centrais Elétricas Brasileiras, a Eletrobrás, para a contratação do empréstimo.

No dia 05 de fevereiro de 2004, firmado o Termo de Aditamento nº 5 e consolidação do Termo de Contrato nº 2 entre Eletropaulo SA e a Prefeitura do Município de São Paulo para a eficientização do parque de iluminação pública no âmbito do Reluz, sendo apresentadas as seguintes razões:

a) o interesse das partes em celebrar um instrumento de consolidação de dívida, encontro de contas e outras avenças, nas quais o Município se reconhece devedor da Eletropaulo de determinado valor referente ao fornecimento de energia elétrica pela Eletropaulo ao Município até o final de 2003;

b) a Eletropaulo realizou contratação de empréstimo por meio do contrato de financiamento nº 2.300/2003 junto à Eletrobrás para a implementação do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, no Município de São Paulo.

Desta forma, considerando a ausência das cláusulas espelho no termo de contrato firmado entre o Município e a Eletropaulo, que refletem alguns termos de contrato...

Eu pediria à Secretaria, que, por favor, se manifestasse dentro de uma forma que eu possa ler e depois as pessoas que, pelo menos os Senadores, pudessem interpretar o documento que foi encaminhado pela ex-Prefeita Martha Suplicy, do Município de São Paulo.

Assim, faremos essa discussão paralela logo após a reunião, já que, inclusive, hoje temos um pedido de encurtamento da reunião feito pelo Presidente do Senado Federal, do Congresso Nacional, e do Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo em vista a argüição e votação de membros indicados para o Conselho de Justiça, o que se iniciará a partir das 12 horas, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Pérès.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para esclarecer que a informação que V. Ex^a está dizendo é que o assunto é urgente. Temos que examinar hoje os indicados para os tribunais para o Conselho Nacional de Justiça; amanhã, para o Conselho do Ministério Público; e votarmos isso na terça-feira próxima em plenário, Sr. Presidente, porque o prazo está...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O prazo já se esgotou ontem.

Ainda com relação à reunião de hoje, o Ministro Antonio Palocci me ligou ontem à noite pedindo que o Item 1 do projeto do Senador César Borges, que o Governo me confirmou, que o Ministro da Economia Antonio Palocci tem interesse, inclusive, em aprovar o projeto, e S. Ex^a pedia que, com a ausência do Senador Jonas Pinheiro, que se encontra na Antártida, que é o relator do projeto, e devido ao tempo exíguo da nossa reunião hoje, que ficasse adiada a apreciação do projeto.

Esta Presidência, por delegação, até sem consultar o Senador César Borges, disse ao Ministro o seguinte: "Ministro é melhor não marcarmos isso para a próxima semana, porque na próxima semana temos indicação já feita pelo Governo de um membro do CADE e também virá a indicação do novo diretor do Banco Central para ser também argüido e votado na próxima semana, terça-feira."

Eu, até sem consultar V. Ex^a, Senador César Borges, pedi ao Ministro que, até que se fosse em 15 dias, mas que, realmente, definisse a proposta do Governo, que demonstrou interesse dizendo que o Ministro Palocci disse, inclusive, que quer aprovar e precisa fazer alguns ajustes, mas que, realmente, quer aprovar o projeto.

Pela primeira vez, senti o interesse. Eu não tinha sido procurado até ontem à noite pelo Governo, e ser procurado diretamente pelo Ministro da Fazenda eu considerei que, realmente, há uma vontade e uma necessidade até de conversar com V. Ex^a, já que hoje, realmente, o Senador Jonas Pinheiro não se encontra presente e, de qualquer maneira, seria adiada a votação, mas, pelo menos que, nas próximas semanas, possamos realmente resolver esse impasse.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sr. Presidente, V. Ex^a ainda não concluiu a leitura da carta da ex-Prefeita...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Não, e é muito importante a conclusão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Penso que ainda vai concluir-la. Eu estava aqui, de forma atenta, ouvindo os termos da carta e pediria a V. Ex^a que pudesse, desde já, mandar copiar e distribuir aos Senadores para um melhor conhecimento...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – O Secretário, Dr. Gonzaga, já estava providenciando isso, antes de eu ler a carta. Aqui a coisa é mais rápida do que nós. É online.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Eu estava bastante atento, mas mesmo assim muitas dúvidas ainda temos com relação a esse problema, porque...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Já tem a cópia e já vai distribuí-la para V. Ex^as acompanharem a leitura da carta.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Sabe, V. Ex^a, que é uma questão que suscita muita polêmica, por conta que foi aditada, e uma medida provisória está inclusa, está dentro de uma medida provisória, algo que sana o problema do endividamento que seria vedado por lei, por resolução do Senado Federal porque fere a lei de responsabilidade fiscal esse empréstimo com a Reluz.

Quanto a relatar, como foi feito por V. Ex^a, na leitura da carta da prefeita, das virtudes e das necessidades do Reluz, penso que todos nós, que conhecemos o Reluz, sabemos que ele é importante. Não é essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Aqui no próximo item ela fala sobre o alegado descumprimento. Aí ela vai entrar realmente no âmago da...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Isso. Essa é a questão do mérito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Aqui a primeira parte é mais de...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Com relação ao meu projeto. Na verdade, penso que V. Ex^a, no afã de trazer essa proposta do Ministro Antonio Palocci, falou que o Ministro Palocci quer aprová-lo, penso que ele quer é ver o projeto aprovado, porque, na verdade, quem aprova é o Senado, não é bem o Executivo; o desejo é do ministro em ver aprovado o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Até porque essa é uma matéria que já vem sendo discutida com o Governo. Falei dessa forma, sinceramente, até porque V. Ex^a uma vez me disse: “Olha, Senador Luiz Otávio, não adianta a gente... o ideal é aprovar.”

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Apenas só para situar porque entendi que a sua intenção é essa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Até V. Ex^a me disse: “Não adianta colocar para votar e depois lá vetarem, como fizeram, até recentemente, com uma matéria que inclusive o próprio Líder, na época, alertou o Senador Aloizio Mercadante que a matéria iria ser vetada.”

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Há uma ansiedade muito grande do setor agrícola, do setor pecuário do Brasil, principalmente do Nordeste – tenho sido visitado por vários presidentes de federação de agricultura –, para que seja realmente decidida a aprovação desses projetos, ou até outros que estão

em tramitação na Câmara dos Deputados, que tentam a renegociação ampla e geral do setor e que têm dificuldades efetivas. É claro que tenho mantido todo o interesse em ver aprovado o meu projeto. Penso que o inimigo do bom é o ótimo. Se puder ser aprovado esse projeto, é um passo importante. Aqui está o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, que tem sabido da nossa disponibilidade de sempre negociar e procurar uma saída.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Penso que fiz bem, Senador César Borges, em dizer que, nos próximos 15 dias...

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – V. Ex^a sempre faz muito bem, V. Ex^a é o presidente que sempre acerta com precisão, mesmo sem a presença do relator. Só espero que essa novela, porque está se transformando numa novela, esse Projeto nº 1.517, de minha autoria, tenha um desenlace que seja favorável aos agricultores que estão sofrendo efetivamente. E pelo tempo que temos tido, pela nossa disponibilidade de negociar, e agora, diz V. Ex^a, com o apoio do Ministro... Só para colocar com precisão, não é o Ministro da Economia, apesar de que acho que ele, no fundo, é o Ministro da Economia, mas ainda há o título, é Ministro da Fazenda, porque cuida da parte da Fazenda, da parte da economia há outros ministros, o Luiz Furlan, o do Planejamento etc, mas S. Ex^a é um ministro fortíssimo, sem sombra de dúvida, dentro do Governo. V. Ex^a reconhece isso e quem sou eu para discordar de V. Ex^a.

Então, apoio a sua assertiva e, agora, com o apoio do Ministro Antonio Palocci, tenho certeza que podemos ver um desiderato aí rápido desse projeto, porque já está demorando muito e há uma ansiedade muito grande.

Portanto, Sr. Presidente, quero concordar com V. Ex^a.

Agora, quanto a esse ponto que V. Ex^a citou, e muito bem, gostaria que fosse definido um prazo, quer dizer, se não pode ser na próxima semana, porque já se tem uma (inaudível) superveniente, que seja nas próximas duas reuniões, dentro de 15 dias, no máximo. Lembra-se de quantas vezes já marcamos a votação desse projeto?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Mas ele ainda não tinha realmente, eu pelo menos não o tinha ouvido, a posição direta do Ministro Antonio Palocci a respeito do assunto. Então, S. Ex^a fez questão de ligar e dizer que tinha realmente interesse na aprovação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL-BA) – Essa confiança que V. Ex^a está depositando na posição e na palavra do Ministro, realmente, agora me conduz a

uma expectativa de que vamos ter isso aprovado dentro de 15 dias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Continuo a ler a correspondência da ex-Prefeita Martha...

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Só um apartezinho rápido aqui.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Pois não, Senador Romeu Tuma, do nosso grande Estado de São Paulo, do PFL.

O SR. ROMEUTUMA (PFL-SP) – V. Ex^a está endossando a palavra do Ministro Antonio Palocci?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Perfeito.

O SR. ROMEUTUMA (PFL-SP) – O noticiário que trouxe ao nosso autor da proposta é que um membro do Governo não queria fazer a negociação da dívida dos agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Eu a li.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Então, como o Senador Jonas Pinheiro está na Antártida, que ele não congele o projeto. Essa é a nossa esperança, que ele o mantenha no forno quentinho para que se possa realmente aprová-lo rapidamente, porque essa é uma situação de dificuldade enorme para os agricultores, principalmente pela mudança internacional de comportamento na compra de produtos agrícolas do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com certeza. Volto a ler a correspondência da ex-Prefeita Martha Suplicy.

Visto esses aspectos, cumpre destacar que os termos de aditamento anteriormente mencionados apresentam apenas uma cessão de cláusulas de natureza estritamente formais, que objetivam adequar o termo do Contrato nº 2, firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo, as obrigações firmadas entre a Eletropaulo e a Eletrobrás.

Assim é que essas alterações no Contrato firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo redundam apenas um aumento da obrigação de investimentos, pela Eletropaulo, para R\$140.280.218,67 e do Município apenas R\$46.760.072,89. Agora, sim, a ex-Prefeita Marta Suplicy – eu pediria, primeiro, ao meu Líder do meu Partido, Senador Ney Suassuna, para que pelo menos ouvisse esta parte; a outra parte não.

No item 3º, sobre o alegado descumprimento a diversas normas legais decorrentes da assinatura do Termo de Aditamento e Consolidação do Termo de Contrato, o Ofício nº 34, da CAE, Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, datado de 22 de março – parece que o Líder resolveu sair antes de

terminar a alegação da ex-Prefeita –, para que se possam prestar esclarecimentos adicionais a respeito do descumprimento, pela Prefeitura Municipal do Estado de São Paulo, do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000 e da Resolução do Senado nº 43, antes de adentrarmos no mérito da questão, cumpre destacar o arcabouço jurídico vigente que permeia a relação jurídica ora discutida.

Das Normas Jurídicas Aplicáveis: o art. 32 da Lei Complementar nº 101 – e, aí, ele cita 4 de maio de 2000 – diz:

“Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativas à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles contratada direta ou indiretamente”.

Aí, cita o art. 32.

A resolução do Senado nº 43, que teve a sua redação alterada pela Resolução nº 19, de 2003, prevê que:

Art. 7º As operações de crédito internas – aí, ela faz a relação da Resolução nº 43 e da Resolução nº 19, que alterou a Resolução nº 43.

Ela então cita a rigorosa legalidade da assinatura do termo de aditamento e a consolidação do termo de contrato.

A interpretação que enseja a conclusão de supracitado, contrariados os dispositivos legais acima improcedentes na versão da ex-Prefeita Marta Suplicy, caso, a realização de nova contratação.

Assim, ela justifica também que não houve nova contratação. Foi apenas um aditivo e que jamais sofreu qualquer contestação – ela frisa isso bem em negrito aqui, que nunca foi contestada em relação a este assunto.

Deve ser ressaltado o fato de não ter induzido nos instrumentos, antes mencionados, qualquer forma de inovação que seria essencial para caracterizá-los como um novo contrato.

Ela fala da quantidade e da qualidade dos serviços, e para não tornar a leitura monótona, eu estou apenas acelerando aqui.

Ela cita os termos aditivos que foram feitos.

Da Medida Provisória nº 237.

Em que pese ela ter sido desnecessária para o caso – ela, aqui, diz que é desnecessária a medida provisória.

A edição da Medida Provisória nº 237, já que não houve contratação de crédito, nem mesmo novação à

obrigação já existente, seu advento trouxe a ratificação da excepcionalidade dos contratos de crédito que envolveram o Programa Reluz.

Realmente, se não houve necessidade, não sei por que fizeram a medida provisória.

Dessa forma, ela acredita que resta comprovada a estrita observância da legislação vigente na assinatura do termo de aditamento.

Diante do exposto, emergem, em síntese, as seguintes conclusões:

– não houve nova operação de crédito, tratando-se apenas de uma adequação da avença entre o Município de São Paulo e a Eletropaulo, nos termos do contrato entre esta última e a Eletrobrás;

– sendo o Reluz um programa criado com o objetivo de financiar programas de eficientização do espaço de iluminação dos municípios, trazendo com isso grande economia ao erário a adesão da Prefeitura do Município de São Paulo, o mencionado Programa não lesa, em qualquer aspecto, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao contrário, tem como objetivo auxiliar a administração municipal e de se adequar aos seus ditames;

– sempre houve, no decorrer do processo de adesão do Município de São Paulo ao Reluz, diligência e acatamento ao Senado, tendo a administração, à época, enviado toda a documentação atinente aos atos do processo, inclusive ao termo de aditamento aqui discutido.

Assim, diante dos fatos aqui apresentados e das razões de direito acima esmiuçados, os quais esclarecem todos os aspectos atinentes à operação questionada por esta doura Comissão, requer a apreciação da presente como seu depoimento pessoal, colocando-me à disposição, como não poderia deixar, desta insigne Casa de leis.

Aproveito o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Marta Suplicy, 4 de maio de 2005.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – V. Exa. permite-me dar uma palavrinha a respeito?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, Vice-Presidente da Comissão de Economia e Senador pelo Estado de São Paulo.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Com todo respeito à ex-Prefeita Marta Suplicy, que é simpática e gentil com todos nós, entendo que a representação apresentada ao Senado Federal, como seria uma de-

núncia criminis por inserir em dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal, contrária ao sem bom respeito a essa legislação, foi do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que comunicou a infringência à Lei de Responsabilidade.

Então, se isso não exime a Ministra de ter analisado a denúncia do Ministro, que é uma denúncia, que S. Ex^a assinou e encaminhou a esta Casa.

Solicito a V. Ex^a, que junte isso aos autos, ao procedimento, para que o Relator possa analisá-lo para que, posteriormente, possamos tomar uma decisão a respeito, até porque vamos ter uma medida provisória a ser votada.

Pelo que diz, a ex-Prefeita pede ao Presidente Lula que retire a medida provisória. Pelo menos foi o que entendi aqui. Como o Senador César Borges estava presente desde o início, não sei se S. Ex^a entendeu assim também, que ela disse que não precisava da medida provisória. Se ela não precisava, acredito...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Senador Romeu Tuma, permite-me um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas se o Governo retirasse a medida provisória a pedido da ex-Prefeita estaria confessando que se trata de uma medida casuística para beneficiar a Prefeitura de São Paulo.

O Governo, certamente, não fará isso.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mas é o que ela diz aqui na carta. Eu já terminei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Eu queria, em primeiro lugar, relembrar que o Reluz é um programa de amplo alcance social. Ele basicamente permite trocar a luz de mercúrio por sódio, com uma redução de custos da ordem de 35% do consumo e, dessa forma, pode-se expandir a iluminação pública, especialmente nos grandes centros, sem custo de manutenção e de gastos correntes futuros. E a expansão da rede é financiada pela taxa de iluminação.

Então, é um programa que ajuda, sobretudo, a segurança pública, protege as famílias da periferia, não onera o município porque se está trocando a lâmpada e economizando o gasto com energia, e a ampliação da rede é financiada com a taxa de iluminação.

O problema é que é auto-sustentável do ponto de vista fiscal e, nesse sentido, ele não se enquadra nas exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em segundo lugar, eu queria lembrar que não é apenas a prefeita Marta Suplicy que deve explicações

sobre esse programa: são 130 municípios. Na Prefeitura de Salvador, o ex-Prefeito Embassay está envolvido no mesmo tipo de experiência; o Prefeito César Maia, do Rio de Janeiro, está envolvido também no mesmo tipo de situação, exatamente assemelhada. Da mesma forma, o Município de Guarujá, Araçatuba e várias outras prefeituras do País, e, portanto, a medida provisória busca exatamente assegurar que este programa tenha continuidade. Trata-se de um programa de alcance social e auto-sustentável do ponto de vista fiscal e do ponto de vista da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Proponho que debatamos essa matéria quando estiver na Casa a medida provisória que se encontra na Câmara dos Deputados. Aguardaríamos a votação da Câmara e, quando chegar à Casa, poderemos debatê-la e aprofundar a matéria.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Senador Aloizio Mercadante, permita-me falar. Sempre fui favorável, no aspecto da segurança pública, à importância da iluminação pública. V. Ex^a foi Governador e sabe que se trata de um fator bastante positivo na manutenção da segurança. Então, ninguém de nós é contra o projeto. O que se discute é se houve ou não infringência a uma lei votada nesta Casa.

O Ministério tem obrigação de comunicar a todos os outros Municípios que o fizeram a fim de que haja discussão sobre a matéria de modo geral. Se a medida provisória vem ou não realizar correção, será assunto a ser discutido pelo Relator no Plenário. Estamos debatendo outro aspecto – não a importância do projeto, cuja continuação é imprescindível –, ou seja, se houve ou não infringência ao dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu pretendia falar sobre outro assunto.

Sou Relator de um projeto que entendo muito oportuno, pois é a respeito de desemprego. Ele nasceu da luz do nosso Senador Jefferson Péres, possibilitando uma esperança de emprego àqueles que têm mais de 40 anos, uma vez que a população brasileira passa por esse desespero.

Houve uma audiência pública, mas, coincidentemente, o nosso Senador Paulo Paim é autor de outro projeto que está em tramitação. Ele já pediu que o projeto que ora relato sejam pinçados, mas eu gostaria de continuar na relatoria desse projeto, que nasceu do Divino Espírito Santo, que pousou nas cabeças iluminadas dos Senadores Jefferson Péres e Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Senador Mão Santa, o projeto seguiu para a Mesa Diretora do Senado Federal, retornará à Comissão e V. Ex^a será novamente designado Relator por determinação da Mesa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em nome dos desempregados, apresento meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Assim sendo, daremos continuidade à sessão. Mas, primeiramente, preciso dar um esclarecimento, pois naquela hora eu não dispunha do nome da indicada para o Cade, a Dr^a Denise Maria Ayres de Abreu. O projeto encontra-se com a Senadora Patrícia Saboya Gomes para relatar. Ainda não tenho o nome do novo indicado para a Diretoria do Banco Central. Logo mais, poderei anunciarlo.

Havendo número legal, declaro encerrada a primeira parte da reunião, que dizia respeito à leitura do ofício da ex-Prefeita Marta Suplicy. Peço aos Srs. Senadores que dispensem a leitura da Ata anterior e a aprovem.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada a Ata.

A pauta da reunião e a cópia da carta da ex-Prefeita foram entregues a todos, Senador Romeu Tuma.

O Item 1 da pauta, que se refere ao Projeto de Lei do Senado nº 517/2003, terminativo, de autoria do eminente Senador César Borges, sendo Relator o Senador Jonas Pinheiro, ficou adiado, conforme discutimos no inicio da sessão.

Atendemos também ao pleito do Senador Mão Santa.

O Item 2, igualmente de autoria do Senador César Borges, refere-se ao Projeto de Lei do Senado nº 411/2003, terminativo. Fica adiado o Item 2, uma vez que o Relator não está presente

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Aelton Freitas. Em seguida, fará uso da palavra o Senador César Borges.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Peço a inclusão extra pauta de um relatório meu, se for possível.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Qual é o número do Projeto?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Trata-se do Aviso nº 2.140, de 28 de outubro de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam a proposta

do Senador Aelton Freitas queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

Votaremos, então, em seguida, o Aviso.

Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Na verdade, V. Ex^a já havia decidido e gostaria que pudesse rever a sua decisão com relação ao Item 2, porque esse projeto já está há algum tempo em pauta, podendo ser designado Relator **ad hoc**. O Senador Rodolpho Tourinho poderia fazer esse trabalho com muita eficiência, como é contumaz, sempre faz com muita eficiência e, mais uma vez, procede assim.

Poderia ser um projeto com largo alcance social, conta com a aprovação do Relator, Senador Sérgio Cabral. Então, se fosse o caso só de leitura, poderíamos discuti-lo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– V. Ex^a propõe que seja discutido o projeto?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Exata mente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – E a votação deixaremos para outra oportunidade?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Veja bem, Sr. Presidente, senão vamos sempre adiar a votação de projetos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– O problema é a ausência do Relator. Sinceramente, o Senador Eduardo Azeredo sempre me procura para pedir-me relatoria. Quer discutir os assuntos sempre.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – É o item n^º 2, cujo Relator é o Senador Sérgio Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Pois é, item n^º 2. Eu já estava no 3. Então, pronto! Mas o Senador Sérgio Cabral também não se encontra presente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– O Secretário está-me dizendo que a regra é a seguinte: procura-se sempre o Relator presente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, o Relator dos itens n^ºs 14 e 20 está presente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Vamos esperar até quarta-feira?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, se for assim, não vamos votar projeto nenhum. Sempre vamos ter alguma dificuldade.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, estou presente e sou o Relator dos itens n^ºs 14 e 20, respectivamente dos Senadores Duciomar Costa e Paulo Paim, o qual está à minha esquerda.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Pois é, mas há vários Senadores presentes, os Senadores Mão Santa e Aloizio Mercadante. O próprio Relator César Borges é Relator do item n^º 5. Há um item também aqui do Senador Romeu Tuma.

Vamos, então, seguir a pauta! Passemos ao item n^º 4.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Então, isto passa a ser norma na Comissão: não estando o Relator, não poderá ser designado Relator **ad hoc**.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Como sempre brasileiro não tem jeito.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Só queria saber qual é a norma de procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Peça que alguém ligue para o Senador... S. Ex^a já está a caminho. E para que eu não tenha problema com o Relator. Se o Relator o permitir, não haverá problema. A questão é o Relator chegar e alegar que é o Relator. Ele está dizendo que o Relator avisou que está chegando.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Então, se o eminente Senador Sérgio Cabral chegar, votaremos a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Lógico. Pode ser assim, Senador César Borges?

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Sr. Presidente. V. Ex^a sempre sabe de suas decisões.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Como o Relator do item n^º 3 também não está presente, passamos ao item n^º 4.

PLS n^º 199, de 2003, terminativo, que dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimentos em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais, criados pelo Decreto-Lei n^º 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatados por seus respectivos titulares.

Autor: Senador Roberto Saturnino, que se encontra presente.

Relator: Senador Aloizio Mercadante, que também se encontra presente.

Antes, porém, saúdo o retorno, desde ontem, às nossas atividades parlamentares do Senador Ramez Tebet, ex-Presidente desta Casa, do Congresso Nacional e desta Comissão e meu amigo particular do qual muito me orgulho às nossas atividades parlamentares. Estamos satisfeitos com sua presença!

O SR. (Orador não identificado) – (Fora do microfone.) Todos nós! Graças a Deus!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Não apenas eu sou seu amigo.

Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, Relator do projeto.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Estendo também os votos de recepção calorosa na acolhida do nosso ex-Presidente desta Comissão e desta Casa, Senador Ramez Tebet.

Submete esta Casa o PLS nº 199, de 2003, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que dispõe sobre destinação a ser dada aos valores relativos às cotas dos fundos de investimentos em títulos e valores mobiliários representativas dos fundos fiscais, criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatados por seus respectivos titulares.

O art. 1º delimita o alcance da proposta.

O art. 2º estabelece que as instituições administradoras de valores não reclamados publiquem editais de convocação dos titulares por três vezes em jornais de grande circulação, para que esses possam sacar as importâncias atinentes ou expressamente concordar com a manutenção da aplicação.

O art. 3º prevê que os valores não reclamados sejam transferidos em um fundo único, denominado Fundo Residual nº 157, a ser administrado pelo BNDES, mediante o pagamento da taxa de administração equivalente à média das taxas cobradas pelas administradoras dos dez maiores fundos—espécie. Esse Fundo Residual deverá ser liquidado em dois anos.

O art. 4º dispõe que o detentor de direitos sobre os referidos valores poderá solicitar o resgate de suas cotas até a data de encerramento do fundo e que o não exercício desse direito equivale ao abandono das cotas.

O art. 5º prevê que o patrimônio do fundo apurado em liquidação será transferido ao tesouro nacional.

O art. 6º cria exceção ao objeto do PLS em análise dispondo sobre os recursos oriundos de aplicações voluntárias, não estando sujeitos à regra de transferência para o Fundo residual nº 157.

O art. 7º revoga a Lei nº 7.482, de 1986.

O art. 8º é cláusula de vigência.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise.

As finalidades principais do PLS nº 199, de 2003, são evitar a exaustão dos recursos depositados nos fundos fiscais, criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 1967, o que ocorreria com a incidência de custos de manutenção bancária garantindo os direitos de propriedade dos legítimos detentores de cotas e repassar os recursos abandonados ao Tesouro Nacional.

O originalmente chamado Fundo nº 157 foi instrumento de incentivo ao desenvolvimento do mercado de ações no Brasil. Os interessados poderiam aplicar parte do Imposto de Renda devido na compra de cotas disponíveis desse Fundo representativas de ações.

O projeto em exame prevê uma chamada pública dos detentores de cotas, a exemplo do que já ocorreu

no ano de 1996, por iniciativa da CVM, que detectou a existência de 2,9 milhões de investidores detentores desse tipo de ativo.

Como afirmado no relatório, há previsão de uma chamada de cotistas em jornais de grande circulação por três vezes consecutivas. Uma vez não sendo reclamados, os tais recursos seriam transferidos para o Fundo Residual nº 157, a ser administrado pelo BNDES, que, para tanto, receberia uma taxa de administração. Fim desse período, o Fundo seria liquidado com imediata transferência dos valores remanescentes a favor do Tesouro Nacional, sem prejuízo de eventuais requisições de cotistas, que poderiam ser feitas até a data da liquidação.

Estão excluídas do recolhimento do Fundo Residual nº 157 as cotas que representam recursos provenientes das aplicações voluntárias ocorridas após a transformação do Fundo em Fundo de Investimento de Títulos de Valores Mobiliários.

A matéria não tem vício de constitucionalidade, de juridicidade e iniciativa. A União tem competência para legislar sobre a matéria de direito civil e direito financeiro, que pode ser tratada por lei ordinária.

Para aumentar a eficiência da proposição, seria importante evitar os altos custos das três publicações sucessivas para cada instituição administradora. O melhor seria que tal tarefa fosse centralizada na Associação Nacional de Bancos de Investimentos, de modo a reduzir os custos da publicação e favorecer os próprios cotistas, que poderiam consultar uma única lista, tornando mais fácil a detecção de eventuais valores a receber do cidadão comum.

Outro aspecto que merece aperfeiçoamento refere-se ao agente financeiro encarregado da gestão do Fundo Residual 157. Por suas características de banco especializado na concessão de crédito de longo prazo, o BNDES não seria o agente mais indicado para administrar um fundo constituído para durar apenas dois anos. Mais interessante seria transferir à Caixa Econômica Federal a tarefa de centralizar e administrar esse recurso.

Nesse particular, é importante lembrar que a Caixa operou com grande sucesso a completa centralização das cotas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, prevista na Constituição de 1988. A experiência adquirida naquele processo certamente dará àquela Instituição uma vantagem na tarefa prevista no projeto de lei em exame.

Alguns reparos de pequena monta são também recomendados e deverão ser providenciados na redação final.

O primeiro é substituir a menção ao parágrafo anterior, constante no art. 3º, § 2º, por § 1º; no art. 4º,

do mesmo art. 3º, deve ser eliminada a referência ao vocábulo “uma”; e no art. 4º, **caput**, o vocábulo “titular” deve ser grafado no plural.

Voto.

Tendo em vista o exposto, manifesto pela aprovação do PLS nº 99, de 2003, com as emendas que apresento.

Emenda nº 1:

Dá-se ao art. 2º a seguinte redação:

No prazo de 90 dias de entrada em vigor desta lei, as instituições que têm sob sua administração saldos de cotas de fundos de investimentos mencionados no art. 1º, deverão repassar a relação de titular da Associação Nacional de Bancos de Investimento – ANBID.

Parágrafo único. Decorridos 30 dias do prazo estabelecido no **caput**, a Anbid fará publicar em jornais de grande circulação nacional, por três vezes consecutivas, por prazo de 30 dias, entre a publicação e a seguinte, para convocar os titulares dos referidos saldos a efetuar o resgate de suas cotas ou a manifestarem expressamente seu interesse em manter a aplicação.

Emenda nº 2, da CAE:

A referência feita ao BNDES, no **caput** do art. 3º, deve ser substituída pela expressão “Caixa Econômica Federal”. E as demais referências ao BNDES presentes nos parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do art. 3º e no **caput** do art. 4º devem ser substituídas pelo termo “Caixa”.

Sala das Comissões, Relator Aloísio Mercadante.

Eu queria registrar, portanto, Sr. Presidente, que temos estimados cerca de 2,7 milhões cotistas que aplicaram recursos nesses fundos, que era o estímulo fiscal no Imposto de Renda pelo Decreto-Lei de 1967. Esses recursos ficaram dispersos em muitas instituições financeiras. Os cotistas não sabem sequer se têm direito a esses recursos. Então, o que se propõe é centralizar todos os recursos na Caixa Econômica Federal, publicar 3 vezes em jornais de grande circulação a lista de todos os cotistas, com prazo de 30 dias a cada publicação, para que o cidadão que tem interesse vá lá e saque. A partir daí esses recursos seriam administrados pela Caixa e, depois, transferidos, de forma definitiva, para o Tesouro Nacional, beneficiando toda a população brasileira.

Então, é um patrimônio de quase 40 anos que está aí paralisado, ou a serviço de algumas instituições financeiras. Centralizariamos na Caixa Econômica Federal e, posteriormente, transferiríamos esses recursos ao Tesouro Nacional. E um projeto altamente meritório, as emendas apenas corrigem o sentido e a operacionalidade, mas mantém-se a essência da proposição, que tem alcance social e beneficia o contribuinte brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – A matéria está em discussão.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador, será uma lista nacional, não é? Ela se direcionará a cada Estado?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Não. É uma lista nacional, publicada...

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Qualquer um pode ter mudado de Estado, então ela será nacional.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – ... publicada em jornais de grande circulação nacional.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto.

Lembro que o projeto é terminativo, exige **quórum** qualificado e votação nominal. Consulto o Plenário se podemos fazer uma só votação para o projeto e para as emendas.

Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O Sr. Senador Ney Suassuna é contra? (Pausa.)

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Projeto e emendas.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Não. A favor. Aprovado.

Vamos então à votação.

Quem vota com o Relator, vota “sim”. Quem vota contra o Relator, vota “não”.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Está encerrada a votação.

Aprovado com 16 votos sim, por unanimidade.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Pela ordem tem a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, com a chegada do nobre Relator Sérgio Cabral, que é Relator do Item nº 2, eu pediria a V. Ex^a que esse fosse o próximo item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Antes eu quero confirmar o que iniciou o nosso entendimento sobre a questão das relatorias. O próprio Senador Eduardo Azeredo, que foi aqui defendido para manter a relatoria do seu projeto, já pediu pela ordem. O Senador Sérgio Cabral é quem vai relatar o projeto de V. Ex^a.

Com a palavra o Eduardo Azeredo, pela ordem.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, na questão do projeto do item 3, há necessidade ainda de algumas informações adicionais. O autor do projeto é o Senador Delcídio Amaral. De maneira que peço a retirada D pauta.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMD – B PA) – A Mesa acata a retirada de pauta do item 3, a pedido do Senador Eduardo Azeredo.

Item 2:

Projeto de Lei do Senado nº 411, de 2003, terminativo. Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para assegurar a isenção parcial dos impostos sobre a renda das pessoas físicas a contribuintes cuja descendente ou seu dependente sem direito a benefício previdenciário ou assemelhado seja portador de doença crônica.

Autor: Senador César Borges.

Relator: eminentíssimo Senador e futuro governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, do PMDB do Rio.

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Benza Deus, Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Há um requerimento sobre a mesa. O Secretário daqui...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Estou ao lado do Senador Eduardo Azeredo...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – V. Ex^a pode relatar, depois eu lerei o requerimento do Senador Delcídio pedindo também uma...

O SR. SÉRGIO CABRAL (PMDB-RJ) – Senador Luiz Otávio, estou ao lado de um Senador mineiro, o Senador Eduardo Azeredo e, como dizem os mineiros, e o dizem muito bem “Eleição e mineração, só depois da apuração.”

V. Ex^a já leu o **caput** do projeto do eminentíssimo Senador César Borges, que é basicamente o início da minha análise no relatório.

O projeto acrescenta o inciso VII ao art. 4º da Lei nº 9.250, de 1995, possibilitando a dedução para a determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do Imposto sobre a Renda na quantia equivalente a percentual do valor máximo fixado para os benefícios do regime geral da Previdência Social, correspondente a parcela isenta dos rendimentos recebidos pelo contribuinte que tenha descendente seu dependente portador de doença crônica que não receba benefício previdenciário ou assemelhado.

O percentual de dedução será estabelecido no regulamento do Imposto de Renda.

O projeto também altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 1995, que trata da base de cálculo do Imposto de Renda, a fim de adequá-lo à regra do inciso VII do art. 4º da mesma lei.

O autor justifica a sua proposta demonstrando seu elevado cunho social, já que dá razoável isenção compensatória ao contribuinte que tenha descendente seu dependente portador de doença crônica, que não receba qualquer benefício previdenciário.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

É o relatório.

Análise.

A matéria objeto do projeto sob análise é de competência da União federal, não havendo vício de inconstitucionalidade.

No mérito, a proposta merece aplausos. Os ascendentes que possuam descendentes portadores de doença crônica, que sejam deles dependentes economicamente, incorrem em enormes despesas para fazer frente aos altos custos que caracterizam o tratamento dessas doenças.

Nada mais justo, portanto, que determinar a isenção de parte dos rendimentos do contribuinte para fins do Imposto de Renda para conceder um alívio fiscal para quem tem dependente, filhos ou netos, portadores de doenças crônicas.

Não há risco do projeto ora em discussão causar perdas insuportáveis ao Fisco, tendo em vista dispor ele que o percentual do desconto será fixado no Regulamento do Imposto de Renda expedido pela autoridade fazendária, após os estudos de impacto econômico e financeiro que se fizerem necessários.

Pelo exposto, Sr. Presidente, o meu parecer é no sentido da aprovação do projeto na forma da sua redação original, mais uma vez me regozijando com o autor, o eminentíssimo Senador César Borges pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Passo a ler o Requerimento.

Requer a V. Ex^a, nos termos regimentais seja realizada audiência pública neste órgão técnico com a participação do Secretário-Adjunto da Receita Federal, Dr. Ricardo Pinheiro, a fim de instruir a deliberação dos Projetos de Lei nºs 411 e 495, de 2003, de autoria do nobre Senador César Borges; do Projeto de Lei nº 41, de 2004, de autoria do nobre Senador Rodolpho Turinholo; e do Projeto de Lei nº 423, de 2003, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Assinam o Senador Delcídio Amaral, a Senadora Ana Júlia Carepa, o Senador Ney Suassuna, a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Valdir Raupp.

O SR. DELCIDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Sr. Presidente, o objetivo é que, como existem vários projetos tramitando na Comissão de Assuntos Econômicos que levam em consideração questões de ordem fiscal, seja por meio de isenção, seja por meio de outras alternativas, como deduções.

Então, estou apresentando esse requerimento exatamente para encaminhar esses projetos todos, de tal maneira que a Comissão de Assuntos Econômicos tenha todas as informações necessárias e delibere sobre os projetos que são efetivamente importantes, principalmente um projeto que parte, entre outros, do Senador César Borges, um Senador competente que tem sempre participado dos principais debates nacionais – apesar de falar que eu, agora, sou engavetador na Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Substituindo Geraldo Brindeiro – lá na Procuradoria, aqui, não. Não é verdade, também.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Para discutir o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Antes de V. Ex^a discutir, Senador César Borges, eu queria anunciar que o nome do indicado para diretor do Banco Central é Dr. Alexandre Antonio Tombini, para a Diretoria de Estudos Especiais, que vai substituir o Dr. Henrique Eduardo Loyo. A mensagem vai ser lida no plenário do Senado Federal e, em seguida, chegará à Comissão de Assuntos Econômicos, para nossa arguição e votação.

Para discutir o requerimento proposto pelo Senador Delcídio Amaral, Líder do Partido dos Trabalhadores, o Senador César Borges tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, penso que há uma ação coordenada pelo nobre Líder do PT, prezado Senador Delcídio Amaral, e pelo Governo de modo geral de procrastinar votações de projetos importantes que têm, inclusive, um cunho social como esse que nós aqui apresentamos, que, sem sombra de dúvidas, tem mérito – mérito esse que foi reconhecido, quero agradecer publicamente, pelo relator, Senador Sérgio Cabral, que é um homem sensível, que soube avaliar bem o projeto e que trouxe o seu relato a esta Comissão.

Acho que os Srs. Senadores são plenamente aptos e têm toda a competência e conhecimento sobre o problema tributário para tomar uma decisão. Não vejo nenhuma necessidade dessa audiência pública. É apenas uma medida procrastinadora, para se levar para adiante, para não ser aprovada. Também não se desaprova. Se o Governo não quer aprovar os projetos, que se positione claramente, dizendo: não queremos aprovar, não vamos aprovar, e assuma isso perante o autor do projeto, perante o relator e perante a própria sociedade. Agora, procrastinar não é a melhor forma, a melhor via. Portanto, não vejo necessidade da aprovação desse requerimento.

Sr. Presidente, acabamos de ver uma forma eficiente que V. Ex^a trouxe aqui. A Prefeita Marta Suplicy,

em resposta a um ofício da Presidência desta Comissão – cá não veio, não está conosco, não nos deu essa honra –, mandou uma explicação por escrito. Isso já foi, de certa forma, discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de ser uma fórmula para não causar obstáculos no andamento dos trabalhos desta Comissão importante, com os projetos ficando sempre sem serem votados. Aqui, somente se vota medida provisória que for do interesse do Governo. No mais, no que for de origem parlamentar, sempre tem há todo tipo de obstáculo, de dificuldade, em audiências públicas, e os projetos nunca chegam ao momento da votação, que é o momento democrático. Se o Governo tem maioria e não quer aprovar o projeto, que diga e que assuma isso.

Então, Sr. Presidente, dos maiores o menor: se esse requerimento tiver de ser aprovado, que, pelo menos, se peça à Secretaria da Receita Federal que encaminhe o seu parecer. Já que precisamos ouvir a Secretaria da Receita Federal para instruir os processos, que são de total autonomia da Comissão de Assuntos Econômicos, que se peça, então, por escrito. Eles podem emitir um parecer, ou favorável ou contrário, ou simplesmente fazendo uma análise. Que não tenhamos de esperar. Quando eles se dispuserem a vir à comissão, mais uma reunião será utilizada para fazer a audiência pública, para que, depois, se vote o projeto.

Que, depois, não nos acusem de que não estamos trabalhando, de que não há iniciativas parlamentares. Temos, sim; o Congresso Nacional está cheio de boas iniciativas. No entanto, somente se vota aquilo que é do interesse do Governo. O que não é do interesse do Governo dormita nas gavetas...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu me inscrevi para discutir.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...e as medidas protelatórias e procrastinadoras estão sendo usuais nesta Casa. Eu me subordino contra isso, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, estou inscrito.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu somente diria uma coisa: precisamos deixar de amordaçar o Congresso Nacional. O Congresso está amordaçado, com a mão praticamente algemada, porque não pode decidir. Mas qualquer membro desta Comissão pode, a

qualquer tempo, solicitar à Receita Federal um parecer para seu conhecimento e colocação em Plenário. Se eu quiser um parecer da Receita Federal, eles terão prazer em me fornecer, analisando. Eu posso fazer um substitutivo com base no parecer deles. Assim, não há necessidade de convocação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Até desmerece o relato do Senador Sérgio Cabral.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Além da consultoria que há nesta Casa, que é competente e tem nos auxiliado brilhantemente para sanar qualquer dúvida que temos a respeito do projeto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Incorporo o aparte do Senador Romeu Tuma.

Sr. Presidente, ou não aprovamos esse requerimento, que é procrastinador, ou, se ele tiver que ser aprovado – a maioria é democrática –, paciência, que o transformemos em um pedido de informação da própria Secretaria, que não tenhamos de fazer uma audiência pública.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Aloízio Mercadante, Líder do Governo no Senado Federal.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Começamos esta reunião com o Senador César Borges achando que a Mesa queria procrastinar porque o Relator não estava presente. Depois chegou o Relator e o Projeto entrou na pauta. Portanto, não procedia a primeira preocupação do Senador César Borges. Do meu ponto de vista, também não procede à segunda. Se o Senador quiser votar agora, podemos fazê-lo. Eu vou votar contra o projeto e vou dizer o porquê.

Primeiro, porque, com relação aos gastos com saúde, já está prevista, no Imposto de Renda, a dedução referente aos dependentes. O fato de ser uma doença crônica – e não está definido aqui o que é doença crônica, quais são os males, não há definição alguma no projeto – não altera uma prerrogativa que está estabelecida na lei do Imposto de Renda.

Então, a proposta de ouvir a Receita Federal... Inclusive porque transfere à Receita a regulamentação do dispositivo, o que significa, também, que não assegura nenhum direito, porque, se a Receita estiver contrária, ela vai regulamentar de uma forma que o direito não será líquido e certo.

Em terceiro lugar, fere a LDO e a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque não estabelece o montante da renúncia e quais rubricas serão cortadas no Orçamento em função dessa previsão. Poderíamos organizar isso no texto que deveria ter sido feito e não foi.

De qualquer forma, do meu ponto de vista, se for possível definir o que é doença crônica e verificar se

os incentivos que a Receita dá hoje aos gastos com saúde são insuficientes, o projeto é meritório. Também concordo com a sugestão de buscar transformar o requerimento, em vez de em uma audiência pública, em um parecer da Receita, analisando o projeto e dando subsídios. Eu acho que facilita o trabalho da Comissão e podemos fazer uma discussão mais qualificada.

Por tudo isso, espero que o Senador César Borges entenda – quero apoiar a iniciativa do Senador Delcídio Amaral – que é uma forma de enriquecer e fazer um texto bem feito. Transformamos em um requerimento de informação e pedimos à Receita para ser pronunciar e fazer sugestões em relação ao projeto para, assim, termos uma avaliação melhor sobre como construir.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Aloízio Mercadante, eu gostaria de fazer um acréscimo. É difícil definir – o Mão Santa e outros são médicos – o que é doença crônica, mas não é difícil definir as doenças crônicas. Tanto é assim que fiz um projeto aqui sobre uma doença que acomete o fígado que foi aprovado com isenção do Imposto de Renda. Assim, já há algumas classificadas.

Então, talvez haja alguma alteração no projeto, porque ele é válido. Hoje, o que se gasta, Senador, com remédios é algo profundamente amargo. Há um artigo nesta semana, nos jornais e revistas, que diz que se desconta do Imposto de Renda o tratamento em hospital e em clínicas, mas não o tratamento em casa, por ser difícil a comprovação e isso poderá gerar fraudes.

Não sei se é essa a idéia de V. Ex^a, que se possa contornar essa situação e estabelecer regras mais fortes para que haja uma controle e a Receita possa aceitar o desconto com o tratamento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Srs. Senadores, eu penso que a sugestão do Senador Aloízio Mercadante deveria ser acatada e vou dar as minhas razões.

O projeto é de um conteúdo humanitário muito grande. O Senador Mercadante alega que já há desconto com despesa médica. Não! Há desconto com honorários médicos. Mas os gastos com medicamentos, por exemplo, não estão descontados.

Por outro lado, o requerimento de autoria do Líder do PT, meu conterrâneo e de outros Parlamentares que o subscrevem, não chama o titular da Secretaria da Receita Federal. Creio que a Comissão não pode mais ficar realizando audiências públicas. E certo que deve acontecer, mas não sempre. Temos de analisar caso por caso. Assim, penso que seria melhor formular

um pedido – e ai fica com o Senador Mercadante – de informações, no qual S. Ex^a poderia emitir sua opinião, independentemente de sua presença aqui.

Eu perguntaria ao Líder do PT e os Senadores que subscreveram o seu requerimento se concordam em transformá-lo em um requerimento de informações, que considero a maneira mais adequada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres e, depois, o Senador Delcídio Amaral.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, eu não diria, como o eminentíssimo Senador César Borges, que o requerimento de autoria do Senador Delcídio Amaral é protelatório porque, assim, eu estaria avaliando intenções, mas qualquer pedido de audiência pública protela. Ainda que não tenha sido essa a intenção do Senador Delcídio Amaral, não há dúvida de que protela. No entanto, Senador César Borges, o requerimento de informações à Receita, se não houver fixação de prazo, poderá ser pior.

Estou vendo no ítem 11, um projeto de autoria do Senador Edison Lobão, relatado pelo Senador Antonio Carlos Valadares, relativamente ao qual foi encaminhado requerimento ao Secretário da Receita Federal em 26 de novembro de 2002, respondido em 17 de março de 2003. A resposta pode demorar cinco meses. É verdade que houve um recesso, mas o requerimento poderia ter sido respondido no recesso, de forma que já no início dos trabalhos parlamentares tivéssemos recebido a resposta.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Senador Jefferson Péres?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Então, isso pode ser inútil, a não se fixe prazo para a Receita Federal.

Pois não.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Poderíamos fazer constar do requerimento a exigência de que o requerimento seja respondido no prazo legal.

O SR. EDISON LOBAO (PFL – MA) – E o prazo legal é de 30 trinta.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Então, que o Secretário responda no prazo legal de 30 trinta. Se não responder, ficará sujeito à legislação.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas a audiência pública pode ser realizada em menos de 30 trinta dias. Então, não vejo vantagem no encaminhamento do requerimento sobre a realização da audiência pública.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Veja V. Ex^a, sendo um convite, ele marca data para quando ele quiser, porque convite é convite.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – No mérito, Sr. Presidente, tenho sempre muita restrição, muita reserva, a respeito de projetos de concedem isenção ou abatimento de Imposto de Renda a pessoas físicas porque os resultados acabam sendo injustos. E que beneficia o assalariado e beneficia o rico também, que, tendo um filho deficiente, obtém abate do Imposto de Renda. Senador César Borges, se analisarmos bem, verificaremos que beneficiará quem ganha pouco e que tem esse problema, mas beneficiará também o rico que não precisa, mas que também abaterá do seu Imposto de Renda, se tiver um filho com essa doença. Há esse inconveniente, eu diria do ponto de vista da justiça social, mas...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra, o Senador César Borges.

O SR. CESAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, com relação à realização de audiência ou da solicitação de um parecer à Secretaria da Receita Federal, como bem disse o Senador Jefferson Péres, pode ser até pior, creio que a Mesa poderia resolver o problema fixando um prazo – e o Senador Ramez Tebet expôs isso muito bem – para a resposta. Não vejo por que...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Talvez a audiência pudesse facilitar o questionamento sobre medicamentos e outras coisas, se fosse realizada na semana que vem.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Romeu Tuma, não é nem o titular que está sendo convidado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não. E um técnico. A Receita tem técnicos...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Há uma sugestão da assessoria da Mesa, no sentido de que isso poderia ser encaminhado para a Consultoria Jurídica da Casa, da própria Comissão. E mais rápido.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, outra possibilidade seria, para se evitar procrastinação, fixar um prazo à Receita para audiência pública. Marca-se para a próxima semana. Se a Receita não vier, é porque não tem interesse.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – O Senador Delcídio Amaral está querendo usar da palavra há algum tempo para sugerir uma solução, Senador César Borges.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – O Poder Executivo, quando solicitado pelo Presidente do órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de 60 dias, nesse caso específico, pode mandar uma resposta com relação à diminuição de receita ou

ao aumento de despesa ou subsídios técnicos para realizá-la.

Sr. Presidente, quero dizer o seguinte: nós fizemos o requerimento. Primeiro, o projeto do Senador César Borges é absolutamente pertinente. Ninguém está querendo ser desumano.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMOB-PA) – Senador Delcídio Amaral, o Senador Jefferson Péres está me lembrando o horário. Temos que acelerar porque haverá arguição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dos membros do Conselho Nacional de Justiça.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Pois não. Então, para resumir, Sr. Presidente, existem projetos de outros ilustres Senadores da Comissão de Assuntos Econômicos que levam em consideração isenções fiscais.

Seria muito mais meritório eu conversar com o Secretário-Adjunto. Por que foi escolhido Secretário-Adjunto o Dr. Ricardo Pinheiro, que é um especialista nessas questões? Exatamente no sentido de trazer uma pessoa que rapidamente nos esclareça sobre esses pontos, que não afetam, única e exclusivamente, o projeto do Senador César Borges, mas também de outros Srs. Senadores.

Sugiro que eu tenha uma conversa com o Secretário-Adjunto e rapidamente, faríamos isso. Se for feita uma consulta, dentro do prazo regimental, dentro do prazo que o Poder Executivo tem para responder, poderíamos, eventualmente, sofrer com uma demora maior.

Faço essa ponderação. O objetivo maior é buscar os esclarecimentos. Vamos discutir da melhor forma.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Concedo a palavra ao Senador César Borges.

O SR CESAR BORGES (PFL – BA) – Em primeiro lugar, o Senador Aloízio Mercadante, assim como o Senador Delcídio Amaral queriam esclarecimentos ou colaborar e tinham todas as condições dentro das normas regimentais. S. Ex^as. poderiam ter consultado o Governo, apresentado emendas, enriquecido o projeto. Mas isso não foi feito. Essa preocupação nasceu na hora em que o projeto chegou a esta Comissão para ser votado.

Se o Senador Mercadante e sua competente assessoria tivessem se debruçado sobre o projeto, veriam que muitas das dúvidas não existem.

O art. 3º do nosso projeto dispõe que “o Poder Executivo, com vista ao cumprimento no disposto do artigo da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto dessa lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o §6º do art. 165 da Constituição,

o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se dá após decorridos 60 dias da publicação dessa lei.”

O art. 4º inciso III do nosso projeto se reporta ao inciso XVI do art. 6º da Lei nº 7.703, de 22 de setembro de 1988, que diz:

“Art. 6º Ficam isentos do Imposto de Renda os seguintes rendimentos percebidos por pessoas físicas, os proventos de aposentadoria ou reforma motivado por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, neuropatia grave, estados avançados de doença de Piaget, Síndrome de Imunodeficiência Adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois de aposentado...”

Há uma disciplina. Já existe uma caracterização da doença e se remete a essa lei.

Por fim, digo ao Senador Jefferson Péres que é justa a preocupação de S.Ex^a sobre o alcance social. Mas, se estimarmos o número de ricos neste País, que é pouquíssimo – pode haver riqueza concentrada, mas o número de ricos é pequeno que tenham esse tipo de doença também, é mais raro ainda. Então, esse tipo de doença alcançará principalmente a base de nossa pirâmide social, que são os mais pobres. Então, podemos até em um momento cometer uma injustiça com um rico ou outro que tenha uma doença, mas será realmente uma probabilidade bem pequena dentro das estatísticas. Por isso, quero voltar a defender aqui esse projeto, esperando que V. Ex^a possa ter uma decisão, que seja uma decisão que tenha eficácia: solicitar o parecer da Receita Federal e que, dentro de 15 dias, tenhamos esse projeto aqui, com o parecer daquele órgão sobre os projetos, distribuídos para os Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Parece-me viável, Senador César Borges, extremamente viável, um parecer em 15 dias ou uma audiência em sete dias, porque o Senador Delcídio Amaral colocou que se poderia fazer uma audiência já na próxima semana. Não é isso?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Só preciso checar a agenda do secretário-adjunto, mas evidentemente a idéia é fazer o mais rapidamente possível.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – E dar a prioridade para cá, haja vista que temos 15 dias,

que poderemos ter um parecer. Concordam, então, em fazer a audiência na próxima semana?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, o problema da audiência...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Sábio Senador Edison Lobão, ajude-me, por favor.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Quanto à audiência em sete dias, é claro que seria até mais rápido do que em 15 dias a manifestação por escrito. O que ocorre é que audiência pública nos toma a manhã inteira, ao passo que o documento escrito resolve...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Fica bom assim então, Senador Delcídio Amaral? Daqui a 15 dias? (Pausa.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, eu queria ponderar o seguinte: para mim, o problema aqui não é a urgência. Não há uma urgência urgentíssima. O problema aqui é fazer um projeto de lei bem feito, que não haja espaço para fraude, que realmente proteja as pessoas necessitadas, que haja uma estimativa do impacto fiscal dessa medida. Minha sugestão é de que se dê o prazo de 30 dias e se solicite à Receita Federal que apresente um estudo, se possível em 15 dias, para dar tempo, inclusive, de podermos conversar e ver as sugestões, quais são as mudanças que eventualmente poderiam ser incorporadas ao projeto. Então, seria dado o prazo de 30 dias, solicitando à Receita que o faça até 15 dias. O prazo legal do requerimento é de 30 dias. Então, que o faça até 15 dias e, assim que recebermos, nossa disposição será sentar evidentemente com o autor, com o Relator, para buscar o entendimento em relação à matéria.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, estou sempre aberto, uma boa negociação é melhor do que o confronto. Então, se há essa disposição do Líder do Governo, nós a estamos acatando.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senador Delcídio Amaral.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, só quero lembrar que, daqui a 30 dias, estaremos às vésperas do recesso de julho, e o projeto pode não ser votado se a Receita responder no último dia. O projeto corre o risco de não ser votado...

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se há toda essa urgência, vamos votar. Para mim, não há problema nenhum em votar. Acho apenas que não é um bom caminho.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Estou tentando construir uma saída consistente. As pessoas têm que entender que o País vive uma grave crise fiscal, que, por sinal, não foi gerada por este Governo, veio do Governo anterior a dívida pública que aí está. Este Governo não está privatizando, não pode aumentar a carga tributária, portanto há uma demanda de investimento, de gastos sociais brutais. O Sistema Único de Saúde carece de todo tipo de recursos. Por sinal, a maioria dos pobres que está no Sistema Único de Saúde sofre de doenças crônicas, sequer imposto de renda recolhem. Metade da população brasileira não tem nem carteira de trabalho assinada e só apenas 16,5 milhões de pessoas declaram imposto de renda. Por tudo isso, os mais pobres não serão atingidos por esse projeto. Os mais pobres estão no SUS, onde falta dinheiro, há gente morrendo na fila porque não faz uma cirurgia, porque não tem o remédio, porque não tem o atendimento de pronto-atendimento. Por tudo isso, essa coisa tem que ser bem feita e bem estudada, para que façamos uma coisa que tenha alcance social, que proteja as famílias de classe média que estão nessa situação, mas que não percamos de vista a situação fiscal do País e o problema da saúde pública, que é, eu diria, o grande desafio, porque a maioria da população, infelizmente, não será beneficiada por este projeto. A maioria da população não tem imposto de renda para deduzir, não tem. E por tudo isso que acho que precisamos fazer uma discussão bem feita. O projeto (inaudível) doença crônica. Daríamos um prazo de 30 dias à Receita Federal, faremos o apelo, eu me empenharei pessoalmente para que eles respondam no prazo máximo de 15 dias, para que possamos sentar, negociar e aprofundar a matéria, que acho que é o espírito de todos...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– OK. Fica decidido desta forma que, dentro dos 30 dias, com prorrogação de até 30 dias, para decidirmos com parecer e com audiência, podemos encaminhar o projeto do Senador César Borges.

Assim sendo, temos já aprovado no início da reunião um pedido de votação da matéria do Senador Aelton Freitas e encerramos a reunião tendo em vista que o Senador Antonio Carlos Magalhães já está se encaminhando para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Com a palavra o Senador Aelton Freitas.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu quero fazer uma correção em tempo, porque li o Aviso que veio da origem, de nº 2.140. Aqui na Casa, Sr. Presidente, ele é de nº 34, de 2004.

O assunto foi submetido ao Senado pelo Tribunal de Contas da União em razão do entendimento de que deste procedimento adotado pelo referido Estado resultou descumprimento por este de obrigações constantes do contrato de refinanciamento que firmou com a União, estando, por isso, sujeito às consequências previstas no parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal.

Por meio do Ofício nº 131, de 2 de maio de 2005, o Exmº. Sr. Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, legítimo interessado no esclarecimento dos fatos, encaminhou a este Relator para juntada aos autos e servir de subsídio para apreciação da matéria, cópia de extensa documentação, juntamente com os dispositivos legais nos quais o Estado se embasou para adotar os procedimentos em análise.

Após o exame da documentação, a conclusão é de que não há nenhuma sanção a ser imposta ao Estado de Mato Grosso do Sul com base no § 2º do artigo da Resolução nº 69, de 1998, do Senado Federal, por qualquer que seja o ângulo que se analise o resultado do seu procedimento na compensação de débito de ICMS, efetivamente, no entendimento de que os débitos de ICMS compensados com o crédito do sujeito passivo contra a Fazenda Pública não caracterizam receita. Porquanto, não há entrada de recurso no Tesouro do Estado. Não se pode afirmar que o Estado deixou de cumprir com suas obrigações decorrentes do contrato firmado com a União relativamente ao refinanciamento de sua dívida. Por isso, em tal hipótese, a parte do débito de ICMS absorvida pela compensação não implica receita para o Estado. Com isso, ela não pode ser considerada na base de cálculo da parcela mensal da dívida que o estado está obrigado a pagar à União.

Por outro lado, Sr. Presidente, ainda que se entenda que os referidos débitos deveriam ter sido contabilizados com a receita, não se pode afirmar que a falta dessa contabilização implicou prejuízos para a União. Isso porque, conforme a conclusão do próprio Tribunal de Contas da União, com o procedimento adotado pelo Estado, sua dívida para com a União não deixou de existir, mas permanece sofrendo atualização monetária e incidência de juros.

O Estado é obrigado a pagar a dívida na sua integralidade, independentemente do valor das parcelas mensalmente pagas. A eventual redução nas parcelas não implica redução da dívida. A parte reduzida da parcela teoricamente estabelecida permanece no total da dívida, tendo, como consequência, apenas um eventual adiantamento no prazo do seu pagamento. Assim, não tendo havido prejuízo, nenhuma sanção deve ser aplicada contra o Estado do Mato Grosso do Sul.

Realmente, se a sanção tem por objetivo forçar o cumprimento das obrigações para evitar o prejuízo decorrente do seu descumprimento, não tendo havido no presente caso qualquer prejuízo, concluímos que não há motivo para sua aplicação.

Diante do exposto, uma vez o Senado Federal tendo tomado conhecimento dos fatos como Relator, sugerimos o encaminhamento da matéria ao Arquivo.

É o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Antes de colocar a matéria em discussão, eu gostaria de registrar a presença do Senador Geraldo Cândido, do PT do Rio de Janeiro. S. Exª. se encontra no plenário e o cumprimento em nome da Comissão de Assuntos Econômicos.

Em discussão.

O Senador César Borges tem a palavra.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, este assunto é extrapauta, chega nesta Casa inopinado e não temos efetivamente um conhecimento mais profundo. Confesso que meu desejo inicial seria um pedido de vista para ter mais tempo para análise, mas vejam como há diferença de procedimento entre nós da Oposição e o Governo. O nobre Senador Delcídio veio e, rapidamente, com sua capacidade de síntese, conseguiu me dar uma luz sobre o projeto, mostrando a importância que tem para seu Estado. Por isso, não proporei o pedido de vista. Apenas discutirei o projeto, dizendo que essa é nossa posição para dar ao Senador Delcídio a oportunidade de ver seu aviso aprovado rapidamente. Vejam a sutileza da diferença de procedimento do Governo com a Oposição Parlamentar e da Oposição com o Governo.

Eu só queria citar esse ponto. Não pediremos vista e darei total credibilidade às informações passadas pelo nobre Senador Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Continua em discussão o projeto.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Eu só gostaria de registrar que essa atitude fidalga do Senador César Borges não é especificamente com relação a qualquer... Isso pauta a postura do Senador César Borges ao longo de toda a sua vida. Não só a sua vida política como a sua vida pessoal.

Eu quero aqui deixar muito claro para o Senador César Borges que os projetos de S. Exª são muito bem elaborados. Eu acabei de falar a S. Exª que seus projetos são complexos. E como são projetos importantes e impactam efetivamente e favoravelmente o dia-a-dia do

cidadão e da sociedade, eles exigem uma ação maior junto ao Governo e aos ministérios, com o intuito de, aproveitando esses projetos competentes apresentados pelo Senador César Borges, melhorarmos o dia-a-dia da nossa gente.

Então, o que eu quero também, primeiro, Senador César Borges, é agradecer mais uma vez esse gesto, que não me surpreende pela postura. Mas também eu quero dizer à Vossa Excelência que não tenha dúvidas que o Governo está empenhado e entende o mérito dos projetos de V. Ex^a

E registro fundamentalmente o item nº 1 da pauta que foi um projeto apresentado e já discutido há muitas semanas. Eu mesmo assumi este compromisso com o Senador César Borges e eu não tenho dúvidas que este projeto terá um final feliz porque atende efetivamente a nossa agricultura, uma agricultura que está sofrendo muito com as condições climáticas e efetivamente vai corresponder aos anseios e ao mérito que pautou esta iniciativa do Senador César Borges.

Muito obrigado, meu caro Senador César Borges.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Continua em discussão. Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Luiz Otávio, eu estava atentamente ouvindo sobre a sensibilidade do Senador César Borges quanto a uma maneira de devolver aos que têm doença crônica o dinheiro gasto. Então, eu só pediria ao Líder do PT, Senador Delcídio Amaral, que levasse uma Constituição para o Ministro da Saúde e para o Presidente da República. Lá está escrito: “A saúde é direito de todos e dever do Estado.” Não teria razão a sensibilidade do nosso César Borges estar com essa medida toda se o Presidente da República e o Ministro da Saúde cumprissem a Constituição. Mas ainda há grande esperança neste extraordinário Líder do Pique é o Senador Delcídio do Amaral.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. E nós tudo faremos para encaminhar este projeto que é muito importante e de um impacto social forte e é outro projeto apresentado pelo Senador César Borges e muito bem aqui relatado pelo nosso querido Senador Sérgio Cabral, provavelmente futuro governador do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Continua a discussão. (Pausa.)

Encerrada a discussão.

Em votação.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que concordam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado o Aviso do Senado Federal de nº 34, não terminativo, de autoria do hoje Presidente do Tribunal de Contas da União, que teve como relator o Senador Aelton Freitas que pediu, no início da reunião, que fosse pautada esta matéria, o que foi aprovado por unanimidade pelos Senadores presentes, como também a aprovação do projeto.

Eu gostaria também, antes de encerrar a reunião, de anunciar para o dia 7 de junho de 2005 a presença confirmada do Presidente do Banco Central do Chile, Dr. Vitório Corto para audiência pública que tratará da autonomia do Banco Central.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Não seria justo, antes de encerrar, já que foram nomeados aqui tantos futuros governadores, V.Ex^a não nomear outros futuros governadores, como o Senador Sérgio Cabral, futuro Governador do Estado do Rio de Janeiro.

O SR. (Orador não identificado) – O Senador Sérgio Guerra também chegou.

O SR. (Orador não identificado) – Para que não cometamos injustiça, quero dizer que o nobre Senador Delcídio Amaral será o futuro Governador de Mato Grosso do Sul.

O SR. (Orador não identificado) – É verdade.

O SR. – Não faria sentido se não nos lembrássemos também dessa situação.

O SR. (Orador não identificado) – É um candidato de consenso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, V.Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Senador do Piauí, Governador do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Futuro é muito longe. Será o próximo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – O próximo Governador do Piauí, também, Senador Mão Santa.

O SR. (Orador não identificado) – Sr. Presidente, conversei com o Senador Sérgio Guerra e percebi que, como há muitos futuros governadores aqui, faltará Estado para a Federação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – O Senador Sérgio Guerra também será o nosso futuro governador do Estado de Pernambuco.

Cumprindo o acordo assumido com o Presidente do Senado e do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros, e com o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Antonio Carlos Magalhães, de que encerráramos a reunião até o meio-

dia de hoje, terça-feira, para que pudéssemos ouvir e votar o nome dos indicados para o Conselho Nacional de Justiça, encerro a presente reunião, convocando os Srs. Senadores para a reunião na próxima terça-feira, no mesmo horário e no mesmo local.

(Levanta-se a reunião.)

Ata da Décima Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Económicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura, realizada em 24 de maio, de 2005, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia vinte e quatro de maio do ano de dois mil e cinco, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Luiz Otávio, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, com a presença dos Senadores César Borges, Jonas Pinheiro, Rodolpho Tourinho, Romeu Tuma, Almeida Lima, Eduardo Azeredo, Lúcia Vânia, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, José Agripino, Demóstenes Torres, Arthur Virgílio, Ramez Tebet, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Mestrinho, Valdir Raupp, Ney Suassuna, Hélio Costa, Pedro Simon, Aloizio Mercadante, Ana Júlia Carepa, Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, João Capiberibe, Ideli Salvatti, Roberto Saturnino, Sibá Machado, Serys Slhessarenko e Jefferson Pires e, ainda, dos Senadores Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Edison Lobão, Jorge Bornhausen, Mão Santa, Sérgio Cabral, José Maranhão, Fernando Bezerra, Patrícia Saboya Gomes e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Antes de dar início aos trabalhos, o Presidente, Senador Luiz Otávio, faz a leitura da Nota Técnica nº 977, de 2005, da Consultoria Legislativa do Senado Federal, referente à STC nº 200503544, que solicita elaboração de Nota Técnica sobre a correspondência recebida pela CAE, encaminhada pela ex-Prefeita de São Paulo, Senhora Martha Suplicy, em resposta ao ofício expedido pela referida Comissão que convida a ex-Prefeita a comparecer ao Senado Federal para prestar esclarecimento sobre o Ofício "S" nº 1, de 2005, originário do Ministério da Fazenda, que comunica ao Senado Federal que o Município da São Paulo infringiu a legislação federal de controle de endividamento a contratar operação de crédito no âmbito de Reluz. Usam da palavra os Senadores Jefferson Pires, Aloizio Mercadante, que solicita que seja feito um pedido de informações sobre quais os municípios

que eventualmente tenham infringido dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e Romeu Tuma. Em seguida, a Presidência dá inicio à 1ª Parte da Reunião com a apreciação da Mensagem do Senado Federal nº 138, de 2005, não terminativa, que "submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alexandre Antonio Tombini para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Rodolpho Tourinho que apresenta Parecer a ser apreciado em votação secreta. O Presidente da Comissão solicita aos Senadores Ney Suassuna e Delcídio Amaral que conduzam o indicado para sentar-se à Mesa. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Rodolpho Tourinho, usa da palavra o Senhor Alexandre Antonio Tombini para dar inicio à sua exposição. Em seguida, usam da palavra para arguir o sabatinado os Senadores Ney Suassuna, Aloizio Mercadante, Serys Slhessarenko, Arthur Virgílio, Eduardo Suplicy, Jefferson Peres, César Borges, Rodolpho Tourinho, Sérgio Guerra, Ana Júlia Carepa, Garibaldi Alves Filho e Lúcia Vânia. Após a votação secreta, são designados escrutinadores os Senadores Garibaldi Alves Filho e Rodolpho Tourinho. A Comissão aprova a indicação do Sr. Alexandre Antonio Tombini para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, por vinte e quatro votos favoráveis, um contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, a Presidência dá inicio à apreciação das matérias constantes da 2ª parte da Pauta; Item 1 – Mensagem do Senado Federal nº 137, de 2005, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre de 2005", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator Senador Delcídio Amaral, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 2 – Mensagem do Senado Federal nº 136, de 2005, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a Programação Monetária relativa ao primeiro trimestre de 2005", de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 3 – Mensagem do Senado Federal nº 122, de 2005, não terminativa, que "encaminha ao Senado Federal nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a

Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004, recebida, no Senado Federal, em 14 de julho de 2004”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 4 – Mensagem do Senado Federal nº 135, de 2005, não terminativa, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2004”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que apresenta Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Após a leitura do Parecer pelo Relator, Senador Delcídio Amaral, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PDS apresentado; Item 5 – Projeto de Lei do Senado nº 517, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que oferece parecer pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3 e favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 29-6-04, foi concedida Vista Coletiva nos termos regimentais. Em 5-10-04, foi apresentado Voto em Separado, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela rejeição do Projeto. Em 8-3-05, foi apresentada a Emenda nº 2 de autoria do Senador Leonel Pavan. Em 22-3-05, foi apresentada a Emenda nº 3 de autoria do Senador Osmar Dias. Em 3-5-05, foi lido pelo Relator, Senador Jonas Pinheiro, o seu novo Parecer e, sendo solicitado Vista pelos Senadores Delcídio Amaral, José Agripino e Leonel Pavan, o Presidente concede Vista Coletiva nos termos Regimentais. A apreciação da matéria é adiada; Item 6 – Projeto de Lei do Senado nº 309, de 2003, terminativo, que “institui seguro obrigatório por danos pessoais causados por disparo de arma de fogo”, de autoria do Senador Delcídio Amaral, tendo como Relator o Senador Eduardo Azarado, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 7-Projeto de Lei do Senado nº 206, de 2002, terminativo, que “concede isenção do Imposto sobre Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados incidentes sobre equipamentos, aparelhos, instrumentos e materiais educativos destinados a pessoas portadoras de deficiência visual”, de autoria do Senador Roberto Saturnino, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece parecer favorável ao Pro-

jeto com as Emendas nºs 1, 2, 3 e 4 que apresenta. Em 2-12-03, foi concedida Vista ao Senador Ney Suassuna, que devolveu sem manifestação. A apreciação da matéria é adiada; Item 8 – Projeto de Lei do Senado nº 97, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas, das doações ao Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior – FIES”, de autoria do Senador Ricardo Santos, tendo como Relatora a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 9 – Projeto de Lei do Senado nº 270, de 2003, terminativo, que “altera o § 6º do artigo 2º da Lei nº 10.690, de 16 de junho de 2003 (Isenção de IPI na compra de veículos especiais para pessoas portadoras de deficiência visual, mental severa ou profunda e também os autistas)”, de autoria do Senador Arthur Virgílio, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carepa, que oferece parecer pelo arquivamento do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 10 – Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2004, não terminativo, que “concede incentivos às médias, pequenas e microempresas para a criação de novos empregos”, de autoria do Senador Marcos Guerra, tendo como Relator o Senador Fernando Bezerra, que oferece parecer pela rejeição do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 11 – Projeto de Lei do Senado nº 129, de 2003, terminativo, que “acrescenta o § 6º ao artigo 9º da Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, estendendo a opção pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES) às pessoas jurídicas que especifica”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Delcídio Amaral, que oferece parecer pela rejeição e arquivamento do Projeto. Em 29-6-04, a discussão da matéria foi encerrada, ficando adiada a votação. A apreciação da matéria é adiada; Item 12 – Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre a dedução do imposto de renda devido por empregadores pessoas jurídicas de encargos previdenciários, pagos durante o período que especifica, no caso de contratações adicionais de empregados, e dá outras providências”, de autoria do Senador Edison Lobão, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer pela rejeição do Projeto. Em 26-11-02, foi encaminhado o Requerimento nº 24/2002-CAE ao Secretário da Receita Federal solicitando informações para instruir a matéria, sendo o Requerimento atendido em 17-3-03. A apreciação da matéria é adiada; Item 13 – Projeto de Lei do Senado

nº 120, de 2002, terminativo, que “altera a redação do artigo 2º do Decreto-Lei nº 356, de 15 de agosto de 1968, que ‘estende benefícios do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, a áreas da Amazônia Ocidental, e dá outras providências’”, de autoria do Senador Moreira Mendes, tendo como Relator o Senador Aelton Freitas, que oferece parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 14 – Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2002, terminativo, que “dispõe sobre o seguro educacional”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 15 – Projeto de Lei do Senado nº 285, de 2004, terminativo, que “institui o cheque promissivo”, de autoria do Senador Duciomar Costa, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 1 que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 16 – Projeto de Lei do Senado nº 83, de 2003, terminativo, que “modifica a redação do inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, alterada pelo artigo 47 da Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, e pelo artigo 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda das pessoas físicas acometidas pelas moléstias que especifica”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Sérgio Guerra, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 17 – Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2003, terminativo, que “altera Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir às pessoas físicas deduzir do imposto de renda devido o valor de doações feitas a entidades sem fins lucrativos”, de autoria do Senador César Borges, tendo como Relator o Senador Garibaldi Alvas Filho, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 18 – Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2003, terminativo, que “altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 10451, de 10 de maio de 2002, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências e estabelece a atualização anual das tabelas do imposto de renda das pessoas físicas”, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que se encontra tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, terminativo, que “dispõe sobre a atualização dos valores referidos na legislação do imposto sobre renda e sobre a tributação de lucros e dividendos distribuídos”, de autoria do Senador Jefferson Pares, tendo como Relator o Senador João Capiberibe, que apresenta Parecer favorável ao Requerimento nº 803/04 e pelo so-

brestamento do PLS nº 361/03 até que seja submetido à apreciação do Senado o Projeto de Lei nº 3.265, em tramitação na Câmara dos Deputados. A apreciação da matéria é adiada; Item 19 – Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2003, não terminativo, que “dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, objetivando tomar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro”, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que se encontra tramitando em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2003, não terminativo, que “acrescenta o inciso VIII ao artigo 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março da 1998, ampliando a tipificação dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores”, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer favorável ao PLS nº 209, de 2003, com as Emendas nº 1, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, nº 2 e nº 3, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, e pela rejeição do PLS nº 188, de 2003. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 20 – Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2004, Complementar, não terminativo, que “dispõe sobre a certificação e a utilização de créditos oriundos de precatórios judiciais”, de autoria do Senador Almeida Lima, tendo como Relator o Senador Edison Lobão, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 21 – Projeto de Lei do Senado nº 351, de 2004, não terminativo, que “altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações para determinar que pelo menos trinta por cento dos recursos a ele destinados sejam aplicados em educação”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, cabendo à última a decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 22 – Projeto de Lei do Senado nº 19, de 2005, complementar, não terminativo, que “altera a redação do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para vedar o contingenciamento das despesas que especifica”, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Item 23 – Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2004, não terminativo, que “institui o Programa de Incentivo à Conclusão da Educação Básica – ‘Poupança Escola’, e dá outras providências”, de autoria do Senador Cristovam Buar-

que, tendo como Relatora a Senadora Ana Júlia Carpa, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria, ainda, será apreciada pela Comissão de Educação com decisão terminativa. A apreciação da matéria é adiada; Item 24 – Projeto de Lei do Senado nº 358, de 2004, complementar, não terminativo, que “altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, que autoriza antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e dá outras providências”, de autoria do Senador Paulo Paim, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que apresenta Parecer pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da matéria é adiada; Item 25 – Ofício “S” nº 18, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha (RS) e o Estado do Rio Grande do Sul”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador Almeida Lima, que apresenta Parecer pelo encaminhamento, pelo Presidente do Senado, do Projeto e do Parecer ao Ministério Público do Rio Grande do Sul e pelo encaminhamento aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo de Cachoeirinha (RS) e, também, ao Ministério da Fazenda e, em seguida, ao Arquivo do Senado Federal. A apreciação da matéria é adiada; Item 26 – Ofício “S” nº 19, de 2004, não terminativo, que “comunica, nos termos do art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, irregularidade na contratação de operação de crédito entre a Prefeitura Municipal de Herval D’Oeste (SC) e a COHAB–SC”, de autoria do Ministro da Fazenda, tendo como Relator o Senador César Borges, que apresenta Parecer pelo encaminhamento de Expediente, pelo Presidente do Senado, ao Prefeito de Herval D’Oeste e ao Ministério da Fazenda, informando a decisão da CAE e posterior arquivamento da matéria. A apreciação da matéria é adiada; Item 27 – Projeto de Lei do Senado nº 448, de 1999, terminativo, que “altera o parágrafo único do art. 79 da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que “dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências”, de autoria do Senador Luiz Pontes, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, que apresenta Parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação. A apreciação da matéria é adiada; Item 28 – Projeto

de Lei do Senado nº 32, de 2001, terminativo, que “altera a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, para excluir o setor elétrico do processo de privatização”, de autoria do Senador Roberto Freire e outros Senadores, tendo como Relator o Senador Rodolpho Turinno, que apresenta Parecer pelo arquivamento da matéria. A matéria já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. A apreciação da matéria é adiada; Item 29 – Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2002, terminativo, que “altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, para instituir o registro de expressão ou sinal de propaganda no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)”, de autoria do Senador Carlos Bezerra, tendo como Relator o Senador Romeu Tuma, que apresenta Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da matéria é adiada; Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das suas notas taquigráficas. – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Declaro aberta a 14ª reunião ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa e da 52ª Legislatura, em 24 de maio de 2005, às 10 horas e 17 minutos, na sala de reuniões, Ala Alexandre Costa.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, lerei rapidamente o parecer da nota técnica do eminente Consultor Legislativo da Casa, Dr. Marcos Mendes, a respeito do ofício encaminhado pela ex-Prefeita Marta Suplicy, de São Paulo.

Foi solicitada uma nota técnica sobre a correspondência recebida pela CAE, encaminhada pela ex-Prefeita de São Paulo, Srª Marta Suplicy, em resposta ao ofício expedido pela Comissão de Assuntos Econômicos que convida a ex-prefeita a comparecer ao Senado, a fim de prestar esclarecimentos sobre o Ofício nº 1, de 2005, originário do Ministério da Fazenda que comunica ao Senado Federal que o Município de São Paulo infringiu a legislação federal de controle de endividamento a contratação de operação de crédito no âmbito do Reluz.

Antecedentes.

Antes de descrever o conteúdo da correspondência em epígrafe, é importante relembrar os pontos principais do episódio ao qual se refere. A ex-Prefeita é acusada de ter contratado operação de crédito no âmbito do Programa Reluz com as seguintes irregu-

laridades: não solicitou autorização à Câmara de Vereadores; não solicitou autorização ao Ministério da Fazenda. Essas irregularidades estão tipificadas na legislação penal brasileira, o inciso VIII do art 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27-2-1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências. Estabelece que são crimes de responsabilidade dos Prefeitos municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, contrair empréstimos, emitir apólices ou obrigar o Município por títulos de crédito sem autorização da Câmara ou em desacordo com a lei.

Bom dia, Senador Rodolpho Tourinho.

Senador, estou lendo o parecer técnico da Consultoria Legislativa do Dr. Marcos Mendes a respeito da correspondência aqui recebida da ex-Prefeita Marta Suplicy.

Além disso, o parecer faz referência ao art. 359 do Código Penal, baseado no Decreto-Lei nº 2.848, de 7-12-1940, faz referência ao art. 32, segundo o qual o Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativas à realização de operações de crédito de cada ente da Federação e resume, afirmando que, frente a esses fatos, cabe à ex-Prefeita esclarecer quais foram as características do aditamento contratual realizado entre a Prefeitura de São Paulo e a Eletropaulo em 5 de fevereiro de 2004 – montante do empréstimo, prazo, taxas de juros, garantias, etc.

Uma vez descritas essas características, pode-se verificar se o aditamento contratual em questão pode ou não ser caracterizado como uma nova operação de crédito. Caso o aditamento seja caracterizado como uma operação de crédito, cabe questionar a ex-Prefeita sobre se ela solicitou e obteve autorização da Câmara de Vereadores para realizar a operação.

Item 2: conteúdo da correspondência e sua análise.

Na correspondência enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, a ex-Prefeita faz, nas primeiras três páginas e meia, uma descrição do programa Reluz, o que pouco acrescenta aos esclarecimentos demandados pela Comissão de Assuntos Econômicos. Em seguida, passa ao item “O Município de São Paulo e o Reluz”, no qual, em resumo, argumenta que o aditamento contratual celebrado com a Eletropaulo em 5 de fevereiro de 2004 tratava apenas de questões formais e, por isso, não se caracterizava como operação de crédito. Em não se tratando de operação de crédito, não haveria por que se falar em desrespeito à legislação de controle de endividamento.

Contudo, a descrição que faz do conteúdo do aditamento contratual mostra evidências de que se tratou,

sim, de uma operação de crédito. A seguir, o parecer transcreve e analisa os trechos mais relevantes da argumentação apresentada pela ex-Prefeita.

Solicito ao Secretário que tire cópia desse parecer técnico, dessa nota técnica do Dr. Marcos Mendes, Consultor Legislativo, para que os Srs. Senadores possam já ter em mão o parecer técnico. E aí faz uma descrição do conteúdo do aditamento contratual.

Na seqüência da descrição, ele faia também do aditamento e afirma que a ex-Prefeita, como argumenta no documento como um todo, fala da consolidação de dívidas, de encontro de contas e outras avenças, e, em resposta aos pontos todos, na verdade, o parecer da nota técnica contradiz os argumentos da ex-Prefeita Marta Suplicy.

Encerra, dizendo:

“Quanto ao item II, parece haver o uso de argumento falacioso.

É verdade que, ao permitir economia na conta de energia dos municípios, o Reluz contribui para o equilíbrio fiscal, como, aliás, reconhece o Senado Federal, que isentou tais operações do cumprimento de limites de endividamento. Isso, contudo, não quer dizer que as Prefeituras possam contrair tais operações sem pedir autorização do Senado, conforme determina o art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal e o RSF – Regimento do Senado Federal, pela Resolução nº 43, de 2001.

No que diz respeito ao Item III, “parece estranha a afirmação de que a Prefeitura sempre enviou toda a documentação atinente aos atos do processo. Se assim fosse, não haveria motivos para que a Secretaria do Tesouro Nacional enviasse ao Senado Federal o Ofício nº 1, de 2005, comunicando o descumprimento de normas pela Prefeitura”.

Conclui dizendo:

“Concluo esta nota técnica considerando que os argumentos apresentados pela ex-Prefeita não são capazes de rebater os indícios de desrespeito à legislação de controle do endividamento público. Fornecem, isso sim, elementos a favor da tese de que houve uma operação de crédito sem prévia autorização do Senado Federal, e, provavelmente, sem que lei municipal autorizasse a contratação de tal operação”.

O Consultor, Dr. Marcos Mendes, encontra-se presente nesta Comissão para, se for o caso, hoje ou em outra oportunidade...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – ...apresentar esclarecimentos com relação à correspondência recebida da ex-Prefeita Marta Suplicy, do Município de São Paulo.

Concedo a palavra o Senador Jefferson Péres para uma questão de ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, essa matéria não será apreciada nesta reunião?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB–PA) – Não, Sr. Senador, apenas aproveitei a oportunidade da chegada dos Srs. Senadores para ler a nota técnica emitida pelo...

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT–AM) – Não, é porque tenho um compromisso agora, e não poderei participar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL–SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB–PA) – Esse assunto não será discutido no momento.

O SR. ROMEU TUMA (PFL–SP) – Então, é só para dizer que...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Foi apenas lido, comunicado...

O SR. ROMEU TUMA (PFL–SP) – Cumprimentar o Consultor.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB–PA) – ... e distribuído aos Srs. Senadores.

O Senador Romeu Tuma faz um cumprimento ao Consultor Legislativo do Senado Federal.

Com a palavra o Senador Aloísio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar à Mesa desta Comissão uma demanda para que a Mesa entrasse em contato com o Ministério da Fazenda e informasse à Comissão quais os Municípios que se encontram nesta situação, para que possamos analisar o conjunto dos Municípios que, eventualmente, estejam envolvidos na mesma problemática. É fundamental que possamos tomar uma providência...

O SR. ROMEU TUMA (PFL–SP) – Permite um aparte, Senador?

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL–SP) – Eu gostaria de dizer que, na última sessão, quando foi apresentada a carta da ex-Prefeita, solicitei isso. Acho que é importante, porque a alegação de que não foi só a Prefeita que feriu a Lei de Responsabilidade, que se trouxessem todos à análise desta Comissão, porque

a instrução da Lei de Responsabilidade saiu daqui. Acho que é uma obrigação nossa analisarmos todas. Não há perdão para ninguém. Acho que uma medida provisória que ajuda todo mundo não pode entrar em conflito com o que está decidido pela Lei de Responsabilidade, sob pena de ela estar sendo revogada pela medida provisória.

Então, V. Ex^a tem razão e concordo com seu pedido.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Então, a Presidência poderia tomar essa providência?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB–PA) – Com certeza, Senador Aloísio Mercadante. Até porque não só V. Ex^a, como Líder do Governo, pode formalizar o requerimento, como vamos aproveitar para cobrar novamente do Ministério da Fazenda as questões levantadas e as perguntas feitas pela Consultoria da Casa, que ainda dependem de uma resposta do Ministério da Fazenda para a formalização de parecer com relação a esse assunto.

Passamos agora à pauta da reunião, que foi desmembrada. A primeira parte, que é a apresentação do parecer do eminentíssimo Senador Rodolfo Tourinho, do PFL da Bahia, com relação à indicação do Dr. Alexandre Antônio Tombini para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil. A segunda parte trata da pauta normal, inclusive com a apreciação de mensagens enviadas para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Gostaria de saber se o indicado, Dr. Alexandre Tombini, já se encontra no recinto.

(Pausa.)

Não se encontra ainda no recinto o indicado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Sr. Presidente, não poderíamos, antes de...

O SR. ROMEU TUMA (PFL–SP) – Sugiro que passe para outro dia só. Se não está presente, sugiro que passe para outro dia.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – ... votar, primeiro,, a mensagem...

Não, ele está presente, sim. Posso chamá-lo imediatamente. Mas tínhamos na pauta também a mensagem da programação monetária relativa ao quarto trimestre. Proporia...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Mas o Senador Delcídio Amaral não está presente, é o relator.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT–SP) – Está também.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB–PA) – Está aqui na frente, mas não está aqui dentro. Tragam-no.

Passamos, então, à segunda parte. Retornaremos logo quando da chegada do indicado.

Item 1:

Mensagem do Senado Federal nº 137, de 2005, não terminativa. Encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, a programação monetária relativa ao segundo semestre de 1995.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Delcídio Amaral

O parecer é favorável nos termos do PDS que apresenta.

Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral, Líder do PT, do Estado do Mato Grosso do Sul.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT-MS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu prefiro resumir, Sr. Presidente, a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004, quarto trimestre de 2004, primeiro trimestre de 2005 e segundo trimestre de 2005.

Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, já vou caminhar – se V. Ex^a me permite ler a alguns comentários relativos à programação. É importante registrar, Sr. Presidente, que, como reação ao requerimento de diligências apresentado nesta Comissão, a Presidência do Senado recebeu várias mensagens, dentre elas a de nº 122, pela qual a Presidência da República, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 1995, encaminha a programação monetária relativa ao terceiro semestre de 2004, ao quarto e aos dois primeiros semestres de 2005.

A referida mensagem foi autuada por cópia, uma vez que já houvera sido recebida em sua versão original, dando continuidade ao processo antes interrompido.

Já foi muito debatida nesta Comissão a caducidade do procedimento de aprovação da programação monetária pelo Senado Federal. Como resultado desse debate, o Senador Garibaldi Alves Filho apresentou – e a Comissão aprovou – o Projeto de Lei do Senado nº 326/2003, que revoga dispositivos da Lei do Real relacionados ao ritual de elaboração e aprovação da programação monetária.

Esse projeto encontra-se pronto para entrar em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, já contando com parecer favorável do Senador Ney Suassuna.

Uma vez que ainda não foi revogado o comando legal para apreciação da programação monetária pelo Senado Federal, cabe a esta Comissão votar o documento elaborado pelo Banco Central e enviado pela Presidência da República.

Sr. Presidente, a razão desta introdução é exatamente registrar que temos que dotar o Senado de

novos mecanismos para fazer esse acompanhamento, uma vez que mudamos a sistemática de operação do Banco Central. Isso motivou o Senador Garibaldi Alves a apresentar um projeto que efetivamente leve o Senado a fazer esse acompanhamento de maneira mais objetiva, de maneira mais fundamentada na realidade que hoje vivenciamos.

É importante registrar que esses procedimentos se basearam numa época em que o câmbio era fixo e a política monetária era baseada numa programação de expansão de oferta da moeda. Hoje, Sr. Presidente, temos um câmbio flutuante e uma política monetária baseada em metas de inflação.

Para concluir, quanto ao mérito, cabe assinalar que a programação dos agregados monetários para os quatro trimestres – citei-os logo no início da exposição – alinhou-se ao cenário traçado para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio, além de outras variáveis relevantes. Dado o seu caráter meramente indicativo, a mencionada programação não teve qualquer efeito prático sobre o sistema de metas para a inflação hoje em vigor.

Portanto, Sr. Presidente, em função dos argumentos apresentados, concluo pela aprovação da programação monetária do terceiro trimestre de 2004, do quarto trimestre de 2004 e dos dois primeiros trimestres de 2005.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Em discussão a matéria.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados.

Aprovada a matéria.

Por uma questão regimental, para que não haja dúvidas, o secretário pediu que colocasse em votação uma matéria seguida de outra.

Mensagem do Senado Federal nº 137, de 2005, não terminativa, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069, a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2005. A autoria é da Presidência da República, e o Relator é o Senador Delcídio Amaral.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Mensagem nº 136 encaminhada ao Senado Federal, nos termos do art. 6º da Lei nº 9.069. A autoria é da Presidência da República. Trata-se também da programação monetária relativa ao trimestre de 2005.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Mensagem nº 122, não terminativa, encaminhada ao Senado Federal, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º, da Lei nº 9.069. Trata-se da programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 2004. A autoria é da Presidência da República, e Relator é o Senador Delcídio Amaral.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Aprovada.

Mensagem nº 135. Trata-se da programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2004. A autoria é da Presidência da República, e o Relator é o Senador Delcídio Amaral.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Foram aprovadas, por unanimidade, todas as mensagens de autoria da Presidência da República relativas a programação monetária.

Alguma coisa a mais? Não?

Havendo número legal, coloco em pauta a discussão e a votação da ata da sessão anterior.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP) – Peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – O Senador Romeu Tuma pediu a dispensa, inclusive, da leitura.

Pergunto à Secretaria se o Dr. Alexandre Tombini já chegou. O indicado já se encontra no recinto da Comissão.

Solicito ao Senador Ney Suassuna, como líder do PMDB, e ao Senador Delcídio Amaral, do Partido dos Trabalhadores, que conduzam o Dr. Alexandre Tombini para que compareça à sala da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, onde será argüido. (Pausa)

Srs. Senadores, Sras Senadoras, está presente o Dr. Alexandre Antônio Tombini, indicado para assumir a diretoria do Banco Central pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Rodolpho Tourinho, eminente Senador do PFL da Bahia, para que proceda a leitura do seu parecer sobre o indicado, Dr. Alexandre Tombini.

Com a palavra o Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio, Sr. Vice-presidente, Senador Romeu Tuma, Dr. Alexandre Tombini, Sras e Srs. Senadores. O Senhor Presidente da República, por intermédio do...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Eu pediria aos Srs. Membros da Comissão e aos Senhores e Senhoras presentes que mantivéssemos silêncio para ouvir o relator, Senador Rodolpho Tourinho.

Garantida a sua palavra, Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL-BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Senhor Presidente da República, por intermédio da Mensagem nº 138, de 2005, submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, alínea d da Constituição Federal a indicação do Sr. Alexandre Antônio Tombini para ocupar o cargo de diretor do Banco Central do Brasil.

O currículo do candidato atesta a sua qualificação acadêmica e ampla experiência profissional. Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília, Alexandre Tombini é também Doutor em Economia pela University of Illinois at Urbana-Champaign. Funcionário de carreira do Banco Central do Brasil desde 1998, ali exerceu atividades diretamente ligadas à área de estudos e pesquisas, para a qual é agora indicado como diretor. Foi chefe do Departamento de Estudos e Pesquisas de março de 1999 a junho de 2001, período em que teve oportunidade de ser um dos principais técnicos responsáveis pela implantação do sistema de meta de inflação.

Atualmente, exerce a função de assessor sênior do diretor executivo e membro da diretoria executiva do Fundo Monetário Internacional, o que lhe permitiu participar das negociações dos programas brasileiros junto ao FMI desde 2001 até 2004.

Anteriormente, exerceu outros cargos públicos de relevância. Foi consultor da diretoria do Banco Central de maio de 1998 a março de 1999; assessor especial da Câmara de Comércio Exterior de fevereiro de 1995 a maio de 1998 e coordenador da área externa da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda de 1992 a 1995, quando teve oportunidade de dar grande contribuição à implantação do Mercosul.

Seu currículo exibe diversas publicações de artigos especializados, dos quais destaco as mais relevantes para o cargo que irá exercer. São: "As metas de inflação no Brasil – choques e indexação de preços e condicionalidades do Fundo Monetário Internacional";

o outro, é “Implementação das metas de inflação no Brasil”, publicados em co-autoria com outros economistas do Banco Central.

Queria enfatizar ainda mais no currículo do Dr. Alexandre Tombini não só essa sua participação no programa de fixação de metas do Banco Central, mas também o fato de ele ser um funcionário de carreira, o que é muito importante, sobretudo num momento em que discutimos a autonomia do Banco Central. Esse processo de discussão já foi iniciado aqui no Senado. Um dos aspectos apontados talvez como empecilho a essa autonomia do Banco Central é o fato de que freqüentemente ou na maioria das vezes os diretores do Banco Central serem oriundos do mercado financeiro, serem de mercado. Estamos assistindo aqui, neste momento, a uma mudança de atitude: o fato de o Dr. Alexandre Tombini ser funcionário de carreira do Banco Central.

Entendo, pessoalmente, que o Banco Central tem funcionários sempre a altura para exercício desses cargos. Tenho e tive no passado uma longa vivência no trato com o Banco Central. Essa é uma convicção pessoal muito forte, mas que eu gostaria, neste momento, de enfatizar: considero positiva a indicação do Dr. Alexandre Tombini para o cargo do Banco Central, sobretudo, volto a repetir, no momento em que se discute a independência ou autonomia do Banco Central.

Outro fato que também quero destacar é a participação dele no sistema de metas implantado no Banco Central e que está funcionando.

Por último, ressalto a experiência dele no exterior. Entendo que não é apenas por meio de participação no mercado que se adquire essa experiência. Tem o Dr. Alexandre Tombini essa experiência sem ser membro do mercado tradicional.

De forma que, para finalizar, considero que as informações constantes do currículo do Sr. Alexandre Tombini comprovam a sua qualificação, para adequado desempenho do cargo, motivo pelo qual esta Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a sua indicação para o cargo de diretor do Banco Central. Antecipo meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Agradeço ao Senador Rodolfo Tourinho.

Passo a palavra ao Dr. Alexandre Antônio Tombini para que faça uma breve exposição.

Peço à Secretaria que distribua uma cópia do discurso do Dr. Tombini.

Com a palavra Dr. Alexandre Tombini, indicado à diretoria do Banco Central.

O SR. ALEXANDRE ANTÔNIO TOMBINI – Muito obrigado.

Exmº Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz

Otávio, Exmº Sr. Vice-Presidente, Senador Romeu Tuma, Exmº Sr. Relator, Senador Rodolfo Tourinho, Sras e Srs. Senadores presentes, é uma honra estar diante desta Comissão como indicado à diretoria do Banco Central do Brasil. Como funcionário de carreira, vejo a possibilidade de compor a diretoria não somente como preenchimento de uma aspiração pessoal, mas também como reconhecimento da alta qualidade do corpo técnico do Banco Central do Brasil.

Caso aprovado por esta Casa, procurarei desempenhar minha função utilizando ao máximo a experiência e o conhecimento acumulados para dar minha contribuição no sentido de se aprofundar a estabilidade macroeconômica e assentar as bases para o crescimento sustentado do País.

Quero deixar público também meu sincero agradecimento ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Antônio Palocci, e ao Presidente do Banco Central, Henrique de Campos Meirelles, pela confiança em mim depositada pela indicação do meu nome a esta Casa.

Como todos sabemos a inflação tem efeitos altamente regressivos sobre a renda da população, prejudicando especialmente os menos favorecidos, que não dispõem dos mecanismos para delas se protegerem. O controle da inflação além de mirar uma inflação baixa deve ter por objetivo tornar a inflação mais previsível possível, de forma a facilitar o planejamento da sociedade nas suas decisões de consumo, poupança e investimento. Somente com uma inflação baixa e previsível é que teremos a possibilidade de alcançar o desenvolvimento econômico sustentado, onde a renda real da sociedade seja o principal motor de sustentação da economia e o investimento privado, a sua mola propulsora.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, tendo eu participado da adoção do Regime de Metas de Inflação no Brasil, em 1999, quando chefiava – como Relator o Senador Tourinho – o então recém-criado Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central, eu gostaria de, nesta oportunidade, de fazer uma breve avaliação retrospectiva da nossa curta porém rica experiência.

Nos quase seis anos, desde a sua implantação, o sistema tem obtido sucesso como instrumento de coordenação das expectativas de controle da inflação, especialmente tendo-se em conta a dimensão e a freqüência dos choques que atingiram a economia no período.

Creio que, durante a curta experiência brasileira com o Regime de Metas de Inflação, o balanço seja inequivocamente positivo. O País, nesse período, sofreu toda sorte de choques econômicos e soube enfrentá-los com flexibilidade.

Primeiro tivemos os efeitos da forte desvalorização do câmbio na transição para o novo regime, em 1999.

Posteriormente, no ano 2000, tivemos a crise da bolha no mercado de ações vinculado à tecnologia da informação e o aumento dos preços internacionais do petróleo.

Em 2001, tivemos uma combinação de choques: a deterioração da situação econômica na Argentina, o racionamento de energia no Brasil e, por último, os ataques terroristas de 11 de setembro nos Estados Unidos.

Em 2002, o ano mais complicado para o novo regime de política monetária, combinaram-se, ao longo do ano, um novo e forte ajuste da taxa de câmbio, com a elevação da versão ao risco e com a crise de confiança que levou também à monetização parcial da dívida mobiliária interna.

Em 2003, a política econômica tratou de dissipar as dúvidas iniciais quanto à sustentabilidade da dívida pública e retomar o controle da inflação.

Em 2004, uma vez normalizadas as condições financeiras e consolidado o processo de retomada econômica, o País, pela primeira vez, desde a implantação do Regime de Metas, teve que lidar com pressões inflacionárias em boa parte originadas pelo lado da demanda agregada. Também os preços internacionais do petróleo subiram, de novo atingindo recordes históricos.

Esse breve inventário dos choques a que fomos submetidos sugere que, apesar de curta no tempo, a experiência brasileira com metas de inflação tem sido bastante rica em relação às mudanças do ambiente econômico.

Com respeito ao desenho do sistema, a definição de metas numéricas para a inflação futura fornece informação inequívoca para a sociedade sobre os objetivos da política monetária a médio e longo prazos e, na presença de choques inflacionários adversos, oferece uma trajetória clara para o processo de desinflação, ajudando a conformar as expectativas da sociedade.

Ao alinhar as expectativas da sociedade aos objetivos de médio e longo prazo, a economia ganha em previsibilidade, permitindo aos indivíduos e empresas planejar as suas decisões de consumo, poupança e investimento, portanto contribuindo para aumentar a eficiência da economia como um todo.

Combinado ao regime de câmbio flutuante e à disciplina da política fiscal, o sistema de metas tem servido bem às necessidades do País. O tripé da política macroeconômica tem permitido lidar de forma eficiente com choques que assolaram a economia brasileira num período recente. Por exemplo, choques externos refletiram-se em mudanças duradouras nos preços relativos. Os ajustes iniciais da taxa de câmbio, somados ao controle da inflação, ajudaram a preservar as mudanças no câmbio real, restaurando o equilíbrio externo da economia sem maiores sacrifícios da economia interna.

A inflação não fugiu ao controle nem a atividade econômica se contraiu. A expansão das exportações brasileiras aumentou a renda, levando a um impacto positivo no produto da economia e no nível de emprego.

O sistema, ao mesmo tempo em que tem permitido à autoridade monetária responder de forma flexível aos choques que incidem na economia, exige também disciplina dos gestores da política monetária.

A simplicidade do regime, ao definir objetivos numéricos explícitos para a inflação, conduz a um alinhamento natural entre a sofisticação exigida do gestor e do especialista em política monetária e o entendimento do leigo. Este último conhece com clareza os objetivos perseguidos pela autoridade monetária, consubstanciados nas metas numéricas. Assim sendo, tem condições de aferir com precisão o desempenho do seu Banco Central.

Para obter êxitos em sua missão, o Banco Central precisa construir a sua credibilidade no combate à inflação. E inconcebível, por exemplo, supor que um Banco Central que, sistematicamente, falhe no controle da inflação e seja percebido como transigente na luta contra a elevação dos preços consiga manter as expectativas da sociedade em linha com as metas futuras.

Por outro lado, é possível que a sociedade reconheça que, a despeito dos desvios temporais da inflação, a autoridade monetária retenha a capacidade, no futuro, de trazer de volta a inflação para a trajetória de metas. Isso é parte do exercício de construção de credibilidade no Banco Central, que exige disciplina, inteligência e intransigência com inflação. E, uma vez obtida e preservada essa credibilidade, confere ao Banco Central maior flexibilidade para enfrentar os desafios do dia-a-dia e, em última instância, reduzir o custo social da política monetária.

Apesar da clareza de seus objetivos, o sistema de meta de inflação exige sempre um esforço maior de comunicação de suas decisões em relação aos outros regimes de política monetária. Em outros regimes,

como no caso, por exemplo, de uma regra de câmbio previamente conhecida, ou de uma regra de expansão da moeda, a necessidade de comunicação é mínima. O Banco Central pode comunicar-se por meio de suas ações cotidianas, seja nas mesas de moeda estrangeira ou nas mesas de títulos.

No caso do regime metas, entretanto, a autoridade monetária tem que fundamentar suas decisões de política no curto prazo, estabelecendo o nexo, com o objetivo de inflação mais a longo prazo. É justamente a consistência das ações de política monetária, juntamente com uma clara comunicação dessa política, que darão forma à credibilidade do regime de metas de inflação.

O sistema no Brasil tem sido conduzido com elevado grau de transparência, ingrediente fundamental na construção e consolidação dessa credibilidade. A divulgação das notas do Comitê de Política Monetária, com defasagem mínima, e a publicação de relatórios de inflação trimestrais, contendo as previsões de inflação do Banco Central e os riscos associados, são avanços institucionais importantes no esforço de transparência e comunicação da política monetária brasileira. O sistema brasileiro já é reconhecido internacionalmente, não somente pela quantidade de informações disponibilizadas, mas, sobretudo pela qualidade dessas informações.

Além da transparência, um outro aspecto extremamente importante do sistema de metas no Brasil diz respeito à obrigação de prestação de contas da sociedade. Em caso de o Banco Central não cumprir com as metas de inflação, envia carta aberta ao Ministro de Estado da Fazenda, explicando as razões do descumprimento e informando as medidas corretivas adotadas, bem como a previsão de retorno da inflação para a trajetória de metas. Ainda no processo de prestação de contas à sociedade, o papel do Parlamento brasileiro, o mais perfeito representante da sociedade, é central. A autoridade monetária tem a obrigação de prestar contas da execução de sua política monetária ao Poder Legislativo, inclusive por meio de esclarecimentos adicionais às informações disseminadas com freqüência em seus relatórios periódicos.

Além de exigirem elevado grau de transparência, as ações de política monetária devem ser adotadas de forma antecipatória, os seus efeitos sobre a inflação ocorrem com defasagens. A meta de inflação é fixada para o futuro e, portanto, o Banco Central ajusta seus instrumentos hoje para que a inflação projetada seja compatível com as metas predefinidas. Esse processo exige um permanente esforço de se obter um melhor entendimento do mecanismo de transmissão da política monetária. Precisam ser conhecidas às intensidades

com que reage a inflação aos estímulos de política monetária e as defasagens entre o ajuste na taxa de juros e outros instrumentos, e seus efeitos finais sobre a trajetória de inflação.

Caso conte com a aprovação dessa digníssima Casa, trabalharei com os demais colegas da diretoria colegial do Banco Central do Brasil e, sobretudo, com o qualificado corpo técnico da instituição, para continuar o processo de aperfeiçoamento do sistema de metas de inflação no Brasil. Nesse sentido, vejo ainda a importância do debate público que se trava em torno de como aperfeiçoar a atuação da autoridade monetária.

Devemos, no Banco Central, acompanhar com atenção o debate que se desenvolve aqui no Congresso, no Senado e nesta Comissão.

Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, para avaliarmos o desempenho do regime de metas de inflação nesses cerca de seis anos, devemos, no meu entendimento, utilizar pelo menos dois critérios complementares: O primeiro: Devemos comparar a inflação ocorrida a cada exercício com as metas de inflação predefinidas, incluídas as margens de tolerância. Nesse critério, os resultados seriam em boa medida favoráveis. Se por um lado em três dos seis anos, a saber, 1999, 2000 e 2004, a inflação observada ficou dentro das metas previamente estabelecidas, por outro, em 2001 e 2002, o desvio da inflação superou a banda de tolerância. O ano de 2003 foi um caso à parte. Con quanto a meta originalmente estabelecida tenha sido superada, o desvio da inflação observada em relação à meta operacional estabelecida no ano anterior foi relativamente modesto.

O segundo critério de avaliação do regime baseia-se na evolução das expectativas de inflação, ou seja, ainda que a inflação tenha se desviado da meta, caberia averiguar se o Banco Central reteve a capacidade de manter as expectativas de inflação sob controle e em linha com os objetivos anunciados.

Sob esse critério, apesar do desvio da meta ocorrida em 2001, as expectativas de inflação, ao final daquele ano, para o ano de 2002 mantiveram-se bem comportadas. Ou seja, por mais fortes que tenham sido os choques que atingiram a economia brasileira em 2001, e a despeito do desvio da inflação ocorrida, a natureza dos choques e a reação do Banco Central, juntamente com a existência de metas de inflação conhecidas para o futuro, deram conta de manter as expectativas de inflação em linha com os objetivos do Governo. O mesmo ocorreu em 2003.

Como mencionei anteriormente, o tripé de política econômica adotada nesses últimos seis anos, combinando disciplina fiscal, câmbio flutuante e metas de

inflação, permitiu enfrentar com flexibilidade períodos de grandes dificuldades, e o resultado foi bastante satisfatório: preservou-se o equilíbrio macroeconômico a um custo social moderado.

Caberia ressaltar ainda que essa flexibilidade do regime de política monetária, juntamente com um forte ajuste fiscal no período, de mais de cinco pontos de percentagem do PIB, permitiu uma significativa virada no saldo da conta corrente do balanço de pagamentos da ordem de quase sete pontos de percentagem do PIB.

Esse forte ajuste do setor externo brasileiro, diferentemente da experiência de outros países, não se deu à custa da contração da economia. A economia real brasileira foi capaz de absorver os choques externos com flexibilidade, fazendo com que a composição da demanda agregada respondesse de forma rápida e forte às mudanças de preços relativos em favor dos produtos comercializáveis, gerando robusto superávit da balança comercial nos últimos anos, que hoje supera a marca de US\$35 bilhões.

Quanto ao futuro, estou otimista. Creio que a atual política macroeconômica dará conta de ajustar a inflação à sua trajetória de metas e permitirá, ao longo do tempo, caminhar no sentido que todos desejamos: de taxas de juros reais mais baixas.

Olhando mais à frente, em horizonte de dois a três anos, vejo como muito promissora a possibilidade de o Brasil convergir para um grau de risco de investimento. A expansão sustentada da economia, o equacionamento da questão fiscal, com a redução firme e gradual da relação dívida/PIB e a continuidade do processo de melhoria dos indicadores de endividamento externo deverão contribuir muito nesse processo de convergência para o grau de investimento. A velocidade dessa convergência, porém, dependerá dos avanços adicionais nas reformas estruturais que permita uma resposta maior a oferta global da economia. Esses avanços deveriam compreender uma maior formalização do mercado de trabalho, o equacionamento da questão previdenciária, o maior aprofundamento do mercado de crédito e de capitais, a melhoria da qualidade dos gastos públicos e a melhoria das condições de concorrência com os avanços na área do comércio exterior.

Cabe ressaltar que a obtenção do grau de investimento não se trata de um capricho de economistas, nem tampouco algo cujo impacto ficará limitado ao setor financeiro. Ao ser promovido a esse novo patamar de risco, os ativos brasileiros automaticamente se valorizariam, ampliando a capacidade das empresas aqui instaladas de financiarem os seus investimentos produtivos e consolidando o País como o destino mais seguro para os investimentos produtivos estrangeiros,

ampliando assim as oportunidades de emprego e de renda para os brasileiros.

Em resumo, procurei elencar aqui alguns dos pontos principais que caracterizam a atuação do Banco Central do Brasil e que batizarão a minha contribuição caso seja aprovado nesta Casa.

Agradeço a V. Exas. e mais uma vez expresso a minha gratidão ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao Ministro Antônio Palocci e ao Presidente Henrique Meirelles pela oportunidade de estar aqui.

Estou à disposição de V. Exas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Após a manifestação do Dr. Antônio Tombini, abriremos inscrição para perguntas.

Com a palavra, o Senador Ney Suassuna, como Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Fico muito satisfeito de estar aqui entrevistando uma pessoa preparada, que sabe aonde quer chegar em relação ao seu papel no Banco Central.

Gostaria de fazer apenas duas perguntas.

Dr. Tombini, para combater a inflação, um dos remédios mais fortes tem sido a taxa de juros, criticada por "Deus e o mundo". A crítica vai desde o Vice-Presidente a todos os empresários, todos os comerciantes. Não há sindicatos, não há quem goste de taxas de juros altas, e nós, lamentavelmente, estamos com uma taxa de juros muito alta.

O que eu não consigo entender é que, se existe alguma alternativa... Por exemplo, se pegássemos a taxa de requerimento de capital, que os bancos cobram em média 0,25% a título dela para emprestarem dinheiro, e a aumentássemos, não seria mais salutar do que aumentar os juros?

Porque, vejam: quando se aumentam os juros, nós estamos aumentando a dívida, nós pagamos muito mais. E quem ganha mais? São os bancos estrangeiros. Se fosse a taxa de requerimento seria só para quem vai tomar dinheiro. Se a opção é para conter a verba que está sendo emprestada, se esse é o objetivo, por que não usar essa taxa de consumo de capital, conhecida também como taxa de requerimento? Hoje, é uma taxa insignificante de 0,25%, que nós poderíamos colocar para 3%, 4% ou 5%, e inibiria do mesmo jeito que inibe quando se aumenta a taxa de juros, que é genérica e pesa sobre a dívida. Esta é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é: existem vários projetos de independência do Banco Central, e um deles é de minha autoria. Já tinha feito um antes, em 1994, quando tentamos regulamentar o artigo da Constituição que

cuidava de todo o Sistema Financeiro. Naquela época terminou sendo relatado pelo hoje prefeito de Porto Alegre, o nosso Senador também do PMDB, e não foi levado adiante na Câmara. Voltamos a fazer o projeto. Em todos os países que tivera os seus bancos centrais tornados independentes ou pelo menos parcialmente independentes aumentou-se a taxa de confiabilidade da perseguição das metas e com isso a inflação caiu. Não seria também salutar se no Brasil nós tornássemos – pelo menos parcialmente – o Banco Central independente? Isso também não ajudaria na queda da inflação? Não seriam dois remédios que, com toda a certeza, não gerariam aumento de dívida, aumentariam a confiabilidade e não criariam os problemas que hoje cria, por exemplo, essa famigerada taxa de juros?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB–PA) – Com a palavra, o Dr. Alexandre Antonio Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Senador, pelas perguntas. São perguntas muito oportunas.

Em relação à questão da taxa de juros, como V. Ex^a mencionou, elas estão altas, mas acredito que, infelizmente, são necessárias neste momento. Como mencionei na minha breve introdução, estou otimista em relação à capacidade das políticas atuais de trazerem essa inflação – acho que o foco, aqui, é a inflação – o mais rapidamente para a sua trajetória de metas e, com isso, abrir espaço, ao longo do tempo, para flexibilizar as condições monetárias e quem sabe rumar para uma taxa de juros real mais baixa num horizonte talvez não tão longo.

Em relação ao instrumento que V. Ex^a mencionou, do requerimento de capital, eu quero dizer que acho que o Banco Central não deve abrir mão de nenhum instrumento. Isso é uma questão de princípio.

Em relação aos compulsórios e a outros mecanismos de regulação prudencial, eu acho que nós temos correndo em paralelo um outro processo, que é o de aprofundar o mercado de crédito brasileiro. Hoje nós já temos um estoque de compulsórios bastante elevado. Temos 53% nos depósitos à vista, 23% nos depósitos a prazo, 30% no depósito de poupança. O nível de depósito compulsório, tomando por base a experiência internacional, é bastante elevado no Brasil. E também os objetivos desses depósitos de requerimento de capital são de regulação prudencial, ou seja, de fazer com que as instituições tenham capacidade de absorver os riscos que elas detêm nas suas posições ativas. Nós sabemos que a melhor garantia para os depositantes reaverem os seus recursos depositados nas instituições financeiras é a qualidade dos ativos. Esses instrumentos, então, são calibrados para assegurar e trabalhar de forma antecipativa, evitando cri-

ses tanto sistêmicas quanto de instituições individuais. Penso que desviar esse instrumento com o objetivo de inflação talvez não seja o mais apropriado, tendo em vista o estoque já elevado que nós temos, por exemplo, com os depósitos compulsórios.

Então, como eu disse, acho que não devemos abrir mão de nenhum instrumento, por princípio. Mas eu creio que o Banco Central deveria continuar enfocando no instrumento mais tradicional neste momento e esperar para ver se há condições de flexibilização uma vez que a inflação venha para baixo, porque eu estou otimista em relação a isso.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB–PB) – Mas, se a gente utilizar essa taxa de requerimento, a gente não aumentaria o pagamento que o Governo tem que fazer não só para a dívida interna quanto para a externa? Quem ganha com isso são só os bancos. Eu não entendo por que a gente generaliza, fazendo todo mundo sofrer, principalmente os investidores, quando a gente poderia fazer só na inibição de consumo de quem está tomando dinheiro emprestado.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado pela adição.

Voltando ao ponto, já temos um estoque amplo. Quer dizer, o Banco Central já vem fazendo isso de certa forma. Os compulsórios estão em níveis bastante elevados do que o nível observado na experiência internacional; temos 53% de depósito a vista; 23% de depósito a prazo. Ou seja, já temos um “colchão” nesse caso.

Em relação à questão da independência, creio que o fundamental aqui é justamente o desenrolar do processo que se inicia nesta Casa, dos debates em torno das vantagens de caminharmos no sentido da autonomia operacional do Banco Central. Vou acompanhar – e tenho acompanhado com alguma atenção – esse processo a sua iniciativa em relação ao projeto de fixação dos mandatos para os diretores do Banco Central e a justaposição parcial entre esses mandatos, além da não-coincidência com o mandato do Presidente da República. Acompanhei também o projeto do Senador Rodolpho Tourinho, um projeto bastante amplo, de autonomia operacional de juro para a autoridade monetária. Creio que isso é importante.

Na minha condição de candidato a compor a diretoria do Banco Central, quero dizer que a minha opinião é mais ou menos em linha com autonomia operacional representando um avanço institucional para o País. Mas vou acompanhar com bastante atenção o desenrolar dos debates nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB–PA) – Senador Aloizio Mercadante. V. Ex^a dispõe do tempo regimental para a sua pergunta.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP)

– Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar a indicação, porque a sua carreira de servidor público no Banco Central, e com experiência, depois, no Fundo Monetário Internacional, e um especialista em relação ao sistema de metas, V. S^a teve um papel importante na implantação desses sistemas no Brasil, acho que o credenciam e acho que pode ser um elemento extremamente importante para enriquecer a reflexão sobre o sistema de metas.

Quero dizer que eu, particularmente, sou favorável ao sistema de metas. Acho que esse tripé câmbio flutuante/metas de inflação/superávit primário é um instrumento indispensável para que possamos ter fundamentos macroeconômicos sólidos no Brasil.

No entanto, se analisamos algumas experiências históricas, veremos que a Nova Zelândia levou 15 anos aperfeiçoando seu sistema de metas; o Chile levou 10 anos adotando o sistema de metas – e o fizeram de forma gradualista. O Brasil adotou o sistema de metas em junho de 1999, logo depois da desvalorização, usando o modelo mais duro possível. Quer dizer, temos metas explícitas, temos transparência, temos uma ampla política de participação com o público. Ou seja, notas da imprensa com a decisão do Copom, publicidade das atas do Copom, relatórios regulares da inflação, pronunciamentos do Presidente do BC, artigos de diretores e pesquisadores do Banco Central, equação de reação do Banco Central, de conhecimento público, temos pesquisas de expectativa do mercado financeiro – o Focus. Portanto, procuramos dar mais previsibilidade e preservar a credibilidade da autoridade monetária com todo esse sistema de transparência absoluta e previsibilidade das decisões.

No entanto, há outras experiências exitosas em que a política de comunicação é mais ou menos ampla, em alguns casos há cláusulas de escape, a meta é dentro de um intervalo, há diferentes margens de tolerância em relação às metas, há ritmos distintos de desinflação da economia, há indicadores distintos de inflação, inclusive com expurgo de índices, há prazos diferenciados, portanto temos várias experiências.

Quero mencionar algumas. Por exemplo:

A Austrália tinha um expurgo, entre 1994 e 1998, de 49% de IPC, e depois continuou com um pequeno expurgo;

O Canadá tem um expurgo de 16% do índice cheio e tem de seis a oito trimestres para acomodar a convergência para a meta. Portanto, eles têm um prazo mais dilatado do que 12 meses;

A Nova Zelândia, que é um país pioneiro, expurga o pagamento de juros e impostos dos juros sobre

os preços, também tem prazo anual e, depois, seis a oito trimestres para acomodar a meta;

O Reino Unido tem a exclusão dos juros de hipoteca sobre o índice de preços, mas o prazo é anual;

A Suécia tem de quatro a oito meses para fazer a convergência da meta;

O Chile tem avaliação anual, mas, no caso de desvio da meta, passam a ser oito trimestres para convergência em direção à meta;

A Coréia do Sul exclui preços de petróleo e produtos agrícolas, menos cereais, e o prazo é anual;

A República Tcheca expurga 18% do índice de preços, e a Tailândia também tem um expurgo de 19% do IPC.

Portanto, há duas alternativas. Uma delas é o expurgo de índice, que, particularmente, tenho grandes dúvidas se é o melhor caminho. Temos um peso muito grande de contratos indexados, mas não me parece ser um bom caminho, em termos de credibilidade, de previsibilidade e de consistência da política monetária, embora haja várias experiências em que há um prazo mais lento, um prazo mais dilatado para a convergência em direção à meta.

Então, a primeira pergunta que faço é: como o Sr. Alexandre Tombini analisa essa questão do prazo?

A segunda questão: se observarmos a nossa história econômica, só tivemos inflação abaixo de 5,5% em dois anos atípicos da nossa história. Em 1946, no Governo Dutra, saímos da guerra cheios de reservas cambiais e fomos destruindo essas reservas em uma velocidade muito grande, o que gerou a apreciação da taxa de câmbio; tivemos uma inflação abaixo de 5,5%. E em 1998, um ano também totalmente atípico, em que houve um esgotamento daquele populismo cambial, da âncora cambial, que antecede um ataque especulativo. Portanto, a meta de 5,5% é extremamente ambiciosa quando analisamos a nossa história econômica.

A minha pergunta é: por que definimos uma meta de 4,5% para este ano, como fez o Conselho Monetário Nacional, tendo um choque externo de preços? V. Ex^a. mencionou inclusive o preço do petróleo, a siderurgia e algumas commodities, com a economia crescendo a 5,2%. Por que passar uma meta de 5,5% para 4,5%, se a inflação, no ano passado, foi de 7,6%? Tanto estava errada essa meta – e eu me bati muito por isso – que o Banco Central acabou depois sinalizando uma meta de 5,1%.

Como será a reunião do Conselho Monetário Nacional de junho agora que decidirá a meta do ano que vem, confirmando-a ou não, e fará a previsão da meta de 2007, pergunto se não seria bastante razoável que mantivéssemos um ritmo de deflação? A inflação tem que continuar em trajetória de queda, mas lenta, como

fizeram Nova Zelândia, Chile e outros países, para permitir manter-se um ritmo de crescimento de economia forte, para evitar esse sobrecarregamento da política monetária e essa pressão que estamos tendo sobre a política fiscal, que é uma decorrência disso.

Assim, pergunto qual é a análise, quais são os subsídios e a reflexão que o senhor faz em relação ao sistema de metas no Brasil? O senhor vê alguma possibilidade de aperfeiçoamento desse sistema? E em relação à definição do centro da meta e dos intervalos para a definição da política monetária em 2006 e em 2007?

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Com a palavra, o Dr. Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Sr. Senador. Penso que V. Ex^a traz ao debate público um tema bastante importante.

O desenho do sistema se deu num momento de ruptura com o regime cambial pré-existente. Precisávamos de uma âncora nominal para a economia que não fosse, por exemplo, a dolarização, que não tinha a menor chance de evoluir no caso brasileiro. Teoricamente, havia a possibilidade de correr para um sistema de regra de expansão da moeda. Todos sabemos que esse regime exige uma estabilidade da demanda por moeda, o que não seria possível em uma economia como a brasileira.

Quero dizer que a relação entre moeda e produto e, por conseguinte, entre moeda e inflação é bastante instável, e não teríamos controle do instrumento em relação ao objetivo de assegurar a estabilidade monetária. Voltar a um novo nível de câmbio esbarrava no problema da credibilidade, porque acabávamos de sair daquele regime de câmbio administrado.

Assim, precisávamos de um sistema que, ao mesmo tempo em que desse alguma flexibilidade para condução da economia naquele momento, também impusesse um grau elevado de disciplina. Precisávamos restabelecer a credibilidade do regime de política econômica, e esse sistema mostrou-se adequado e ganhou, como V. Ex^a disse, bastante adeptos no mundo, tanto economias emergentes como economias desenvolvidas. Esse sistema, como disse na apresentação, tem servido bem ao País, porque ele pode ser usado com flexibilidade e vem sendo usado dessa forma.

Em relação à questão do prazo de convergência, creio que isso tem que ser estudado. Comprometo-me – claramente é uma questão de interesse – a estudar a questão porque a considero importante, caso seja aprovada por esta Casa.

Creio que a questão do prazo de retorno se dá melhor quando já estamos no nível, digamos, da inflação de médio ou longo prazo para uma economia

qualquer. Podemos correr para um sistema de metas de inflação com uma janela em que, todo mês, a inflação acumulada em doze meses teria que estar em linha com o objetivo definido pelo Governo ou pela sociedade e com margens de tolerância. Essa janela corre todo mês, caso a inflação seja maior, além das bandas, e o Banco Central ou a autoridade monetária deveria dizer em quanto tempo retornará para a inflação. Mas isso é um processo. Como ainda estamos em processo de desinflação gradual ou menos gradual, mas em processo de desinflação, ainda ficamos presos à questão do ano-calendário, num limite de passagem de uma trajetória de inflação.

Eu aprendi no Banco Central que, sem um conjunto amplo de informações, sem estar dedicado com exclusividade a esse tema, é difícil fazer um juízo bem-informado da minha parte. Entretanto, acredito que há idéias interessantes a serem estudadas, e vamos estudá-las ao longo do tempo.

Em relação à meta ser ambiciosa, observando a experiência internacional, quando foram fixadas as primeiras metas – imagino ainda no momento – levou-se em conta o fato de utilizarmos o índice cheio e não termos cláusulas de escape, como V. Ex^a mencionou que há em outros países. Por isso, estabeleceu-se uma trajetória de metas e, além disso, um intervalo de tolerância que, comparado ao de outros países, tende a ser mais generoso. E esse intervalo de tolerância tem sido usado ao longo do tempo.

Uma coisa é perseguir a meta, outra coisa é atingi-la. Para atingir uma meta, é preciso contar com todos os tipos de elementos, inclusive sorte, porque, como estamos no ano-calendário, pode ser que um choque de grandes proporções atinja a economia, e a política monetária não tenha condições de reagir ou, dependendo da natureza do choque, tenha de acomodar os efeitos de primeira ordem desse choque. Então, o atingimento da meta é uma coisa, e a perseguição da meta é outra.

Em relação a alterar o valor da meta, alguns estudos recentes – que depois eu gostaria de compartilhar com V. Ex^a – têm mostrado que uma das variáveis-chave na determinação da expectativa de inflação é a própria meta. Ou seja, a partir do momento em que se ajusta a meta de inflação, ajustam-se as expectativas de inflação. Sob o ponto de vista do custo social ou do custo da política monetária, a conclusão não é muito clara sobre se abre espaço. No longo prazo não há espaço, porque essa relação de pouco mais de inflação, pouco menos de desemprego não se sustenta no longo prazo, mas, na administração de curto prazo, estudos vêm mostrando que, ao alterar-se a meta de inflação, alteram-se as expectativas. Consequentemen-

te, o custo da política monetária pode ser tão elevado quanto em relação ao sistema original.

É isso, Sr. Senador.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT-SP)

– Primeiro, elogio a resposta porque, ao dizer que vai estudar, significa que está aberto para refletir. De fato, precisamos aperfeiçoar nosso sistema de metas. Espero que esse debate seja enriquecido com sua formação técnica e com a competência específica que tem nessa área, para que nos ajude nessa reflexão.

Vejo dois caminhos. Um é a questão do horizonte temporal, de podermos ter, como várias outras experiências históricas, a possibilidade de acomodar em um prazo mais longo que o ano calendário.

O debate quanto à definição da meta tem que ser aprofundado no País. Há alguns estudos, como, por exemplo, do George Akerlof, Prêmio Nobel de Economia, mostrando que o nível de inflação zero na economia americana é entre 2% e 2,5%. Ora, se, nos Estados Unidos, a inflação zero é entre 2% e 2,5%, seguramente, o nosso nível de deflação é acima disso. Nossos parceiros comerciais estão com uma média de inflação acima de 4%. Estamos saíndo de um patamar de 2,5%, 9,5%, 7,6%. Por que temos que ter uma meta de 4,5% com uma velocidade de ajuste como esta que estão tentando impor? A consequência disso é a pressão da política monetária, a pressão da política fiscal e todo esse clima. Aí, há um processo de se usar âncora cambial, porque se eleva uma apreciação do câmbio, com superávit de US\$35 bilhões e com superávit de transações correntes, que começa a punir o nível de atividade pelas exportações e pelo crédito, além de agravar a situação do Estado brasileiro, que tem pouca capacidade de investimento e gasto público.

Precisamos olhar para as experiências do Chile, da Nova Zelândia e outras experiências que tiveram êxito e que fizeram um processo de deflação mais lento.

Segundo argumento: exatamente porque não se deve alterar meta de inflação, por que saímos de 5,5% para 4,5% e tivemos que voltar para 5,1%? Pergunto se isso não se pode repetir para a frente, com esse preço de petróleo que temos, siderurgia e outras commodities.

Pelo menos, eu defenderia manter 5,5% por três anos, porque aí o prazo de ajustamento é mais longo e se faria uma aterrissagem mais lenta, sempre em uma trajetória de deflação.

Ao fixar em 4,5% com uma banda de 2,5%, fixamos 7% como teto. Fechamos o ano com 7,6%. Era inevitável uma pressão na política monetária no início deste ano.

Pondero pelo menos se manterem 5,1%. Se estivermos com 5,1%, mantenhamos 5,1% para o ano que vem e façamos um ajuste mais lento, para preservar o nível de atividade, que é o grande desafio da nossa economia.

Peço que V. Ex^a reflita bastante sobre esse assunto. Estou interessado nesse estudo e quero continuar o debate porque essa é uma questão central para o êxito do Banco Central, do Governo e do desempenho da economia brasileira no próximo período.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko para a sua pergunta e, depois, aos Senadores Romeu Tuma, Eduardo Suplicy e, assim, uma relação de ainda 14 inscritos.

A Senadora Lúcia Vânia também pede inscrição.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT) – Dr. Tombini, serei bastante breve. Eu gostaria de fazer duas colocações antes de fazer duas breves perguntas.

A primeira seria a importância da indicação de um funcionário de carreira, o que mostra, realmente, o compromisso que nosso Governo tem com pessoas que assumirão determinados cargos como esse que V. S^a. assumirá, e para o qual precisam de duas características fundamentais: competência técnica e compromisso político – não veja compromisso político como político-partidário. Não! Sou educadora e, como tal, o compromisso político é visto como algo que realmente precisa ser levado avante, junto com a competência técnica, no sentido do compromisso para com o País, para com sua população. E, apesar de não ter podido permanecer presente o tempo todo durante o seu discurso – tive que me retirar –, já fiz a leitura das suas palavras, e vejo que o senhor traz isso em sua bagagem. Então, fico muito contente com isso.

A outra questão é que é muito difícil falar depois do Senador Aloízio Mercadante. S. Ex^a não está sendo avaliado aqui, mas acredito que todos nós – e o Brasil conhece a competência do Senador Aloízio Mercadante na área da economia – sabemos e acreditamos das posturas políticas assumidas por S. Ex^a para com a economia do Brasil. Precisava dizer isso, sim, porque acredito que nesse momento é importante mostrarmos ao Brasil que conhecemos e sabemos da postura de nosso Senador, Líder do Governo; portanto, precisamos dizer isso aflorar para que as pessoas o conheçam também.

Gostaria de fazer-lhe duas perguntas. A primeira: qual a inserção institucional – como o senhor a vê – desejável para o Banco Central, particularmente na relação com o Governo e com o sistema financeiro? O senhor entende que é desejável manter com o Banco

Central atribuições relativas à supervisão, fiscalização e empréstimos de última instância, caso seja conferida autonomia para a autarquia executar a política monetária? No caso de autonomia, como o senhor vê essa questão? Inclusive não estou dizendo qual é minha posição com relação à autonomia, pergunto-lhe.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Sr.

Alexandre Antonio Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado pelas palavras, Senadora.

Quanto à inserção do Banco Central, primeiramente em relação ao mercado financeiro, temos que levar em conta que, em primeira instância, as decisões de política monetária, decisões sobre juros, sobre compulsórios, sobre redesconto, são transmitidas por meio do setor financeiro. Ou seja, o esclarecimento das políticas e o conhecimento pelo setor financeiro do regime de política monetária – câmbio – que o Banco Central e o Governo perseguem são importantes para dar a transmissão dessa política monetária e atingir os objetivos que a autoridade monetária deseja. Por exemplo, se temos um Banco Central que é percebido como respondendo a pressões políticas e não à política a que V. Ex^a se refere, mas pressões políticas para fazer uma coisa ou outra, é bem possível que o Banco Central, uma vez definido tecnicamente que seria desejável, por exemplo, reduzir a taxa de juros, e essa decisão não fosse percebida como uma decisão técnica, poderia o mercado achar que, ainda de forma infundada, essa decisão não está fundamentada tecnicamente, e consequentemente, as taxas de mercado, ao invés de baixarem, juntamente com a taxa de controle do Banco Central, podem subir. Ou seja, o resultado da política do Banco Central, justamente o inverso do objetivo inicial. Isso tem a ver com a transmissão que o setor financeiro dará a um impulso inicial do Banco Central. Então, é importante – acho que o Banco Central tem que esclarecer, tem que manter informado, o setor financeiro tem que conhecer, em linhas gerais, o regime, para evitar, enfim, questões relativas à eficiência da transmissão da política.

Em relação à inserção com o Governo, acho que a política monetária não atua no vácuo. O Banco Central atua essencialmente sobre a demanda agregada da economia, e temos uma série de outras políticas que afetam a capacidade potencial de uma economia crescer: as políticas de oferta, que o Banco Central tem pouca interferência sobre essas políticas. Mas imagino que o diálogo seja importante. A transparência canaliza esse diálogo de uma forma mais pública, e o Banco Central tem que chamar a atenção para as políticas pelo lado da oferta e se essas políticas têm,

digamos, afetadas de forma desfavorável o objetivo do Banco Central de cumprir o objetivo do Governo de metas de inflação.

Vejo que essa relação tem de ser próxima; tem que haver uma separação clara entre autoridade monetária e o resto do Governo, mas a política monetária não atua no vácuo.

Com relação ao desenho institucional de um eventual processo na direção da autonomia operacional de júri do Banco Central, creio que o debate da sociedade nesta Casa é que definirá esse desenho. Enfim, no meu caso, caso eu seja aprovado, teremos, obviamente, de nos adaptar a esse desenho.

Quanto à questão da supervisão, temos experiências internacionais diversas. Os países nórdicos e alguns outros países têm a separação histórica. Outros países têm caminhado na direção dessa separação, como, por exemplo, a Inglaterra, que separou o Banco da Inglaterra da autoridade da supervisão, visando a aproveitar a sinergia entre os diversos órgãos de fiscalização da área de seguros, de ações e dos bancos. Temos de estudar a experiência, mas esse processo será definido pela sociedade, com apoio do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Senador Romeu Tuma, que cede o tempo reservado a S. Ex^a ao Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB no Senado Federal, Senador pelo Estado do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr.

Presidente, Sr^{os}s. e Srs. Senadores, Dr. Tombini, eu já me ponho de acordo com a idéia das metas de inflação em 4,5%, com os 2,5% de tolerância. Entendo que qualquer tolerância psicológica a algum índice acima desses significa criarmos um clima no País que não é o desejável e não é sequer o necessário. Na minha cabeça, Dr. Tombini, não temos incompatibilidade alguma entre essas metas e o crescimento de 3,5% ao ano. Elas são perfeitamente compatíveis com 3,5% ao ano. O que é incompatível com 3,5% ao ano é a taxa de investimentos da formação brusca de capital fixo, que é insignificante em relação à necessidade brasileira. Isso transcende – devo admitir – aos limites deste Governo, como transcendia aos limites do Governo anterior. Há uma série de deficiências estruturais e institucionais no Brasil que levam a essa conclusão. Chegamos a ter 23% no auge do Plano Real, e hoje devemos estar com algo em torno de 20%, calculo isso, mas precisaríamos de 25% a 28% para sustentar um crescimento de 5% ao ano sem pressões inflacionárias adicionais. Eu não gostaria de trabalhar com a idéia de três anos seguidos, como propõe o Líder Mercadante, três anos seguidos de inflação supostamente acima de 7%. Vejo que, nas condições atuais de taxas de investimentos,

dá para trabalhar com 3,5% de crescimento e dá para trabalhar com até 7% de inflação. Vejo que a taxa de investimentos é pálida por várias razões, entre outras coisas porque há uma lei de agências reguladoras muito mim mandada pelo Governo e sendo discutida na Câmara dos Deputados. Precisamos implementar para valer e com seriedade a reforma do Judiciário e agilizar esse procedimento que é um dos gargalos brasileiros.

Precisamos tocar para frente aquele leque de reformas microeconómicas propostas pelo Dr. Marcos Lisboa ao Ministro Palocci, que, a meu ver, são partes de uma agenda essencial para o País. Temos de desencantar a reforma tributária, que foi, a meu ver, melhorada aqui no Senado e, de certa forma, engavetada na Câmara. Ela é vítima desse impasse que, a meu ver, tem a ver com a condução política imperfeita do Governo. Nós temos de ser explícitos em relação à independência do Banco Central, porque nós temos, enfim, que obter os necessários superávits menos pelo bafejo das conjunturas, menos pelo aumento das arrecadações a partir do aumento de carga tributário constatado – não dá para se ser, ao mesmo tempo, intelectualmente sério e negar que houve aumento de carga tributária – e mais pela diminuição dos gastos com custeio. Nós temos de procurar restabelecer os investimentos públicos, que estão em ponto críticos: desde 89 que não se viam os investimentos públicos em ponto tão crítico.

Nós temos, portanto, de criar o ambiente para que o investimento aconteça a partir de uma porção de reformas estruturais no País. Essas reformas precisam ser tocadas independentemente de ser ano de eleição, de ter ou não ter comissão parlamentar de inquérito, independentemente de se ter quaisquer problemas. Certas motivações são da agenda nacional, e essa agenda tem de ser restabelecida.

Eu vejo muitas referências aos tais preços administrados. Eu não tenho tempo para discutir todas as razões de termos chegado a eles, mas a medida nos preços administrados, quando e se ocorrer, terá de acontecer a partir de um amplo consenso. Não dá para nós mudarmos porque um ministro ou uma ministra voluntarioso resolveram que o índice tal de reajuste é extorsivo e, por isso, é preciso mudar a cartilha. Não é assim que se procede se quer tornar o Brasil um País atraente para investimentos que, ao longo do tempo, nos garantam a perspectiva do crescimento com taxas elevadas e crescimento com boa dose de sustentabilidade.

E eu lhe digo mais. Nós temos aqui algumas pendências que estamos, pelo diálogo e civilidade, procurando resolver, mas eu não poderia nunca deixar de

colocar aqui, com clareza, o meu apoio à sua indicação, seja por conhecer o seu trabalho, a sua formação acadêmica, a sua experiência profissional, a sua história enfim, seja pela recomendação muito enfática que me fez do seu nome – não era nem necessária, mas é muito bom que ele tenha feito, é uma figura muito querida para mim o ex-Presidente do Banco Central Armínio Fraga –, seja pela recomendação que também não era necessária, mas foi feito por outra figura muito querida, que é o doutor Murilo Portugal.

Enfim, eu creio que Vossa Excelência tem um grande papel a cumprir no Banco Central ao substituir um técnico do melhor preparo, que é o doutor Loyo. Não vim aqui, portanto, questionar nada, porque tenho certeza absoluta de que Vossa Excelência é o right man to the right placa. Não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.

Confio plenamente nisso.

Aliás, eu estou convidando o doutor Murilo Portugal para nós discutirmos dívida interna, porque, mais do que ninguém, ele entende desse assunto e ele poderá aclarar o debate e, quem sabe, contribuir para, a partir de sua presença aqui, nós elevarmos o debate sobre dívida interna, para não ficarmos naquela cantiga meio eleitoreira do tipo: "O governo passado encontrou a dívida interna em tantos bilhões e em poucos anos foi para não sei quanto". Já estou chegando ao ponto de procurar um psicanalista, isso cansa. E de uma pobreza tão grande, que isso cansa. Então, quando Murilo Portugal vier aqui, ele vai explicar tim tim por tim tim. Estou muito feliz com a perspectiva da presença dele, pois sei que ele é uma garantia de austeridade, é uma garantia de que se vai tentar agora, e de uma vez por todas, cortar gastos como expressão máxima e expressão ideal do ajuste fiscal.

Nada tenho a opor à indicação de Vossa Excelência e devo-lhe dizer que alguns senadores me fizeram uma observação: a de que Vossa Excelência não teria feito – fez depois dos debates –, referência a juros – estou sendo agora arauto dessa observação, não chega a ser um queixume – ou a compulsório na sua exposição, mas falou sobre isso ao longo das respostas que deu.

É preciso olhar o que o Banco Central pode fazer. O Banco Central pode fazer algumas coisas. O Banco Central tem de cuidar da moeda, e o dever de qualquer banco central sério é cuidar de jogar a inflação o mais para baixo possível. Eu não consigo imaginar que o Banco Central deva fazer a outra parte: cuidar de ter a inflação lá em cima. Não, ele tem de jogar a inflação lá para baixo. Outros fatores devem concorrer para nós termos possibilidade de crescimento sem pressões inflacionárias. E, para mim, vamos ao fulcro

da questão, que é a taxa de investimentos, que deve ser aumentada não por decreto. Sugiro mudanças profundas na abordagem de política exterior, que, segundo entendo, ajudaria a criar uma mente de negócio mais favorável.

Há gargalos de infra-estrutura terríveis. É preciso haver, no País, enfim, uma luta interna muito dura e forte pelo poder. Mas devemos ter a idéia de alguma continuidade. Essa história de que se reinventa e se refunda um país não ocorre. Temos de continuar com o que já faz parte de uma cultura brasileira na direção de um País mais justo, com menos gargalos e problemas.

Então, sinto-me plenamente natural. Votei em V. Ex^a – e fiz questão de estabelecer esse símbolo – antes de ouvi-lo. Votaria se fosse o Governo passado do qual fui Líder e voto do mesmo jeito. Se a mim fosse indicado fazer o convite, eu convidaria V. S^a para integrar a Diretoria do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB/PA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, farão uso da palavra os Senadores Jefferson Péres, César Borges, Rodolpho Tourinho e Sérgio Guerra.

Alerto ao Senador Eduardo Suplicy que, hoje, há uma lista grande de inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, Senador Luiz Otávio e Dr. Alexandre Antonio Tombini, peço primeiramente que V. S^a faça uma breve exposição, uma síntese sobre os fatores que afetam a procura e a oferta agregadas na economia, explicando como eles determinam os níveis de equilíbrio dos preços, dos salários, dos juros, do emprego e da produção da economia.

Faço, em seguida, a seguinte pergunta: V. S^a considera que uma diminuição gradual e persistente da taxa de juros, em virtude de diversos fatores e elementos da economia, pode contribuir para estimular os investimentos, aumentar a capacidade instalada e, assim, expandir a oferta de bens e serviços, contribuindo, consequentemente, para que o objetivo da estabilidade de preços, da meta de inflação, seja compatibilizado com o aumento da produção e do nível de emprego?

Solicito também que V. S^a diga a sua opinião sobre a decisão tomada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que propôs, na semana passada, seja ampliado para até nove membros e que representasse a sociedade civil. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, sabendo que hoje o Conselho Monetário Nacional é composto dos Ministros da Fazenda e do Planejamento bem como do Presidente do Banco Central, avaliou, pelo que pude perceber que seria próprio ter mais algumas pessoas, mantendo-se

a maioria do Governo. Possivelmente – mas ficaria a critério do Presidente –, imagino que seriam Ministros da área produtiva, do Desenvolvimento Industrial, do Trabalho e da Agricultura. Nesse caso, já seriam seis, mas haveria três ou quatro membros representantes da sociedade civil.

Se pudesse ser feita uma recomendação nessa proposta, quais seriam os tipos de representantes da sociedade civil? Poderiam ser empresários do setor produtivo, do setor financeiro ou representante dos trabalhadores? Ou seriam pessoas de notório saber na área da economia, da política econômica, economistas que pudessem eventualmente se distinguir. No debate a respeito da ampliação do Conselho Monetário Nacional há uma experiência que ocorreu anteriormente quando apresentava mais membros, inclusive representantes empresariais e de trabalhadores. Foi dito à época que tais representantes – empresários A, B e C – estavam tendo uma interação com os ministros da área econômica, com privilégio, por conhecerem informações e interagirem como eles, de tal forma que outros não o faziam. Talvez, por essa razão, tenha-se enxugado o Conselho Monetário para apenas três membros. Como avalia essa questão?

E, finalmente, a preocupação com as decisões do Banco Central, do Copom e do mercado de trabalho. Notei que, nas últimas atas do Copom, começou-se a ter um pouco mais de preocupação com o nível de emprego, mas gostaria de conhecer sua visão sobre como deveria o Copom estar mais atento às metas de inflação. Estou de pleno acordo que a estabilidade de preços é um objetivo, conforme assinalou muito importante. E também em que medida deve o Copom, o Banco Central dar atenção aos objetivos de aumento da produção, das oportunidades de trabalho, do pleno emprego e da melhor distribuição da renda, mesmo que não tenha acesso a todos os demais instrumentos de política econômica, seja da política fiscal e assim por diante. Obrigado.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Obrigado pelas perguntas, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a, abordou vários temas. Quero fazer jus à quantidade e qualidade desses temas.

Em relação à questão da oferta e da procura, creio que são mais ou menos padrões os fatores que afetam a oferta agregada da economia. Quer dizer, todos aqueles fatores que contribuem para alterar o custo do investimento, dos fatores de produção: a mão-de-obra, a qualidade desses fatores e a questão da tecnologia, ou seja, a combinação desses fatores é elemento que vai potencializar ou não o lado da oferta da economia.

Em relação à demanda, percebo que são aqueles fatores que afetam os componentes da demanda agregada, o consumo, o investimento, os gastos do setor público, bem como as exportações líquidas, aquilo que afeta tanto exportações quanto importações. Então, há a combinação de fatores afetando as duas coisas.

Em relação a como isso interage para afetar a trajetória de preços, acredito que, nos estudos que fizemos no acompanhamento dessa questão, temos que sempre cotejar a posição atual da economia e as perspectivas com a oferta, ou seja, o crescimento do produto potencial em uma economia. Quer dizer, alterar essa taxa de crescimento exige políticas mais bem estruturadas, as quais, com exceção de uma ou outra, estão fora do alcance do Banco Central, que essencialmente cuida da demanda, calibrando seus instrumentos, para fazer com que o crescimento seja não-inflacionário, ou seja, se atingem as metas definidas para inflação.

Quanto à sua segunda questão, que queria juntar com a quarta, sobre a redução de juros, investimentos e mercado de trabalho, como eu disse anteriormente, é preciso haver lá dentro dedicação exclusiva, para ter uma posição bem formada sobre esses assuntos. Do ponto de vista mais filosófico, vejo que o Banco Central tem, sim, uma preocupação obviamente de atingir as metas de inflação estabelecidas pela Administração, pelo Governo, e nesse processo conduzir a economia a um crescimento sustentado. Creio que um fator importantíssimo para definir o investimento privado diz respeito às perspectivas de crescimento e à manutenção da sustentabilidade desse crescimento ao longo do tempo.

Com isso, creio que o Banco Central tem olhado para o lado do trabalho. Acredito que a sustentabilidade do processo de crescimento, a propagação do crescimento sustentado se dá com base na renda doméstica, na renda interna. E, ao combater a inflação e trazê-la para as metas, na realidade, o Banco Central, por exemplo, tenho visto os dados, vem trazendo a massa salarial real crescendo desde meados de 2003. Esse processo tem sido contínuo e dá base à sustentabilidade para o consumo agregado, que é dois terços da demanda agregada de uma economia. Então, a propagação e sustentabilidade do crescimento devem ser baseadas na sustentabilidade, na ampliação sustentável da renda real e, no caso, da massa salarial. Vejo o Banco Central olhando para esse aspecto, sim, o qual tem impacto relevante sobre as decisões de investimento.

Quanto à última questão, é uma definição que vai muito além do que seria minha área de atuação, caso fosse aprovada por esta comissão a organização

do Conselho Monetário Nacional, o que vejo como sendo um conselho deliberativo tratando de matérias macroeconomias. Vejo, essencialmente, uma questão macro da economia brasileira, quer dizer, uma participação direta, setorial. Não é claro para mim como isso se agrupa no processo de definição da política macroeconômica.

Aqueles que definem a política têm que estar olhando e ouvindo com atenção os reclamos da sociedade, porém não se trata aqui de questões setoriais, trata-se de questões mais amplas como inflação, metas, crédito. Não tenho claro o que ganharíamos em termos de qualidade da política com o elemento setorial.

Em relação ao objetivo que se dá à autoridade monetária, acho que quanto mais amplo o processo de consulta de entendimentos sobre esse objetivo tanto melhor. Em países como a Inglaterra, por exemplo, é o Parlamento que define a meta de inflação; a persecuição é o Banco Central que tem, no caso, autonomia operacional de juros mais a meta definida. Enfim, com o mais amplo processo de consulta.

Como se um trata de um órgão deliberativo de questões macroeconômicas, realmente confesso que não vejo claros os ganhos que esse projeto de ampliação traria.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA) – Com a palavra, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Bom dia, Dr. Tombini.

Não pretendo fazer nenhuma pergunta e desde já antecipo o meu voto. V. S^a. é um profissional qualificado e manifestou seu firme compromisso, de forma muito hábil, em linguagem muito diplomática, com o cumprimento de metas fiscais e o parabenizo por isso.

Compartilho da idéia do Senador Arthur Virgílio se seria preocupante se começasse a elevar metas de inflação. As metas de inflação têm que ser decadentes mesmo. Todos os políticos brasileiros elogiam o Chile, que é um modelo, o único país sul-americano em estado de equilíbrio sistêmico, porque, entre outras coisas, lá se criou uma cultura de combate à inflação, de que o país não pode ser tolerante com a inflação. Lá, não há direita nem esquerda e direita e esquerda não divergem quanto a isso. É por isso que o Chile faz esse milagre de crescer mais de 5% ao ano com uma inflação de nível internacional na média.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Jefferson Péres, V. Ex^a. me permite um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Pois não.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A importância da Esquerda e da Direita, nessas matérias, é menor do que a importância de direita e esquerda para

a sinalização de trânsito. No trânsito, é eficaz, mesmo: vá para a direita; se errar vai bater em outra cidade.

Nesse caso, não “ideologizar” isso, de fato, é de uma estultice que causa espécie.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Mas muitos políticos brasileiros, como grande parte da sociedade, procuram aquilo que os alquimistas medievais procuravam, a pedra filosofal. Outros, o motor contínuo. O que eles procuram? A cura indolor da inflação. Não existe essa utopia. A cura da inflação, o combate à inflação é sempre, muito ou pouco, doloroso, sempre causa dor.

O Banco Central existe é para isso mesmo. Compete ao Governo, por meio do Conselho Monetário Nacional, fixar as metas, e o Banco Central tem de fazer o necessário para que essas metas sejam cumpridas. No caso, só há um instrumento hoje, no Brasil, que é a taxa de juros.

Por que a taxa de juros é tão alta no Brasil? Porque o Governo não faz a sua parte. Qual seria a sua parte? Aquilo que a maioria dos governos não gosta de fazer: cortar os gastos públicos, melhorar a qualidade dos gastos públicos, e, para isso, teria de aumentar o superávit primário – essa é a minha convicção, embora eu possa estar errado, cortar fundo os gastos públicos, de forma a eliminar o déficit nominal. Se fosse eliminado o déficit nominal e se a relação dívida/PIB começasse a cair, o Banco Central poderia reduzir sistematicamente a taxa de juros.

Portanto, políticos e setores da sociedade atiram no alvo errado, que é o Banco Central. Deveriam atirar no Governo que não faz a sua parte, de modo a permitir ao Banco Central reduzir a taxa de juros.

Creio que já falei demais, mas me pareceu necessário apresentar aqui a minha posição, para não pensarem que faço demagogia em torno da taxa de juros. Sou de oposição, mas não o faço.

Só espero que V. S^a. seja, no Copom, no Banco Central, aquilo que se espera do Banco Central: o guardião da moeda. Meus parabéns pela sua indicação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA) – Antes de dar a palavra ao Dr. Alexandre Tombini, registro a presença do Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, que comparece, para prestigiar a indicação e a arguição do Dr. Alexandre Tombini para a Diretoria do Banco Central.

Com a palavra, o Dr. Alexandre Tombini. (Pausa.)

Passamos, então, ao próximo Senador inscrito, Senador César Borges, do PFL da Bahia. Depois falarão o Senador Rodolpho Tourinho, o Senador Sérgio Guerra, a Senadora Ana Júlia Carepa, que teve sua inscrição cedida pelo Senador Romeu Tuma, o Senador Garibaldi

Alves Filho, a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Pedro Simon e, encerrando, o Senador Tasso Jereissati, que fez questão de se inscrever por último.

Com a palavra, o Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, saúdo o Dr. Alexandre Tombini, que vem ver seu nome submetido à sabatina nesta Comissão de Assuntos Econômicos, com um currículo que o qualifica para o cargo para o qual está sendo indicado.

Como já foi dito, S. S^a vem com a indicação de nomes que reputamos da maior competência. Apesar de dispensável, apresentação como a do Dr. Murilo Portugal, que já conhecemos pela competência, pela atuação correta nos cargos que exerce, reforça sua posição.

Seu currículo mostra a sua experiência como Diretor Executivo do Fundo Monetário Internacional – representação do Brasil – e em tantos outros cargos assumidos. Portanto, de antemão, quero dizer a V. S^a. que estaremos junto com todos aqueles que aprovam o seu nome. V. S^a. é um nome que com certeza contribuirá com a política traçada pelo Banco Central para o País.

Se V. S^a. me permite, tenho algumas questões a fazer. Não podemos perder a oportunidade de, ao ver alguém que passará a ser membro do Copom e que tem entre suas atribuições apresentar sugestões junto a esse importante organismo, saber a sua posição, que já foi talvez aqui explicitada, mas tenho que colocar essas dúvidas.

Esta semana, a revista **Veja** traz uma reportagem com relação à política de metas de inflação combinada com as de crescimento no País. O que se verifica é que outros países que passaram por situações idênticas às do Brasil alcançaram metas de inflação inferiores à nossa, ou seja, mostrando que a inflação ainda persegue o País com seus efeitos danosos, sabemos, e conseguiram taxas mais elevadas de crescimento. Em tabela publicada pela revista **Veja**, verifica-se que a Tailândia, que começou quase próximo ao Brasil, tem uma meta que alcança, no período, 3,1%, e uma taxa de crescimento do PIB é de 5,1%. O Chile também é outro exemplo clássico, em que a taxa de inflação é de 2,9%, e a do crescimento de 5,6%.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (BLOCO/PT – SP) – Senador César Borges, gostaria de fazer apenas um comentário.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Pois não, Senador Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (BLOCO/PT – SP) – É que, no caso do Chile, que está sendo men-

cionado, em 1991, a meta era entre 15% e 20%. Em 1992, de 13% e 12%. Em 1993, de 10% a 12%. Em 1994, de 9% a 11%. Em 1999, de 4,3%.

Somente em 2001 eles definiram a meta de 4%. Foram, na realidade, dez anos de deflação progressiva, para alcançar a meta de 4%. Com relação à Tailândia, é verdade que a meta é mais baixa, mas eles têm um deflator sobre o índice de inflação de 19%, quer dizer, eles expurgam vários componentes do índice de inflação.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço Senador Aloizio Mercadante, mas nosso raciocínio é no sentido de que outros países conseguiram metas de inflação menores e de crescimento maiores, coisa que não estamos alcançando, pois há uma pressão inflacionária. Caso não houvesse, não seria necessário que o Banco Central, pelo nono mês consecutivo, aumentasse a taxa Selic, que está em 19,75%.

Tenho uma indagação. E gostaria que o Senador Aloizio Mercadante preste atenção, porque sei que, apesar de Líder do Governo, S. Ex^a tem uma posição divergente da do Ministério da Fazenda em relação às metas de inflação. S. Ex^a acredita que poderiam ser superiores às praticadas, e o artigo da **Veja** é no sentido contrário, de que as metas deveriam ser mais apertadas.

O que defendemos é que não permaneçamos apenas na política de juros. Até o Presidente Lula, que não é economista, já percebeu isso. A única saída parece ser a política de acrescentar cada vez mais percentuais à taxa Selic, aumentando juros, o que acarreta dificuldades à economia.

Por exemplo, a questão dos preços administrados, preços que são do próprio Governo e sobre os quais não há controle, infelizmente, Dr. Alexandre Tombini, penso que V. S^a. concorda com isso, esses preços estão indexados. Estamos ainda em uma economia indexada. Seria necessário quebrar essa indexação. O Governo tem uma função importante, porque ou são preços de estatais, do próprio Governo, ou são concessionárias do Governo. Existem agências reguladoras, e sei que há contratos que devem ser mantidos, mas esses preços administrados trazem uma dose inflacionária que, com certeza, forçam a inflação a se elevar e, com isso, qual é a saída do governo? Jogar mais juros sobre a economia, taxas mais elevadas de juros, e me parece que nunca resolveremos o problema inflacionário somente pelas taxas de juros. Pergunto se esse é o seu entendimento.

A segunda pergunta, exatamente a que foi feita pelo nobre Senador Jefferson Peres, o Governo não controla seus gastos, a qualidade de gastos. Podemos analisar todos os gastos do Governo, o Siafi nos apre-

senta de forma transparente, como faz há algum tempo no País com as contas governamentais, gastando cada vez mais, principalmente na atividade-meio, com custeio, em detrimento do investimento. Aumenta-se o custeio, contratam-se 40 mil novos funcionários públicos, contratam-se 20 mil cargos comissionados. Gasta-se mais com passagens aéreas, com diárias, com representação da própria Presidência da República, com viagens, com o avião presidencial e assim por diante. Então, eu vi V. Ex^a. na sua fala, falar aqui de que tem sido mantido um ajuste fiscal duro, difícil, mas o que assistimos é que o Governo cresce as suas despesas. E, por outro lado, para fazer face a essas despesas, aumenta a carga tributária, que tem batido recordes consecutivos. Mas é inquestionável que a população brasileira está pagando mais impostos. Penso que ninguém do Governo pode chegar e dizer que não há hoje um esforço imenso da população no pagamento de tributos, de taxas ao Governo Federal. Isso existe, porque a arrecadação bate sempre recordes. O PIS foi dobrado, a Cofins mais do que dobrado; o CSLL, e, então, temos uma série de medidas tomadas pelo Governo e já há uma grita da população, haja vista a Medida Provisória nº 232, que o próprio Governo teve de fazer um recuo estratégico porque não poderia passar com ela aqui. É essa a outra questão sobre a questão dos gastos públicos, que eu colocaria.

Mais duas pequenas perguntas com relação ao que o Senador Rodolpho Tourinho disse que é quase ma obsessão minha, e a Senadora Lúcia Vânia também, é a questão do **spread** bancário, porque, em uma ata do Copom, fala-se exatamente que os juros praticados nas operações com pessoas jurídicas é de 32,9%, enquanto a taxa média das operações com pessoas físicas ficou estável em 64% ao ano.

Ora, eu pergunto a V. S^a. será que é possível crescer com essas taxas de juros e com esse spread bancário já que a taxa Selic é 19,35%, mas se paga 64% ao ano para pessoa física? Eu fiz uma proposta para que o Banco Central pudesse também entrar nessa questão do controle do **spread**. Mas me parece que essa é uma questão que ninguém quer mexer. A cada ano, os balanços – agora mesmo já tivemos balanços trimestrais dos bancos – apresentam os bancos com lucros recordes, estratosféricos, crescentes, sempre lucros que vão batendo em níveis inacreditáveis para a economia brasileira.

Então, pergunto a V. S^a também se o Banco Central não poderia, já que não temos sistema livre, de livre concorrência no setor bancário, sabemos que ele é oligopolizado, talvez, em certos aspectos, até cartelizado, se não poderia ser feito algo? Por fim, uma pergunta curta para não haver protestos dos compa-

nheiros porque estaria me alongando em demasia, vejo que, no seu currículo, Dr. Tombini, o senhor foi um dos pioneiros da Camex, de 1995 a 1998, que foi criado no Governo passado. Tem sido importante a Camex para integração do Governo com a tarefa de incrementar o comércio exterior. Essa questão do dólar, os exportadores brasileiros estão apreensivos, e muito, com esse problema do dólar, perdendo competitividade, e poderemos ter, a médio e longo prazo a queda nas nossas exportações. Pergunto como o senhor vê essa questão; se o senhor acha que o Banco Central deve intervir, ou não, ou podemos deixar os juros caírem, como alguns analistas já fizeram, chegar a 2,20%, que é a previsão que foi feita por alguns bancos que atuam no Brasil.

São essas as perguntas que lhe faria, de qualquer foram, desde já, antecipando o meu voto favorável a sua indicação por tudo que mencionei anteriormente.

Muito obrigado, Dr. Alexandre Tombini.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB-PA)

– Com a palavra o Dr. Alexandre Tombini, indicado para a Diretoria do Banco Central.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Senador, pelas questões.

Como mencionei, as questões mais de conjuntura, algo que aprendi no Banco Central. Para ter uma informação, um julgamento embasado e bem informado, temos que contar com o amplo conjunto de informações e uma dedicação exclusiva. Então, essas questões mais conjunturais do que o Copom fez recentemente, a sua comunicação, eu gostaria de caso aprovado por esta Casa, ter dedicação exclusiva a esses temas.

Dito isso, vejo que não é realista que qualquer regime de metas de inflação não reconheça que um regime de política econômica não possa ser aperfeiçoado. Tudo na vida pode melhorar. Ao longo da experiência, no meu entendimento, temos de ter esse enfoque em relação às coisas e em relação a esse regime também.

Agora, penso que o nosso regime é aquele que vai nos levar a uma taxa de juros real, no médio e no longo prazo, a mais baixa possível para a economia brasileira. E um regime em que o câmbio flutuante tome conta do balanço de pagamentos, do equilíbrio externo e em que se focam os instrumentos de política monetária no equilíbrio interno, na estabilidade de preços. Ou seja, ao desonerasse a política monetária de ter de carregar um balanço de pagamentos nas costas, no meu entendimento, esse regime é o que vai nos levar à taxa de juros reais mais baixas para a economia brasileira no momento.

Com relação à política fiscal, penso que muitos bancos centrais gostariam de ter a política fiscal que

temos no Brasil, com uma política econômica complementar no seu combate à inflação. Aí há duas questões. Há a solvência do setor público, em que a qualidade do ajuste faz alguma diferença, mas o importante é ter, no final do dia, os recursos em caixa para assegurar a solvência dessa dívida, com isso, tranqüilizando aqueles que investem nos papéis do Governo de que eles podem aceitar uma remuneração que possa embutir um prêmio de risco menor possível. E há o outro lado da política fiscal, que é seu impacto sobre a demanda agregada. Ai, a composição entre gasto e receita tributária faz a diferença, porque o gasto entra direto na demanda agregada e a receita diminui a renda disponível das pessoas e, com isso, afeta o consumo. Mas não é uma relação direta. Então, dependendo da mistura desse ajuste, há diferença sobre o impacto da política fiscal na demanda agregada. Quanto mais embasada em ajuste nos gastos, tanto maior o seu impacto sobre a demanda.

Em relação aos spreads, concordo com V. Ex^a que são bastante elevados. Eles são recordes internacionais. E uma questão que vamos continuar olhando com muito cuidado – o Banco Central, o Governo. O Parlamento tem mostrado interesse grande sobre isso. Temos

Do ponto de vista do volume, ele tem avançado bastante bem, mas o spread ainda é um foco importante.

Com relação à sua última pergunta, temos de ver essa de caminhar no sentido de juros finais ao tomador – que são juros importantes para definir o desenvolvimento do mercado de créditos – mais em linha com a economia internacional. O processo de convergência e de maior inserção da economia tem de levar a uma convergência maior nessa área também. Já tive oportunidade de olhar o seu projeto sobre spread. Creio que ele tem idéias interessantes, sobretudo na questão do acompanhamento. Temos, desde 1999, um time no Banco Central extremamente qualificado e motivado, que vem olhando, em tempo integral, essa questão.

A despeito do vai-e-vem do **spread**, que sofre influência da conjuntura macroeconômica também, creio que as administrações têm obtido algum sucesso importante, não tanto olhando para o preço, mas olhando para os volumes. Hoje, temos o segmento de crédito livre doméstico que, em 1999, representava em torno de 5% do PIB, hoje representando quase 12%. Metade do crédito total do sistema financeiro é representado hoje pelo crédito livre doméstico. Em 1999, quando o Banco Central iniciou aquele processo sobre juros e spread, no sentido de entender melhor e de adotar ações no sentido de reduzi-lo, esse segmento representava algo em torno de 18% do total de crédito do sistema financeiro.

Então, têm havido progressos importantes, e as pessoas, o corpo técnico com quem conversei, estão extremamente motivadas em continuar esse processo. Não podemos nos dissimular pelo vai-e-vem do spread. A relação bilateral entre real e dólar. Isso se deve em boa parte a um movimento internacional.

Se analisarmos a moeda de economias emergentes, economias desenvolvidas e a evolução dessas moedas em relação ao dólar, nos últimos doze meses, com exceção do RMB, da China, que, por definição, está constante em 8,28 já há algum tempo, e da moeda da Indonésia, que sofreu uma desvalorização frente ao dólar, todas as demais moeda se apreciaram nos últimos doze meses.

Ou seja, isso é sobretudo um fenômeno internacional, um fenômeno que responde ao equacionamento dos desequilíbrios em conta corrente entre especialmente os Estados Unidos e a Ásia. Penso que estamos num processo de ajuste, e esperamos que esse ajuste seja ordeiro.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Apenas um dado.

Nessa semana, o dólar se valorizou no resto do mundo, e no Brasil ele caiu. Isso indica que há uma grande atratividade pelas taxas de juros pagas pelo Governo no Brasil.

Temos um capital especulativo, aplicado aqui pela taxa Selic de 19,75%, o que realmente é algo espetacular versus juros de 3% nos Estados Unidos. Então, vamos continuar nesse aspecto, numa tendência de queda.

O senhor não acha que isso vai gerar problemas com a balança de pagamentos por conta das exportações, que, mais cedo ou mais tarde, terão efeito negativo com relação a esse dólar muito baixo?

O Sr. Alexandre Antonio Tombini – Essa é uma dimensão que eu iria tratar depois, na questão das características da economia brasileira. V. Ex^a mencionou o diferencial de juros.

Voltando à questão internacional, não estamos iniciando um período, um ciclo de liquidez abundante. Estamos, mais bem, chegando no fim desse processo. Com relação a esse ajuste do dólar em relação às moedas, vendo a situação, os fundamentos em termos da liquidez internacional, estamos caminhando para o fim desse ciclo.

Esse diferencial deve se ajustar por conta de movimentos lá fora. Em relação ao diferencial de juros, existe. Esse diferencial de juros, ajustado pelo risco que diminuiu bastante ao longo dos últimos meses, realmente atrai capital. Um ativo atrai um investidor se ele está pagando muito ou se ele está muito desvalorizado.

Desvalorizar artificialmente para tentar afetar esse processo, que é sobretudo internacional, cuja conclusão estamos atingindo, é simplesmente convidar fluxos adicionais para o País.

Se se muda artificialmente esse preço, o risco de ele se desvalorizar diminui, e o diferencial de juros vai para o bolso do investidor. Ou seja, é uma força de atração.

Portanto, vejo esse processo com uma certa tranquilidade do ponto de vista das condições internacionais, que não devem permanecer como estão. Entendo que, no regime de câmbio flutuante, pretendemos deixar a moeda flutuar e deixar a política monetária focada para trazer a inflação para as suas metas, reduzindo o risco macro-econômico. Com isso, podemos fechar esse diferencial pela nossa parte. Pela parte internacional, creio que esse diferencial vai fechando.

É basicamente isso que eu teria a dizer.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu lhe agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho.

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Sr. Alexandre Tombini, serei muito breve.

Eu apenas quero trazer de volta, sem pedir a sua opinião, Dr. Tombini, a questão da autonomia do Banco Central. Tenho um projeto bastante detalhado sobre a autonomia do Banco Central. Só vou falar isso porque tenho a honra de ter o Senador Tasso Jereissati como Relator do projeto. Temos conversado muito sobre a questão. Não entendo que seja o melhor projeto, mas abre caminho para uma longa discussão em torno do tema.

Com relação ao que se referiu aqui o Senador Aloizio Mercadante sobre ele ter sido apontado pela imprensa e até pelos companheiros de Governo como discordando da política econômica do Governo, creio que tem absoluta razão em relação às metas inflacionárias, que deveriam ser mais baixas. Isso tem até sido apontado como motivo de divergência entre ele e o Ministério da Fazenda. Mas entendo que o preço do petróleo e da siderurgia está em alta, além de outro **commodities**, além dos preços administrados pelo Governo em relação aos quais não se pode fazer nada. Não se podem quebrar contratos. Seria, no meu entendimento, catastrófico para o País.

Se formos olhar o IPC em relação aos preços da energia, nos últimos anos, por exemplo, a energia cresceu o dobro do que cresceu o IPCA. Hoje até se anuncia como uma grande novidade – mas não é novidade nenhuma – na questão da energia a questão do fator x. Foi algo previsto, Senador Tasso Jereissati, há

dez anos quando foram contratos de privatização. Isso poderá reduzir os preços da energia, não há dúvidas. No entanto, o caminho mais rápido para reduzirmos os preços da energia seria tirar o novo Cofins, que veio taxar o preço da energia e o elevou 4%.

O modelo do novo sistema elétrico brasileiro, aprovado aqui no Senado, prevê a modicidade tarifária. Creio até que de uma forma correta. Ao mesmo tempo, é contra novos investimentos. De repente, a ministra consegue aprovar dessa forma, mas o próprio Governo, do outro lado, retira parte dessa modicidade impondo uma nova taxação.

Creio que esses são os grandes problemas nessas discussões de política monetária e fiscal que estariam contempladas nesses projetos de autonomia do Banco Central.

Gostaria de deixar registrado esse pensamento e mostrar que o Congresso passará a ter uma discussão maior dentro desse novo projeto e que o Líder do Governo não seja acusado, por exemplo, de discordar da política. O meu projeto seria o de uma discussão normal, natural.

De resto, quero outra vez desejar felicidades ao senhor. Creio que sua tarefa não é fácil, mas confio muito na sua competência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tasso Jereissati. PSDB-CE) – O próximo inscrito é o Senador Sérgio Guerra, de Pernambuco.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, Senador Tasso Jereissati, Dr. Alexandre Tombini, estou de acordo com o relatório do Senador Rodolfo Tourinho, dizendo, como S. Ex^a., que é muito importante a escolha para a diretoria do Banco Central se dê, como agora, para um funcionário de carreira e qualificado do Banco. Não tenho nenhum preconceito contra o mercado, nem contra o fato de dirigentes do Banco Central ser oriundos do mercado. Conheço vários dos que ocuparam, dos que ocupam cargos desse tipo. São pessoas que cumprem o seu papel com competência, com qualidade. Portanto, nada a opor a que homens, pessoas do mercado, sejam convocados para tarefas de direção do Banco Central.

No entanto, toda vez que um servidor de carreira é convocado para uma tarefa dessas, considero muito bom para o País, pois ele tem uma vida profissional e que, além disso, desenvolveu experiências, aprofundou conhecimentos sobre a matéria de que vai tratar. Tenho certeza de que meu partido, assim como os partidos da Oposição, tem absoluta concordância com relação à questão.

Seria inimaginável que tivéssemos uma atitude, a não ser de solidariedade, diante de uma indicação

desse padrão. Não acredito que nenhum de nós tivesse essa idéia.

Além do mais, sua exposição de hoje foi, diria, equilibrada, de bastante bom senso e de conteúdo relevante. E claro que as situações levantadas aqui não poderiam hoje merecer tratamento de alguém indicado hoje e que deve ser objeto de exame posterior.

Como o Senador Tourinho, creio que as ponderações feitas pelo Líder Mercadante sejam pertinentes, não são descabidas e não ferem absolutamente o conceito da política macroeconômica, que tem um tripé bastante óbvio e que vem sendo bem-sucedido no geral.

A capacidade de constrangimento das instituições, no geral, e do Banco Central, em particular, sobre taxa de **spread** bancário, como bem salientou hoje o ex-Governador da Bahia, é extremamente limitada, porque há evidentemente uma festa, um exagero que precisa ser combatido e, de alguma forma, evitado. Se as metas são ambiciosas, e não sei se o deveriam ser, o fato concreto é que resultam numa limitada capacidade de investimento, de uma maneira especial, do Estado brasileiro, no plural, do Município, do Estado e do próprio Governo Federal, que investe quase nada e com péssima qualidade.

Não tem nada a ver com esta sua audiência, mas os jornais de hoje divulgam, por exemplo, em relação à questão de uma comissão parlamentar de inquérito, que o Governo está arbitrando as decisões sobre investimentos públicos com vistas aos votos que pode garantir na sua base para a retirada de assinaturas de uma comissão parlamentar de inquérito.

Esses são fatores que não têm nada a ver com a gestão do Banco Central, mas que evidentemente perturbam uma compreensão mais tranquila, mais sensata, mais justa, que possa ter reconhecimento nacional e internacional de um País como o Brasil. Não podemos administrar dinheiro público dessa forma, nem o devemos.

Da mesma maneira que esse relativo sucesso macroeconômico não está completado por ações que, por exemplo, atuassem para melhorar a questão da distribuição de renda, ou entre regiões ou entre pessoas: o fato é que, quanto mais arrocho se dá, mais se aprofundam as dificuldades que já eram bastante profundas antes, e que estão sendo agravadas permanentemente.

Mas gostaria de desejar ao Dr. Alexandre uma boa gestão, uma boa administração, dizendo que nós da Oposição temos muita tranquilidade. Meu voto é de aprovação – creio que muitos também o fizeram – a sua indicação porque aponta na direção das coisas sensatas. A sua apresentação teve conteúdo, o

seu currículo justifica a sua presença aqui hoje e a sua nomeação, e o relatório do Relator Tourinho, com a competência que todos reconhecemos nele, é, na verdade, a opinião de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Senadora Ana Júlia.

A SR. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, gostaria, antes de votar – e isso não quer dizer que não aprovaria o seu nome, Dr. Alexandre Tombini –, de colocar algumas questões que são dúvidas da própria sociedade brasileira, de que a Diretoria do Banco Central deve prestar contas, como a exposição que o senhor faz aqui.

E positivo que o senhor, como funcionário de carreira, como eu, pois sou funcionária do Banco do Brasil há 22 anos, tenha conseguido chegar aonde chegou. Mas não poderia deixar de saber por que, na verdade, temos uma política de juros neste País que tem sido aprofundada nos últimos tempos e que acaba tendo como motivação principal algumas questões que são, no mínimo, contraditórias. Um dos motivos que se alega para haver altos juros seria que a oferta dos produtos, a oferta da indústria já estaria chegando no seu ponto máximo, e, com isso, se houver uma grande demanda, poderia haver uma aumento de preços e, portanto, gerar a inflação. Ora, mas o jornal **O Estado de S. Paulo** divulgou, no domingo, uma pesquisa da Fiesp, que mostra uma capacidade de expansão na oferta das indústrias paulistas de até 30% – produção que pode crescer –, inclusive constando uma afirmação do diretor do Departamento de Pesquisas Econômicas da Fiesp de que isso não custa caro.

Eles apresentam várias oportunidades, como hora-extra e até a utilização de outros turnos. Então, esse é um motivo que não se justifica. Não é real a justificativa de que teria que reprimir essa demanda por conta de uma capacidade já quase esgotada por causa do seu limite, porque não é isso que os próprios números dos setores interessados colocam.

Essa política faz a opção de penalizar o emprego, de penalizar principalmente a geração de emprego, porque uma política que possa expandir a produção vai, com certeza, gerar mais emprego.

Quanto a essa questão de que estaria havendo uma tendência dos preços, não é o que dizem vários economistas, que dizem que os preços estão subindo e descendo e também que não há nada, sequer uma pesquisa, que, científica ou até empiricamente, mostre uma tendência de subida de preços, preços que um dia está subindo e no outro estão caindo.

Uma questão que já foi colocada aqui, mais de uma vez, é que, quando se aumentam os juros a níveis muito altos, como estão atualmente no Brasil, está-se aumentando a própria dívida do Governo. É uma contradição. Percebemos que o grande esforço que esta Casa fez de apresentar uma proposta de reforma tributária onde a relação dívida/PIB fosse cada vez menor, com essa política de juros altos, esse esforço se anula, porque a dívida do Governo cresce tanto que não há como manter todo o esforço.

Então, além de uma questão já colocada, que diz respeito à entrada do capital internacional, especulativo, apenas investindo em papéis por conta de altas taxas, com a política de câmbio livre, também desvaloriza o dólar, também prejudica as exportações no País. O Brasil tem um grande superávit comercial que acaba afetando também essa indústria.

Quero dizer que sou contrário a essa política de juros altos, que acho contraditória. O Brasil se livrou, digamos, de uma restrição na balança de pagamentos, mas, deixando o cambio despencar dessa forma, acaba tendo que volta à restrição.

Tem que haver, sim, uma política de controle. Essa política de juros altos é de uma eficácia dúbia. Penso que o senhor não respondeu muito à pergunta da Senadora Serys Slhessarenko, em relação, de forma mais clara, à independência do Banco Central, o que eu defendo, sim. Defendo um Banco Central mais independente, principalmente no sistema financeiro. Essa é a independência que eu defendo, mais nenhuma, para que quem é eleito povo para administrar o País possa, livremente, fazer com que os instrumentos financeiros de controle possam também estar de acordo com uma política votada pelo povo. Quero dizer que, diferentemente da Oposição, que elogia, mesmo com algumas críticas, a política econômica, exatamente nesse ponto divirjo. Eu não elogio nem concordo com essa política conservadora. Alguns pontos que a Oposição critica – por exemplo, o aumento de gastos, principalmente gastos com a população mais pobre, até pela necessidade de contratar mais gente – são aqueles gastos que aplaudo.

Quero falar da minha esperança de que a sua ida à Diretoria do Banco Central possa alterar a dubiedade de eficácia dessa política de taxas de juros absurdas, que tem levado, no nosso entendimento, a sacrificar aquilo que já é sacrificado no nosso País, que é a geração de emprego.

Na verdade, eu queria conhecer a posição, mas muito mais fazer um apelo à Diretoria do Banco Central. É por isso, inclusive, que o Conselho de Política Social faz a indicação. E não é nenhuma indicação absurda a participação de outros setores da sociedade. O FED,

o Banco Central Americano, tem na sua composição setores do trabalho e da produção. Então, o controle social, principalmente sobre a política monetária, sobre a política econômica e sobre os recursos públicos é uma defesa incontestável. A partir da própria Constituição de 88, já foram propostos mecanismos de controle social maior que têm sido extremamente positivos, essa é a verdade. Mesmo havendo manipulação em alguns conselhos municipais, por exemplo, onde o prefeito tem o controle, em muitas cidades, se não fosse a presença desses conselhos, com a participação da sociedade, talvez a sociedade não soubesse também de muitos escândalos, de muitos desvios de recursos públicos que hoje estão sendo apurados e evitados em vários locais.

Quero dizer que defendo o controle social. Não defendo a autonomia do Banco Central, defendendo a independência do sistema financeiro. Isso, sim, temos que defender. Tenho a esperança de que a ida de V. S^a. à Diretoria do Banco Central possa contribuir para que tenhamos uma política econômica mais de acordo com aquilo, inclusive, para o que o Presidente Lula foi eleito.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Com a palavra o Dr.

Alexandre Tombini.

O SR. ALEXANDRE ANTÔNIO TOMBINI – Muito obrigada, Senadora Ana Júlia, pelos comentários à minha pessoa.

Em relação às questões levantadas, às questões mais conjunturais, como tive a oportunidade de falar anteriormente, uma coisa que aprendi no Banco Central, nesses anos de participação na área de política monetária, é que esse é um processo intenso de avaliação de um amplo conjunto de informações. Olhando de longe, ainda como candidato, tecer comentários sobre a conjuntura, sobre decisões recentes, não seria de minha parte um comentário bem informado e bem fundamentado neste momento.

Gostaria de responder ao último ponto que V. Ex^a. levantou, que é a questão da transparência. De uma forma distinta, sou totalmente favorável à prestação de contas e à transparência na política monetária, inclusive. Acredito que esse é um dos elementos desse sistema que trouxe um maior avanço institucional na forma como o Banco Central faz a sua política, ou seja, há uma disseminação de informações quantitativas e há uma disseminação forte, com uma mínima defasagem, e na questão do relatório da inflação, algo extremamente completo, em que o Banco Central inclusive faz as suas projeções de inflação, sinaliza para a sociedade como ele está vendo os riscos da inflação com relação às metas estabelecidas pelo Governo. Isso é

totalmente novo. Como foi dito aqui, foi uma opção de regime, ou seja, partir para um processo mais aberto de transparência, e a questão da prestação de contas. No caso brasileiro, nós já tivemos experiência de escrever três cartas abertas, justificando o porquê do não-cumprimento da meta de inflação. Isso é um dispositivo institucional impensado anteriormente. Quer dizer, há veículos importantes, e a sociedade está cada vez – creio – aproveitando mais esses veículos para questionar as decisões e fazer com que elas se justifiquem à luz dos objetivos de médio e longo prazo. Então, vejo essa questão de uma forma muito positiva, ou seja, de grande transparência no processo decisório e na prestação de contas, inclusive a esta Casa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)

– Permita-me. Na sua exposição, fiz questão de anotar a página 4, quando o senhor coloca o seguinte: precisam ser conhecidas as intensidades com que reage a inflação aos estímulos de política monetária e às defasagens entre o ajuste na taxa de juros e outros – o senhor até acrescentou, na hora de falar, algo que não estava aqui, e outros –, os seus efeitos finais sobre a trajetória da inflação.

Ou seja, quando eu falo da minha esperança de que, mesmo o senhor tendo, inclusive, estudos, artigos sobre a questão do controle da inflação, haja outros mecanismos de controle que não seja só a taxa de juros, que tem penalizado a sociedade, principalmente o lado mais fraco da sociedade, os desempregados, aqueles que estão almejando, e com esperança ainda – esperança que eu acho justificável, que eu também tenho, mas era mais para que o senhor pudesse colocar para nós, então, porque o senhor teria alternativas – que não fosse essa única que eu já falei que tem eficácia dúbia, que é a alta de juros, inclusive citada pelo senhor aqui – mesmo não estando escrito, eu fiz questão de anotar, além da taxa de juros.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Senadora Ana Júlia Carepa, agora V. Ex^a. já pode votar. Será a última. Ainda quer que ele responda para votar? Então, Dr. Alexandre Antonio Tombini com a palavra.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– V. Ex^a. tem 30 minutos para fazer a pergunta após a resposta do Dr. Alexandre.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Creio que mesmo o Banco Central nunca abriu mão de todos os seus instrumentos de política, sendo o principal a taxa de juros, mas, inclusive, foi mencionada aqui por outros Senadores a questão dos compulsórios, a questão dos requerimentos mínimos de capital, enfim, há

uma série de instrumentos, alguns mais direcionados para a questão da regulação prudencial e outros que poderiam auxiliar nesse processo. E claro que, como mencionei anteriormente, por exemplo, o depósito compulsório está em níveis bastante mais elevados que a experiência de outros países.

Dito isso, como eu mencionei também anteriormente, Senadora, a política monetária não atua no vácuo. Há políticas econômicas complementares, que são um dado de realidade para o Banco Central. O Banco Central, então, atua, ajusta os seus instrumentos de forma a trazer a inflação para as suas metas. Basicamente, era isso que eu poderia agregar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho e, logo após, a Senadora Lúcia Vênia, para encerrar a argüição do Diretor Alexandre Antonio Tombini, indicado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para a Diretoria do Banco Central.

Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, do PMDB do Rio Grande do Norte.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)
– Sr. Presidente, a esta altura dos acontecimentos, a minha pergunta já foi respondida, e só me resta aqui dizer ao Dr. Alexandre Antonio Tombini que ele vai sair daqui com uma responsabilidade muito grande, que é a responsabilidade da unanimidade, porque, se a votação não contrariar o meu vaticínio, eu creio que, pelos pronunciamentos feitos aqui, 5. 5' vai sair daqui vitorioso amplamente, e eu acho, principalmente, pelo otimismo que ele revelou, quando disse que, quanto ao futuro, estava otimista. Creio que a atual política macroeconômica dará conta de ajustar a inflação à sua trajetória de metas e permitirá, ao longo do tempo, caminhar no sentido que todos desejam, de taxas de juros reais mais baixas.

Diria Dr. Alexandre, sem querer fazer nenhum gracejo, que depois de uma afirmação dessa só cabe aquele “amém”, porque, na verdade, a população brasileira está desejando que tudo isso possa culminar realmente em uma taxa de juros que venha permitir que o sistema econômico gerasse uma produção razoável e possa criar mais empregos para os que estão querendo ingressar no mercado de trabalho.

Realmente, não tenho mais nenhuma pergunta, Sr. Presidente. Quero apenas louvar a exposição do Dr. Alexandre e dizer que, na Comissão de Assuntos Econômicos, esperamos que S. S^a. possa voltar para confirmar esse seu vaticínio de que estamos chegando ao patamar máximo do aumento de juros e vamos ter um limite e um freio nisso tudo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vênia, do PSDB do Estado de Goiás.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, Dr. Alexandre, quero cumprimentá-lo pela sua indicação para diretoria do Banco Central, uma indicação que significa, sem dúvida nenhuma, uma grande valorização do como técnico do Banco Central, reconhecidamente qualificado.

Portanto, quero cumprimentá-lo e dizer que a sua indicação causa tranqüilidade ao País, uma vez que V. S^a. participou da formulação do sistema de metas e guarda consigo, naturalmente, o histórico dessas metas, bem como os seus reflexos nos choques internos e externos. Tudo isso nos tranqüiliza de que iremos ter estabilidade e futuramente estabilidade com empregos, que é o que mais desejamos.

Vou fazer duas perguntas e V. S^a. pode ficar à vontade de respondê-las ou não, uma vez que está assumindo agora. Preocupa-me um pouco a questão do crédito consignado em folha. É sabido que o Governo trabalhou a expansão desse crédito e eu gostaria de saber qual é o impacto na política monetária e qual o perfil desse endividamento, se é apenas uma substituição do crédito antes mais caro por um outro mais barato ou se há realmente uma expansão do crédito.

A segunda pergunta seria sobre a relação crédito/PIB, que é muito baixa, chegando a cerca de 26%, enquanto em outros países chega a 50%. Isso não exigiria uma ação mais enérgica do Banco Central em relação à concorrência bancária?

Essas são as minhas perguntas e quero finalizar cumprimentando o Relator Rodolfo Tourinho pelo relatório e dizendo que o PSDB, por meio de nosso Líder, já falou da nossa satisfação em vê-lo à frente de uma diretoria do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)
– Concedo a palavra ao Dr.

Alexandre Tombini, indicado para a diretoria do Banco Central.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vênia. Essas são questões específicas que, caso eu seja aprovado por esta Comissão, será uma das áreas que vou procurar enfatizar. Temos um grupo altamente qualificado cuidando desses temas e, caso confirmado, vou empenhar-me para estar próximo desse grupo no sentido de entender melhor essas questões, inclusive sob três enfoques: o enfoque do desenvolvimento do mercado de crédito, que é o enfoque estrutural que interessa a todos. O enfoque é da política monetária. Devemos ter um conhecimento o mais preciso possível das transmissões. Estamos abrindo um canal de transmissão da política

monetária importante, o canal de créditos, que está sendo desobstruído. O grau da alavancagem ainda é baixo, como à senhora mencionou.

O terceiro aspecto que V. Ex^a. citou diz respeito à questão prudencial de ter o crescimento dessas novas modalidades feito em bases sustentáveis e com segurança. Em relação à questão específica, vou tratar de me informar com o grupo que cuida disso, grupo de alta competência, do Banco Central.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Senador Eduardo Suplicy, vou pedir para que os votos sejam apurados. Solicito a presença dos Senadores Garibaldi Alves Filho e Rodolpho Tourinho para servirem de escrutinadores.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Sr.

Presidente, enquanto fazem as apurações dos votos, quero informar que, inclusive, votei favoravelmente ao Dr. Alexandre Tombini.

Eu gostaria apenas de fazer uma indagação. Noto nas atas do Copom que não há muita referência relativamente à evolução dos agregados humanitários, diferentemente, por exemplo, daquilo que está no relatório trimestral da evolução da política monetária, que ainda hoje foi apreciada nesta Comissão, porque ali está a evolução dos conceitos de oferta monetária, M1, base monetária, até M4, e assim por diante. Por que razão isso? Pergunto: quando o Copom normalmente examina a evolução, se foi atingida ou não a meta de preços, e a evolução da taxa de juros no mercado, para, então, decidir qual será a taxa de juros Selic, por que não descreve a evolução também dos agregados monetários? Esta é a principal pergunta que formulo.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Obrigado, Senador, pela pergunta. É bastante interessante e oportuna. O sistema é de metas, o objetivo é dado, meta numérica explícita para inflação. O instrumento principal, instrumento básico, taxa de juros.

Em relação à questão do agregado monetário, mencionei anteriormente que para usar esse tipo de instrumento, para ter controle sobre os efeitos desse instrumento na demanda agregada e, por conseguinte, na inflação, tínhamos que ter uma estabilidade da demanda por moeda, ou seja, teríamos que conhecer essa demanda por moeda, conseguir predizê-la e, com isso, definir uma trajetória de expansão para um agregado monetário, de forma que isso conduzisse a convergência dos preços aos objetivos do Governo.

Isso não passa porque a demanda por moeda é muito instável. E instável na maioria dos países e, no Brasil, sobretudo, por processo de inovação financeira,

processo choques. O que acontece? Temos, de tempos em tempos, uma remonetarização da economia. Aumenta a confiança, aumenta a demanda por moeda; aumenta a confiança na capacidade de manter a inflação sob controle, aumenta a demanda por moeda, ou seja, se esse processo de confiança se dá, e temos estabelecido uma meta de crescimento para agregado monetário fixa, a política fica apertada automaticamente. Ao mesmo tempo, se temos definido uma política de expansão para agregados monetários e a demanda por moeda cai, ou seja, a sociedade começa a fugir da moeda nacional, essa meta de expansão monetária fica muito fraca.

Então, em vez de termos um instrumento indireto, melhor termos um instrumento em que tenhamos mais controles das condições, como a taxa de juros. Por isso, temos de olhar sempre um segundo pilar, mas a taxa de juros é um elemento básico.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Encerrada a apuração dos votos, totalizando a contagem de 25 votantes, foram 24 votos “Sim” e 1 voto “Não”.

Fica, portanto, aprovada a indicação do Sr. Alexandre Antonio Tombini, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, indicação feita pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Com a palavra o Senador Tasso Jereissati, em primeiro lugar. Após S. Ex^a, falará o Senador Romeu Tuma.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Senador Romeu Tuma, já lhe devolvo a palavra, apenas gostaria de me congratular com a excelente escolha do Sr. Alexandre Tombini, dono de um currículo da maior qualidade, pessoa que tem condições de, realmente, fazer um trabalho técnico no Banco Central.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP) – Sr. Presidente, havia me inscrito para fazer um questionamento, do qual abri mão para um outro Senador. E claro que o Senador Tasso Jereissati tem sempre a prerrogativa de estar à nossa frente por razões da sua competência e do seu conhecimento, no que diz respeito a parte econômica da postura do Governo. Aqui se discute muito, Senador Tasso Jereissati, acerca da independência ou não do Banco Central. Penso que o importante é a independência da consciência de cada membro da Diretoria. Eu não me fixo muito nessa idéia de dependência ou de independência do Governo, porque tem tido uma demonstração clara de que o Banco Central tem tomado posições que até contradizem membros do Governo. Então, queremos acreditar na política que o Banco Central dirige. O que temos notado, por

onde quer que andemos, é que há uma angústia profunda por parte dos comerciantes de todas as áreas, principalmente no meio em que nasci e cresci, tendo em vista os juros altos, da falta de financiamento e de uma série outros fatores. O Governo tem buscado equilibrar a situação econômica do País, e isso realmente tem proporcionado sacrifícios. Eu acredito na independência da consciência de V. Ex^a, porque sempre fui e sou a favor de que alguns órgãos técnicos do Governo tenham em suas diretorias pessoas de carreira, como V. Ex^a. Portanto, sou favorável ao aproveitamento daqueles que fazem a carreira e têm vários anos de experiência.

Desejo-lhe boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Passo a palavra ao Dr. Alexandre Tombini, para as considerações finais.

O SR. ALEXANDRE ANTONIO TOMBINI – Sr. Presidente; Sr. Vice-Presidente, eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e tentar esclarecer os questionamentos que me foram feitos acerca do meu posicionamento. Quero dizer que eu vou trazer a minha experiência acumulada nesses anos de setor público, a experiência internacional também nos últimos quatro anos, para dar uma contribuição efetiva no processo de condução da nossa política monetária e da política econômica como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Otávio. PMDB – PA)

– Muito obrigado.

Agradecemos a presença de todas as Sras e os Srs Senadores.

Antes de encerrarmos a reunião, convoco uma reunião para a próxima terça feira.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h03.)

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE
DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
DO SENADO FEDERAL SENADOR LUIZ OTÁVIO**

Marta Teresa Suplicy ex-Prefeita do Município de São Paulo/SP, vem, pela presente, tendo em vista o Parecer de lavra de V. Ex^a, de 2005, apresentar Pedido de Reconsideração, pelas razões a seguir aduzidas.

Nos termos do parecer supra mencionado, V. Ex^a entendeu que, a conduta adotada pela Prefeitura Municipal de São Paulo poderia configurar, em tese:

a) infração ao art. 359-A do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940);

b) crime comum em relação ao Prefeito (art. 1º, inciso VIII, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967);

c) ato de improbidade administrativa, descrito no art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 1992.

Por conseguinte, entendeu V. Ex^a por bem que fosse enviada correspondência ao Ministério Público do Estado de São Paulo comunicando os fatos analisados.

Além disso, segundo o parecer, tendo em vista o disposto no art. 24, § 4º, da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, com redação dada pela Resolução nº 19, de 2003, V. Ex^a entendeu que deve-se comunicar à Prefeitura Municipal de São Paulo que o Senado Federal constatou a existência de operação de crédito contratada por aquela Prefeitura junto a instituição não-financeira sem autorização prévia desta Casa ou do Ministério da Fazenda e que, por isso, fica suspensa a realização de nova operação de crédito pelo município até que seja regularizada a operação pendente de autorização.

Todavia, com a devida vênia, as determinações mencionadas não merecem ser aplicadas, uma vez que a conduta da Administração Pública Municipal em questão, pautou-se dentro dos parâmetros legais e dos princípios da Administração Pública, como se passa a demonstrar.

I – Síntese do Caso em Exame

O Senhor Ministro da Fazenda, no dia 27 de dezembro de 2004, comunicou ao Senado Federal que o Município de São Paulo teria realizado, sem a prévia autorização da Secretaria do Tesouro Nacional, operação de crédito, relativa ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ), por meio do Aditivo Contratual de 5 de fevereiro de 2004, em suposto desacordo com o art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Tal comunicação teria sido feita em obediência ao § 4º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que assim prescreve:

“Art. 24. A constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos por esta resolução, tanto no âmbito do Ministério da Fazenda quanto no do Senado Federal implicará a devolução do pleito à origem sem prejuízo das eventuais cominações legais aos infratores.

§ 2º Caso a irregularidade seja constatada pelo Ministério da Fazenda, este deverá informar, também, ao Senado Federal.”

A matéria foi relatada por V. Ex^a, que apresentou requerimento de convite à requerente, para que prestasse esclarecimentos. Em resposta, a requerente enviou correspondência, datada de 4 de maio de 2005, apresentando sólidos argumentos e explicações elucidativas sobre a questão.

O Excelentíssimo Senhor Relator também propôs dois requerimentos, ambos aprovados por esta Comissão pelo Plenário do Senado, solicitando informações adicionais ao Ministro da Fazenda e ao Ministério de Minas e Energia sobre as operações de crédito realizadas no âmbito do Reluz (Requerimentos n^ºs 176 e 177, de 2005).

Foram recebidas, em 19 de agosto de 2005, as respostas a esses requerimentos (Aviso n^º 314, de 2005, do Ministro da Fazenda e Aviso n^º 204, de 2005, do Ministro de Minas e Energia), sendo que, restou evidente a absoluta regularidade das avenças entre o Município de São Paulo e a concessionária Eletropaulo no bojo do importante Programa Nacional de Iluminação Pública.

II – Análise do Caso

II. 1 – Sobre o Reluz

Por primeiro, é importante que se faça uma exposição acerca do Reluz para que tenhamos um conceito preciso da importância desse programa, sua finalidade, e, por conseguinte, a natureza das relações jurídicas que a administração trava ao dele participar.

Há de se fazer menção que as informações a seguir foram trazidas a essa Comissão pela requerente.

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, foi criado pela Eletrobrás, no âmbito do PROCEL – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, com o objetivo de financiar programas de eficientização dos parques de iluminação dos entes municipais, com recursos oriundos da RGR – Reserva Global de Reversão.

O Reluz prevê investimentos de R\$2 bilhões por parte da Eletrobrás para tornar eficientes 9,5 milhões de pontos de iluminação pública, além de instalar outros 3 milhões adicionais. O seu lançamento se deu em junho de 2000 e, naquele mesmo ano, foi prorrogado até 2010. Desta forma, o programa pretende abranger 77% do potencial de conservação nacional de iluminação pública, atualmente composta por 14,5 milhões de pontos de iluminação, sendo que, destes, 12,3 milhões podem ganhar mais eficiência.

Sendo essa meta atingida, haverá uma economia de R\$340 milhões por ano, além de uma descomunal economia de energia. O objetivo principal do Reluz é

a promoção do desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, bem como a valorização de espaços urbanos, de modo a favorecer a melhora da segurança e das condições de iluminação das cidades brasileiras.

O Reluz trará diversas melhorias para o setor elétrico, como a redução de 540MW, da carga, no horário de ponta, do sistema elétrico e a economia de 2.400 milhões de KW por ano.

Da mesma forma, o Reluz deve propiciar resultados operativos interessantes para as concessionárias do setor, na medida em que promoverá a redução das perdas e melhoria das condições operativas e uma maior disponibilidade de energia elétrica possibilitando o atendimento de novos consumidores e o desenvolvimento de novos negócios na área de conservação de energia.

Por fim, os municípios serão extremamente beneficiados, uma vez que, além de melhorar a qualidade da administração pública, pode-se esperar uma redução de 30 a 40% do consumo de energia elétrica, além de diversos outros benefícios como a valorização de espaços outrora ociosos, a valorização do potencial turístico destas cidades, a melhora da segurança pública e da qualidade de vida em áreas mais carentes.

Dito isso, diante da realidade do Município de São Paulo, dadas as suas características de município mais populoso do Brasil, seu polo econômico mais importante e local de existência de bolsões imensos de pobreza, era imprescindível a sua adesão ao Programa, o que foi feito em 2002.

II. 2 – O Município de São Paulo e o Reluz

No bojo destas possibilidades acima, a Prefeitura do Município de São Paulo decidiu aderir ao programa em 2002, por meio da concessionária de energia elétrica local, a Eletropaulo S.A., que iniciou negociação com a Eletrobrás para a obtenção de uma linha de financiamento para este fim.

No dia 2 de outubro de 2002 foi firmado o Contrato n^º 02/Siurb/2002, entre a Eletropaulo S.A., e a Prefeitura do Município de São Paulo, objetivando a eficientização do parque de iluminação pública do Município de São Paulo. A contratação foi feita com dispensa de licitação, dada a situação especial da Eletropaulo, capaz de oferecer condições únicas a que sejam atingidos os objetivos do contrato.

O referido contrato, em sua cláusula segunda, item 2.1, subitem I, alínea c, estabelece que compete à Eletropaulo realizar os investimentos para a eficientização, na ordem de 75% do valor do projeto, correspondentes a R\$113.480.474,18, com recursos prove-

nientes do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, por meio do Contrato celebrado entre a Eletropaulo e a Eletrobrás.

As alíneas **e** e **f** do mesmo subitem facultam à Eletropaulo a contratação de empresa para a execução do projeto, mediante prévia anuência da prefeitura, e contratar empresa para o gerenciamento do projeto, ficando, então, autorizada sub-contratação, desde que com a prévia anuência da prefeitura.

O subitem II, alínea **e**, da cláusula 2.1 do contrato, estabelece que compete à prefeitura disponibilizar os valores, a partir de janeiro de 2003, relativos às despesas necessárias à eficientização do parque de iluminação pública, na ordem de 25% do valor do projeto, correspondentes a R\$37.826.824,73, com recursos provenientes da economia verificada mensalmente, durante a implementação do Programa Reluz, ou com recursos próprios.

No dia 4 de junho de 2003, foi celebrado Termo de Aditamento ao Contrato, com o objetivo único de disciplinar a cessão, pela prefeitura, de materiais para a instalação na rede de iluminação pública, os quais deveriam ser posteriormente devolvidos à municipalidade. O referido termo foi assinado durante a negociação entre a Eletropaulo com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, para a contratação do empréstimo.

No dia 5 de fevereiro de 2004, foi firmado o Termo de Aditamento nº 05/Siurb/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, entre a Eletropaulo S.A., e a Prefeitura do Município de São Paulo, para a eficientização do parque de iluminação pública, no âmbito do Reluz, sendo apresentadas as seguintes razões:

a) O interesse das partes em celebrar um instrumento de Consolidação de Dívida, Encontro de Contas e Outras Avenças, na qual o Município se reconhece devedor da Eletropaulo, de determinado valor referente ao fornecimento de energia elétrica pela Eletropaulo ao Município, até o final de 2003;

b) A Eletropaulo realizou contratação de empréstimo, por meio do Contrato de Financiamento nº ECF – 2300/2003, junto à Eletrobrás, para a implementação do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ no Município de São Paulo. Desta forma, considerando a ausência de cláusulas-espelho, no Termo de Contrato firmado entre o município e a Eletropaulo, que refletam alguns termos do Contrato de Financiamento entre a Eletrobrás e a Eletropaulo, foi firmado o mencionado Termo

de Aditamento e Consolidação entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo.

Vistos estes aspectos, cumpre destacar que os termos de aditamento anteriormente mencionados apresentam apenas a inserção de cláusulas de natureza estritamente formais, que objetivam adequar o Termo de Contrato nº 02/Siurb/2002 firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo às obrigações firmadas entre a Eletropaulo e a Eletrobrás, no bojo do Contrato de Financiamento ECF nº 2300/2003.

Assim é que essas alterações no contrato firmado entre a Eletropaulo e o Município de São Paulo redundam apenas em um aumento da obrigação de investimento pela Eletropaulo para R\$140.280.218,67 e do Município para R\$46.760.072,89.

II. 3 – Sobre o Alegado Descumprimento a Normas Legais, Decorrente da Assinatura do Termo de Aditamento nº 05/Siurb/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/Siurb/2002.

Antes de adentrarmos no mérito da questão, cumpre destacar o arcabouço jurídico vigente que permeia a relação jurídica ora discutida.

II 3.1 – Das normas jurídicas aplicáveis.

O artigo 32, da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, em seu § 1º, I, estabelece que:

“Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas direta ou indiretamente.”

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo – benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I – “A Existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da Lei Orçamentária, em créditos adicionais, ou em Lei específica.” A Resolução do Senado nº 43, de 2001, que teve a sua redação alterada pela Resolução do Senado nº 19 de 2003, prevê que:

“Art. 7º As operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios observarão ainda os seguintes limites:

(…)

§ 3º São excluídas dos limites de que trata o **caput** as seguintes modalidades de operação de crédito:

II – **contratadas** no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000. “

A Resolução do Senado nº 19, de 2003 prevê ainda que:

“Art. 3º São dispensadas da aplicação das providências contidas no art. 24 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal, as operações contratadas no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Eficiente – RELUZ, estabelecido com base na Lei nº 9.991, de 2000, que tenham sido realizadas até a data da publicação desta Resolução, devendo o Estado, o Distrito Federal ou o Município apenas comunicar ao Ministério da Fazenda a existência da operação, seu valor, prazo e demais condições contratuais. “(grifamos)

II.3.2 – Da rigorosa legalidade da assinatura do termo de aditamento nº 05/SIURB/2003 e consolidação do termo de contrato nº 02/SIURB/2002

A interpretação que enseja a conclusão de ter a assinatura do Termo supracitado contrariado os dispositivos legais acima elencados é absolutamente improcedente, uma vez que Não houve, no caso, a realização de nova contratação.

II.3.2.1 – das características do termo de aditamento nº 05/SIURB/2003 e consolidação do termo de contrato nº 02/SIURB/2002.

A existência de um contrato, cumpre dizer, implica um acordo de vontades com o fim de adquirir, resguardar, modificar, ou extinguir direitos. Para que fossem atingidos os objetivos desejados pela Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo S.A., no sentido de se promover a eficientização do Parque de Iluminação Pública do Município de São Paulo, no âmbito do Reluz, foi firmado o Termo de Contrato nº 02/SJURB/2002, com cinco anos de vigência, o qual, diga-se, jamais sofreu qualquer contestação.

Deve ser ressaltado o fato de não ter sido introduzido nos instrumentos antes mencionados (nº 05/SIURB/2003 e nº 02/SIURB/2002) qualquer forma de novação, que seria essencial para caracterizá-los como um novo contrato.

Com efeito, o conceito de novação implica a necessidade de extinção de uma obrigação para a

criação de uma outra obrigação. E isso jamais ocorreu com o Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, que segue vigente, não tendo havido qualquer alteração quantitativa ou qualitativa na operação original nele prevista.

Repita-se, por oportuno, que a assinatura do Termo de Aditamento nº 05/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, conforme já descrito, teve por objetivo apenas adequar os termos do Contrato ora questionado àqueles do Contrato de Financiamento firmado entre a Eletrobrás e a Eletropaulo (ECF-2300/2003), apenas e tão-somente introduzindo cláusulas de caráter meramente formal, além de promover a consolidação das dívidas existentes entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a Eletropaulo até o final de 2003 e prever um aditivo dos valores a serem investidos, tanto pela Eletropaulo, quanto pela Prefeitura do Município, os quais se encontram em estreita observância às exigências legais.

O Contrato nº 02/SIURB/2002, uma vez que objetiva a eficientização do parque de iluminação pública do Município de São Paulo, faculta, na sua Cláusula Segunda, à Eletropaulo, a contratação de empresas para a execução e para o gerenciamento do projeto, sempre com a anuência da Prefeitura, autorizando, inclusive a subcontratação.

Desta forma, o aditivo dos valores a serem investidos, tanto pela Eletropaulo, quanto pela Prefeitura, previsto no Termo de Aditamento nº 05/SIURB/2003 e Consolidação do Termo de Contrato nº 02/SIURB/2002, tem por objetivo o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do contrato, dado o lapso de tempo transcorrido entre a assinatura do Contrato e a assinatura do Termo aqui abordado.

Tal procedimento observa o disposto no art. 37 da Constituição Federal, em seu inciso XXI, que acaba por estabelecer que as condições de pagamento ao particular deverão ser respeitadas segundo as condições reais e concretas contidas na proposta. No caso concreto, pode-se inferir que este dispositivo deve resguardar os contratos firmados com as empresas particulares, dosefeitos provocados pela inflação no período, sendo tal aditamento, portanto, necessário.

II.3.3 – Da Conversão em lei da Medida Provisória nº 237, de 27 de janeiro de 2005 na Lei nº 11.131, de 10 de julho de 2005

Não bastasse a comprovação cabal da legalidade da operação aqui abordada, a aprovação pela Câmara Federal em 24 de maio de 2005 e, logo após, pelo Senado Federal, em 13 de junho de 2005, da

Medida Provisória nº 237 de 2005, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 11 de 2005, convertido na Lei nº 11.131, de 1º de julho de 2005, afastam completamente qualquer irregularidade pelo alegado descumprimento pela Prefeitura do Município de São Paulo, do artigo 32 da Lei Complementar nº 101/2000 e da Resolução do Senado Federal nº 43 de 2001.

Prevê a Lei nº 11.131/2005, em seu artigo 10 o seguinte:

“Art. 10. O art. 8º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º passando o atual parágrafo único a vigorar como § 1º, com a seguinte redação:

‘Art. 8º (...)

§ 1º Excluem-se das vedações a que se refere o inciso II o inciso do **caput** deste artigo:

(...)

III – as operações de crédito destinadas à implantação de projeto de melhoria em sistemas de iluminação pública, no âmbito do Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – RELUZ.” (grifamos)

A operação aqui discutida, como se pode ver, é integralmente coberta pelas disposições contidas no texto aprovado.

III – Conclusão

Diante da clara demonstração da legalidade da operação aqui abordada, e após o crivo do Congresso Nacional, representado pela aprovação da Lei nº 11.131/2005, não existe qualquer razão para o questionamento da mesma.

Diante do exposto, emergem, em síntese, as seguintes conclusões:

a) não houve nova operação de crédito, tratando-se, apenas, de uma adequação da avença havida entre o Município de São Paulo e a Eletropaulo aos termos do contrato entre esta última e a Eletrobrás;

b) sendo o Reluz um programa criado com o objetivo de financiar programas de eficientização dos parques de iluminação dos municípios, trazendo com isso grande economia ao erário, a adesão da Prefeitura do Município de São Paulo ao mencionado programa não lesa, em qualquer aspecto, a lei de responsabilidade fiscal. Ao contrário, tem como objetivo auxiliar a Administração municipal a se adequar aos seus ditames;

c) Sempre houve, no decorrer do processo de adesão do Município de São Paulo ao Reluz, diligência e acatamento ao Senado, tendo a Administração, à época, enviado toda a documentação atinente aos atos do processo, inclusive ao termo de aditamento aqui discutido.

Dessa forma, não é possível concluir-se pela ocorrência de crime previsto no art. 359-A do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 1940), do crime comum em relação ao Prefeito (art. 1º inciso VIII, do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967), tampouco de ato de improbidade administrativa, descrito no art. 11, inciso I, da Lei nº 8.429, de 1992, uma vez ter ocorrido, ao longo do procedimento, observância da legislação vigente e dos princípios da Administração Pública.

IV – Do Pedido

À vista do exposto, requer-se a reconsideração do Parecer de lavra de V. Exª, a fim de que se conclua que a conduta adotada pela Prefeitura Municipal de São Paulo foi absolutamente concorde ao ordenamento jurídico vigente, e, assim, que seja determinado o arquivamento do presente feito.

Termos em que, Pede deferimento, Brasília, 4 de novembro de 2005. – **Luiz Fernando Massonetto**, OAB/SP 173.712 – **Roberta Maria de Barros Fernandes**, OAB/SP 221.756.

OF Nº 229/2005/CAE

Brasília, 6 de dezembro de 2005

A Sua Excelência a Senhora

Martha Suplicy

Ex-Prefeita do Município de São Paulo

Assunto: Audiência Pública

Excelentíssima Senhora,

Venho por meio do presente, convidar Vossa Excelência para uma Audiência Pública, a realizar-se no dia 13 de dezembro do corrente, na Sala nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, para “prestar esclarecimentos adicionais a respeito do descumprimento pela Prefeitura Municipal de São Paulo do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001”, em atendimento à deliberação desta Comissão em Reunião realizada nesta data.

Atenciosamente, – Senador **Luiz Otávio**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SEP-09-2005 05:03 PM -INST. SAO PAULO

551132880867



São Paulo, 06 de dezembro de 2005.

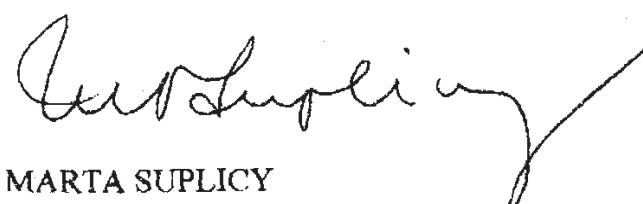
Ilmo Sr.
Senador LUIZ OTÁVIO
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

Excelentíssimo Senador,

Acuso o recebimento do convite para “prestar esclarecimentos adicionais a respeito do descumprimento pela Prefeitura Municipal de São Paulo do artigo 32 da Lei Complementar nº 101 de 2000, e da Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001”. Infelizmente por compromissos inadiáveis coloco-me à disposição da Comissão de Assuntos Econômicos para prestar os esclarecimentos solicitados em outra data.

No aguardo de uma nova proposta de data,

Atenciosamente



MARTA SUPLICY

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 22, DE 2006**

Fixa o valor do salário mínimo, a partir de maio de 2006 e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A partir de 1º de maio de 2006, o valor do salário mínimo será reajustado de acordo com o índice de inflação medido pelo IPCA.

Parágrafo único. Além da reposição inflacionária será acrescido ao reajuste o índice de 26%.

Art. 2º Os benefícios mantidos pela Previdência Social serão reajustados, em 1º de maio de 2006, na mesma proporção do artigo 1º e seu parágrafo único.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a estender, a partir de 1º de maio de 2006, o reajuste de que tratam o art. 1º às remunerações dos servidores públicos civis e militares da União.

Art. 4º A partir da entrada em vigor desta lei, anualmente, cada categoria terá assegurada a recomposição plena do valor de seus salários, correspondente ao IPCA acumulado nos últimos doze meses, sem prejuízo das negociações por melhoria salarial e de condições de trabalho.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal em seu artigo 7º, inciso IV, determina que o salário mínimo do trabalhador deva ser “capaz de atender as suas necessidades básicas e as de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social”.

Este preceito constitucional jamais foi cumprido em nosso País. Se aprovado, este projeto de lei tampouco vai instaurar a legalidade preconizada pela Constituição. Para isto, segundo o Dieese, seria necessário um salário mínimo de cerca de R\$1.800,00, ou seja, seis vezes mais que o existente (R\$300,00). Esta é a meta a ser perseguida por qualquer governo ou Casa Legislativa que pretenda instituir a justiça social neste País.

O compromisso de campanha assumido pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva foi o de dobrar o poder de compra do salário mínimo nestes quatro anos de governo. Uma meta modesta, embora muito

relevante frente a enorme miséria da maioria da população e do papel importante do salário mínimo na sua redução.

O primeiro ano de governo, entretanto, não iniciou o cumprimento deste compromisso. Aliás, nenhum compromisso de campanha foi, efetivamente, cumprido ou encaminhado na direção do cumprimento. Em 2003, o reajuste do mínimo foi de 20% e a inflação de 19,29%. Isso significa que o reajuste real foi próximo de zero, quando deveria ser de 19% acima da inflação para iniciar o processo que culminaria em dobrar o poder de compra do mínimo em quatro anos.

Este projeto visa atualizar o que apresentamos em março de 2003. Tendo o Governo perdido o primeiro ano, para chegar ao dobro do poder de compra em três anos o índice necessário acima de inflação é de 26%.

O projeto estabelece, ainda, o repasse dos mesmos índices para os benefícios da Previdência Social e a recuperação das inflações para todas as categorias, ambas as propostas inspiradas no Projeto nº 4.919/2001 do então Deputado Federal Paulo Paim. É inaceitável que os preços estejam livres, as tarifas públicas sejam reajustadas em muitos casos mais de uma vez ao ano, os trabalhadores sigam sem nenhuma garantia legal da recuperação da inflação em seus salários.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2006. – Senadora **Heloísa Helena** – PSOL/AL.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Juvêncio da Fonseca.

S. Ex^a terá 10 minutos e, se necessário for, dois minutos de prorrogação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem.)

– Senador Papaléo, faço uma solicitação. Estou enquadrado no art. 17, mas V. Ex^a, com o seu poder e generosidade, pode me dar um indulto, ou então me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a está em curso no art.17, ou seja, falou no plenário por duas vezes nesta semana.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não. A bem da verdade, falei na segunda, na terça e na quarta-feira, ou seja, por três vezes, mas eu queria o indulto de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O indulto será concedido para uma comunicação inadiável. Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^a terá o direito de usar a palavra por cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu gostaria de não precisar voltar à tribuna para tratar desta questão. Refiro-me à questão indígena de Dourados, da denúncia feita ao País, no ano passado, a respeito da mortandade, vamos dizer assim, de crianças indígenas por falta de assistência da Funai e da Funasa.

O assunto foi amplamente discutido e recebeu o necessário realce pela imprensa nacional. A Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, a qual presidi, fez um levantamento completo, mostrando e denunciando à Nação o que estava ocorrendo em Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul.

Hoje, a imprensa nacional trata da matéria. O **Correio Braziliense** publica: “Relatório da CGU aponta superfaturamento em contratos suspeitos assinados pela Funasa, no Mato Grosso do Sul. Vinte e uma crianças guaranis-caiouás morreram no estado no mesmo período”, ou seja, no mesmo período dessa corrupção que está sendo denunciada há tanto tempo.

Eu gostaria, para melhor esclarecimento da população, das Sr^{as}s e dos Srs. Senadores, de fazer referência – até lendo alguns trechos – a um editorial do jornal de maior circulação no Estado do Mato Grosso do Sul, o **Correio do Estado**, publicado, ontem, sob o título “O escândalo na Funasa”.

Logo no início do artigo, uma frase interessante é destacada: “Ficam a mácula e a prova de que a corrupção é uma espécie de anti-humanismo, que transforma pessoas em seres patologicamente doentes”. Essa é uma grande verdade. Há pessoas, lideranças políticas e gestores públicos que, diante do poder, transformam-se de maneira patológica, tornando-se até perigosos. Essa é a questão que está acontecendo hoje no País, que a imprensa tem noticiado tanto e a respeito de que, no ano passado, houve tantos e

tantos casos relatados nesta tribuna e por toda a comunidade brasileira.

Este artigo de fundo do jornal **Correio do Estado** diz o seguinte:

Sob o comando de Gaspar Francisco Hickmann (...) [indicado por um Deputado Federal do PT de Mato Grosso do Sul], a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) de Mato Grosso do Sul, no decorrer do ano passado, tornou-se mundialmente conhecida por negligência, incompetência e corrupção.

E a principal razão foi um desastre humano que deixou marcas profundas na história do Estado: a morte de dezenas de crianças indígenas na região de Dourados por desnutrição.

Todo o fato – agora devidamente esquadrinhado em minucioso relatório da Controladoria-Geral da União (CGU), que durante meses analisou licitações e contratos celebrados pelo órgão – pode ser resumido da seguinte forma: o Governo Federal enviava recursos e aqui eles eram filtrados por um esquema mafioso, que subtraía parte considerável das verbas, por meio de fraudes e superfaturamentos, o que transformou a Funasa/MS numa organização criminosa, na medida em que os desvios terminaram resultando em mortalidade infantil por fome e falta de assistência social.

(...)

(...) Toneladas de alimentos apodreciam sem serem distribuídas, em armazéns fechados em Dourados, mostravam reportagens na televisão. Denúncias de caos administrativo eram levantadas por funcionários da própria Funasa, declaravam as lideranças sindicais. Enfim: ficava evidente que o jeito PT de governar era sinônimo de caos.

(...) o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União (CGU) abriram frentes de investigação para escrutinar procedimentos, analisar processos e, assim, percorrer o ralo, pelo qual mais de R\$5 milhões foram desviados, sem que se saiba exatamente para onde.

(...) Mas ficam a mácula e a prova de que a corrupção é uma espécie de anti-humanismo, que transforma pessoas em seres patologicamente perigosos, visto que perdem a percepção do outro e provocam danos irreparáveis à sociedade.

Repto: “a corrupção transforma pessoas em seres patologicamente perigosos”. E observem V. Ex^{as}

que a Funasa, que não tem tantos recursos assim no Estado de Mato Grosso do Sul para serem usados corruptamente, mesmo assim, Lideranças do PT – está aqui claro e evidente que foram Lideranças do PT –, usando a Funasa, por indicação de Deputado Federal da Funasa, praticaram corrupção. Está aqui.

O interessante é que, quando pessoa vislumbra a possibilidade do exercício do poder, a pessoa se transforma. Há pessoas que se transformam perigosamente, de maneira surpreendente, só pela expectativa de terem a oportunidade de exercer o poder. Aliás, isso tem acontecido na Bancada de Mato Grosso do Sul aqui em Brasília. Ou seja, há uma pirataria estabelecida, Senador Mão Santa, na execução das emendas parlamentares. Pessoas sérias, ou aparentemente sérias, mas desejosas de poder, usando documentação inadequada, usando influências em Ministérios da União, transformam emendas de companheiros e de amigos como se fossem suas, transformam emendas de execução dos Municípios para serem de execução do Estado, só porque o Estado, com essas emendas já empenhadas, poderia usufruir vantagens políticas, levando para os Municípios, pelas mãos do Governador, a obra ou os instrumentos de trabalho em favor da comunidade previstos na emenda. Então, essas pessoas, que vislumbram, que estão querendo o poder, transformam-se, como diz este artigo em boa oportunidade, em patologicamente perigosas.

Vejamos o drama da questão indígena, o qual o Senador Paulo Paim e eu acompanhamos no ano passado. Como podem essas pessoas, por causa de alguns centavos, de alguns Reais, trocarem seu sentimento humanitário pela morte de crianças indígenas? Essas pessoas, que praticam atos como esses, são patologicamente perigosas.

Concedo o aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Juvêncio da Fonseca, quero cumprimentar V. Ex^a pela sua coragem em colocar a questão de colegas Parlamentares que, aproveitando do prestígio perante o Ministério e sendo da Base do Governo, tiram recursos da Bancada de outros para benefício de seus Municípios. Ontem, a Bancada de Santa Catarina detectou isso também. Enquanto muitos de nós não recebemos as nossas parcelas para as distribuirmos aos Municípios, Parlamentares que tinham um percentual bem menor em suas emendas de Bancada, conseguiram triplicar os recursos para colocá-los em outros Municípios. Ora, se é de Bancada, todos têm a mesma responsabilidade, todos são responsáveis pela liberação da verba para o Município A ou B. Em Santa Catarina, infelizmente, eu estou sendo prejudicado, assim como outros, pelo fato de o Governo beneficiar Parlamentares ou porque são mais próximos ou porque dão apoio maior ao Governo Federal. Quero cumprimentá-lo. Acredi-

to que, às vezes, V. Ex^a não consegue levar recursos para o seu Município, ou para aqueles outros que o procuram, V. Ex^a não consegue atendê-los, V. Ex^a não consegue liberar as emendas aprovadas, os dias que V. Ex^a teve para tentar colocar o Município. E, agora, além de não liberarem, outros se apropriam daquilo que V. Ex^a tentou conseguir para as cidades do seu Estado. Parece-me que foi esse o pensamento de V. Ex^a, porque isso também ocorreu no meu Estado, Santa Catarina.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Obrigado, Senador Leonel Pavan, é justamente essa definição do fato que ocorreu também em Mato Grosso do Sul. É triste dizer isso, principalmente porque a Bancada do Mato Grosso do Sul agia em unidade. Todos se mobilizavam em favor das emendas e também dos recursos extra-orçamentários para que o Estado se beneficiasse.

Sr. Presidente, aproveitando meus últimos minutos, eu gostaria de parabenizar os Deputados Federais Waldemir Moka e Nelson Trad, que, mesmo prejudicados com uma ação de Liderança da nossa Bancada, que causou uma nulidade intransponível, Senador Paulo Paim, nos empenhos de mais de R\$6 milhões, S. Ex^as concordaram com que esse coordenador aceitasse aquelas indicações absurdas, que foram feitas, para que o Estado não perdesse os recursos daquelas emendas anuladas. Parabéns aos Deputados Waldemir Moka e Nelson Trad.

Espero que, do acordo feito, o Governo do PT, que afirma que seus Municípios serão respeitados, na hora da destinação desses recursos, cumpra o compromisso feito perante o Ministro Roberto Rodrigues.

Sr. Presidente, obrigado pela tolerância.

Vamos prestar atenção nos nossos indígenas, em Mato Grosso do Sul. Aquelas crianças não podem ficar mais ao abandono. Essa conclusão da CGU é objetiva e põe à tona, a nu, a ação corrupta de determinados dirigentes da Funasa em Mato Grosso do Sul.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Juvêncio da Fonseca, obrigado por suas palavras.

Convido V. Ex^a, Senador Juvêncio da Fonseca, para assumir os trabalhos da Mesa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp, como orador inscrito.

S. Ex^a terá 10 minutos para o seu pronunciamento e 2 minutos de prorrogação, se necessário for.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, desde que assumi o mandato de Senador da República há pouco mais de 3 anos, e, no fiel cumprimento das responsabilidades a mim confiadas pelo povo do meu Estado, Rondô-

nia, venho dedicando a maior parte da minha energia e da minha capacidade a apoiar incansavelmente o desenvolvimento econômico e social da Região Norte do País.

É uma luta que resulta, ao fim e ao cabo, em benefício de todo o povo brasileiro, até porque não consigo imaginar nada que possa impactar mais fortemente o crescimento nacional, de forma justa, equilibrada e sustentada, do que o aproveitamento do imenso potencial de riqueza e de progresso que hoje adormece nas fronteiras mais distantes e esquecidas do País.

Esse esforço, que é realizado no âmbito do Senado Federal por todos os Parlamentares que representam o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, às vezes conhece momentos de recompensa. Na contabilidade desses avanços, não posso deixar de registrar o anúncio feito pela Ministra-Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, ex-Ministra de Minas e Energia, e pelo atual Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, do leilão das usinas hidrelétricas do rio Madeira – usinas de Santo Antonio e de Jirau –, agendado para o final do mês de maio. Tudo indica que vai ser licitada, leiloada a construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira, gerando emprego e renda para o povo de Rondônia.

Relembro, Sr. Presidente, a preocupação que expressei em novembro do ano passado, desta mesma tribuna, acerca do vazio representado pelas iniciativas governamentais na área de geração, quando o assunto era o planejamento para 2008 e 2010. Naquele ocasião, demonstrei que, de acordo com a lista de empreendimentos sem restrições legais e ambientais, divulgada pela própria Secretaria Nacional de Energia, não fecharíamos a conta da demanda calculada para a virada da década.

O complexo do Madeira, com capacidade de geração estimada em cerca de sete mil megawatts, deverá integrar os revestimentos em energia nova necessários a sustentar as projeções de consumo até o ano de 2010 ou além de 2010, constituindo uma parte significativa do montante global.

Se essas usinas são decisivas para que as perspectivas brasileiras de abastecimento de energia não sejam sombrias, devemos, entretanto, permanecer alertas, uma vez que as surpresas negativas são, infelizmente, uma constante absoluta quando o tema é a construção de infra-estrutura para o desenvolvimento, especialmente se o foco se concentra na Amazônia.

Não exagero ao fazer tal afirmativa, que é, aliás, o que me leva ao principal ponto desse meu pronunciamento: a situação em que se encontra o projeto do gasoduto Urucu-Porto Velho, projeto tão debatido aqui nesta tribuna.

Numa semana em que a mídia nacional repercutiu incessantemente a possibilidade de construção do gasoduto do Mercosul, da Venezuela à Argentina, cortando longitudinalmente todo o território brasileiro; numa semana em que tanto se discutiu o risco que a eleição do Presidente Evo Morales traz aos investimentos em gás,

feitos pela Petrobras na Bolívia; numa semana, enfim, em que a importância do gás para a indústria e para o conforto humano foi tão apaixonadamente analisada e debatida, me pergunto, Sr. Presidente: o que será feito do gás de Urucu? Qual a importância do gás brasileiro na nossa matriz energética? Por que motivo Urucu ainda é uma potencialidade absolutamente inexplorada, esquecida no coração da Amazônia? Se estamos falando em gás na Venezuela, se estamos preocupados com o gás da Bolívia, da instabilidade política do país vizinho, da Bolívia? Esse gasoduto que cortará o Brasil, talvez a Bolívia ou o Paraguai chegará até a Argentina, certamente trará também danos, impactos ao meio ambiente, tanto do Brasil como o de outros países, e por que o nosso gasoduto Urucu-Porto Velho ainda não saiu?

Será que o impacto ambiental do gasoduto Urucu-Porto Velho é maior do que o impacto ambiental do gasoduto que sairá da Venezuela e passará também pelo Amazonas, passará pelo Estado de Rondônia, cortando grande parte do Brasil?

Não se trata, Sr. Presidente, quero deixar claro, de preconceito contra a matéria-prima estrangeira ou de ignorância acerca da necessidade de diversificar fontes e fornecedores, de forma a minimizar os riscos de desabastecimento, até mesmo porque, ainda que se considerem taxas modestas de crescimento, as perspectivas da demanda brasileira por energia são clara e fortemente crescentes.

É uma preocupação constante o risco de racionamento de energia ou a falta dela para a sustentabilidade do crescimento econômico do nosso País, nobre Senador Paulo Paim.

Mas o gás de Urucu, para Rondônia, não significa apenas a substituição do ônus financeiro representado pelo alto custo daqueles milhões de litros de óleo diesel consumidos mensalmente pela Termonorte – e outras usinas térmicas da Eletronorte e da Ceron – usina essa que é responsável por parcela significativa, de cerca de 360 megawatts da eletricidade demandada em Rondônia e no Estado do Acre. O gás de Urucu também significa milhares de empregos que seriam criados na construção do gasoduto; centenas de postos de trabalho que seriam alocados na sua operação regular; e, não menos importante, uma clara contribuição à qualidade de vida e à sustentabilidade do meio ambiente da região, tendo em vista que o gás é mais barato e menos poluente do que óleo diesel.

Isso tudo, Sr. Presidente, para não falar das enormes oportunidades que se abririam para as aplicações industriais e no transporte coletivo dos táxis, dos ônibus do Estado do Estado do Acre e do Estado de Rondônia.

A disponibilidade de gás natural em solo rondoniense poderia prenunciar uma verdadeira revolução nas perspectivas regionais de industrialização. Mas a quantas anda, Sras e Srs. Senadores, o projeto do gasoduto? Chamo-o de gasoduto da esperança.

A licença ambiental, como costuma acontecer nesses casos com regularidade espantosa, consumiu, na fase de expedição, um prazo superior ao previsto para a própria obra, ou talvez duas vezes maior do que o tempo que se levaria para construir a obra do gasoduto Urucu-Porto Velho; e, quando finalmente veio à luz, deixou de autorizar um trecho de 70 quilômetros, situado próximo à metade do percurso projetado. Após mais de três anos de interminável querela burocrática, é esse o resultado. O Ibama autoriza que se construa Urucu-Porto Velho, com 500 quilômetros de extensão, desde que fique faltando o trecho central de 70 quilômetros. Como se vai construir? Qual empresa que vai investir em uma obra, que se construa uma ponta e a outra, e fique o meio dessa obra sem ser construído? Como vai transportar? Não existe transporte de gasoduto por outras vias a não ser dentro da floresta.

Mas o absurdo da cena não estaria completo se não esclarecêssemos os motivos que levaram a tão rematado disparate. E ele é simples, Sr. Presidente: a implantação de uma floresta nacional, que vem sendo estudada há mais de uma década, foi finalmente decretada, justo agora que estava na hora de liberar a licença do gasoduto. Não somos contra a criação de floresta, não somos contra a preservação do meio ambiente. Ao contrário, quando Governador, criei o Programa Agroecológico e Florestal, que determina que o Estado de Rondônia preserve mais de 70% do seu Território.

O decreto de demarcação, concluído em 2005, após anos de idas e vindas nos gabinetes, definiu que, além de ferido de morte o projeto, estaria perdida toda a esperança depositada pela sofrida população de Rondônia nas promessas da área de energia do Governo Federal.

Para os técnicos do Ibama, como já tive oportunidade de relatar a este Plenário, só restam duas opções: ou se muda o traçado do duto, ou se espera a conclusão do plano de manejo ambiental, cujos prazos e resultados incertos poderão chegar, entre outras conclusões, à inviabilidade da obra na área do parque nacional. Absurdo ou não, esse é o quadro.

Sinceramente, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, não sou de desistir facilmente de qualquer luta, mas já estou quase perdendo as esperanças; melhor dizendo, perdendo a paciência por causa de tanta demora na liberação dessa obra.

Finalizando, Sr. Presidente, gostaria de cobrar da Ministra Dilma Rousseff, a quem, no início deste pronunciamento, atribuí a grande alegria de ver anunciado o leilão das hidrelétricas do Madeira, o compromisso que tomou, nos primeiros meses de Governo, quando em audiência pública havida na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura desta Casa.

Naquela oportunidade, ainda Ministra de Minas e Energia, S. Ex^a definiu Urucu-Porto Velho como prioridade absoluta do Governo, no sentido de resolver definitivamente as necessidades de energia do norte do

País. Pelo teor dessa promessa e, mais ainda, por sua sensibilidade técnica e política, encontra-se a Ministra em situação que lhe permite exigir, por parte da máquina de governo, em especial da estrutura de gestão das políticas ambientais, uma solução em curto prazo para toda essa confusão, para todo esse absurdo que foi criado em torno do gasoduto da esperança, o Gasoduto Urucu-Porto Velho.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a está encerrando o pronunciamento?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Faltam uns três minutos.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Está bom. Quero um aparte para falar justamente sobre a questão ambiental, logo depois que o senhor terminar o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Com muito prazer, concedo o aparte a V. Ex^a, nobre Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Valdir Raupp, ouvi V. Ex^a dizer que estava no final do pronunciamento e esperava que terminasse para aproveitar o seu tema, que levantou a questão ambiental, do reflorestamento, a preservação das matas, para me manifestar sobre o que ocorre hoje mais em Santa Catarina, o meu Estado. Quando fui prefeito pela primeira vez, criei a primeira secretaria municipal do meio ambiente de Santa Catarina e comecei a recuperar morros que foram devastados por incêndio, desmatados ou prejudicados com o corte de pedras. Tentei, com parceria, recuperar aquela vegetação. E recuperamos, plantando lá em torno de um milhão de árvores em diversos pontos da nossa cidade, inclusive nas cidades de Porto Belo, Bombinhas, Balneário Camboriú e assim por diante. Aproveito o gancho para dizer o seguinte: somos uma cidade turística, Balneário Camboriú vive do turismo. Permite-se a derrubada de árvores na Amazônia, sem fiscalização, sem punição, o desmatamento à revelia – parece-me que, a cada cinco minutos, há derrubada de árvores do tamanho de cinco estádios de futebol, ou seja, a cada um minuto, o volume de árvores derrubadas na Amazônia é do tamanho de um estádio de futebol. Enquanto isso, no meu Estado, proíbe-se a construção de *resorts*, de equipamentos turísticos, acessos a lugares com potencialidade turística; não se permite a construção de casas, mesmo com planejamento e plano diretor; apenas 10% da área dos terrenos podem ser ocupadas por moradia, impedindo-se que Municípios planejem as suas atividades e obras para o crescimento social e econômico na cidade turística. Isso traz grandes prejuízos a essa atividade e a Municípios que dependem exclusivamente do turismo. São residências, restaurantes, hotéis, que vão melhorar a economia da cidade, do Estado e do Brasil, trazendo turistas do exterior a diversos lugares do Brasil. É preciso rever essa questão da preservação do meio ambiente. O Ibama e o Governo precisam rever essa questão. É

diferente desmatar matas nativas, áreas que estão aí para serem protegidas porque servem como pulmão para nosso Brasil, para os Estados. É bem diferente preservar essas matas do que pequenas restingas, onde se quer fazer um acesso às praias, a alguma vila, a um *resort*, onde se quer construir algo que venha trazer comida à mesa, que venha trazer empregos. É preciso diferenciar essa questão. O meio ambiente tem de ser preservado, e assim o faço e defendo; até fui considerado um "ecochato". No entanto, há casos e casos. Não é possível que se proíba o progresso de diversos Estados, de diversos Municípios, apenas pelo capricho de algumas ONGs que se dizem donas de áreas de preservação, que as utilizam quase que exclusivamente para uso particular, para passeios e tal, sem nenhuma infra-estrutura, o que deveria ser implantado caso liberado pelo Ibama. É preciso rever a questão ambiental. Permita-me mais um segundo, pois o tempo está livre. Eu era prefeito, e os ambientalistas diziam que era necessário desassorear um rio; tinha de se fazer dragagem, pois o rio estava asfixiado, morrendo. Contratamos a dragagem e recebemos apoio do governo estadual lá também com as dragas. Aí, os ambientalistas que criticaram que o rio estava morrendo, depois, entraram com uma ação para paralisar a dragagem, porque estava sendo retirada areia, que era da vida comum do rio. Então, primeiro denunciaram, exigem a dragagem, e, depois, é necessário paralisar a obra porque está atingindo o ecossistema e a vida do rio; apresentam artifícios, ao lado do Ministério Público, para impedir investimentos desse porte. Temos de fazer urgentemente um novo projeto, uma nova discussão sobre a questão ambiental, principalmente em regiões que dependem das atividades turísticas, como é o caso de Santa Catarina.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, nobre Senador Leonel Pavan. Concordo plenamente com V. Ex^a. O Ibama trabalhou errado o tempo todo, principalmente na área da fiscalização. Sou radicalmente contra o desmatamento em encostas, serras, morros e margens de rios. Isso é um crime ambiental que o Ibama deveria ter combatido há muito tempo. E sempre tem de haver as compensações.

Creio que os madeireiros, espalhados por todo o Brasil, já cometem muitos crimes ambientais. Alguns trabalham certo, outros trabalham errado. E, muitas vezes, trabalham errado por falta de orientação do Ibama. No passado, o antigo IBDF cobrava uma taxa de reflorestamento dizendo que era para reflorestar, compensando as florestas derrubadas em outras regiões. No entanto, o IBDF e o Ibama nunca plantaram uma árvore, nobre Presidente Mão Santa. Esse foi o grande erro, no passado, que continua ainda hoje.

Agora, eu vejo que...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Valdir Raupp, lembro que V. Ex^a ocupa há 20 minutos a tribuna, embora eu comprehenda que foi

o Senador Leonel Pavan quem ocupou a metade do tempo. Creio que S. Ex^a já cedeu seu tempo ao Senador Paulo Paim, o próximo orador inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr. Presidente, concluo em apenas dois minutos.

O desmatamento do traçado do Gasoduto Urucu-Porto Velho. Vou falar agora como fala sempre o nosso Presidente Mão Santa: "atentai para esse dado! Atentai bem!" Apenas 50 hectares! Todo o traçado do gasoduto vai desmatar apenas 50 hectares de floresta. Enquanto isso, milhares e milhares de hectares de floresta são derrubados todos os anos. Esses 50 hectares que vão ser derrubados para o traçado serão repostos. A floresta será reposta, e, em oito anos praticamente, se sobrevoarem de helicóptero o traçado, não mais verão o desmatamento, porque a floresta crescerá. Na Amazônia, a floresta cresce rapidamente.

Não é desculpa, para as autoridades ambientais, não conceder essa licença dizendo que isso será um impacto para o meio ambiente.

Recursos não faltam, Sr. Presidente. Não falta empenho à Petrobras e ao BNDES para alocar ao projeto volumes suficientes para bancar as necessidades financeiras, tal como hoje se tem por certo alocar ao trecho Urucu-Manaus – esse está garantido, inclusive com suporte de financiamentos internacionais. Não falta nada que não seja vontade de fazer e de transformar.

É esta a hora, como vem dizendo o Presidente Lula, de deixar claro a que veio o Governo. É hora de mostrar, com ações e com realizações, o valor que têm, para a estrutura do Executivo, as promessas presidenciais, feitas em campanha. É hora de fazer e não de justificar o que não foi feito.

Não me conformo, Sr. Presidente, com o estágio de desencontro administrativo a que se chegou no trato dos interesses da Amazônia, com o elevado grau de falta de decisão com que o caso Urucu-Porto Velho demonstra estarem contaminados os setores ambientalistas do Governo. Para mim, basta! O Planalto precisa fazer prevalecer as posições lúcidas e racionais que, bem sei, caracterizam a maioria dos quadros a serviço do Governo Federal, em especial na área de energia elétrica.

Acho que o Governo Federal não deveria, ele também, conformar-se com o quadro triste que os fatos revelam.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, e agradeço sua generosidade com o tempo.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR VALDIR RAUPP EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DECRETO DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005.

Cria a Floresta Nacional de Balata-Tufari, nos Municípios de Tapauá e Canutama, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 17 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, e o que consta do Processo no 02001.008743/2001-32,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Floresta Nacional de Balata-Tufari, nos Municípios de Tapauá e Canutama, no Estado do Amazonas, com os objetivos de promover o manejo de uso múltiplo dos recursos florestais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, bem como o apoio ao desenvolvimento de métodos de exploração sustentável dos recursos florestais das áreas limítrofes.

Art. 2º A Floresta Nacional de Balata-Tufari possui uma área total aproximada de oitocentos e dois mil e vinte e três hectares, conforme o seguinte memorial descritivo e perímetro:

I - a Área 1, denominada Gleba Balata, possui superfície aproximada de duzentos e oitenta e dois mil, setecentos e oitenta e um hectares, com as seguintes delimitações: inicia-se o perímetro da área junto ao P-01, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°01'07" WGr e latitude 06°50'49" S, situado junto à foz do igarapé Jacarezinho, afluente da margem esquerda do Rio Ipixuna, limite com a Gleba Boa Vista; deste, segue pelo Rio Ipixuna, a montante, por sua margem direita, por uma distância aproximada de 65.000m, até o P-02, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°14'38" WGr e latitude 07°04'47" S, situado na divisa com terras de domínio privado; deste, por uma linha seca, divisa com terras de domínio privado, e rumo aproximado 00°05'30" NW, segue por uma distância aproximada de 3.800m, até o P-03, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°14'38" WGr e latitude 07°02'39" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 00°00'00" W, segue por uma distância aproximada de 4.750m, até o P-04, de coordenadas geográficas aproximadas Longitude 63°17'11" WGr e latitude 07°03'43" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 00°00'00" W, segue por uma distância aproximada de 2.000m, até o P-05, de coordenadas geográficas aproximadas Longitude 63°19'03" WGr e latitude 07°03'43" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 08°05'26" SW, segue por uma distância aproximada de 3.450m, até o P-06, de coordenadas geográficas aproximadas Longitude 63°19'24" WGr e latitude 07°06'10" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 00°00'00" W, segue por uma distância aproximada de 3.750m, até o P-08, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°21'27" WGr e latitude 07°06'10" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 02°02'43" SE, segue por uma distância aproximada de 4.350m, até o P-09, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°21'22" WGr e latitude 07°08'31" S; deste, por uma

linha seca e rumo aproximado 00°00'00" E, segue por uma distância aproximada de 4.600m, até o P-10, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°18'48" WGr e latitude 07°08'31" S, situado na margem esquerda do Rio Ipixuna; deste, segue pelo Rio Ipixuna, a montante, por sua margem direita e por uma distância aproximada de 21.000m, até o P-11, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°17'13" WGr e latitude 07°14'27" S, situado na divisa com terras de domínio privado; deste, por uma linha seca, divisa com terras de domínio privado e rumo aproximado 89°44'27" SW, segue por uma distância aproximada de 8.600m, até o P-12, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°21'51" WGr e latitude 07°14'28" S; daí, com rumo aproximado 00°14'41 SW, segue por uma linha seca e distância aproximada de 4.000m, até o P-13, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°21'52" WGr e latitude de 07°16'42" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 89°51'23" NE, segue por uma distância aproximada de 6.600m, até o P-14, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°18'13" WGr e latitude 07°16'42" S, situado na margem esquerda do Rio Ipixuna; deste, segue a montante, por sua margem direita e distância aproximada de 13.200m, até o P-15, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°18'09" WGr e latitude 07°20'42" S, situado na divisa com terras de domínio privado; deste, segue por uma linha seca, divisa com terras de domínio privado, com rumo aproximado 76°43'45" NW e por uma distância aproximada de 1.200m, até o P-16, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°18'47" WGr e latitude 07°20'51" S; deste, por uma linha seca, com rumo aproximado 02°52'41" SE, segue por uma distância aproximada de 3.650m, até o P-18, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°20'34" WGr e latitude 07°22'35" S; daí, por uma linha seca, com rumo aproximado 00°00'00"E, segue por uma distância aproximada de 4.800m, até o P-19, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°17'57" WGr e latitude 07°22'30" S; daí, por uma linha seca e rumo aproximado 00°00'00" S, segue por uma distância aproximada de 950m, até o P-20, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°17'57" WGr e latitude 07°23'02" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 00°00'00" E, segue por uma distância aproximada de 2.800m, até o P-21, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°16'26" WGr e latitude 07°23'02" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 00°00'00" S, segue por uma distância aproximada de 300m, até o P-22, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°16'26" WGr e latitude 07°23'12" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 00°00'00" W, segue por uma distância aproximada de 1.650m, até o P-23, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°17'18" WGr e latitude 07°23'12" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 00°00'00" S, segue por uma distância aproximada de 900m, até o P-24, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°17'18" WGr e latitude 07°23'44" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 77°11'06" S, segue por uma distância aproximada de 2.600m, até o P-25, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°15'54" WGr e latitude 07°24'03" S, localizada na margem direita do Rio Ipixuna; daí, segue a montante pelo Rio Ipixuna, por uma distância aproximada de 44.000m, até o P-26, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°20'04" WGr e latitude 07°29'36" S, situado junto à foz do Igarapé Balata com o Rio Ipixuna; deste, segue pelo Igarapé Balata, a

montante, por sua margem direita e distância aproximada de 14.000m, até o P-27, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°24'25" WGr e latitude 07°26'36" S, situado na margem direita do Igarapé Balata, divisa com o Imóvel Abelhas; deste, segue por uma linha seca, divisa com o imóvel Abelhas, com rumo aproximado 68°18'29" NW e por uma distância aproximada de 8.800m, até o P-28, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°28'50" WGr e latitude 07°24'50" S, situado junto à foz de um igarapé sem denominação com outro igarapé sem denominação, afluentes pela margem direita do Igarapé Abelhas; deste, segue por uma linha seca, divisa com o imóvel Abelhas, com rumo aproximado 81°55'09" NW e distância aproximada de 32.500m, até o P-29, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°46'14" WGr e latitude 07°22'22" S, situado na margem direita do Rio Itaparaná, divisa com o imóvel Abelhas e com a Gleba Tufari; deste, segue pelo Rio Itaparaná, a jusante, e distância aproximada de 44.900m, até o P-30, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°43'34" WGr e latitude 07°08'20" S; situado na divisa com terras de domínio privado, na margem direita do Rio Itaparaná; deste, por uma linha seca, divisa com terras de domínio privado, segue pelo rumo aproximado 65°02'49" NE e distância aproximada de 3.000m, até o P-31, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°42'05" WGr e latitude 07°07'39" S; deste, segue por uma linha seca e rumo aproximado 27°16'16" NW, por uma distância aproximada de 4.800m, até o P-32, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°43'15" WGr e latitude 07°05'23" S, situado na margem direita do Rio Itaparaná; deste, segue pelo referido Rio Itaparaná, a jusante, por uma distância aproximada de 5.900m, até o P-33, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°41'54" WGr e latitude 07°03'18" S, situado na divisa, com terras de domínio privado; deste, segue por uma linha seca, divisa com terras de domínio privado e rumo aproximado 00°00'00" E, por uma distância aproximada de 1.100m, até o P-34, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°41'18" WGr e latitude 07°03'18" S; daí, segue pelo rumo aproximado 73°12'05" NE, por uma distância aproximada de 650m, até o P-35, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°40'59" WGr e latitude 07°03'24" S; daí, segue pelo rumo aproximado 70°20'46" NE, por uma distância aproximada de 800m, até o P-36, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°40'33" WGr e latitude 07°03'15" S; deste, segue pelo rumo aproximado 84°32'23" NE, por uma distância aproximada de 1.500m, até o P-37, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°39'44" WGr e latitude 07°03'10" S; daí, segue pelo rumo aproximado 35°04'39" NE e por uma distância aproximada de 10.300m, até o P-38, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°36'31" WGr e latitude 06°58'34" S; daí, segue por uma linha seca e rumo aproximado 17°53'58" NE, por uma distância aproximada de 11.200m, até o P-39, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°34'39" WGr e latitude 06°52'48" S; deste, segue por uma linha seca e rumo aproximado 78°29'42" NW, por uma distância aproximada de 1.250m, até o P-40, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°35'20" WGr e latitude 06°52'39" S; deste, por uma linha seca e rumo aproximado 48°25'25" NW, segue por uma distância aproximada de 900m, até o P-41, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°35'42" WGr e latitude 06°52'20" S, situado na margem direita do Rio Itaparaná; deste, segue pelo Rio Itaparaná, a jusante e por uma distância aproximada de 6.600m, até o P-42, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°35'23" WGr e latitude 06°49'42" S, situado na divisa, com terras de

domínio privado, na margem direita do Rio Itaparaná; deste, por uma linha seca, divisa com terras de domínio privado, segue pelo rumo aproximado 85°15'35" SE e por uma distância aproximada de 6.800m, até o P-43, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°31'46" WGr e latitude 06°49'60" S; deste, por uma linha seca, segue pelo rumo aproximado 00°00'00" N e por uma distância aproximada de 5.000m, até o P-44, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°31'46" WGr e latitude 06°47'17" S; daí, por uma linha seca e rumo aproximado 86°08'04" NW, segue por uma distância aproximada de 4.950m, até o P-45, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°34'26" WGr e latitude 06°47'06" S, situado na margem direita do Rio Itaparaná; deste, segue pelo Rio Itaparaná, a jusante, por uma distância aproximada de 7.700m, até o P-46, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°32'38" WGr e latitude 06°45'43" S, situado na margem direita do Rio Itaparaná, divisa com as Glebas: Tufari, Coati e Boa Vista; deste, segue por uma linha seca, divisa com a Gleba Boa Vista, com rumo 47°31'51" SE e distância aproximada de 33.200m, até o P-47, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°19'23" WGr e latitude 06°57'51" S, situado junto à nascente do Igarapé Jacarezinho, afluente da margem esquerda do Rio Ipixuna; deste, segue pelo Igarapé Jacarezinho, a jusante, por sua margem esquerda e distância aproximada de 24.700m, até o P-01, ponto inicial da descrição, perfazendo um perímetro aproximado de 444.841m;

II - a Área 2, denominada Gleba Tufari, possui superfície aproximada de trezentos e sessenta mil, cento e sessenta e oito hectares, com as seguintes delimitações: inicia-se o perímetro da área junto ao P-01, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°53'40" WGr e latitude 06°35'13" S, situado junto à confluência do Rio Jacaré com igarapé sem denominação, no limite de jurisdição do Projeto Fundiário de Humaitá; deste, por uma linha seca, divisa com a área de jurisdição estadual, com o rumo aproximado de 24°31'29" NE e distância aproximada de 12.000m, chega-se ao P-02, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°51'00" WGr e latitude 06°29'24" S, situado na divisa com a Gleba Coati, limite de jurisdição do Projeto Fundiário Humaitá; deste, por uma linha seca, divisa com a Gleba Coati, com o rumo aproximado de 48°21'37" SE e distância aproximada de 45.600m, chega-se ao P-03, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°32'38" WGr e latitude 06°45'43" S, situado na margem esquerda do Rio Itaparaná; deste, pelo Rio Itaparaná, a montante e distância aproximada de 50.700m, chega-se ao P-04, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°40'20" WGr e latitude 06°58'53" S, situado junto a foz de um igarapé sem denominação, afluente da margem esquerda do Rio Itaparaná; deste, pelo referido igarapé a montante, por sua margem direita e distância aproximada de 300m, chega-se ao P-05, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°40'30" WGr e latitude 06°58'55" S, situado na margem direita do referido igarapé; deste, segue por linhas secas, divisa com o referido igarapé, pelos seguintes rumos e distâncias: 08°07'48" NE e 150m, até o P-06, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°40'29" WGr e latitude 06°58'50" S; 24°26'38" NW e 150m, até o P-07, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°40'31" WGr e latitude 06°58'46" S; 02°27'14" NE e 750m, até o P-08, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°40'30" WGr e latitude 06°58'21" S; 86°36'55" NW e 2.050m, até o P-09, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°41'37" WGr e latitude 06°58'17" S; 01°17'31" SW e 1.500m, até o P-10, de coordenadas geográficas aproximadas

longitude 63°41'38" WGr e latitude 06°59'05" S, situado à margem esquerda do referido igarapé sem denominação; 85°36'04" SE e 450m, até o P-11, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°41'24" WGr e latitude 06°59'06" S, situado na margem direta do referido igarapé sem denominação; deste, segue por linhas secas, na divisa com o referido igarapé, pelos rumos e distâncias aproximadas: 02°25'10" SW e 1.550m, até o P-12, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°41'26" WGr e latitude 06°59'57" S; 33°24'28" SE e 600m, até o P-13, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°41'15" WGr e latitude 07°00'14" S; 85°14'10" NE e 400m, até o P-14, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°41'02" WGr e latitude 07°00'13" S; 83°13'59" NE e 300m, até o P-15, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°40'53" WGr e latitude 07°00'12" S, situado à margem esquerda do Rio Itaparaná; deste pelo Rio Itaparaná, a montante e distância aproximada de 68.000m, chega-se ao P-16, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°46'14" WGr e latitude 07°22'22" S, situado na margem esquerda do Rio Itaparaná, na divisa com o imóvel Abelhas; deste, por uma linha seca, divisa com Imóvel Abelhas, com o rumo aproximado de 82°23'48" NW e distância aproximada de 8.000m, até o P-17, localizado na margem direita do Igarapé São Miguel, limite da Área Indígena Juma, declarada de posse permanente indígena nos termos da Portaria do Ministério da Justiça no 282, de 2 de agosto de 1993, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°50'28" WGr e latitude 07°21'48" S; deste, segue ladeando a Área Indígena Juma, pela jusante do igarapé São Miguel, até o P-18, de coordenadas geográficas aproximadas 63°50'17" WGr e latitude 07°19'18" S, localizada na confluência com um igarapé sem denominação; deste, segue a montante do igarapé sem denominação, até sua cabeceira, no P-19, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°54'39" WGr e latitude 07°19'60" S; deste, segue por linha seca com rumo aproximado de 51°43'10" NW e distância aproximada de 8.000m, passando pelos seguintes pontos, com suas respectivas coordenadas geodésicas: P-20, longitude 63°55'01" WGr e latitude 07°19'41" S; P-21, longitude 63°55'24," WGr e latitude 07°19'23" S; P-22, longitude 63°55'47" WGr, latitude 07°19'05" S; P-23, longitude 63°56'10" WGr e latitude 07°18'47" S; P-24, longitude 63°56'33" WGr e latitude 07°18'29" S; P-25, longitude 63°56'56" WGr e latitude 07°18'11" S; P-26, longitude 63°57'20" WGr e latitude 07°17'52" S; P-27, longitude 63°57'39" WGr e latitude 07°17'37" S; P-28, longitude 63°58'06" WGr e latitude 07°17'17" S; segue pelo limite comum à Área Indígena Juma até P-29, de coordenadas geodésicas longitude 63°58'59" WGr e latitude 07°15'47" S; deste, segue por linha seca de rumo aproximado de 31°22'22" SW e distância aproximada de 2.000m, passando pelos seguintes pontos, com suas respectivas coordenadas geodésicas: P-30, longitude 63°59'11" WGr e latitude 07°16'06" S; P-31, longitude 63°59'23" WGr e latitude 07°16'26" S até o P-32, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°59'36" WGr e latitude 07°16'47" S; deste, segue pelo limite comum à Terra Indígena Juma até o P-33, de coordenadas geodésicas aproximadas longitude 64°01'11" WGr e latitude 07°16'50" S, localizado no Igarapé Tufani; deste, segue a jusante pelo igarapé Tufani até o P-34, de coordenadas geodésicas aproximadas longitude 64°00'38" WGr e latitude 07°13'39" S, por uma distância aproximada de 8.600m; deste, segue por linha seca, com rumo aproximado de 60°58'01" SW e distância aproximada de 3.000 m, passando pelos pontos, com suas respectivas coordenadas geodésicas: P-35, longitude 64°01'08" WGr e latitude 07°13'53" S; P-36, longitude 64°01'33" WGr e latitude 07°14'09" até o

ponto P-37, de coordenadas geodésicas longitude 64°02'04" WGr e latitude 07°14'25" S; deste, segue pelo limite comum à Terra Indígena Juma até o P-38, de coordenadas geodésicas longitude 64°05'53" WGr e latitude 07°15'42" S, na confluência do Rio Assuã com um igarapé sem denominação; deste, segue a jusante pelo Rio Assuã, pela sua margem esquerda, numa distância aproximada de 20.400m, até o ponto P-39, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 64°11'38" WGr e latitude 07°11'51" S, situado junto à foz do Rio Assuã com o Rio Mucuim; deste, a jusante pelo Rio Mucuim, por sua margem esquerda e distância aproximada de 56.400m, chega-se ao P-40, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 64°11'59" WGr e latitude de 06°56'27" S, situado junto à foz do igarapé Mamoriã, na margem direita do Rio Mucuim; deste, por uma linha seca, divisa com a Gleba Jacaré, com o rumo aproximado de 87°34'35" NE e distância aproximada de 21.000m, chega-se ao P-41, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 64°00'34" WGr e latitude 06°55'58" S, situado junto à nascente do Igarapé Jacarezinho; deste segue pelo Igarapé Jacarezinho, a jusante, e distância aproximada de 27.700m, até o P-42, de coordenadas geodésicas longitude 63°55'16" WGr e latitude 06°42'50" S, localizado na confluência do referido igarapé com o Rio Jacaré; deste, segue pelo Rio Jacaré a jusante e distância aproximada de 18.500, até o P-1, ponto inicial da descrição, perfazendo um perímetro aproximado de 389.007m;

III - a Área 3, denominada Gleba Jacaré, possui superfície aproximada de cento e cinqüenta e nove mil e setenta e quatro hectares, com as seguintes delimitações: inicia-se o perímetro da área junto ao P-01, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 64°11'59" WGr e latitude 06°56'27" S, situado junto à foz do Igarapé Mamoriã, na margem direita do Rio Mucuim; deste, segue pelo Rio Mucuim, a jusante, por sua margem esquerda e distância aproximada de 6.000m, até o P-02, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 64°14'48" WGr e latitude 06°55'17" S, situado na margem direita do Rio Mucuim; deste, segue por linhas secas, com os seguintes rumos e distâncias aproximadas: 80°00'33" NE e 9.500m, até o P-03, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 64°09'43" WGr e latitude 06°54'23" S; 09°17'17" NW e 4.650m, até o P-04, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 64°10'07" WGr e latitude 06°51'56" S; 79°27'41" SW e 10.000m, até o P-05, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 64°15'30" WGr e latitude 06°52'56" S, situado na margem direita do Rio Mucuim; deste, segue a jusante, por sua margem esquerda e distância aproximada de 82.200m, até o P-06, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 64°20'02" WGr e latitude 06°34'44" S, situado à margem esquerda do Rio Mucuim, limite de jurisdição do Projeto Fundiário Humaitá; deste, segue por uma linha seca, com rumo aproximado de 88°57'02" SE e distância aproximada de 48.900m, até o P-07, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°53'40" WGr e latitude 06°35'13" S, situado na margem esquerda do Rio Jacaré, limite de jurisdição do Projeto Fundiário Humaitá; deste, segue pelo Rio Jacaré, a montante, por uma distância aproximada de 18.700m, até o P-08, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 63°55'16" WGr e latitude 06°42'50" S, situado junto à confluência do Rio Jacaré com seu afluente Igarapé Jacarezinho, divisa com a Gleba Tufari; deste segue a montante do Igarapé Jacarezinho, por uma distância aproximada de 27.700m, até sua nascente no P-9, de coordenadas geográficas aproximadas longitude 64°00'34" WGr e latitude 06°55'58" S; deste, segue por uma linha seca, divisa com a Gleba Tufari, com o rumo aproximado de

87°34'35" SW e distância aproximada de 21.200m, até o P-01, ponto inicial da descrição, perfazendo um perímetro aproximado de 228.529m, tendo como referência as cartas planialtimétricas SB20-Y-B e SB20-Y-D, IBGE, na escala de 1:250.000.

Art. 3º As terras contidas nos limites da Floresta Nacional de Balata-Tufari, de que trata o art. 2º, pertencentes à União, serão cedidas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da lei.

Art. 4º Caberá ao IBAMA administrar a Floresta Nacional de Balata-Tufari, adotando as medidas necessárias à sua efetiva proteção e implantação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 17 de fevereiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

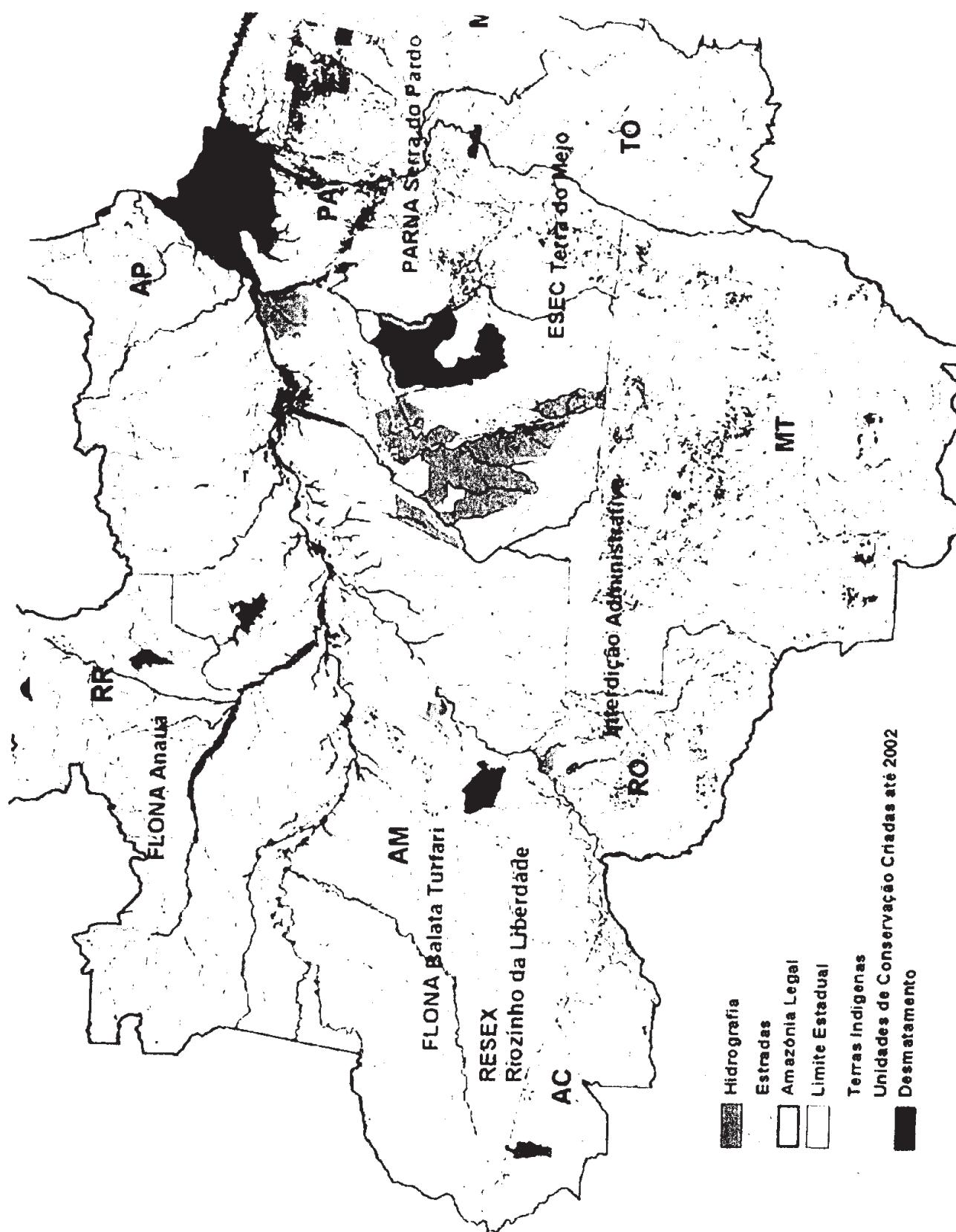
LUIZ
Marina Silva

INÁCIO

LULA

DA

SILVA



Durante o discurso do Sr. Valdir Raupp, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PMDB – PI)

– De acordo com documento apresentado à Mesa, concedo a palavra ao Senador Aelton Freitas, por delegação da Liderança do PL.

S. Ex^a, de acordo com o Regimento – atentai bem! –, tem cinco minutos.

Em seguida, falarão o Senador Leonel Pavan, por cessão do Senador Eduardo Siqueira Campos, e o Senador Paulo Paim, do PT do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG). Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna para tratar de um assunto da mais alta relevância para o desenvolvimento nacional. Refiro-me à ofensiva do Governo Federal, que, por intermédio do Ministério dos Transportes, está podendo enfrentar a deterioração das rodovias brasileiras.

O modal de transportes é hoje o fator que mais pesa no chamado custo Brasil, dada a deficiente infra-estrutura do nosso País. A precária situação da malha rodoviária brasileira onera em nada menos do que 6% o custo do frete em todo o País, com significativos prejuízos para a economia e para o desenvolvimento nacional.

Sensível a essa questão, o Governo Federal tem-se empenhado em mudar o perfil dos investimentos no setor. Entretanto, Sr. Presidente, isso só se tornou realmente possível a partir de 2005, quando os recursos previstos no Orçamento do Ministério dos Transportes saltaram de R\$2,4 bilhões em 2004 para R\$6 bilhões em 2005, devendo chegar neste ano à casa dos R\$7 bilhões.

A ampliação desses recursos permitiu ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) implementar um amplo programa de recuperação e manutenção da malha rodoviária, estimada em 75 mil quilômetros, bem como a pavimentação de novos trechos em todo o País.

Dentro desse planejamento é que foi lançado o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança em Rodovias, que está priorizando a recuperação de aproximadamente 26,5 mil quilômetros de rodovias federais.

O objetivo é proteger a integridade física ao restabelecer as condições de trafegabilidade e segurança de rodovias integrantes do Plano Nacional de Viação, o PNV, a partir da constatação do estado de precariedade

da malha rodoviária federal e de trechos transferidos para alguns Estados no ano de 2002.

Estão sendo abertas, Sr. Presidente, frentes de trabalho em seiscentos trechos simultaneamente, com investimentos de R\$440 milhões, sendo R\$350 milhões previstos no Orçamento deste ano e R\$90 milhões já empenhados no Orçamento do ano passado.

É importante salientar, Srs. e Srs. Senadores, independentemente de qualquer disputa política, que as obras emergenciais eram indiscutivelmente necessárias e representam apenas a primeira fase de um amplo programa de investimentos no setor, que deverão crescer ano a ano, como esperamos.

Os recursos para as obras emergenciais, que incluem apenas os trechos ainda não atendidos por contratos de manutenção já em andamento, foram liberados por intermédio da Medida Provisória nº 276, justamente pela urgência que a realidade impõe. A expectativa do Ministério é concluir em seis meses essa operação, que deverá beneficiar 24 Estados e atender também a pelo menos 50% da malha sob controle dos Estados. Em Minas Gerais, por exemplo, o meu Estado, o cronograma inclui a recuperação de trechos importantíssimos para diversos Municípios de diferentes regiões do Estado, como o Triângulo Mineiro, o sul de Minas e a Zona da Mata.

É preciso, pois, dar um voto de confiança ao Ministério dos Transportes e ao Dnit, que, pelo perfil de seus atuais dirigentes, certamente têm consciência de suas responsabilidades para com o País. O próprio Ministro Alfredo Nascimento tem demonstrado bastante empenho em dar maior agilidade à execução das obras e total transparéncia às ações do programa.

A meta do Ministério é recuperar toda a malha rodoviária federal e incluir novos trechos no programa de pavimentação. Outros projetos importantes estão sendo executados, como a duplicação da BR-101 Nordeste, com investimentos de R\$1,5 bilhão, numa extensão de 336,5 quilômetros entre Palmares, em Pernambuco, e Natal, no Rio Grande do Norte.

Para não retardar ainda mais a execução do projeto e evitar a perda de recursos, o Ministério dos Transportes recorreu ao Batalhão de Engenharia e Construção do Exército, já que o processo de licitação das obras vinha enfrentando uma série de percalços por conta de recursos judiciais das empresas construtoras que disputavam trechos licitados.

Ao recorrer ao Exército, Sr. Presidente, o Governo evitou maiores prejuízos aos Estados nordestinos, em especial às regiões metropolitanas de Natal, de João Pessoa e de Recife, já que a obra é de vital importância para o fortalecimento da economia regional,

particularmente da indústria do turismo e do comércio exterior.

Além de melhorar as condições de tráfego nesses importantes pólos turísticos, a duplicação da BR-101 facilitará o acesso a alguns dos principais portos do Nordeste, como o de Cabedelo, na Paraíba, e de Recife e de Suape, em Pernambuco.

Sr. Presidente, com a sua atenção, espero ter mais um minuto de tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Proroguei o prazo por três minutos, para que V. Ex^a possa concluir.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Obrigado, Sr. Presidente, pela compreensão.

O Ministério concluiu, ainda, as obras de duplicação da rodovia Fernão Dias, entre o meu Estado de Minas Gerais e São Paulo, com investimentos de R\$1,8 bilhão, numa extensão de 562 quilômetros. Na região Sul, está em fase final a duplicação do trecho da BR-101 entre os Municípios de Osório, no Rio Grande do Sul, e Palhoça, em Santa Catarina, numa extensão de nada menos do que 348 quilômetros e investimentos de R\$1 bilhão.

Paralelamente às obras, dentro da proposta de fazer com que as rodovias federais entrem de fato em um processo contínuo de recuperação, o Ministério dos Transportes buscará o fortalecimento do Dnit, com a abertura de concurso público para a contratação de 630 profissionais de nível médio e superior.

Como o órgão vinha de um processo de esvaziamento de sua função, com a redução de seu quadro de pessoal de 15 mil para pouco mais de 2,5 mil servidores em anos anteriores, a idéia é devolver ao órgão condições para exercer papel fundamental que desempenhou ao longo de várias décadas, como instrumento de fortalecimento da infra-estrutura nacional, em um trabalho de excelência reconhecido no País e no exterior.

Sr. Presidente Mão Santa, reafirmo que, sem sombra de dúvida, essa ofensiva de investimentos em infra-estrutura chega em boa hora. Afinal, o Brasil gasta R\$5,3 bilhões por ano apenas com acidentes de trânsito urbanos, segundo estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A pesquisa inclui despesas com atendimento médico, pagamento de benefícios previdenciários, processos judiciais, seguros e infra-estrutura.

Segundo dados da Polícia Rodoviária Federal, apenas nas rodovias federais brasileiras, foram registrados 112 mil acidentes em 2004, com 66 mil feridos e seis mil mortes. Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a iniciativa do Ministério dos Transportes se reveste de maior importância e oportunidade.

O plano de recuperação das rodovias federais demonstra o compromisso do Governo em reduzir o custo Brasil, melhorando as condições da infra-estrutura rodoviária, de forma a preparar o País para atender as demandas do setor produtivo e do crescimento econômico nos próximos anos. A cobrança de resultados certamente tem de ser feita com vigor, mas é preciso dar tempo ao tempo e reconhecer o valor da iniciativa.

Era o que eu tinha a dizer, nobre Senador Mão Santa, que preside esta sessão. Obrigado por sua compreensão em relação ao tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos, para fazer uso da palavra, o Senador Leonel Pavan, por permuta com o Senador Eduardo Siqueira Campos, sem prejuízo da ordem de inscrição. O Senador Leonel Pavan representa o PSDB do Estado de Santa Catarina.

Atentai bem! Regimentalmente, S. Ex^a poderá usar da palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, conheço a disciplina de V. Ex^a nesta Casa. Talvez seja um dos homens que menos fala no Senado Federal, mas V. Ex^a é um cumpridor rigoroso das determinações da Mesa quando o tempo está passando. Vamos tentar atender a essa reivindicação.

É claro que o Senador Mão Santa é um homem democrático. É uma pessoa que sabe que cada um que usa a tribuna o faz para defender os interesses dos nossos Estados, do Brasil, de entidades, para defender os interesses do nosso povo e até para chamar a atenção dos Governos Estaduais e, principalmente, do Governo Federal.

Está no plenário o Senador Paulo Paim, um grande lutador pelas causas sociais, que sempre se faz presente para, independente das cores partidárias, reivindicar benefícios para esse setor ainda desprezado da sociedade brasileira, que são os mais pobres, os mais humildes, os negros. E também está aqui o nosso querido amigo Senador Flexa Ribeiro, grande defensor de Belém do Pará e do nosso País, que orgulha o PSDB.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, eu anotei alguns tópicos que queria relatar. Recentemente, estive aqui nesta tribuna e fiz críticas a alguns Ministérios, inclusive, diretamente, ao Ministério das Cidades, por não ter empenhado as minhas emendas para diversos Municípios de Santa Catarina, conforme estava previsto.

A Caixa Econômica Federal chegou a marcar a assinatura de convênio com algumas prefeituras e, depois, jogou a responsabilidade para o Ministério das Cidades, dizendo que aquele Ministério não havia empenhado as devidas verbas. Recebi, no meu gabinete, a visita do Ministro Marcio Fortes. S. Ex^a veio falar pessoalmente os motivos por que o Ministério das Cidades não liberou os recursos que já tínhamos combinado com S. Ex^a, em função das nossas emendas. Disse o Ministro que quem empenha os recursos é a Caixa Econômica e quem libera é o Siafi. Além disso, mostrou onde estavam os erros e o que ocorreu.

Aceitei as explicações do Ministro, até pela gentileza de ir ao meu gabinete, e fiz questão de relatar esse fato, com dados, ponto por ponto, para a Bancada do Estado de Santa Catarina.

Agora, estou esperando ansiosamente que sejam recuperadas as minhas emendas para que possam atender a Municípios de pequeno porte do nosso Estado. Temos poucas emendas a fazer, das individuais. São 20 emendas apenas! E destino uma delas ao Sarah Kubitscheck; duas ou três, para hospitais; e o restante será para uns quinze Municípios. E ainda não poder atender é realmente duro para nós, Parlamentares, que temos o devido compromisso com a sociedade!

Vou conceder um aparte ao nobre companheiro Flexa Ribeiro, mas, antes, gostaria de falar sobre a questão do Orçamento.

Precisamos implantar, aqui, o Orçamento impositivo. Precisamos criar um mecanismo, um meio, uma lei, uma portaria do Presidente do Senado ou da Câmara, mudar o Regimento Interno, ou algo nesse sentido, para trabalhar as nossas emendas. Ou, quem sabe, o Presidente da República deverá modificar também a forma de distribuição dos recursos dos Ministérios. Porque, hoje, o Governo é do PT; hoje, o Presidente é Lula; nós somos Oposição. No próximo ano, quem sabe, o Presidente poderá ser o José Serra, o Geraldo Alckmin, do PSDB. E como fica? Vai haver vingança? Isso não pode ocorrer! Tem de haver a divisão do bolo orçamentário, a divisão dos recursos das emendas, conforme diz a lei. Aqui, todos são iguais, mas o que sentimos, infelizmente, é que alguns apadrinhados, mais próximos do Ministro A, do Ministro B, por serem do partido A ou do partido B, recebem certos benefícios.

As críticas que faço aqui, da tribuna do Senado Federal, não são infundadas, e muitos de V. Ex^as as fazem aqui também! São críticas que estão na mídia, são críticas feitas pela sociedade nas ruas. É o que a sociedade diz, no dia-a-dia, por telefone, por e-mails, e nos cobra. Estamos aqui para alertar o Governo. Se estivéssemos aqui apenas para dizer amém a tudo o

que o Governo apresenta e faz, não haveria a valorização da democracia, nem a necessidade de termos aqui o Parlamento. É preciso que as emendas sejam atendidas por igual, sem prejuízos àqueles que usam a tribuna, às vezes com mais contundência, criticando o Governo, ou em benefício daqueles que vêm aqui passar a mão na cabeça e dizer amém para o Governo com o intuito de receber algum recurso em troca.

É preciso uma reformulação, é necessário que o Governo e o Congresso modifiquem a forma da distribuição dos recursos.

Concedo, com muita honra, o aparte para o companheiro Flexa Ribeiro, mas ainda quero falar sobre o tapa-buracos, rodovias, sobre a verticalização e a reforma política, se me sobrar tempo ou se o Senador Mão Santa me conceder um tempo a mais.

Com muito prazer, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Leonel Pavan, com certeza o nosso Presidente, Senador Mão Santa, generoso como é, há de conceder o tempo necessário para que eu possa aparteá-lo, com muita honra, e para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento a que toda a Nação e, em especial, o Estado de Santa Catarina estão assistindo. E faço votos para que, já no próximo ano, Santa Catarina o tenha como Governador do Estado, porque o trabalho de V. Ex^a aqui em prol do desenvolvimento daquele querido Estado brasileiro é reconhecido por todos. Mas, Senador Leonel Pavan, V. Ex^a toca em um ponto muito importante. Ainda hoje, pela manhã, na Comissão de Infra-Estrutura, fiz um requerimento – e foi aprovado por unanimidade – de convocação do Ministro Marcio Fortes, do Ministério das Cidades, para que S. Ex^a venha até à Comissão dar explicações aos Senadores. Porque se ouvem muitas queixas em relação ao atendimento por parte do Ministério das Cidades das emendas de Deputados e de Senadores. É preciso, portanto, que o Ministro venha até aqui para dar essa explicação. V. Ex^a foi abençoado pela ida do Ministro ao seu gabinete para explicar o não-atendimento a Santa Catarina. Então, também quero que S. Ex^a venha explicar o caso do Pará e tantos outros. Não entendo como o Ministro Márcio Fortes, em uma emenda de Bancada do Pará, atende à prefeitura do PT da minha amiga Maria do Carmo e não atende Belém. O Ministro fez muito bem em atender à Prefeitura de Santarém, inclusive a Prefeita Maria do Carmo me telefonou pedindo apoio, o que lhe prestei totalmente, pois é importante que haja recursos para o Município. Mas é preciso que o Ministro diga quais são os critérios para a liberação. Nessa ocasião, V. Ex^a poderá ter um segundo encontro com o Ministro e fazer seus esclarecimentos. Ainda ontem, Presidente Senador Mão Santa, conversávamos eu e

o Senador Leonel Pavan, que desenvolvia um raciocínio muito lógico: ao invés de o Governo Lula aplicar R\$11 bilhões no Bolsa-Família – volto a insistir, pois é importante que fique claro para a Nação brasileira, que não somos contra o programa de atendimento emergencial aos necessitados; há vários meses, estamos dizendo que não pode haver a perenização da miséria, ou seja, a distribuição sem nenhum critério, de forma aleatória, de recursos –, o Governo poderia construir seis milhões de casas por ano. Isso geraria emprego e atenderia com dignidade as famílias contempladas pelo Bolsa-Família. Com relação ao último ponto que V. Ex^a aborda, quero dizer que o Congresso Nacional tem de rever o Orçamento, que é uma peça de ficção. Ficamos debatendo por meses a proposta orçamentária, tentando atender às necessidades das nossas regiões, dos nossos Estados, dos nossos Municípios, mas, depois dessa longa e estafante discussão, o Poder Executivo contingencia os recursos, não os libera ou o faz de forma partidária. É preciso rever isso. É preciso que parte do Orçamento seja impositivo, como é a proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães. Louvo V. Ex^a por abordar em seu pronunciamento essas questões, que são da maior importância para a Nação brasileira.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro, pelo aparte. E agradeço antecipadamente o aparte que me concederá, porque vou apartear-lo posteriormente.

Na verdade, os dados citados pelo Senador Flexa Ribeiro também foram expostos por outros Senadores. S. Ex^a os apresenta com segurança, com conhecimento e, certamente, com tristeza, porque demonstram que o seu Estado recebe recursos, mas não na proporcionalidade devida. Fica prejudicado o Senador, que tem um trabalho brilhante pelo Estado do Pará.

Concedo um aparte, com muita honra, ao querido amigo do Rio Grande do Sul, Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Leonel Pavan, quero apartear-lo de forma muito rápida...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, talvez o seu microfone esteja com defeito. E o tempo será descontado, com certeza.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Leonel Pavan, eu ia fazer um aparte ontem ao Senador Sérgio Guerra, mas como o Senador que presidia a sessão, o Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, fez um apelo para que não fizessem mais apartes, eu abri mão. Mas quero dizer que concordo na íntegra com o pronunciamento feito ontem pelo Senador Sérgio Guerra, que, casualmente, chega ao plenário neste momento. Sou totalmente favorável a acabar com a Comissão Mista de Planos, Orçamen-

tos Públicos e Fiscalização. Estou no Congresso há vinte anos e as histórias que ouço sobre essa Comissão! Com todo o respeito a todos os Parlamentares sérios que lá atuam, é uma história atrás da outra. E, ontem, o Senador relatou outras que, para mim, não são novidades. Nunca entrei naquela sala e não sou contra os que entram nem contra os Senadores e os Deputados sérios que lá estão trabalhando. Mas, para mim, tem de acabar de fato com essa Comissão. Há um debate no Congresso, o qual respeito, para que se discuta a matéria nas comissões correspondentes – verbas para a educação discutidas na Comissão de Educação; verbas relacionadas à reforma agrária e à política agrícola discutidas na Comissão de Agricultura – e que o Orçamento seja impositivo. Com todo o respeito, estamos aqui há muito tempo, conhecemos a Casa, entra Governo, sai Governo e sempre há o viés político na hora de deliberar. Isso não ocorre apenas neste Governo nem somente no Governo passado ou em governos anteriores. Desde que existe a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Orçamento é apenas autoritativo, tem sempre esse viés político na hora de liberar as verbas. Só há uma saída: acabe-se com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de uma vez por todas, porque até o mundo que cerca essa Comissão é nebuloso. Todos sabemos disso. Todo o Brasil sabe. Mas nada é feito. Para encerrar o meu aparte, a saída tem apenas um caminho: acabar com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Orçamento ser impositivo e o debate ser feito do assunto correspondente às Comissões existentes na Câmara e no Senado. No mais, cumprimento V. Ex^a e lamento que, infelizmente, independentemente do Governo, as liberações acabam tendo um viés político.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Paulo Paim, é claro que o Senador Sérgio Guerra é um dos mestres em Orçamento. Conversávamos, outras vezes, que a forma como se trabalha o Orçamento da União no Congresso não é correta e deve ser modificada. Há pouco, falávamos que devíamos mudar a forma de distribuição e discussão do Orçamento. Cria-se uma comissão por setor, nem que seja mista – Deputados Federais e Senadores –, e haveria uma discussão com pessoas mais ligadas a cada área: os educadores, na área de educação; os que lidam com agricultura, na área de agricultura; os engenheiros, engenheiros rodoviários, na área de transporte. Também concordo perfeitamente. Esperamos que essa mudança ocorra o mais rápido possível.

Na verdade, quero dizer ao Presidente Senador Mão Santa, que foi um dos grandes Governadores do Brasil, não apenas do Piauí, o seguinte: nós, Parla-

mentares, Senadores, somos cobrados seguidamente quando vamos visitar alguns Municípios, quando vamos às chamadas bases. Ao chegar lá, eles perguntam: "O que você tem de recursos para nos oferecer?", como se nós, Senadores, fôssemos o Palocci, o Murilo Portugal ou o Ministro de algum setor que tenha dinheiro. Nós, na verdade, somos aqui às vezes meros espectadores da preferência de deliberação e liberação de recursos por parte do Governo. E isso nos prejudica porque muitos Municípios que às vezes não têm nem seu representante legal acabam não recebendo os recursos que deveriam. O Orçamento, infelizmente, está mal distribuído.

Há casos de cidades que recebem quatro, cinco emendas – porque há vários Parlamentares da região e cada um deles oferece uma emenda – e outras que não recebem nada e os prefeitos não têm condições de vir a Brasília fazer a devida reivindicação.

Sr. Presidente, eu queria falar, se ainda houver tempo para mim, sobre a queda da verticalização, com todo respeito por aqueles que defenderam e que defendem a queda da verticalização. Há mais uma votação e uma decisão no Supremo Tribunal Federal. Estamos regredindo. O que está prevalecendo hoje são os interesses pessoais, os interesses de cada Estado.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Vou conceder o aparte, com muita alegria.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, quero fazer uma questão de ordem a respeito do tempo do orador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Como meu tempo não foi marcado, eu sugeriria...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi marcado aqui. Lamento advertir que V. Ex^a está há 20 minutos na tribuna. Daqui a pouco vão dizer que V. Ex^a está acompanhando o Lula, falando muito. Só quero adverti-lo, para que não se diga em Santa Catarina que V. Ex^a tem o Lula como ícone, "*el parlador*".

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Vou encerrar, fazendo uma homenagem à Senadora Ana Júlia Carepa, que deverá ser a Líder do Governo do PT.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Com o nosso apoio.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Eu não me controlei porque o tempo não está marcado no painel.

Se nós não usarmos o devido tempo, a sessão vai terminar antes das 18h30min no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, V. Ex^a iniciou a sua fala às 14h50min.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Para encerrar, vou conceder um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nós preferimos inscrever aqui o Professor Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Serei rápido. A nossa Senadora Ana Júlia, que será Líder de verdade, com o apoio de todos nós, do Congresso inteiro, do PFL, do PSDB, de todos ...

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Espero que não sejamos as pessoas que vão lhe queimar, nós queremos ajudar.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Leonel Pavan, sobre essa questão do orçamento, darei três palavras bem rápidas. Primeiro, a Comissão como está aí não será nem causa, será consequência de uma situação de total desordem. Não há futuro se ela for mantida. Qualquer mudança que não tenha por princípio a sua extinção, será uma acomodação e apenas uma medida para adiar a crise que virá depois. Segundo: o Executivo chegou num plano absurdo de desautorização do Congresso. Vou contar o que aconteceu comigo, rapidamente. Eu tenho uma emenda de Bancada. Na forma legal, fiz correspondência aos coordenadores de Bancada dizendo o destino daqueles recursos. Os coordenadores da Bancada do meu Estado fizeram carta ao Ministério das Cidades determinando quais eram os projetos que aquela emenda deveria apoiar. O Líder Aloizio Mercadante – e não há nenhuma troca nisso, é apenas estima e consideração – me disse: "Senador, V. Ex^a terá – vou dar o número – dez milhões para liberar". O Senador Fernando Bezerra me disse depois: "Sérgio, não vai dar dez milhões, mas será uns seis milhões. Priorize o que acha que deve ser liberado". Foi o que eu fiz. Quando começou o processo de liberação, aliás de empenho, eu procurei tomar conhecimento do que estava acontecendo. E todos me confirmaram que aquilo iria ocorrer, ia se confirmar depois. A minha surpresa foi que nenhuma das minhas indicações foi acolhida. Em vez disso, foram empenhados R\$10,6 milhões para diversos Parlamentares, todos da Base do Governo, inclusive muitos deles adversários da força política que eu represento. Quer dizer, pegaram minha emenda para pagar despesas, projetos e versões defendidas por adversários nossos nas nossas bases. Enfim, não valeu nada. Eu denunciei isso porque, se não se respeita o destino da emenda tal como o Congresso aprova, não se respeita mais nada. Pode até não liberar, como acontece comigo nos últimos três, mas liberar contra nós, à nossa revelia, projetos que

não foram indicados por nós, pela Bancada, é uma completa e total irresponsabilidade, leviandade, uma coisa absolutamente comprometedora, um desrespeito total pelo direito do Congresso interferir. Resultado: eu disse isso, dois dias depois recebi a visita do Ministro Márcio Fortes, pessoa por quem tenho consideração, gosto dele, um excelente técnico. O Ministro foi lá e disse: "Senador Sérgio Guerra, eu venho aqui para lhe dizer que eu não concordo com isso, que eu não fiz isso, que isso foi feito por recomendação da Casa Civil." Então, a Casa Civil da Presidência da República, que orienta para o desrespeito às iniciativas do Congresso. Dá para continuar com isso? Dá para continuar com essa festa? Pode ter algo mais desmoralizante? Eu não estou preocupado com a minha não, porque faz três anos que eu não libero. E entendo que as promessas do Senador Aloizio Mercadante, do Senador Fernando Bezerra foram movidas de boa vontade, mas o fato concreto é o desrespeito integral por tudo. Não pode haver orçamento, não pode haver transparência com 80% de contingenciamento, com o Governo empenhando, nos últimos dias de dezembro, praticamente 90% do que empenhou o ano inteiro. Não há obra, não há transparência, não há fiscalização, não há nada. Ou nós mudamos isso de cabo a rabo, fazemos uma interferência grave, ou não adianta também fazermos um orçamento impositivo não, porque a peça que sai do Congresso é ruim demais. Aqui ninguém faz emenda mais – alguns ainda fazem. Na realidade, o Parlamentar diz: "Qual é o meu pedaço?" Cada Parlamentar tem um pedaço do Orçamento. O Relator que está relatando a matéria não examina se o projeto é bom ou ruim. Ele apenas examina se o pedaço está equilibrado. Eu já vi Relator dizendo: "Eu fiz um excelente relatório, dividi igualzinho para todo mundo". Ora, não é para dividir para todo mundo. Ele tem que colocar o valor real para cada obra. Essa desordem, tudo isso, nos remete – na matéria central do funcionamento do Congresso – para um clima que compromete o País no geral, a saúde do gasto público, a objetividade e a racionalidade dos investimentos, as prioridades que chegam lá na ponta como todo mundo comprova todos os dias, como, por exemplo, nesse caso do tapa-buraco. Ora, efetivamente, o Ministério dos Transportes tinha informações o tempo todo sobre a situação das estradas – onde era necessário interferir e onde não era necessário e qual a obra que tinha que ser feita. Não é uma despesa imprevista, não é um acontecimento novo. As estradas estavam lá definidas: estado péssimo, estado ruim, estado normal e estado bom. As condições estavam levantadas há tempo; havia e sempre houve orçamento para tapar buracos. Por que Medida Provisória no fim do ano? Enfim, tudo isso não pode

continuar porque é um desrespeito ao Congresso, cria uma enorme zona de sombra e não tem transparência nenhuma e o que se vê, nas vésperas das votações, é alguém dizer: "Liberei tantos bilhões das emendas parlamentares". É do pedaço de cada Parlamentar, como se o Orçamento fosse a soma dos pedaços ou dos Parlamentares ou dos seus interesses, quando não é nada disso. É uma peça que deve produzir, organizar e estabelecer políticas públicas que são executadas ao longo do ano, como prioridade, noção de curto, médio e longo prazo. Essas noções foram abandonadas há muitos anos. Não temos planejamento para nada, tanto que fazemos tapa-buraco desse jeito. Eu queria saudar sua palavra, sempre objetiva. Uma característica do Senador Pavan é que vem lá debaixo, chega na consequência e traz a discussão da consequência para os fatos, para a sua origem. Qual a origem dessas distorções que V. Ex^a encontra como Senador que representa o seu povo lá na sua base, no Município e no Estado que representa.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Obrigado, Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan, lembro que a origem do seu discurso foi às 14h50min. V. Ex^a vai completar 30 minutos, vai superar o Lula.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Um minuto para encerrar.

Vejo que não foi apenas Santa Catarina, mas ocorreu em Pernambuco, na terra do Sérgio Guerra; no Pará, na terra do Flexa Ribeiro; certamente, no Piauí, na terra do Mão Santa; e assim por diante. Concordo plenamente que é preciso fazer uma reformulação na questão de distribuição do Orçamento e mostrar ao povo brasileiro que vale tudo nas eleições de 2006. Vale tudo.

Lamentavelmente, quebraram a verticalização e prejudicaram a democracia no nosso País. Mas ainda há tempo de rever: há uma segunda votação e ainda o Supremo para recuperar um pouco da credibilidade do homem público.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O povo do Brasil teve oportunidade de ouvir por 29 minutos o Senador Leonel Pavan na tribuna do Senado.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco e que V. Ex^a não tenha como exemplo a demora do Senador Leonel Pavan.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, primeiramente, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Primeiro a Senadora Fátima Cleide.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Como cavalheiro, o Senador Flexa Ribeiro cede à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra apenas para solicitar a minha inscrição para falar pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Mesa aguarda o documento da Liderança.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito a generosidade de V. Ex^a para me inscrever a fim de que eu possa fazer uma comunicação inadiável.

Por justiça, quero dizer que uma porção do tempo do Senador Leonel Pavan foi ocupado também pelo meu aparte e pelo do nobre Senador Sérgio Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, espero que V. Ex^a me conceda pelo menos a metade do tempo que V. Ex^a concedeu ao Senador Leonel Pavan.

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em votação de primeiro turno, a Proposta de Emenda Constitucional nº 548, de 2002, que determina o fim da verticalização para as coligações dos partidos políticos.

O resultado da votação da PEC foi surpreendente: 343 Deputados votaram favoravelmente e 143 votaram contrariamente à queda da verticalização. Eram necessários apenas 308 votos. Tanto que tivemos 35 votos a mais do que o mínimo necessário para aprovar essa emenda constitucional.

Essa PEC já foi aprovada nesta Casa em 2002, quando foi lançada, pelo Tribunal Superior Eleitoral, a verticalização. Na mesma hora, o Senado reagiu e votou contrariamente a esse emenda constitucional. Por quê? Porque, na realidade, Sr. Presidente, essa emenda constitucional é profundamente antidemocrática. E ela é antidemocrática por quê? Em primeiro lugar, porque ela transforma a eleição nacional em eleição estadual

e, na verdade, ela coloca o modelo da eleição nacional para os 27 Estados da federação.

Ora, somos uma República! Cada Estado tem sua forma específica de fazer política. Partidos que podem ser adversários, em nível nacional, podem ser aliados em nível regional. Portanto, não há por que determinarmos uma política nacional, que, diga-se de passagem, é sempre a política de São Paulo, porque São Paulo é o maior Estado da Federação; São Paulo tem 25% do eleitorado; São Paulo tem 50% do PIB; e, portanto, a política de São Paulo se torna a política nacional. E, a partir daí, essa política nacional é transformada em política regional.

Então, o que os Deputados Estaduais, os Deputados Federais, os Senadores de Roraima, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul ou do Rio de Janeiro têm a ver com as coligações que se fazem em nível estadual?

Esse não é o caminho para melhorar a política nacional. Penso que a mídia, de maneira geral, como se preocupa com a modernização da situação política do País – que, diga-se de passagem, é atrasada, é errada, precisa ser melhorada –, qualquer medida que aparentemente venha para melhorar, todos ficarão favoráveis, o que dá a impressão de que, na verdade, a Câmara fez alguma coisa errada. Infelizmente, isso não é verdade. A possibilidade de haver coligações em nível estadual, de acordo com cada política estadual, é exatamente democrática, é exatamente o que nos leva a aprimorarmos efetivamente a democracia no País.

Na próxima eleição, haverá a cláusula de barreira, com a qual vamos evoluir de forma relevante no que concerne à política brasileira. Muitos partidos não vão alcançar os 5% e, portanto, não vão ter representação no Congresso. O número de representantes no Congresso vai diminuir bastante, mas isso não impede que o partido exista, porque a possibilidade de existirem partidos deve ser livre. Porém, a possibilidade de participar do Congresso deve ser condicionada a um número mínimo de votos.

Eu gostaria de dizer que, na realidade, considero uma evolução importante e positiva a votação ocorrida ontem, na Câmara. Evidentemente, se essa votação tivesse sido feita há dois anos, a matéria teria sido aprovada por unanimidade, pois 100% dos Deputados votariam a favor do fim da verticalização.

Ontem, em período próximo à eleição, algumas situações regionais e algumas situações nacionais fizeram com que aproximadamente 100 Deputados votassem contra a queda da verticalização.

Eu gostaria de acrescentar que ontem foi um dia importante para o Congresso. Agora, eu, na política estadual de Pernambuco, assim como as Senadoras

presentes – uma, na política do Pará e outra, na política de Rondônia –, poderemos nos articular no sentido de obter uma alternativa que seja condizente com a política local e que não seja, evidentemente, uma transposição da política de São Paulo.

Algumas pessoas agora dizem, inclusive alguns Deputados, que vão entrar no Supremo. E, faltando menos de um ano para a eleição, alegam que, então, essa modificação não poderia ser feita.

O texto constitucional assegura o seguinte:

Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Portanto, na realidade, a lei não é uma emenda constitucional. Aqui está bastante claro. Se fosse uma lei, evidentemente só valeria para a próxima eleição. Mas, em se tratando de uma emenda constitucional, no momento em que for promulgada, ela vale para tudo o que vier depois dela e, portanto, para a próxima eleição.

Aliás, diga-se de passagem, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, a modificação que estabeleceu a verticalização foi feita no dia 25 de fevereiro do ano passado. Portanto, foi mais próxima da eleição até do que a votação de ontem, que foi 25 de janeiro; e isso foi uma simples decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que modifcou fundamentalmente todas as alianças que estavam previstas nos Estados e que, portanto, deveriam ser utilizadas naquele momento.

Por outro lado também, qual foi o efeito que essa decisão do Tribunal Superior Eleitoral teve e teria neste ano? Não foi evitar as coligações estaduais; foi evitar que os partidos tivessem candidatos nacionais ou que se coligassem em nível nacional. Por exemplo, o PP, que é um Partido que não teria candidato nacional, o que é que fez? Ele votou contra. Por quê? Porque ele não vai ter candidato nacional, e ele pode fazer qualquer coligação estadual. Ora, se não tenho candidato nacional, posso ter qualquer coligação estadual. Se tenho um candidato nacional ou se me coligo em âmbito nacional, então, na realidade, não posso fazer nenhuma coligação em cada Estado. Evidentemente, isso é um absurdo!

Vou dar um exemplo do PC do B – para não citar o nosso lado, mas do lado da chamada Frente Popular, do Presidente Lula. O PC do B sempre foi um aliado do PT. Então, vamos supor que o PC do B apoiasse o Presidente Lula, o que seria natural. Ele não poderia fazer coligação com nenhum outro partido, em nenhum Estado, a não ser com o PT, o que, na realidade, é um absurdo, porque o PC do B apoiar o Presidente Lula é uma tradição. Agora, não. Se ele quiser fazer uma coligação com o Presidente Lula – provavelmente o

fará –, tudo bem, mas se quiser aliar-se com o PMDB, com o PDT ou com o PTB, em algum Estado, poderá fazê-lo também.

Então, creio que foi um retrocesso da política nacional essa questão da verticalização. Não penso que isso seja certo nem para o futuro. Há muitas pessoas que dizem: “Isso não é certo agora, porque a nossa política ainda está muito atrasada”. Não. Creio que quando houver cinco ou seis partidos, quando houver fidelidade partidária, quando houver, em toda a política nacional, com um sistema de financiamento ótimo, que não gerasse problema, mesmo assim creio que a verticalização não deveria existir, porque ela é contra o princípio da Federação e é contra tudo aquilo que frisamos no âmbito da democracia.

Então, Sr. Presidente, penso que a Câmara dos Deputados fez uma votação correta e simples, e deveremos, agora, então, em cada Estado, trabalhar para que nossas coligações sejam de acordo com a realidade estadual: Rio Grande do Sul com Rio Grande do Sul; Pernambuco com Pernambuco; Pará com Pará; Santa Catarina com Santa Catarina – da Senadora Ideli, que está ali, tão simpática, agora; Rondônia com Rondônia. Assim, poderemos disputar a eleição da melhor maneira possível.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Jorge, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Senador José Jorge, não pude fazer um debate com V. Ex^a sobre esse assunto.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Se V. Ex^a quiser um aparte, eu lho concedo.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Estou presidindo a sessão neste momento, mas, particularmente, tenho um pensamento totalmente diferente. Possivelmente, faremos um debate sobre a verticalização.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pedi-lhe um aparte, mas V. Ex^a estava muito emocionado com o aparte do Senador Sérgio Guerra e não pôde me atender.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Baixasse o microfone!

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas, na semana que vem, debateremos isso.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide, que falará como Líder por cinco minutos, para uma co-

municação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno.

Em seguida, falarão os Senadores inscritos para fazer comunicação inadiável.

Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide, que falará em nome da Liderança do Governo.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) Pela Liderança do PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, infelizmente, o assunto inicial que me traz a esta tribuna na tarde de hoje não é muito agradável, mas pretendo, depois, tratar de uma boa notícia.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de fazer um registro lamentável do descaso e da falta de compromisso do Governo de Rondônia com a política de segurança pública, claramente comprovados pelo número de rebeliões que ocorrem no Estado e que são registrados, infelizmente, pela mídia nacional todos os dias.

Apenas lembrando os últimos acontecimentos, no mês de dezembro houve uma rebelião no presídio feminino. Veja bem, Sr. Presidente, que rebelião em presídio feminino é coisa que vemos em novela, mas dificilmente na vida real. No meu Estado, isso acontece.

O presídio feminino, no Estado de Rondônia, deveria ser chamado de pocilga, porque não existe a menor condição de ali permanecerem pessoas, mulheres que, em muitos casos, cometem pequenos delitos ou que apenas acompanhavam namorados ou maridos, geralmente relacionados com o tráfico de drogas. São delitos que precisam ser consertados, é preciso que essas pessoas paguem sua dívida com a sociedade, mas não naquilo que se chama de presídio feminino no Estado de Rondônia.

Nesta semana, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, pudemos assistir, por meio de toda a imprensa nacional, novamente, a mais uma rebelião no nosso Estado, desta feita em Ji-Paraná, a segunda maior cidade de Rondônia, que resultou, lamentavelmente, em mortes. Quatro pessoas morreram: três presidiários e um agente penitenciário no cumprimento de seu dever.

Quero, Sr. Presidente, fazer esse registro e comunicar ao Governador do Estado de Rondônia, Ivo Cassol, que estamos dispostos a somar forças com a Secretaria Nacional de Segurança Pública e o Ministério da Justiça para que coisas dessa natureza não se repitam mais em nosso Estado.

Já houve massacre no presídio Urso Branco, onde presos decapitaram um detento e brincaram de bola com a sua cabeça. É lamentável que coisas desse tipo continuem acontecendo num Estado tão rico como Rondônia, que tem tanta perspectiva de desenvolvimento.

Também quero lamentar, Sr. Presidente, a morte de cinco índios Pakaás Novos, ocorrida em acidente rodoviário na estrada de Rondônia. Infelizmente, isso acontece porque há uma distância muito grande entre a política de atendimento às populações indígenas e a realidade. Se houvesse uma aproximação maior no tratamento de saúde para aqueles indígenas, certamente essas pessoas, entre elas uma criança, não teriam falecido.

Senador Flexa Ribeiro, o meu tempo é muito curto. Terei o maior prazer em ouvi-lo se V. Ex^a for breve.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Fátima Cleide, serei bastante breve. Solidarizo-me com o pronunciamento de V. Ex^a, que aborda um tema da maior importância. Penso ser necessário, realmente, que os presídios não se tornem universidades do crime, onde, ao invés de se ressocializar o detento, este é transformado em um monstro que volta ao convívio da sociedade para cometer novos crimes. Faço um convite a V. Ex^a. Daqui a pouco, farei pronunciamento sobre um projeto pioneiro do Governo do Estado do Pará, inaugurado sexta-feira passada, chamado Fábrica Esperança, o qual visa, exatamente, ao atendimento dos egressos do sistema penitenciário, a fim de requalificá-los e inseri-los no mercado de trabalho. Solidarizo-me com V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Agradeço-lhe o aparte. Desejo que o Estado do Pará tenha, realmente, muito sucesso com esse projeto.

Sr. Presidente, quero-me regozijar com meus conterrâneos rondonienses ou rondonianos, principalmente com os de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, onde nasci, que estão, neste mês de janeiro, celebrando duas datas muito importantes: no dia 04 de janeiro, a cidade de Porto Velho completou 91 anos de implantação, e, no dia 24 de janeiro, o nosso Estado de Rondônia completou 24 anos de instalação. Trata-se de um Estado com uma história belíssima, de muitas lutas.

Devido ao pouco tempo de que disponho, infelizmente não tenho como completar meu discurso, mas eu gostaria de pedir à Mesa que o registrasse na íntegra, saudando todo o povo do Estado de Rondônia e de Porto Velho, que, neste momento, vive a perspectiva de ser uma feliz cidade, sob a administração do Prefeito Roberto Sobrinho.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigada.

SEGUE, NA ÍNTREGA, DISCURSO DA SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE.

Senhor Presidente,

Senhoras e senhores parlamentares,

Venho a esta tribuna hoje para prestar uma homenagem: minha terra natal, a linda Rondônia, e minha querida cidade de Porto Velho – que me viram nascer e crescer, brincando sob o sol e a chuva, nas praias e barrancos do rio Madeira.

No dia 4 de janeiro de 2006, comemoramos 24 anos de instalação do estado de Rondônia. E no dia 24, comemora-se a instalação do município de Porto Velho, a capital dos rondonienses.

Permitam-me, portanto, saudar a minha terra e a gente de lá, compartilhando com meus companheiros e companheiras de Parlamento e com o povo brasileiro um pouco da história dessa bela moça amazônica – que brinca, trabalha e cresce no coração da América do Sul – a minha Rondônia.

Senhoras e senhores,

Anil, cacau, baunilha, salsaparrilha, cravo, canela e pau-brasil – entre outras especiarias – eram o tesouro deste eldorado cercado pelos estados do Amazonas, Mato Grosso, Acre e a vizinha nação boliviana.

Envolta em clima equatorial, com chuvas abundantes, dois terços de Rondônia são floresta amazônica. E o cerrado veste seus pontos mais altos – a chapada dos Parecis e a serra dos Pacaás.

No início do século XVII, aventureiros ingleses, franceses e holandeses chegaram àquele paraíso tropical e ali encontravam os Karipuna, Pakaás Novos, Karitiana, Tupari, Makurap, Jatobi, Kaxacart Uru-Eu-Wau-Wau, Tubarão-Latundé, Puruborá, Cinta Larga, Suruí o povo Gavião, o povo Arara – e sabe Deus quantos outros povos, que atravessaram os milênios, guardando a abundância que fecundou e gestou a Rondônia de agora.

As primeiras frentes de colonização a alcançar a região do Alto Madeira datam de 1637 e de 1647. Eram as Expedições de Limites de Pedro Teixeira, que partiu de Belém do Pará, e a de Antônio Raposo Tavares, que saiu de São Paulo.

No começo do século XVIII, descobriram-se grandes jazidas de ouro no rio Coxipó-Mirim, afluente do rio Cuiabá. Uma delas chegou a produzir dezesseis toneladas de ouro em um mês.

Começava ali o Ciclo do Ouro na região, atraindo gente dos quatro cantos do mundo.

São dessa época a fundação da feitoria de Pouso Alegre, às margens do rio Guaporé, e a construção do Real Forte do Príncipe da Beira.

Como não podia deixar de ser, a exploração desenfreada exauriu as jazidas de ouro na região do Guaporé e provocou um êxodo populacional de graves proporções do final do século XIX.

Aí veio a borracha: a produção de borracha silvestre, em larga escala, despontou na Amazônia na segunda metade do século XIX. Inaugura-se, então, o Ciclo da Borracha que atraiu milhares de trabalhadores, principalmente nordestinos brasileiros foragidos da grande seca de 1877.

Seringueiros e seringalistas navegavam os rios Madeira, Jamary, Machado, Guaporé e Mamoré, vasculhando a floresta em busca de látex, construindo novos núcleos urbanos.

O látex riqueza da Amazônia que povoou o Vale do Guaporé, demandou a implantação da estrada de ferro Madeira-Mamoré, com o objetivo de permitir o escoamento da produção da Bolívia.

Em 20 de abril de 1870, através do Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comercio e Extradição, firmado entre o governo brasileiro e a República da Bolívia, foi autorizada a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

As dificuldades de construção e operação de um porto fluvial, em frente aos rochedos da cachoeira de Santo Antônio, fizeram com que construtores e armadores utilizassem o pequeno porto amazônico localizado 7km abaixo, em local muito mais favorável.

Era chamado por alguns de “Porto Velho dos Militares”, numa referência ao abandonado acampamento da guarnição militar que ali acampava durante a Guerra do Paraguai, ou “Porto do Velho” como conta lenda corrente em minha cidade.

Em 15 de janeiro de 1873, o Imperador Pedro II assinou o Decreto-Lei nº 5.024, autorizando navios mercantes de todas as nações a subirem o rio Madeira.

Em decorrência, foram construídas modernas facilidades de atracação em Santo Antônio, que passou a ser denominado “porto dos vapores” ou, no linguajar dos trabalhadores, “podo novo”.

O Porto Velho dos militares continuou a ser usado por sua maior segurança, apesar das dificuldades operacionais e da distância até Santo Antônio, ponto inicial da Estrada de Ferro Madeira_Mamoré.

Assim, depois de anos e anos de sacrifícios e muita teimosia, finalmente concluiu-se a ferrovia em 1912. E, como desde 1907, usava-se o velho porto para descarregar materiais para a obra, decidiu-se, afinal, que o ponto inicial da ferrovia seria aquele que recebeu o nome de Porto Velho – hoje, a capital de Rondônia.

Índios, nordestinos brasileiros, portugueses, espanhóis, italianos, russos, cubanos, mexicanos, porto-riquenhos, libaneses, sírios, norte-americanos, antilhanos, granadenses, tobagüenses, barbadianos, noruegueses, poloneses, chineses e indianos – mais de vinte mil operários, trabalharam na construção da

estrada de ferro e deixaram sua marca na composição de uma nova identidade.

No entanto, o declínio do Ciclo da Borracha provocou, lenta e gradualmente, a desativação da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Até que, em 10 de julho de 1972, foi desativada definitivamente.

Em 1943 é constituído o Território Federal do Guaporé, com capital em Porto Velho, mediante o desmembramento de áreas pertencentes aos estados de Mato Grosso e Amazonas.

A intenção era apoiar mais diretamente a ocupação da região.

Em 17 de fevereiro de 1956, passa a se chamar Território de Rondônia, com uma economia primária, restrita à extração de borracha e de castanha-do-Brasil.

É a partir das décadas de 60 e 70 que ocorre o crescimento acelerado que conhecemos hoje:

A política de incentivos fiscais e os intensos investimentos do governo federal em projetos de colonização dirigida estimularam a migração, principalmente oriunda do Centro-Sul.

O fácil acesso à terra boa e barata atrai grandes empresários da agropecuária, da indústria madeireira e mineradora, e acelera o aumento populacional. Entre 1960 e 1980, a população cresce quase oito vezes, passando de 70 mil para 500 mil habitantes.

Finalmente, Rondônia ganha a condição de estado em 22 de dezembro de 1981 – e instala-se como tal em 4 de janeiro do ano seguinte.

Atualmente, Rondônia tem uma pecuária que soma cerca de 10 milhões de cabeças de gado, população perto de 1 milhão e 500 mil habitantes e 35% de seu território – equivalente ao do Estado de São Paulo – é formado por unidades de conservação (parques federais, reservas extrativistas e indígenas, parques estaduais e reservas biológicas).

Já Porto Velho – instalada como município em 24 de janeiro de 1915 – para nosso orgulho, hoje irradia para todo o estado a experiência petista de gestão democrática e participativa, sob a direção do nosso prefeito Roberto Sobrinho.

Senhor Presidente,
Senhoras e senhores,

A bela e jovem Rondônia viveu uma infância de exploração desenfreada, sujeita à febre intermitente do ouro, da borracha e da madeira.

Viveu, como adolescente, o conflito intenso de sua diversificada composição populacional, da construção de sua identidade e a revelação de suas generosas vocações.

Hoje, recém chegando à fase adulta, Rondônia é feita de beleza e pujança – ambiental, econômica e cultural. E verte sua força e sua esperança pelos rios

e artérias da Amazônia, fazendo pulsar mais forte o coração da América do Sul.

Rondônia merece e tem, o meu respeito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senadora Fátima Cleide, quero cumprimentá-la, porque cumpriu rigorosamente o tempo, que, aliás, sobrou.

V. Ex^a será atendida, na forma do Regimento, em relação ao restante do seu pronunciamento.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti, do PT do Estado de Santa Catarina.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos e de mais dois minutos, se for necessário.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Agradeço-lhe muito, Sr. Presidente. A sessão é catarinense neste momento, não é isso?

No dia de hoje, a **Folha de S.Paulo** publicou um artigo de minha autoria a que eu gostaria de me reportar desta tribuna.

Temos um debate eleitoral extremamente antecipado. O debate eleitoral, o acirramento eleitoral já está posto neste País desde o ano passado. Passamos o ano de 2005 praticamente vivenciando o clima eleitoral de enfrentamento entre as forças políticas e, obviamente, até outubro deste ano, vamos ter um aquecimento acentuado do cenário político no País. O debate sobre o processo eleitoral – é claro – se reporta às perspectivas que estão apresentadas para a reeleição do Presidente Lula, em termos, é claro, de assuntos internos, de questões internas relativas às políticas públicas adotadas. Portanto, o resultado das políticas públicas adotadas é que vai nortear todo o debate, que, tenho certeza, vai se concentrar, inclusive, em termos comparativos: quem colocou o País para crescer, quem gerou mais emprego, quem produziu mais habitação, saneamento, estradas, infra-estrutura, políticas de inclusão, ampliação das universidades...

Aliás, agora, às 16h30, o Presidente Lula vai apresentar o Plano de Expansão do Ensino Profissionalizante.

Vamos debater essas questões, fazendo o confronto, as contraposições e discutindo com a população brasileira, obviamente, se a população quer continuar na lógica, que é a marca do Governo Lula, que é: crescer distribuindo riqueza.

Há poucos instantes, assistindo, pela TV, ao depoimento do Ministro Antonio Palocci, na CPMI dos

Bingos, estava lá o índice de desemprego: 8,3%. Não lembro há quanto tempo não tínhamos um índice de desemprego dessa magnitude. Salário mínimo: o maior poder de compra dos últimos 25 anos. O reajuste de 8% na tabela do Imposto de Renda vai permitir que aproximadamente meio milhão de pessoas sejam excluídas do pagamento do Imposto de Renda. Portanto, a marca para a questão interna do Brasil, de crescer distribuindo riqueza, está na afirmação do Presidente Lula de que é um Governo que coloca o povo no Orçamento. Essa é a lógica do Governo, e é isso que vamos debater. Só que, nesta eleição, precisaremos também pensar para além das fronteiras brasileiras. E é essa a reflexão que trago no artigo que está na **Folha de S.Paulo** de hoje, porque, além daquilo que interessa para o cotidiano do povo brasileiro, para os destinos desta Nação, em termos de crescimento, distribuição de riquezas, soberania, condições e desenvolvimento, de retomada efetiva de um desenvolvimento sustentável, a posição que o Brasil adotou nos fóruns internacionais é absolutamente relevante, posição essa que o processo eleitoral deste ano vai exatamente sinalizar se terá ou não continuidade. Porque a política externa adotada pelo Presidente Lula foi profundamente diferenciada da política adotada pelos governos anteriores. Digo isso por conta das disputas comerciais, as grandes disputas comerciais que estão em jogo no mundo atualmente. Então, a posição do Brasil ao articular o G-20, ao fazer os enfrentamentos na Organização Mundial do Comércio pelo fim do subsídio aos produtos agrícolas, a questão da articulação Brasil, Rússia, Índia e China nos enfrentamentos, a última Rodada de Doha, em que a posição do Brasil articulando mais de 150 países emergentes para que o acordo saísse, com a previsão do fim dos subsídios agrícolas assinado, como resultado da Rodada, isso terá continuidade. Essa posição de enfrentamento e de articulação nas questões comerciais de grande repercussão e de grande interesse dos países emergentes, é claro, vai depender da continuidade ou não da posição adotada pelo Brasil a partir do Governo Lula.

Outra questão para além de nossas fronteiras é termos em mente o que está acontecendo na América Latina. Lula, Kirchner, Tabaré Vasquez, Evo Morales e, mesmo sendo uma eleição de continuidade, mas dentro de um contexto, modifica, de forma significativa, a eleição da Bachelet. A perspectiva que está colocada no México, de o Prefeito da Cidade do México, que tem posição muito clara de centro-esquerda, ganhar, o Labrador. No próprio Peru, quem está liderando as pesquisas eleitorais é uma posição nacionalista. A perspectiva na Colômbia, inclusive de articulação dos partidos, de poder derrotar o direitista Uribe. A eleição,

que será a única de todas as acima citadas a acontecer depois da do Brasil, será a da Venezuela, que deve dar continuidade ao Governo do Chávez. Então, temos, hoje, em termos de América Latina, um cenário de fortalecimento de posições de centro-esquerda, como há muito tempo na América Latina não tínhamos, num posicionamento adotado, consequência da visão estratégica do Presidente Lula...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu pediria mais uns minutinhos.

...de reaglutinação e de fortalecimento do Mercosul e de toda essa articulação com os demais países da América Latina.

Quando o Presidente Lula, na semana passada, recebeu o Presidente Kirchner e o Presidente Chávez para um debate a respeito de temas como a discussão de um banco de fomento e desenvolvimento dos países latino-americanos e para os países latino-americanos, essa é uma visão estratégica de que este continente tem a sua lógica, tem os seus interesses e precisa ter instrumentos de financiamento dessa lógica e dessa perspectiva de desenvolvimento.

Quando os Presidentes Kirchner, Lula e Chávez se reuniram, na quinta-feira passada, para discutir a questão do gasoduto que vai cruzar toda a América Latina, saindo da Venezuela, passando pelo Brasil e chegando até a Argentina, permitindo que o gás, essa questão estratégica da energia, esteja articulada entre todos os países interessados num desenvolvimento integrado neste nosso continente, é exatamente dentro dessa lógica de fortalecimento do desenvolvimento dessa grande região que sempre sustentou o desenvolvimento do planeta. Daqui foram tiradas, durante séculos, as riquezas e houve a exploração do povo latino-americano. É exatamente isso que está em jogo. A eleição no Brasil tem ingredientes para além das nossas fronteiras como há muito tempo não estava posto, tanto nas grandes questões do comércio internacional, seja na OMC, seja na articulação do G-20 na briga contra os subsídios agrícolas, como no fortalecimento da ótica, da lógica do desenvolvimento dos povos latino-americanos.

Por isso que esta eleição do Brasil tem ingredientes que interessam a milhões, não somente aos brasileiros, mas de todo o universo, de todo o planeta, na lógica de serem os povos dos países emergentes, os povos dos países em desenvolvimento valorizados e respeitados nas relações comerciais e políticas em todo o nosso planeta.

Agradeço a gentileza do meu Colega catarinense, que me permitiu completar o raciocínio que trouxe à tribuna.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Fizemos aqui um complô catarinense. V. Ex^a poderia falar por mais tempo, porque nós lhe daríamos os minutos necessários para que V. Ex^a expressasse o seu pensamento.

Convidamos o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, para uma comunicação inadiável. Após a fala de S. Ex^a, passaremos à Ordem do Dia.

O SR. PAULO PAIM (PT – RS) – Sr. Presidente, fiz uma troca com a Senadora Serys Sthessarenko.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Pois não.

Então, o próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro. (Pausa.)

S. Ex^a justificou que foi chamado para a Comissão de Orçamento.

Vamos voltar para a lista de oradores.

Concedo a palavra à próxima inscrita, de Belém do Pará, Senadora Ana Júlia Carepa, representando o Partido dos Trabalhadores.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, aqueles que nos ouvem e os que estão presentes, abordarei dois assuntos. Infelizmente, inscrevi-me diversas vezes nesta semana, mas só hoje tive a oportunidade de falar. Ontem, ficamos aqui até às 23 horas discutindo e votando matérias importantes, não só medidas provisórias mas, principalmente, emendas constitucionais.

Não pude ontem falar sobre o salário mínimo, mas é com grande alegria que hoje subo à tribuna para parabenizar, sim, o Governo Lula por esta iniciativa em relação ao salário mínimo.

Participei ontem, juntamente com o Senador Paulo Paim e com outros Senadores e Deputados Federais, do debate com o Ministro do Trabalho na Comissão Especial para discutir o salário mínimo, Comissão essa que está discutindo e ouvindo não só os setores do Governo, mas prefeituras, governos estaduais, entidades dos trabalhadores, universidades e entidades patronais, enfim, a sociedade como um todo.

Mas eu não poderia deixar de registrar que essa é uma decisão que vai beneficiar diretamente 24 milhões de trabalhadores e beneficiários da previdência e assistência social que recebem exatamente um salário mínimo, sem falar nesses 40 milhões de trabalhadores e beneficiários da previdência e assistência social que recebem até um salário. E mais ainda, isso se deu de forma inédita e democrática, respeitando os interes-

ses de todos os envolvidos, que se sentaram à mesa juntamente com o governo para a assinatura de um compromisso do Governo com as centrais sindicais e discutiram as bases concretas do reajuste, como, por exemplo, a antecipação do reajuste do salário mínimo, no caso deste ano, de maio para abril.

É uma decisão corajosa, Senador Paim, pois é muito fácil falar que essa é uma atitude eleitoreira. É o que mais temos ouvido ultimamente, principalmente por parte dos críticos, inclusive de muitos que passaram pelo Governo e não tiveram a coragem nem de fazer isso. Eu gostaria de perguntar: será que, em ano eleitoral, não se pode fazer benefício algum para o povo? É o que me pergunto. Para quê? Para que sejam usados, eleitoralmente, também imagens e números para dizer que não se fez. Aí não é eleitoreiro? Como aqui o mais bobinho se elegeu Senador, não vamos achar que o povo brasileiro vai deixar de compreender que, num ano de eleição, ninguém pode fazer nada, que os governos não podem fazer nada.

Pela lógica, quem recebe salário mínimo não pode esperar. É sabido por todos que, historicamente, o poder aquisitivo do salário mínimo vem diminuindo ao longo dos anos. Rompemos de forma significativa esse ciclo. Em quatro anos, o salário mínimo acumula um ganho real de 24,25%.

Foi o maior índice dos últimos 20 anos neste País. Temos hoje o maior salário mínimo real dos últimos 20 anos! Quem quiser conferir e tiver acesso à Internet, pode checar na minha página, onde fiz questão de inserir uma série de tabelas comparativas do Ministério do Trabalho. Elas não deixam dúvidas. No Governo Lula, o valor nominal do salário mínimo aumentou 75%, de R\$200,00, em janeiro de 2003, para R\$350,00 com essa proposta. Se compararmos em dólares, àquela época o salário mínimo valia em torno de US\$56 e, atualmente, passa a valer cerca de US\$155,5. Isso representa um aumento de 152% do poder aquisitivo. E, mesmo admitindo que o dólar esteja subvalorizado, francamente, não está 152% subvalorizado.

Para não deixar dúvidas, eu queria apresentar outra comparação, utilizando outro índice, mais próximo da realidade dos brasileiros, que é valor da cesta básica. Segundo dados do Dieese, o salário mínimo de R\$350,00 é o que tem o melhor poder de compra nos últimos 27 anos, se for levado em conta o valor da cesta básica. O mínimo de abril será suficiente para comprar 1,91 cesta. O ano que mais se aproxima de

2006 é 1982, 24 anos atrás, quando o salário mínimo comprava 1,83 cesta básica.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permita-me, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Já, já, Senador Mão Santa.

Vale lembrar o impacto que esse aumento terá na economia: teremos uma ampliação em R\$11 bilhões da massa de rendimentos em 2006, dinheiro que será injetado na economia por meio da aquisição de bens e serviços. O efeito multiplicador do aumento do salário mínimo não pode ser ignorado. E àqueles que protestam sobre o custo que vai ser repassado para a classe média, respondo que não é verdade, pois devemos considerar que a tabela do Imposto de Renda também foi reajustada em 8%. Ao diminuir a mordida do Leão, a classe média terá, certamente, mais renda disponível.

Por outro lado, é verdade que esse aumento acarretará dificuldades financeiras para algumas pequenas prefeituras – não somos ingênuos. Falo isso porque prefeitos do meu Estado do Pará, prefeitos de cidades realmente pequenas, cujas existências até se poderia questionar, porque mal conseguem se sustentar, eles terão, sim, dificuldades, já nos disseram isso. Mas a política, como a vida, é feita de escolhas. Não podemos ir sempre pelo caminho mais fácil e ignorar o compromisso que temos com a sociedade e com os trabalhadores brasileiros. Temos que buscar alternativas para esse impasse entre as finanças municipais. E nós mesmos aprovamos aqui, no final do ano passado, a MP do Bem, que permitia estender a renegociação da dívida do INSS das prefeituras, o que vai beneficiar, com certeza, e permitir até que as prefeituras tenham maior capacidade de pagamento.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Ana Júlia Carepa, a figura de V. Ex^a encanta a todos não só do Pará, mas do Brasil. Estive com V. Ex^a no Chile. Refiro-me ao Chile, porque lá a Presidenta hoje é uma mulher: Bachelet. Pensando nesses fatos, nessa história do PT, se Lula será candidato ou não, V. Ex^a seria uma boa Presidenta da República.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a perdeu a Prefeitura de Belém, mas Fernando Henrique Cardoso perdeu a de São Paulo. O destino é quem sabe. Vamos agora ao debate. Estamos do lado do Senador Paulo

Paim. A luta é de todos nós. Houve uma melhoria do salário mínimo, haja vista que, quando entramos nesta Casa, era menos de US\$100,00. Nós todos empunhamos essa bandeira ao longo dos anos, defendida principalmente por Paulo Paim. Atentai bem! V. Ex^a está sabendo que o aposentado não vai receber o salário? Que o pensionista também não vai recebê-lo? V. Ex^a deve lembrar-se de que o salário do funcionalismo público, hoje aviltado, há mais de dez anos não foi atualizado. V. Ex^a nos lembra a bancária trabalhadora, honrada, honesta e bela – V. Ex^a foi misse. Fiquei perplexo ao ver um edital de concurso para técnicos do Banco do Brasil: menos de R\$300,00. Para banqueiro, o trabalhador é desvalorizado, enquanto todos os bancos do mundo têm a primazia e os melhores ganhos. Isso é para reflexão. E que isso incentive a lutar, a conquistar as maiores lideranças do PT, porque isso é bom para a democracia e para o Partido de V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Eu quero dizer que não é o salário mínimo que nós gostaríamos que fosse. Gostaríamos que fosse bem maior. É óbvio que sim. No entanto, deixar de reconhecer, Senador Paulo Paim, que nós tivemos, sim, um reajuste de salário mínimo que é histórico nos últimos 20 anos no Brasil? Deixar de reconhecer que esse salário vai injetar, na economia, a possibilidade e a chance de aumentar a capacidade de compra do brasileiro? Com certeza, quando se aumenta essa capacidade, há uma melhora.

Só para dar números reais, números concretos: de feijão, em quilos, se compravam 63 quilos; será possível comprar 133 quilos; sacos de cimento – sabemos que a população mais simples faz a sua própria casa, que ela compra o cimento –, 21 sacos. Esses valores consideram São Paulo. De arroz, compravam-se 131 quilos em janeiro de 2003; agora, 257 quilos de arroz vão poder ser comprados com esse salário mínimo.

Então, estamos falando, concretamente, de melhoria para a população e para aqueles que mais necessitam.

Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Júlia. Concordo com os números e com as colocações de V. Ex^a, quando faz um estudo comparativo entre o crescimento e o aumento real do salário mínimo. Isso aqui, ontem, foi amplamente debatido. O Senador Aloizio Mercadante deu conhecimento desses números todos, e não discutimos isso,

até porque são números inquestionáveis. Acredito que todos, não só no governo passado como neste, gostaríamos de aumentar, no limite da possibilidade, o salário dos trabalhadores. No entanto, Senadora Ana Júlia, em vez de o Governo do Presidente Lula tomar como bandeira o fato de ter dado esse aumento para R\$350,00, deveria pedir desculpas ao trabalhador brasileiro por não ter cumprido a promessa de campanha que fez em palanque, de forma irresponsável, assumindo com os trabalhadores brasileiros que iria dobrar, em valores reais, o salário mínimo. E ficou apenas em 27,4% de aumento real de salário mínimo, abatida a inflação. Então, houve ganho? Houve. Houve crescimento? Houve. Lamentavelmente, não houve cumprimento da promessa de campanha!

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Está certo! Daqui a pouco, vou falar sobre esse tema de promessa de campanha, Senador, pois penso ser verdade que, nem sempre, os governantes cumprem *ipsis litteris*...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senadora, vou conceder mais dois minutos para V. Ex.^a falar em nome do Brasil e do Pará.

A SR.^a ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – É natural que, *ipsis litteris*, muitas vezes algumas questões não possam ser alcançadas. Nem por isso, pode-se deixar de reconhecer que se fez muito mais do que outros fizeram, outros que querem ter a coragem de voltar, mesmo já tendo tido a oportunidade, sem que o tenham feito.

Contudo, há uma chance para o Estado do Pará, e V. Ex.^a é do mesmo Estado que eu. A lei atual permite que qualquer um dos 27 governadores ou governadoras reajustem o salário mínimo a maior; nada impede. Portanto, proponho a V. Ex^a, que é do PSDB, que reúna a Bancada, pois o Governador do Estado, do PSDB do Pará, tem amplíssima maioria na Assembléia Legislativa e poderá aprovar, com certeza, um salário mínimo bem maior.

Portanto, bater nessa tecla não vai fazer com que o povo brasileiro, principalmente esses que estão sendo incluídos, deixe de perceber as melhorias reais que têm acontecido neste País.

Na semana passada, falei sobre o aniversário de Belém e quero dizer da imensa deceção, Senador Paulo Paim, que está sendo a administração da Prefeitura de Belém; um verdadeiro fiasco, principalmente em uma das áreas mais importantes, a da saúde. Duas obras importantes foram esquecidas: o pronto-socor-

ro da Sacramento e a Casa de Saúde Mental, obras iniciadas, pronto-socorro, inclusive bastante avançado – seria o terceiro da cidade –, mas o Prefeito abandonou, porque segue a lógica de que o que não é dele não presta; e foi se meter a comprar um hospital velho que está sendo...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Nobre Senadora, V. Ex^a já ultrapassou o seu tempo em cinco minutos. A Mesa concede a V. Ex^a mais um minuto para terminar o seu pensamento.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Obrigada. Depois, pedirei para considerar o restante do meu discurso como lido.

Comprou um hospital velho por um preço superfaturado, está sendo questionado pelo Ministério Público, as obras do pronto-socorro da Sacramento estão paradas, as obras da Casa de Saúde Mental, da Almirante Barroso, estão paralisadas; médico 24 horas que ele prometeu na campanha; mal há médico durante o dia. Que dirá 24 horas!

Infelizmente, além de tudo, havia vários pontos aqui. O trânsito é um fiasco, o projeto Via Metrópole não saiu do papel. A única obra de que ele fala é entroncamento, que não é obra da Prefeitura. O projeto foi feito pela Prefeitura quando eu era vice-Prefeita, e é um projeto do Ministério dos Transportes do Governo Federal.

E ainda conseguiu acabar com o carnaval, uma manifestação cultural que, se, no seu Estado, for acabar, o povo vai se revoltar. Não é isso, Senador? Pois ele conseguiu acabar com o carnaval. Então, quero dizer que é lamentável.

Peço que o restante do meu discurso seja dado como lido, mas quero dizer que, infelizmente, Belém, a nossa capital, a nossa metrópole da Amazônia, hoje, está sendo administrada de uma forma em que o povo está indignado, principalmente com isto: depois de ser construído um espaço maravilhoso, a Aldeia Cabana, o Espaço Davi Miguel, um grande carnavalesco da nossa terra. Belém já teve o terceiro carnaval do Brasil. Depois de ter esse espaço, ele conseguiu acabar com o carnaval, acabar com a manifestação do povo, porque quem vai assistir ao carnaval é o povão. A classe média vai em alguns Municípios, mas o povão não vai. Infelizmente, é isso o que está acontecendo em nossa Belém.

Eu gostaria fosse dado como lido o meu pronunciamento.

Muito obrigada.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DA SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA

Sen: R. J. Carepa

Discurso proferido no plenário do Senado Federal em 26 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Sem rumo. Essa é a impressão que temos sobre a prefeitura de Belém. E, infelizmente para nós, cidadãos e cidadãs paraenses, uma das principais mostras da inépcia administrativa surge exatamente em uma das áreas mais críticas e dignas de atenção na cidade: a saúde. Em um setor onde as políticas devem ser de médio e longo prazo, a prefeitura teve três diferentes secretários municipais de saúde em apenas um ano.

Com isso, evidentemente promessas como “Médicos 24 horas” nas unidades de saúde foram esquecidas. Mais grave, projetos que já estavam em andamento, como a construção da “Casa Mental”, na Av. Almirante Barroso, e o pronto-socorro da Sacramento, estão parados. A prefeitura tem sido questionada pelo Ministério Público na compra, sem licitação e por um preço exorbitante, de um hospital privado em péssimas condições.

O prefeito Duciomar Costa personifica a ultrapassada e perversa política de “política que não é minha é ruim”. Com isso, foi extinta a bolsa-escola de um salário mínimo financiada pela prefeitura; despejou-se da Granja Modelo o projeto “Sementes do Amanhã”, e formas de participação popular como o orçamento participativo, espaço de debate de reivindicações populares, foi simplesmente aniquilado.

O projeto “Via Metrópole”, que mudaria o trânsito da cidade, não saiu do papel. A única mudança visível na política de trânsito foi a recente demissão do presidente da CTBEL. A grande obra de trânsito que se realiza hoje em Belém , no Entroncamento, foi planejada quando eu ainda era vice-prefeita e é financiada com recursos do Governo Federal, por meio de emenda de bancada.

Outra demonstração de incompetência é o caso da Vila-da-Barca. Desde 2005, existem depositados na CEF oito milhões de reais para urbanizar aquela área, recursos que me empenhei pessoalmente para viabilizar. Até hoje, a prefeitura não conseguiu iniciar as obras.

Mas a prova de incompetência deste governo que tem doído nesse momento é relativa ao carnaval, manifestação inequívoca da nossa cultura popular: um ano depois de assumir a Prefeitura, Duciomar não conseguiu elaborar nenhuma proposta de revitalização da relação entre a administração e os blocos e escolas de samba. Vai conseguir acabar de vez com o desfile daquele que já foi o terceiro maior carnaval do Brasil.

Esses são apenas alguns exemplos da incapacidade de governar para a sociedade, com miopia e em detrimento do bem público. Espero francamente que essa administração tome rumo, consiga tocar as obras que são necessárias, promover o desenvolvimento de que necessitamos. Senão, corre-se o risco de passarmos mais três anos com políticas pífias, de retrocesso, em vez do essencial e esperado desenvolvimento da cidade.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senadora Ana Júlia Carepa, V. Ex^a será atendida nos termos do Regimento, para que todo o seu pronunciamento fique registrado nos Anais desta Casa.

Temos ainda três oradores. O primeiro orador inscrito, conforme a lista, é o Senador Flexa Ribeiro, seguido pelo grande Senador Mão Santa e pelo Senador Paulo Paim, do Rio Grande do Sul.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que tão bem representa o Estado do Pará e o nosso País aqui no Senado Federal. V. Ex^a dispõe de dez minutos, com a tolerância de mais dois. Para equipar ao tempo do pronunciamento da Senadora Ana Júlia Carepa, poderemos conceder um pouco mais, se necessário.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan, Sr^{as}s e Srs. Senadores, volto à tribuna para fazer um registro à Nação brasileira e em especial ao povo do meu querido Pará.

Senador Paulo Paim, há uma semana, na sexta-feira passada, tive a felicidade de participar da inauguração da Fábrica Esperança em Belém. A fábrica, Senadora Ana Júlia, não produzirá aço, alumínio, celulose, máquinas ou automóveis. Não: vai fabricar cidadania, dignidade.

Sr. Presidente Leonel Pavan, ao longo de minha vida, participei de centenas de inaugurações, mas nenhuma me causou emoção tão grande como a inauguração desse projeto, que envolve um valor em reais até pequeno, mas que é de uma importância enorme para a restauração da dignidade humana.

Quero, então, nesta oportunidade, parabenizar o Governo do meu Estado pela iniciativa de inaugurar a Fábrica Esperança, que vai empregar, apenas no primeiro ano de funcionamento, quatrocentos egressos do Sistema Penitenciário paraense, garantindo a eles não só renda – como o Senador Mão Santa, digo: atentai!, mas também cidadania.

Ainda há pouco, nesta tribuna, tivemos o pronunciamento da Senadora Fátima Cleide, que chamava a atenção para uma rebelião que havia ocorrido em Rondônia. São exatamente projetos dessa magnitude que evitam desastres como o ocorrido em Rondônia e que ocorrem no Brasil todo.

Desde setembro do ano passado, um grupo de egressos já está integrado ao projeto, experimentalmente, através de um convênio firmado entre a Escola de Produção e Trabalho do Pará (EPTP) e a Fábrica Esperança. O treinamento foi realizado em etapas, e cada participante recebeu uma ajuda de R\$150 mais o vale-transporte.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a iniciativa é pioneira no Brasil. O Pará é o primeiro Estado

a seguir as exigências da Lei de Execuções Penais, que obriga os Estados a darem assistência a ex-presidiários depois do cumprimento da pena ou enquanto estiverem no período de prova do indulto ou liberdade condicional.

Segundo o artigo 26 da Lei de Execução Penal, considera-se egresso, em primeiro lugar, o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento penal; em segundo lugar, o liberado condicional durante o período de prova do livramento condicional.

Senador Sibá Machado, fico bastante feliz em ver V. Ex^a aqui, já que na quinta-feira falávamos sobre um assunto que diz respeito a isso a que estou me reportando aqui: a inauguração da Fábrica Esperança no Pará. V. Ex^a irá entender por que fiz essa breve pausa em meu pronunciamento para fazer uma associação com o assunto sobre o qual falávamos na quinta-feira: não dar o peixe, mas ensinar a pescar.

A Fábrica Esperança abrigará uma unidade de uniformes em tecidos e em malharia; uma outra unidade produzirá bolas esportivas; já outra fará serigrafia para tecidos e para bolas; e haverá ainda uma cozinha industrial com restaurante popular, que terá capacidade para atender até duas mil pessoas no sistema rotativo.

Tive a felicidade de participar da inauguração da Fábrica Esperança. Quero aqui – disse e repito – parabenizar o Governador do Estado, Simão Jatene; o Secretário Especial de Defesa Social, Manoel Santino Júnior; a Secretária Especial de Gestão, Tereza Cativo, e o Superintendente do Sistema Penal, Alyrio Sabbá.

Senador Paulo Paim, na ocasião, o egresso Antônio Carlos Rodrigues Barroso emocionou a todos ao declarar a sua satisfação em fazer parte do projeto. Segundo Barroso, a fábrica – cito literalmente as suas palavras – “é uma experiência abençoada que Deus colocou no nosso caminho, no momento, que mais a gente precisa de uma oportunidade”.

O ex-presidiário fez questão de lembrar o quanto é importante a ajuda que o Governo do Pará está dando as duzentas pessoas que participam da primeira etapa do projeto de ressocialização – o total de atendimento são 400 egressos – e terminou sua declaração dizendo que é muito difícil encontrar emprego novamente – é evidente. O ex-presidiário leva, lamentavelmente, um carimbo e não é aceito pela sociedade na sua reintegração. E aí ele volta a dizer – palavras textuais do ex-detento –: “Esta oportunidade que o Governo está dando deve ser agarrada com unhas e dentes. Ao passar aqui por essa fábrica será mais fácil vencer essa barreira – do preconceito – porque teremos a carteira de trabalho assinada”. Aqueles egressos que estão na

Fábrica Esperança têm carteira de trabalho assinada, o que vai facilitar, ao terminarem a sua requalificação, o seu ingresso no mercado de trabalho. Essas foram as últimas palavras do ex-presidiário ao agradecer ao Governador Simão Jatene e ao Superintendente do Sistema Penal, Alyrio Sabbá.

A propósito, esse ex-detento – é importante que o Brasil e o Pará saibam –, que foi requalificado em confecções industriais, já abriu um negócio próprio, vendendo camiseta, calções. Ou seja, ele já está realmente tendo oportunidade de melhorar sua renda e de manter sua família com dignidade.

É importante ainda destacar que os egressos que irão trabalhar no projeto Fábrica Esperança terão salário fixado por meio de acordo coletivo e futuramente também ganharão pela produção.

No momento, o piso salarial dos que estão trabalhando nas unidades de confecção de uniformes e de bolas esportivas e na serigrafia é de R\$300, que é o salário mínimo – e irá aumentar, a partir de abril, para R\$350. Já para os que estão na cozinha industrial, o piso é o da categoria: R\$370,00.

O projeto Fábrica Esperança é um esforço de vários órgãos do Estado e de instituições civis.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a grande importância do projeto é que o Governo do Estado do Pará socializará os ex-presidiários. Só em 2005, 4.827 condenados pela Justiça ganharam liberdade condicional no Pará. Desses, 715 acabaram voltando para a prisão depois de novas práticas delituosas.

Dessa forma, vemos que a geração de renda e emprego são instrumentos para minimizar o retorno dos ex-presidiários às casas penais – e esse é o objetivo da Fábrica Esperança. Se antes o Estado precisava desembolsar, todos os meses, a quantia de R\$813,00 para sustentar um egresso de presídio paraense que voltava ao crime, com o trabalho garantido, uma parcela de ex-presidiários terá o seu próprio salário.

Quanto mais egressos o Governo do Estado conseguir atender, melhor será para as finanças estaduais e para a sociedade paraense. Está previsto para este ano, somente para manter os presos que reincidiram no ano passado, o desembolso de nada menos do que R\$581 mil por mês, apenas em despesas de custeio.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, cada egresso deverá trabalhar na Fábrica Esperança por um período mínimo de um ano e terá carteira assinada, como já me referi, o que servirá como comprovante de experiência profissional.

Parabenizo o Governo do Estado do Pará, que desembolsou a quantia de R\$2 milhões para a construção da Fábrica Esperança. Tenho convicção de que a reincidência de ex-presidiários vai-se reduzir mais ainda

no Estado. Segundo dados da Superintendência Penal do Estado, a reincidência vem decrescendo: passou de 71%, em 1994, para 14,81% atualmente.

Dando continuidade ao projeto, gostaria de informar que está prevista para daqui a noventa dias a inauguração da Fábrica Esperança II. E informo que, ainda neste semestre, começa um trabalho preventivo para que jovens dos bairros da periferia da Capital paraense – Belém, tais como Guamá, Terra Firme, Bengui e Marambaia, deixem de entrar na criminalidade e, mais tarde, não se tornem futuros egressos do Sistema Penal.

Para finalizar, Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan, e Senador Sibá Machado, quero fazer-lhes um convite, como o fiz à Senadora Fátima Cleide, para visitarem esse projeto da Fábrica Esperança II.

Independentemente de coloração partidária e de questão ideológica, quando é para atender nossos irmãos, todos nós temos de procurar as experiências de êxito.

Quero convidar V. Ex^a, Senador Sibá Machado, para visitar esse projeto e tenho certeza absoluta de que terá todo apoio para transplantá-lo ao seu Estado. Sei que V. Ex^a muito luta para que o Estado do Acre se desenvolva econômica e socialmente.

Por último, concedo um aparte, se o Presidente tiver a generosidade de ampliar meu prazo, ao Senador Sibá Machado e, posteriormente, à Senadora Ana Júlia Carepa.

O Sr. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senador Flexa Ribeiro, em primeiro lugar, quero agradecer as palavras elogiosas de V. Ex^a para a minha pessoa. Já tive oportunidade de estar junto com V. Ex^a na visita àquele empreendimento do dendê, do qual tinha apenas informações de terceiros. Tive oportunidade de vê-lo de perto. Há um esforço de minha parte em tentar reproduzir uma experiência como aquela no meu Estado, por acreditar que isso realmente corresponde com o desenvolvimento dos Estados daquela região. E, na medida do possível, com uma agenda conciliada, digo que teria o maior prazer de estar com V. Ex^a. Estou ouvindo aqui que a Senadora Fátima Cleide também está aceitando o convite de V. Ex^a para que possamos ver, **in loco**, essa tão rica experiência, que, pelo olhar, pela firmeza e pela ênfase com que V. Ex^a está falando, é mais uma das boas e belas experiências que devemos contar e, quem sabe, reproduzir Brasil afora. Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Sibá Machado, é com muita honra que o Estado do Pará receberá a Senadora Fátima Cleide, de Rondônia, e V. Ex^a, do Estado do Acre.

Concedo o aparte à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador Flexa Ribeiro, quero só registrar que, assim como sempre fazemos, como quem faz críticas, como quem é da Oposição, também sabemos elogiar quando se trata de um projeto importante e concreto. Então, quero dizer que V. Exª tem meu total apoio, que é o que tem tido, nesta Casa, tudo que diz respeito ao Pará. V. Exª é testemunha disso, porque nossa Bancada tem atuado de forma unida quando se trata dos interesses do povo do nosso Estado. É óbvio que isso está acima de qualquer cor partidária.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Exª, Senadora Ana Júlia Carepa, e transmitirei ao Governador Simão Jatene os parabéns de V. Exª ao Projeto Fábrica Esperança. Quero dizer a V. Exª – não quero abusar da generosidade do Presidente, Senador Leonel Pavan – que, numa próxima oportunidade, já na terça-feira, se houver inscrição a tempo de fazer pronunciamento, gostaria de fazer um comparativo, junto com V. Exª, entre os oito anos da administração petista na cidade de Belém e o primeiro ano da administração petebista, da base do Governo do Presidente Lula, do Prefeito Duciomar Costa. Mas vamos deixar isso, até para não abusar do tempo e da paciência das demais Senadoras e dos demais Senadores, para a semana que vem.

Agradeço a V. Exª, Senador Leonel Pavan, pela extensão do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Nobre Senador Flexa Ribeiro, V. Exª cumpriu rigorosamente o tempo, tanto que tinha mais dois minutos para poder usar da palavra.

Concedo, agora, a palavra – vou buscar lá no Piauí – ao Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, V. Exª, antes, foi generoso, concedendo um tempo maior para aqueles que fizeram apartes, e para os que usavam a tribuna o tempo foi pequeno.

Mas quero conceder a V. Exª o tempo de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos. E, se o discurso de V. Exª for realmente importante, podemos conceder-lhe mais um minuto.

Tem a palavra V. Exª, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Leonel Pavan, que preside esta sessão, pelo contrário, não tive tolerância, não, mas o prazer de, presidindo esta sessão, hoje, deixar-lhe durante 30 minutos na tribuna, com argumentações úteis a Santa Catarina e à Pátria.

Senadoras, Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação do Senado, quis Deus estar presente neste plenário um grandioso Senador, em tamanho também, mas maior ainda pela sua participação naquilo que é mais importante, a educação do Brasil: o Senador Wellington Salgado, de Minas Gerais.

Vou externar nossas preocupações aqui, Senador Paulo Paim.

Senador José Jorge, disse Sócrates que só há um grande bem, o saber, e que só há um grande mal, a ignorância. Ele nada escreveu, e seus ensinamentos chegam até nós, como os de Cristo, que também nada escreveu, mas cujos ensinamentos também nos chegam. Mas um discípulo seu, Platão, resolveu pegar aquilo e passar para a mocidade. E criou-se na Grécia, Senador José Jorge, na Atenas da novela “Belíssima”, a Academus, a primeira academia. Aristóteles foi aluno de Platão. E Platão, no primeiro ano, levava a mocidade a uma sala, onde estava escrito em uma parede – para incutir, na cabeça dos jovens, como Alberto Silva incutiu os conceitos de Itajubá – que “mais valem as ações”. Olhem como é importante o saber! É Itajubá, Senador Alberto Silva!

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Viveremos mais por atos do que por palavras para sermos dignos deste grande País.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Isso foi o que fez Platão. Na primeira sala, Senador Alberto Silva – V. Exª aprendeu a mensagem de Itajubá, que até hoje segue e nos ensina –, Platão colocou: sede ousado! No segundo ano, em outra sala, havia outro ensinamento: sede ousado, cada vez mais!

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Exª um aparte, Senador Mão Santa?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É para já! E os vitoriosos do último ano de Platão viram escrita a terceira frase: sede ousado, não em demasia! Ensinou a ousadia com a prudência.

Quero, então, denunciar. Senador Sibá Machado, leve isso ao Lula! Está na **Folha Online**: “Educação. Universidades privadas dominam ranking”.

Senador Alberto Silva, a nossa preocupação são as universidades federais. Outro dia, nós denunciamos e lutamos, porque foram 130 dias de greve.

O pior é que, em 1991, Senador Wellington Salgado, das dez maiores universidades, seis eram públicas; em 2004, Senador Alberto Silva, de dez universidades, atentai bem, Senador Alberto Silva, só três eram públicas. Alberto, nós fizemos um milagre: V. Exª começou a Uespi, e nós irradiamos. Das dez melhores, só três eram públicas: de São Paulo, Goiás e Piauí, Estado que governamos. Foi o maior desenvolvimento univer-

sitário não só do Brasil, mas do mundo. Criamos mais de 400 cursos em 36 **campi**. Senador Alberto Silva, no último vestibular nós oferecemos 12.680 vagas. O PT passou por lá e já diminuiu para quatro mil.

Agora, atentai bem, as universidades privadas são necessárias? São. Sr. Presidente Leonel Pavan, o Lula tem que fazer um DVD aqui disso pra aprender.

Eu sei que proliferam nos Estados Unidos. Eu estive na Suíça, lá tem. No Chile – onde Lagos é o Presidente, agora será a Bachelet –, o estudante vai ao banco e pega um empréstimo para pagar todo o curso. Aqui...

Senador Leonel Pavan, eu não estou contra – ô Paim, atentai bem! –, não estou contra as privadas, mas acontece que o povo trabalhador não pode pagá-las. Tem faculdade de medicina privada aqui neste País cuja mensalidade é R\$4 mil. E o salário mínimo...

Nos Estados Unidos, o ensino é privado porque o povo trabalha, ganha muito e paga. Na Suíça, para onde fui levado pelo meu amigo Heráclito Fortes, o salário mínimo é de US\$2,5 mil; então dá pra pagar universidade privada. Aqui, com este salário, que, com o esforço do Paim, chega a R\$300,00, como é que ele vai pagar uma universidade privada? Com o trabalho? Não.

Então, aí está a gravidade. Cresceram, Senador. São bem-vindas, mas não há valorização. Como disse Rui Barbosa, a primazia é do trabalho e do trabalhador. Ele é que veio antes, ele é que faz a riqueza. Este País ajoelha-se à primazia do capital, dos banqueiros.

Tanto é verdade, Wellington Salgado, que agora, José Jorge, no edital do Banco do Brasil estão oferecendo vagas para técnico: menos de R\$300,00. Quer dizer, o trabalhador, o bancário, a bancária que trabalha são tentados, porque passam milhões por suas mãos e ele só ganha aquela ninharia. Está aí.

Então, esse é o grave problema, Senador Wellington. V. Ex^a, a quem o País e Minas já devem muito, é uma das melhores cabeças pensantes sobre educação. Talvez, neste Senado, iguale-se a Cristovam Buarque, que tem uma vida dedicada à educação.

Então, essa é a nossa preocupação. Estão se extinguindo.

Quero lhe dizer que, em 2004, a do Piauí não está mais não, não tem mais. Em 2004, só havia três públicas entre as dez melhores, e a do Piauí o PT já enterrou. A de Goiás, não sei, assim como a Universidade de São Paulo, que, em 1991, era a maior e hoje já não é; as universidades privadas de São Paulo e do Rio a estão passando. Tudo bem, mas o nosso jovem, o nosso rapaz e a nossa moça não podem freqüentar, para eles não tem.

Concedo um aparte, em respeito primeiro à idade, Wellington, e também ao currículo, porque S. Ex^a já foi Secretário de Educação e Ministro, e V. Ex^a não o foi – mas será, tenha paciência! –, ao José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Sr. Senador Mão Santa,...

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC.) – Senador, só um minutinho. Estou concedendo mais dois minutos para V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Só queria lembrar que V. Ex^a usou tão bem 30 minutos – e eu fiquei tão atento –, V. Ex^a usou 30 minutos, e o País ganhou com o pronunciamento de Leonel Pavan.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – V. Ex^a tem razão, Senador. Sou testemunha, porque estava aqui na hora.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olha aí.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Eu gostaria de aproveitar o pronunciamento de V. Ex^a para me congratular com V. Ex^a pelo que está dizendo e para comunicar à Casa e ao País, aos que nos assistem pela TV Senado, que acabamos de encerrar a oitiva do Ministro Palocci na CPI dos Bingos. Está aqui o Senador Efraim Moraes, Presidente daquela Comissão. Na realidade, o Ministro foi questionado sobre uma série de questões relacionadas ao período da sua gestão como Prefeito de Ribeirão Preto, agora como Ministro, e como membro da campanha do Presidente Lula. S. Ex^a deu suas explicações – algumas convincentes; a maioria, não. Mas S. Ex^a foi respeitado, esteve tranquilo, como sempre havíamos dito aqui. Nós não queríamos de maneira alguma colocar o Ministro em uma fria, vamos dizer assim. Queríamos que S. Ex^a esclarecesse. Infelizmente, o Ministro tem muitos problemas para esclarecer e não conseguiu fazê-lo. Na verdade, temos de elogiar o Presidente da Comissão, o Relator, os membros, que estiveram ali atentos, das 10h às 16h, ouvindo o Ministro Palocci. Se S. Ex^a não deu as explicações devidas, quem sabe um dia as dará. Na verdade, a Comissão saiu engrandecida, e o Ministro também, porque mais um fato democrático se deu nesta Casa. O Ministro não poderia ser diferente de ninguém, ele teria de vir. A nossa luta então foi vitoriosa, inclusive com o apoio de V. Ex^a. Agradeço e dou parabéns a V. Ex^a pelo seu discurso.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeçemos a participação do professor José Jorge, que foi Secretário de Educação de Pernambuco.

Concedemos o aparte ao ilustre Senador, representante de Minas Gerais, Wellington Salgado.

O Sr. Wellington Salgado (PMDB – MG) – Sr. Presidente Leonel Pavan, Senador Mão Santa, agradeço as palavras. Realmente, nesta Casa, existem

pessoas já bastante experientes na área de educação. O Senador Marco Maciel já foi Ministro, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Paulo Paim, que é uma grata revelação, o Senador Flávio Arns e o Senador José Jorge, a quem sempre acompanho nas decisões. Senador Mão Santa, o grande crescimento das universidades privadas se deu porque existia uma demanda reprimida que agora está sendo atendida. Mas não existe um crescimento auto-sustentável, para que isso permaneça.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Essa é a minha preocupação.

O Sr. Wellington Salgado (PMDB – MG) – Entre as dez universidades, sete são privadas. Quer dizer, há realmente um inchaço.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não tem mais sete, porque a Uespi, do Piauí, não está mais. Ela era uma das três.

O Sr. Wellington Salgado (PMDB – MG) – São sete privadas agora ou cinco, alguma coisa desse tipo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em 2004, pela estatística.

O Sr. Wellington Salgado (PMDB – MG) – Agora, vejo, neste momento, com o Ministro Fernando Haddad, que está havendo uma reviravolta que há muito tempo se procura, com a valorização do primeiro e do segundo graus. O Senado aprovou ontem a continuação do Fundef...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Fundeb.

O Sr. Wellington Salgado (PMDB – MG) – Não, o Fundeb está vindo aí, o Fundef nós prorrogamos até 2016. O mais importante, Senador Mão Santa, é que há também Senadores procurando criar centros de cultura nas suas regiões. Como exemplo, vou citar V. Ex^a mesmo, que aprovou aqui a Universidade de Parnaíba. Não foi isso?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Isso. E V. Ex^a foi um dos relatores.

o Senador Leonel Pavan também requisita uma universidade federal para a expansão da educação no Estado.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Veja bem, Senador Mão Santa. O importante não é só criar esse centro cultural, o Senado aprovar e o Governo viabilizar. O importante é que o entorno aumenta em tudo. Começa a circular mais gente, as pessoas que se formam ali e são daquela região não vão para outra região estudar. Casam e não voltam, Então, começa a se formar naquela região uma cultura local. Essa é a grande importância de quando se cria um centro como uma Universidade. Tenho certeza de que no Piauí, na própria Parnaíba – aliás, V. Ex^a já me convidou para conhecê-la e disse que é um dos locais

mais lindos, e, com certeza, irei um dia –, vai começar a se criar uma estrutura e pessoas que não vão embora daquela região. E vai surgir uma maneira de pensar do Piauí, da Parnaíba. Isso é que é importante, Senador Mão Santa. Muito obrigado pelo aparte. Agora, os Senadores estão participando e vendo que o importante, neste País, é a educação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O PMDB, nessa ligação com o PT, já deu o Ministério das Comunicações ao Senador Hélio Costa, e acho que, qualquer dia, V. Ex^a pode ser convidado, para o bem do nosso País, a ser Ministro da Educação. A visão é dele.

Permita-me, Senador Leonel Pavan, explicar com a minha experiência. Na expansão UESPI (Universidade Estadual do Piauí), quis colocar disciplinas que desenvolvessem a pecuária, a agricultura e a carnicultura. E fui a Petrolina, que é um centro de expansão de agricultura – olha o raciocínio certo de Wellington Salgado. Lá, tem uma escola técnica de agricultura razoavelmente boa. Mais do lado, na Bahia, ...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB PI) – Mas do lado, na Bahia existe uma escola...

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Mão Santa, vou lhe conceder, mas V. Ex^a já está falando há vinte minutos. Não tem problema. V. Ex^a nos ensinou o seguinte, disse que Deus fez o pai-nosso em um minuto, em 56 palavras; e V. Ex^a já dispôs de vinte minutos, disse muita coisa e vai dizer muito mais.

Então, concedo mais dois minutos a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB PI) – Mas, Senador Wellington Salgado, constatei que todo o desenvolvimento de Petrolina, no Vale do São Francisco, que produz uva e vinho, é porque a Faculdade de Agronomia de Juazeiro da Bahia forneceu os técnicos. De 1.800 que lá estavam, mais de 1.600 eram agrônomos de lá. Quando chegou o Governo, a tecnologia e a energia, a mente, a cabeça já estava cultivada. E essa é a técnica que defendeu o Senador Wellington Salgado.

Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, concedo um aparte, para enriquecer o País – eu não poderia deixar passar –, ao Senador Flexa Ribeiro, do Pará, e depois ao Senador José Maranhão. A única mágoa que tenho é que ele não deveria ser Maranhão; ele deveria ser Piauí, próximo Governador da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Flexa, peço apenas que não uses o mesmo tempo que usaste quando fizeste aparte ao meu pronunciamento, até porque o tempo vai extrapolar.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Mão Santa, agradeço o aparte concedido por V. Ex^a e que-

ro lembrar ao Senador Leonel Pavan que eu apenas sigo a orientação de V. Ex^a nos seus apartes, para que possamos fazer o esclarecimento à Nação brasileira. Então, peço generosidade. Como o Senador Mão Santa concedeu a extensão do prazo a V. Ex^a, que o faça também para S. Ex^a. Quero só dizer, Senador Mão Santa, que a educação é um assunto que tem unanimidade no discurso. Não há um parlamentar, diria mais, não tem um brasileiro que se posicione contra a educação. O importante, Senador Mão Santa, é partir do discurso para a prática, demonstrar boa vontade política....

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ...de colocar recursos para a educação básica. Agora, estamos aprovando o Fundeb, com recursos insuficientes. O Governo está disponibilizando em torno de R\$1 bilhão para o Fundeb, e os prefeitos do meu Estado já vieram a mim, preocupados, dizendo que os valores por aluno são insuficientes. Ou seja, já estão preocupados que caia para os municípios a responsabilidade do atendimento do Fundeb. Ampliamos o prazo, como o Senador Wellington disse, do Fundef. E, quanto ao ensino superior, ao terceiro grau, concordo com V. Ex^a. Na semana passada, o Presidente reuniu os reitores no Palácio e anunciou a criação de treze novas universidades. Ótimo criar novas universidades. Mas, gente, vamos atender as que já existem. Quero dizer à Nação brasileira que a Universidade Federal Rural da Amazônia, no meu Estado – não vou falar da Universidade Federal do Pará, que também está na mesma situação –, está na iminência de fechar as portas, porque o único telefone que funciona na UFRA é o celular do Reitor, que é pago por ele. Ele não tem telefone funcionando, não tem recurso para pagar a energia, deve não sei quantos meses para a concessionária de energia. Então, vamos criar novas universidades? Vamos, mas vamos dar condições para dar um ensino de qualidade, vamos diferenciar o que é ensino de aprendizado, para que possamos realmente ter a formação da nossa juventude em condições de adentrar no mercado de trabalho.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu queria chamar a atenção do Governo porque, entre as dez melhores, praticamente hoje só tem uma federal, que é a USP, e com diminuto número de alunos. Há uma universidade privada que tem 104.346 alunos, a Estácio. A Unip tem 93.210 mil alunos. Então, as universidades privadas estão aí. No Chile, Senador Maranhão, o Presidente Lagos, que foi primeiro ministro da Educação, acabou de fazer uma lei boa. Senador Paim, hoje, no Chile, são doze anos de ensino obrigatório. Eram oito

e ele aumentou para doze, obrigatoriamente, e todo chileno terá que aprender uma segunda língua.

Estou falando da América do Sul, bem aí, que elegeru até uma mulher agora – doze anos de educação. É lei, cada chileno deve ter doze anos de educação. E o governo? Com doze anos de estudo, o aluno terá um trabalho. Poderá, então, ir ao banco e o banco financia o seu ensino universitário para garantir as universidades privadas que já surgiram.

Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Mão Santa, agora vai chegar aos trinta minutos. Então, são os últimos dois minutos. Passará um minuto a mais por causa do meu pronunciamento. Dois minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Está escrito no Livro de Deus: os últimos serão os primeiros. Ele é o primeiro em competência dos Governadores que o Nordeste teve.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Senador Mão Santa, V. Ex^a está tratando de um assunto que é muito importante para o povo brasileiro: a questão do ensino de terceiro grau. Até porque tem acesso ao terceiro grau apenas 25% dos alunos brasileiros que concluem o segundo grau e, como o segundo grau não é um curso profissionalizante, há uma massa extraordinária de 75% da juventude brasileira sobrando no mercado de trabalho. Então, duas coisas saltam aos olhos do observador mais ingênuo: nós precisamos criar cursos profissionalizantes, de acordo com as exigências do mercado de trabalho, mas precisamos levar a universidade pública, como V. Ex^a defende muito bem, às cidades do interior do Brasil. Aqui vige também a regra do cancionero popular: levar a universidade ao local em que vive o povo. Pouquíssimas pessoas têm condição de manter um filho na capital do Estado ou numa grande cidade, porque a classe média brasileira está empobrecida, e a classe trabalhadora está cada vez mais sacrificada.

Eu gostaria de observar a V. Ex^a que, se fosse outra a política de ensino no Brasil, boa parte dessa massa de estudantes que são pretendentes ao terceiro grau poderiam ser atendidas pelas próprias universidades privadas.

É ilusório, é um hábito pouco realista, dizer que nos Estados Unidos o ensino privado é tão ou mais importante que o ensino público, porque o ensino privado nos Estados Unidos é exercido pelas grandes corporações que mantêm fundações custeadas, pagas, com recursos públicos. É um blefe essa história

de dizer que o ensino privado nos Estados Unidos é efetivamente um ensino que independe dos orçamentos públicos. Então, ou o Brasil modifica a política de subsídios ao ensino privado, ou, então, massifica, democratiza, leva para o interior do Brasil, como está tentando fazer agora o Presidente Lula.

Quarenta e três **campi** já foram instalados. No meu Estado mesmo cinco **campi** estão sendo levados e a própria universidade de Campina Grande foi criada no Governo atual.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Peço a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento porque temos mais dois Senadores, o Senador Heráclito Fortes e o Senador Sibá Machado que também pretendem fazer um aparte.

Quero dizer ao Senador Mão Santa que o seu tempo já passou dos trinta e cinco minutos.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Senador, eu até gostaria de poder poupar V. Ex^a porque eu já ia concluir, mas V. Ex^a cortou o fio da meada. Mas não há nada demais. Tudo bem! Tudo é regimental. Tudo é cordialidade da parte de V. Ex^a. Eu gostaria apenas de dizer que existem dois equívocos aí: incriminar-se a universidade pública e até a universidade privada. O setor privado, para cumprir melhor seu papel social no ensino, precisaria receber incentivos do Governo, como faz o governo americano, que é muito citado aqui e como foi citado por V. Ex^a mesmo. Não é só o padrão salarial do povo americano, mas, sobretudo, uma política de incentivos ao ensino superior, como ao ensino privado, que faz com que a iniciativa privada tenha universidades tão competitivas e de qualidade quanto às do setor público.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos a experiência do Senador José Maranhão, da Paraíba, responsável pelo grande desenvolvimento universitário daquele Estado, de João Pessoa e Campina Grande.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Mão Santa, vou lhe conceder mais dois minutos para que V. Ex^a possa ouvir os apartes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não posso negar o aparte a dois filhos do Piauí: o Senador Heráclito Fortes e o Senador Sibá Machado, que emprestamos para desenvolver o Acre.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O Senador Paulo Paim, próximo orador, tem um compromisso às 17 horas. Assim, vou conceder mais dois minutos a V. Ex^a para que conclua seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Senador Paulo Paim está aguardando o horário nobre. Todo o País está na expectativa.

Ouço o aparte do Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente, meu caro Senador Mão Santa, quero associar-me ao pronunciamento de V. Ex^a e prestar um depoimento de justiça. Saiba V. Ex^a que sou um homem franco, que não joga elogios fora e que gosta de aplicá-los com justiça. Quero dizer a esta Casa e ao País que o ponto alto do Governo de V. Ex^a foi exatamente a interiorização dos cursos, por meio da UESPI, Universidade do Estado do Piauí. Lembro-me bem, caro Presidente, que à época, eu adversário de Mão Santa e alguns companheiros de diversos Partidos combatiam a interiorização desses cursos. Não é que não houvesse erro. Tudo o que é feito às pressas, tudo o que é feito com a garra do desbravamento, é passível de falhas. Olhava sempre pelo lado positivo, Senador Mão Santa. Sempre dizia que qualquer erro que possa ser apontado no início dessa nova fase que o Piauí passa a viver, com a instalação desses cursos, poderá ser corrigido. O homem público pode pecar por muitas coisas, Senador Mão Santa; só não pode pecar por omissão. É de justiça o que estou dizendo ao Brasil inteiro. V. Ex^a teve a coragem de interiorizar a universidade piauiense, prestando benefícios a milhares e milhares de habitantes pobres do nosso Estado que não tinham a menor condição de fazer um curso de terceiro grau, de obter um diploma, se não fosse essa oportunidade que V. Ex^a proporcionou àquele Estado em um momento importante. Daí creio que os frutos desse trabalho, plantado por V. Ex^a já há quase dez anos, começam a frutificar. O Piauí começa a ter os seus benefícios. De forma que faço questão de dar esse depoimento, porque é de justiça. Diante disso, V. Ex^a tem autoridade de falar sobre essa matéria...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...como faz hoje na tribuna.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Incorporo seu pronunciamento. Tenho de apresentar a minha gratidão, por ter tido como adversário político um Heráclito Fortes, um homem que sempre soube colocar os interesses do Piauí acima de quaisquer interesses partidários. Sem dúvida nenhuma, fui inspirado na ação de V. Ex^a sobre o municipalismo, pois o político mais municipalista que conheço é o Senador Heráclito Fortes.

Senador Heráclito Fortes, para nossa glória – juntos, pois isso foi trabalho nosso –, em 2004, das dez melhores universidades, somente três eram públicas. A UESPI ficou no meio. Está aqui um trabalho da Folha de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Eu gostaria que, realmente, agora, fosse...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– ... fossem respeitados os demais.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É outro piauiense que vai falar, que veio lá da Liberdade, do interior da União.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Compreendo que o Piauí é um Estado muito importante para o Brasil, mas há a necessidade de se conceder a palavra aos demais oradores inscritos. Então, Senador Mão Santa, com respeito, eu queria que, por último, concedesse um aparte ao Senador Sibá Machado e que, depois, fizesse suas conclusões finais.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a. Senador Mão Santa, esse funil para que a juventude das classes mais pobres do Brasil possa adentrar o Ensino Superior é muito estreito. Sabe-se muito bem que qualquer Prefeito e qualquer Governador já têm ponto pacífico em relação aos Ensinos Fundamental e Médio, mas, no Ensino Superior, é um problema muito grave. A iniciativa privada tinha o maior interesse em escolas do ensino fundamental e médio, mas somente agora, mais recentemente, vêem-se universidades particulares nascendo em muitos pontos do Brasil. Considero louvável a iniciativa do Presidente Lula de valer-se de toda uma estrutura física e humana das universidades particulares e, mediante renúncia fiscal, criar vagas para alunos oriundos das classes mais pobres, os quais não ingressam na universidade pública por conta do restrito número de vagas. Na universidade pública, o vestibular é a grande degola, o bicho-papão do acesso. Na universidade particular, porém, essa situação é mais fácil de resolver. Todavia, há outro problema: o do financiamento do curso. Assim sendo, no meu entendimento, o ProUni junta estas duas possibilidades: o acesso à universidade privada por meio de bolsa e o custo da matrícula por conta do Tesouro nacional. É um grande avanço do Governo Lula. Estamos, pois, possibilitando a dezenas de milhares de jovens o acesso ao ensino superior.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Reconhecemos que o ProUni e o FIES representam um degrau significativo, mas deveríamos seguir o modelo chileno, ou seja, propiciar empréstimo a todos os universitários junto aos banqueiros, que tanto ganham.

De toda a minha vida e luta política, Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan – atentai bem –, o que mais me impressionou – quis Deus que aqui estivesse

o Senador Ney Suassuna, também educador – foi em Heidelberg, na Alemanha.

Partell

Foi em Heidelberg, na Alemanha. Quando cheguei, fiquei perplexo. A Alemanha passou por duas guerras e é toda modernizada, porque foi toda reconstruída pela engenharia moderna. Entretanto, os prédios de Heidelberg são antigos. E aí me advertiram: “Esta cidade foi respeitada; em nenhuma das guerras mundiais, ninguém ousou jogar nela uma bomba, porque aqui era o templo do saber, a universidade mais velha da Europa, que irradiou conhecimento, inclusive Einstein”.

Esta é a nossa preocupação: que se fortaleçam as universidades brasileiras.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Antes da questão de ordem do Senador José Maranhão, quero pedir desculpa ao Senador Paulo Paim, porque S. Ex^a tinha um compromisso e ficou aqui por 48 minutos esperando para falar. Acabou renunciando o direito de falar porque tinha um outro compromisso.

Aproveito a oportunidade para presentear o Senador Heráclito Fortes, que, ontem, me fez um pedido de uma bengala.

Senador Heráclito Fortes, estou aqui com a bengala para lhe entregar de presente, mas para usá-la para o bem. Apesar de que uma outra já ter sido usada para o bem. Mas esta é para a saúde.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente Leonel Pavan, recebo essa bengala com muito prazer, dada por V. Ex^a. Espero não ter necessidade de fazer uso dela tão cedo, mas um homem prevenido vale por dois, servirá para demandas futuras.

Agora, quero ter também a tranquilidade e o equilíbrio para não dar à bengala que V. Ex^a me dá agora o destino que foi dado à última bengala que V. Ex^a deu a um escritor do Paraná, que fez dela um uso pedagógico, tentando agredir um homem público brasileiro. Não concordo com o gesto e não quero ser repetitivo, o que não é do meu feitio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Pela ordem de inscrição, o Senador José Maranhão falará, como Líder, por cinco minutos, para comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, a, do Regimento Interno. S. Ex^a falará em nome do PMDB.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia me inscrever no lugar do Senador Paulo Paim, por permuta com S. Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O Senador Paulo Paim já fez a permuta com a brilhante Senadora Serys Stihessarenko, que já havia fornecido antes o tempo ao Senador Paulo Paim. Ao retornar a esta Casa, S. Ex^a requisitou o direito que havia conquistado anteriormente.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a poderia me inscrever num horário possível para um pronunciamento?

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex^a poderá se inscrever, desde que tenha a autorização devida de sua Legenda, pela Liderança do PT, Senador Siba Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, Sr. Presidente. Eu não queria usar o tempo da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Então o colocaremos na lista de oradores pela inscrição.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Com a palavra o experiente conselheiro desta Casa, Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço as referências de experiência que me atribui, embora não merecidas. Minha experiência nesta Casa é bastante resumida.

Srs e Srs. Senadores, hoje, integrantes das Bancadas paraibanas da Câmara e do Senado – eu, o Senador Ney Suassuna, a Deputada Lúcia Braga e os Deputados Wilson Santiago, Benjamin Maranhão, Marcondes Gadelha e Luiz Couto – encaminhamos ofício ao Exmº Sr. Ministro das Minas e Energia reivindicando o seu inestimável apoio na luta pela instalação, em nosso Estado, de um polo petroquímico.

A Paraíba vem sofrendo, ano a ano, o esvaziamento de suas atividades econômicas, a redução de dotações orçamentárias para investimento, a perda de produtos historicamente importantes.

A redução das desigualdades intra e inter-regionais não pode deixar de ser prioridade na alocação de recursos de um País. O Estado da Paraíba demonstra ínfima participação na alocação de recursos federais, mesmo considerando os esforços extraordinários que

as suas Bancadas de todos os partidos vêm fazendo quando da elaboração do Orçamento e no dia-a-dia das ações administrativas junto aos Ministérios da República.

No ano passado, Pernambuco foi escolhido para sediar nova refinaria de petróleo, a primeira a ser construída no País desde 1980. Instalada com recursos da Petrobras e da PDVSA, empresa venezuelana de petróleo, fará parte do Complexo Portuário de Suape, que com novo aporte de recursos se consolidará entre os mais importantes portos brasileiros.

A criação de empregos durante os quatro anos de construção e após a operação, Sr. Presidente, contribuirá para redução do fluxo migratório a partir daquele Estado. A produção estimada de duzentos mil barris de petróleo por dia garantirá ao Brasil importante redução nos gastos com importação de petróleo e seus derivados.

No Estado do Ceará, está em construção o Complexo Portuário de Pecém, um grande pólo siderúrgico, com o suporte financeiro da Petrobras, particularmente para instalação do gasoduto, o Gasfor II, que transportará gás natural dos campos de Ubarana/Guamaré, no Rio Grande do Norte, até a nova unidade siderúrgica de Pecém.

Essas notícias, Sr. Presidente, são alvissareiras. Afinal de contas, estamos saindo daquele vezó histórico do Brasil de concentrar todos os investimentos produtivos no centro-sul do País, mormente no eixo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. São motivo de alegria e de esperança para todos nós, nordestinos, que lutamos pelo desenvolvimento de nossa região como um todo. Nossa reivindicação é que a Paraíba não seja esquecida nesse novo ciclo de desenvolvimento da região.

Recentemente, descobriu-se petróleo em Souza, Paraíba, além de possibilidades de exploração em águas marinhas também. Já foram realizados estudos preliminares pela Agência Nacional de Petróleo que detectaram a presença de gases e petróleo em quase todos os poços perfurados, ainda que experimentalmente, na região do rio do Peixe.

Já se sabe que o petróleo é de boa qualidade, como o explorado no Rio Grande do Norte, maior produtor brasileiro de petróleo em terra. Não se sabe ainda a extensão da reserva petrolífera, mas há estimativas de que a produção pode atingir de 10 a 15 mil barris por dia, o que já seria suficiente para atrair o interesse da Petrobras. Em breve, deverão ocorrer as primeiras licitações para a exploração de poços.

Como disse o Presidente Lula, em visita recente ao nosso Estado, essa descoberta de petróleo em Sousa deixou a Paraíba toda prosa. Estamos de fato

prosas, Sr. Presidente, orgulhosos como sempre estivemos de nosso Estado e sobretudo entusiasmados com as perspectivas que se abrem.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Concedo o aparte a V. Ex^a com todo prazer, Senador Ney Suassuna. V. Ex^a vem lutando de forma ardorosa no sentido da concretização dessa reivindicação.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. Essa reivindicação, como V. Ex^a bem disse, deveu-se a nossa viagem com o Presidente Lula. Fizemos essa reivindicação. Depois disso, já fizemos o péríodo da Agência Nacional do Petróleo, da Petrobras e, hoje, do Ministro. Oficializamos o pedido, e com certeza ele sairá. Eu temo, Senador, que a exemplo de outros casos, como o do petróleo, em pouco tempo aparecerão outros “pais”, dizendo que fizeram, que ousaram. Ontem, em uma cidade do interior da Paraíba, no plano de expansão e interiorização da universidade, pelo qual estamos lutando tanto, diziam eles, os nossos adversários, que estavam tomando essas providências. Nesse caso, começamos desde o primeiro passo. No caso do petróleo, conseguimos as verbas para a Agência Nacional de Petróleo fazer a prospecção, e terá sucesso, se Deus quiser, o leilão. Mas, enquanto estamos pensando no futuro, nos jovens que estão desempregados, na melhoria da qualidade de ensino, na interiorização da universidade, os outros que não fazem nada e só pregam a política do ódio, a toda hora e a todo instante, tentam também se carimbar como pessoas que estão lutando, como estamos, pelo crescimento da nossa Paraíba. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Obrigado pela valiosa contribuição que V. Ex^a traz ao meu discurso.

Essa questão da politicagem – digamos assim – deve unir todos os paraibanos, nunca dividi-los. V. Ex^a tem toda razão em mostrar a sua indignação, até porque, em vez de estarem de fora, dizendo que também lutam por essa reivindicação, deveriam efetivamente lutar, mostrar a cara e juntar-se àqueles que foram pioneiros nesse esforço, ou seja, a nossa Bancada.

Essa descoberta de petróleo, mais a proximidade das reservas do Rio Grande do Norte – que, além de ser o maior produtor de petróleo em terra, Senador Garibaldi Alves, sem nenhum favor, mas para orgulho de V. Ex^a, é o segundo maior extrator do produto em mar –, torna a Paraíba um lugar especialmente estratégico para investimentos na indústria petroquímica.

Mas a Paraíba oferece mais do que apenas recursos naturais, Sr. Presidente. A Agência Nacional de Petróleo já desenvolve, junto com a Universidade Fe-

deral de Campina Grande, um programa de recursos humanos voltado para o setor de gás e petróleo, que tem conseguido colocar no mercado de trabalho 35% dos alunos que dele participam. A Paraíba, portanto, já saiu na frente, no que diz respeito à formação de especialistas nessa área.

E mais ainda está por vir, com a promessa da ANP de instalar em Campina Grande uma mini-refinaria – uma refinaria-escola, por assim dizer –, que certamente consolidará essa posição de vanguarda de nosso Estado na Região Nordeste.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Senador José Maranhão, V. Ex^a já teve seu tempo prorrogado por dois minutos em duas ocasiões, mas o prorrogarei por mais dois minutos, porque V. Ex^a está falando para a Paraíba.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – E para o Brasil, porque a Paraíba se insere nessa realidade econômica com o peso da inteligência de seu povo e, sobretudo, com a capacidade de trabalho da sua gente.

O nosso justo pleito encontra respaldo na necessidade urgente de mudança no perfil econômico de uma região que, de próspera produtora de algodão e sisal, vem experimentando declínio – atualmente, perdeu inteiramente a oportunidade comercial e luta por uma substituição econômica desses produtos que já foram os dois maiores sustentáculos da economia rural paraibana.

A participação do Estado da Paraíba no produto agrícola brasileiro recuou de 1,4% em 2000 para 1,1% em 2003. A economia pecuária, sobretudo a de corte, realmente sofreu um declínio muito grande, já que dependia da parceria com o setor agrícola.

O novo traçado da ferrovia Transnordestina, rebatizada, em finais do ano passado, de Nova Transnordestina, que representa mais um esforço para a integração regional e nacional de áreas estagnadas, exclui o Estado da Paraíba, Sr. Presidente, o que é uma discriminação econômica odiosa. A Transnordestina passa distante do território paraibano, como se fosse algo intencional, fazendo um arco, uma curva, para distanciar-se do território da Paraíba.

O Estado, que ocupava o quarto lugar na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, encontra-se hoje reduzido às últimas posições. Durante os sete anos em que governei a Paraíba, tínhamos o quarto lugar na arrecadação de ICMS. Acima de nós estavam apenas os Estados grandes do Nordeste: Ceará, Pernambuco e Bahia. Hoje, a

Paraíba se encontra entre os últimos lugares na arrecadação de ICMS.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a Paraíba tem contribuído para o desenvolvimento do Sul e do Sudeste do País, pelos persistentes fluxos migratórios devidos à incidência de seca e à falta de oportunidades e de oferta de emprego local – sobretudo em razão de uma crônica política que se excedeu em privilégios ao Centro-Sul do País, mormente ao eixo Rio–São Paulo–Belo Horizonte, negando ao Nordeste brasileiro as oportunidades financeiras para produzir o seu próprio desenvolvimento econômico.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, já se tornou lugar-comum apontar a desigualdade como o grande mal nacional, fonte de inúmeras outras mazelas que nos afligem. Infelizmente, não será logo que veremos essa praga desaparecer da pauta de debates. Diminuir as enormes desigualdades que caracterizam nossa vida social e econômica é um imperativo que se imporá a nós ainda por muito tempo.

Entre essas desigualdades, uma das mais resistentes, das mais permanentes é a que separa os Estados do Norte e Nordeste dos Estados do Sul e do Sudeste do País. Essa distância não tem diminuído significativamente; ao contrário, podemos ver sinais de que está, de fato, aumentando. Dados do IBGE mostram...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu pediria a V. Ex^a tempo para concluir. Falta-me apenas ler um quarto de página.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador, quero apenas deixar registrado que V. Ex^a, pela Liderança, falaria por cinco minutos, mas já estamos chegando ao décimo primeiro minuto.

Concedo a V. Ex^a mais dois minutos para concluir.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Obrigado a V. Ex^a.

Dados do IBGE mostram que, em 1985, a participação da Região Nordeste no PIB nacional era de 14,1%. Em 2003, essa participação diminuiu para 13,8% – quase 1% de queda. A variação não parece grande, mas se torna mais relevante se levarmos em conta o crescimento populacional. De todo modo, é triste constatar que, em quase 20 anos, nada mudou na forma como se distribui a riqueza entre as Regiões: o Nordeste continua pobre e empobrecendo. Pior do que ser pobre é continuar empobrecendo, como se fosse infinito o limite da própria pobreza.

Os grandes investimentos a que me referi no início deste meu pronunciamento, juntamente com outros

que deixei de mencionar, são uma promessa de que algo pode mudar nos próximos anos. Quero crer que seja esse o caso, Sr. Presidente. De qualquer modo, há muita distância a se percorrer para que as desigualdades regionais sejam, enfim, diminuídas.

A instalação de um pólo petroquímico na Paraíba, somando-se aos investimentos já em curso na região, seria, indiscutivelmente, uma alavanca decisiva para o desenvolvimento do Nordeste – e, por extensão, de todo o País. Essa é a reivindicação que dirigimos ao Exmº Sr. Ministro de Minas e Energia. Temos o que oferecer e queremos dar a nossa contribuição. Pedimos apenas que nos sejam garantidos os meios.

Era o que eu tinha a dizer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador José Maranhão?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Com a permissão de V. Ex^a, Sr. Presidente, não posso deixar de atender o Senador Mão Santa, que é um defensor da Região Nordeste.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Quero dar o testemunho do significado da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex^a dispõe de apenas um minuto.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Não conheço gente mais trabalhadora e competente do que homem e mulher da Paraíba. O Piauí tem sido um eldorado. Todos que vão lá são exemplo de trabalho. Inclusive, o maior empresário que está encravado no Piauí é paraibano: João Claudino. Não é só ele, não; todos os paraibanos ajudam a enriquecer o Piauí, com sua capacidade de trabalho.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a generosidade de suas palavras em relação ao meu povo, aos meus conterrâneos paraibanos.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – A próxima oradora inscrita é a Senadora Serys Slhessarenko. Logo após, falará o brilhante Relator da CPI dos Bingos, Senador Garibaldi Alves Filho.

Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois, se assim o desejar.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Sr. Presidente, mas procurarei me restringir ao tempo, em respeito aos Senadores que estão inscritos para fazer seus pronunciamentos.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, depois de uma hábil negociação que envolveu autoridades do Governo, dirigentes de entidades sindicais mais representativas do País e também o Parlamento – não podemos nos esquecer do Parlamento, até porque temos uma subcomissão, composta por Deputados e Senadores, que está trabalhando a questão do salário mínimo , além da participação efetiva, é óbvio, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ficou definido o reajuste do salário mínimo para R\$350,00, a ser pago a partir do próximo dia 1º de abril.

A medida, é claro, depende ainda de aprovação pelo Congresso Nacional. Está prevista, também, a correção da tabela do Imposto de Renda em 8%. Mas não há como negar que essa é uma decisão que irá impactar, de forma muito positiva, o mercado de trabalho, ajudando a reduzir as desigualdades e a garantir uma melhor distribuição da renda em nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as}s Senadoras e Srs. Senadores, é importante que se diga que o novo mínimo de R\$350,00 traduz um aumento real da ordem de 13% em relação ao valor real do ano passado e representa a maior variação desde 1996. Como se vê, o Governo Lula, decididamente, vem dando cumprimento aos compromissos assumidos com a classe trabalhadora brasileira no que respeita à valorização do salário mínimo e do padrão de renda das famílias mais pobres.

Constatata-se, além do mais, que os resultados alcançados nesse aspecto, durante esse primeiro mandato do Presidente Lula, já se mostram bem superiores aos verificados, por exemplo, ao longo dos oito anos do mandato de Fernando Henrique.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD/IBGE, de 2004, no Brasil existem atualmente cerca de oito milhões de pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, que recebem por seu trabalho a quantia exata de um salário mínimo. Outros 15,3 milhões são aposentados e pensionistas que também recebem o mínimo, conforme dados da Previdência Social. São todos eles pequenos assalariados, aos quais o Governo Lula tem dedicado o melhor das suas atenções.

Tanto isso é verdade que, além do reajuste mais expressivo fixado agora, o nosso companheiro Lula anunciou também a sua intenção de encaminhar, para imediata análise do Congresso Nacional, proposta que fixa uma política permanente de recuperação do salário mínimo. Sobre isso eu quero falar um pouco mais detalhadamente.

A subcomissão mista é presidida pelo Deputado Jackson Barreto e tem como Vice-Presidente o Deputado Walter Barelli, cuja história de luta pelo salário mínimo através dos tempos todos conhecemos.

O Relator é o Senador Paulo Paim, grande lutador, batalhador realmente incansável na defesa dos trabalhadores, especialmente daqueles que têm a sua remuneração baseada no salário mínimo, para o que tem dedicado um tempo expressivo e uma determinação incansável.

Nós todos que compomos essa subcomissão já temos um calendário de discussão elaborado para que o Congresso Nacional dê sua contribuição concreta para a elaboração de uma política permanente para o salário mínimo, a fim de que sua fixação não dependa mais de governo que entra ou governo que sai e que os oito milhões de trabalhadores que percebem salário mínimo na ativa e os 15,3 milhões de aposentados e pensionistas não continuem com essa insegurança absoluta. É importante que saibam, com toda antecedência necessária, quanto será o salário mínimo no próximo ano, no outro e no outro, absolutamente independente do Poder que esteja estabelecido em determinado momento.

Ontem, essa discussão foi bastante enriquecida e ampliada com a presença do Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que tem toda uma história no sindicalismo e, por conseguinte, grande sensibilidade nesse sentido. A participação de S. Ex^a enriqueceu bastante a nossa chamada Comissão do Salário Mínimo, mormente agora que os debates serão descentralizados.

Não estou com o cronograma aqui, mas, se não estiver equivocada, teremos a participação de muitas entidades organizadas, já com data marcada até o mês de setembro deste ano. Essa Comissão tem um prazo razoavelmente extenso para definir essa política, que poderá ser definida durante todo este ano para vigorar no próximo.

Além das entidades, atribuo a maior relevância à descentralização dessas discussões. Elas se darão em dez capitais do nosso País, duas de cada região, para onde representantes da Comissão Mista do Salário Mínimo do Congresso Nacional se deslocarão durante este semestre. Se não estou equivocada, o cronograma de deslocamento para as capitais termina em julho. Representantes da Comissão estarão presentes em várias capitais brasileiras, buscando sugestões, opiniões, proposituras, para que tenhamos uma política permanente de salário mínimo que corresponda às necessidades dos trabalhadores brasileiros que percebem um salário mínimo por seu trabalho mensal. Falo não só no sentido de recuperação do poder aquisitivo que o salário mínimo deve trazer em seu bojo, mas também para que se saiba seu valor com a antecipação devida, independentemente do governo de

plantão. Que se acabem as incertezas e que se tenha uma definição clara para a população.

Como eu já disse, trata-se de um projeto de lei que deverá ser formalizado e encaminhado – é óbvio – pelo Presidente da República, mas a contribuição da nossa Comissão será decisiva, com certeza.

Esse debate que acabo de mencionar, que já deve ter sido mencionado pelo Senador Paulo Paim, vai ocorrer em várias capitais de Estados do nosso País, para que toda a sociedade se empenhe nesse esforço de elevação do padrão de vida dos nossos assalariados que recebem salário mínimo. Para agilizar esse processo, essa Comissão Especial Mista do Salário Mínimo, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, está encarregada de organizar e supervisionar esses debates pelas regiões do nosso País.

O que o Presidente Lula procura garantir, com essa decisão de definir uma política permanente para o salário mínimo – não temos dúvida –, com a sua alta sensibilidade social, que sempre demonstrou, é que, seja qual for o Presidente, exista sempre, como decisão coletiva de toda a nossa sociedade, uma política de recuperação do salário mínimo a ser cumprida, uma política que nos leve a garantir, em futuro muito breve, que o salário mínimo que se praticará em nosso País esteja de acordo com o preceito constitucional fixado no Capítulo II, “Dos Direitos Sociais”, art. 7º, inciso IV, da Carta Magna, em que se lê:

IV – salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim.

O objetivo do Partido dos Trabalhadores e do Governo Lula, enfim, com a fixação do salário mínimo de R\$350,00 e de um programa permanente de recuperação do salário mínimo, é o resgate da dignidade dos trabalhadores, mediante a correta valorização do seu trabalho e o cumprimento dos compromissos assumidos, diante de nosso povo.

Sr. Presidente, muito obrigada. Acredito que cumprí o prazo estabelecido.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – A Senadora Serys Slhessarenko é extremamente disciplinada não apenas com seu trabalho, mas também com o tempo na tribuna do Senado.

Concedo, com muita honra, por 10 minutos, mais dois minutos se necessário, a palavra ao Relator da CPI dos Bingos, Senador Garibaldi Alves Filho, que

tem conquistado um prestígio muito grande em nosso País, em face do trabalho sério que exerce naquela Comissão. Hoje, na referida CPI, o brilhante Senador fez inúmeras perguntas ao Ministro Antonio Palocci.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan.

Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, o processo de globalização atingiu um estágio sem volta. Abrange todas as esferas da vida humana. Diante dessa realidade, não podemos nos fechar ao que outros países estejam realizando, principalmente aqueles que se encontram no mesmo estágio de desenvolvimento do Brasil. Não temos o direito de perder as oportunidades históricas de crescimento global, como assistimos na atualidade.

A pergunta que se faz necessária, Sr. Presidente, é: o que fazer para tornar o nosso País mais competitivo e apto a se desenvolver num mundo cada vez com menos distâncias. O ensaísta americano, Thomas Friedman, retratou essa realidade global em seu novo livro “O Mundo é Plano – Uma breve história do século XXI”, em que mostra a irreversibilidade de um processo e o que diferencia os países no sistema capitalista global.

Quatro princípios básicos fazem parte de um arcabouço que tende a se estender a todos os países do globo: pluralismo; acesso à informação e à educação; democracia, no seu conceito mais ampliado; e economia de mercado. Analisando esses quatro princípios, podemos afirmar que estamos no meio do caminho para atingirmos um estágio de desenvolvimento mais compatível com as potencialidades do nosso País. Ninguém pode contestar que somos um Estado democrático de direito, que respeita o pluralismo nos seus mais variados aspectos: pluralidade de idéias, pluralidade religiosa e pluralidade político-partidária – que se caracteriza como um dos principais pilares de uma democracia.

Entretanto, apesar de ser incontestável a vitalidade de nossos sistemas democrático e político-partidário, são imperiosas reformas que permitam mais transparência e possibilitem um maior controle por parte do Poder Judiciário, do Ministério Público e, principalmente, da sociedade ao sistema eleitoral.

A enorme desigualdade social e regional também se constitui em grande entrave para que nossa democracia se transforme verdadeiramente em uma democracia plena. As distorções encontradas – abuso de poder econômico, utilização da máquina pública no processo eleitoral e desrespeito à legislação –, aproveitando-se muitas vezes da carência econômica de uma grande parcela do eleitorado, precisam ser coibidas com vigor.

Para tanto, Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores, a Justiça Eleitoral e o Ministério Público precisam ser

mais bem aparelhados para desempenhar esse importante papel. A sociedade deve ser, contudo, sempre o elemento condutor de todas essas reformas, pois deve partir dela o sentimento de que temos de mudar.

Se avançarmos na consolidação de nossas instituições, apesar da grave crise moral que assola o País e espanta todos, estamos longe de alcançar um patamar de formação de nosso povo e de investimentos na área de educação, ciência e tecnologia e acesso à informação. Não se pode, contudo, apenas teorizar e esquecer a questão orçamentária e a sua execução.

Não adianta, Sr. Presidente, planejarmos o País se importantes programas governamentais são literalmente deixados para trás quando de sua execução. Uma discussão necessária é a de escolhermos nossas prioridades e não permitirmos que elas se tornem mera peça teórica.

O orçamento da educação em 2006 terá uma perda de R\$649 milhões em relação ao de 2005, segundo o relatório setorial da área em que a educação está contida, discutido na Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização. Ainda há tempo de reverter essa realidade.

Espero, todavia, que os recursos disponibilizados tenham uma execução eficiente e que os gastos sejam otimizados no sentido de conferir, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, à educação brasileira uma maior qualidade, atingindo a universalidade de nossas crianças e jovens.

A aprovação do Fundeb, se não se constitui na panacéia que irá resolver todos os problemas dessa área, consiste em um reforço significativo que precisa ser aprovado pelo Congresso.

A principal matéria-prima de uma nação na atualidade é o seu material humano. Preparar as nossas gerações para produzirem conhecimento, ciência, tecnologia e ampliarmos o acesso à educação e à informação. Um país que possui um grande contingente populacional analfabeto ou analfabeto funcional não adquire condições de competir no mundo globalizado. Quem hoje se priva dos diversos meios de acesso à informação – principalmente a Internet, que mantém o mundo conectado – está apartado e à margem de um “admirável mundo novo”. Países como o Chile, a Índia, a Coréia do Sul e a Argentina, apesar da crise econômica que abalou o país há pouco tempo, já constataram que investir na formação do seu povo é o melhor caminho para o desenvolvimento. Os engenheiros indianos são disputados pelas empresas multinacionais e a Coréia do Sul experimentou fenômeno semelhante ao que viveu o Japão após a Segunda Guerra.

O último aspecto a ser analisado, Sr. Presidente, é a saúde de nossa economia de mercado. Vivemos

hoje uma discussão que tende a se perpetuar se não forem atacados os principais problemas que nos impedem de crescer em um patamar desejado.

Srs e Srs. Senadores, o caminho a ser perseguido é o do desenvolvimento econômico. Não existe outra forma de inserirmos o grande contingente populacional que se encontra marginalizado em diversos aspectos, incapacitado de disputar um lugar em um mercado de trabalho cada vez mais exigente, impedido de adquirir bens de consumo, até mesmo os básicos para uma existência digna, e de participar da “aldeia global”.

Precisamos urgentemente realizar uma reforma do Estado. O Estado brasileiro não atende a grande demanda socioeconômica de um país em desenvolvimento. Os superávits primários alcançados ao longo dos últimos anos foram obtidos a partir de um menor investimento em infra-estrutura e em setores básicos. A discussão da redução do custeio da máquina pública não adquiriu a dimensão que merece. Precisamos diminuí-lo através do ataque ao desperdício e do combate sem tréguas à corrupção. Sem investimentos e incremento da produção, não obteremos os índices de crescimento necessários.

O Estado deve, portanto, deixar de se constituir em um entrave para o nosso desenvolvimento. A nossa taxa de juros estratosférica alimenta a nossa dívida e apresenta-se como freio a um maior investimento em produção, já que o sistema financeiro é bem mais rentável para quem almeja aumentar o seu capital.

Estamos diante dessas questões e não podemos adiá-las. O mundo plano é dinâmico e não espera pelos que adiam as soluções de seus problemas. As crises política e moral não podem ser os únicos focos de discussão da sociedade e da classe política, pois elas também são em parte fruto desses entraves.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Garibaldi, quis Deus estar presente o nosso Presidente, Senador Renan Calheiros, que é um homem do Nordeste. Eu estava atentamente ouvindo V. Ex^a falar, estava eu refletindo sobre o que V. Ex^a significa para o Nordeste e para o País. V. Ex^a representa muito para o nosso Partido. Foi extraordinário Prefeito de Natal, extraordinário Governador de Estado. Atente bem, Presidente Renan Calheiros, eis aí um nome que ainda poderia ser inscrito para ser o nosso candidato a Presidente da República. Isso eu digo, Presidente Renan, porque terminado o meu primeiro mandato, que coincidiu com o dele, eu reuni a minha equipe e escolhi um modelo. E fomos lá ao Garibaldi, ver o governo dele. Atente

bem: inúmeros são os programas dele, mas um que chamou atenção foi o de fixar o homem no campo. Desenvolveu a bacia leiteira e fez o melhor programa de alimentação das crianças. Por meio do leite desenvolveu a pecuária e fixou o homem no campo. Receba V. Ex^a a nossa admiração.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço-lhe, Senador Mão Santa. V. Ex^a é um homem generoso, conforme esta Casa já tem conhecimento, já sabe. Fomos colegas como Governadores, e a nossa amizade está sedimentada. Tenho grande admiração pela atuação de V. Ex^a e quero me congratular pelo fato da Universidade do Piauí estar no ranking das principais universidades do País.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Concedo um aparte ao Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre orador e meu querido amigo, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento que faz. Nós, da Paraíba, estamos torcendo sempre por V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Muito obrigado, Senador Ney Suassuna, nosso Líder, Líder do PMDB nesta Casa, homem público de grande habilidade, possuidor da suprema responsabilidade de representar a Paraíba, Estado que tem uma tradição nesta Casa, no Congresso Nacional, de grandes oradores e de grandes políticos.

As crises política e moral não podem ser os únicos focos de discussão da sociedade e da classe política, pois elas também são, em parte, frutos desses entranves. É visível que, quanto maior os graus de educação e informação de um povo, como também quanto maior for o desenvolvimento do País, mais fácil será combatida a corrupção endêmica da máquina pública.

Sr. Presidente, não resta dúvida de que o Brasil está no caminho certo, mas, há o que corrigir. Nós, afinal de contas, fomos colocados num patamar, ao lado da China, da Índia, da antiga União Soviética como uma das grandes potências mundiais e, lamentavelmente, fomos verificando que não estamos acompanhando os passos dessas nações no seu desenvolvimento e no seu crescimento, principalmente nesse plano da globalização.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente, pelos Srs. Romeu Tuma e Renan Calheiros, Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Darei já, Senador Ney Suassuna, a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência lembra ao Plenário que será realizada amanhã, às 10 horas, sessão especial destinada a lembrar o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, de acordo com o Requerimento nº 48, de 2006, do nobre Senador Luiz Otávio e de outros Senadores, aprovado ontem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que deixaram de constar, no espelho da Ordem do Dia impressa de hoje, as Propostas de Emenda à Constituição nºs 3 e 12, de 2000, e 14, de 2001, que tramitam em conjunto.

Desse modo, a Presidência inclui as matérias na pauta de hoje.

As matérias constam da Ordem do Dia eletrônica e podem ser consultadas pelos computadores.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Conforme anunciado na sessão de ontem, a pauta da presente sessão está sobrestada por medida provisória, que foi lida ontem no final da nossa Ordem do Dia.

Não havendo deliberação, está, portanto, encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 268, DE 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 268, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação, da Saúde e da Defesa e de Operações Oficiais de Crédito, no valor global de um bilhão, quatrocentos e noventa e oito milhões, trezentos e quatorze mil, cento e um reais, para os fins que especifica.

Relator revisor:

2

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 59, DE 2004

(Votação nominal, se não houver emendas)

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Propos-

ta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *dá nova redação ao art. 40 e revoga o art. 92 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para alterar a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial de Manaus.*

Parecer sob nº 7, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, oferecendo a redação para o segundo turno.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 72, DE 2005

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 72, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *altera o art. 62 da Constituição Federal para disciplinar a edição de medidas provisórias.*

Parecer sob nº 2.251, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Edison Lobão, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2000, que *altera o caput e os § 4º, 6º, II e 7º, e acresce o § 8º ao art. 57 da Constituição Federal (dispõe sobre alteração dos períodos das sessões legislativas e sobre a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária.).*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2000

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2000, que *altera a redação do art. 57 da Constituição Federal para, alterando o período de funcionamento do Congresso Nacional, determinar o recesso constitucional de 21 de dezembro a 1º de janeiro e estabelecer que o calendário legislativo será definido por resolução do Congresso Nacional e contemplará período de férias coletivas dos Congressistas.*

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 2001

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2001, que *altera o art. 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.*

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Ney Suassuna, nobre Líder do PMDB.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei muito rápido.

Queria apenas falar da nossa tristeza ao ler a reportagem de um site da Paraíba, mostrando que estamos com uma lista da morte no Hospital Laureano.

O Hospital Laureano é o único do câncer na Paraíba, atende a cerca de 1.200 pessoas por mês e recebe cerca de R\$509 mil do SUS. Lá, diz o diretor: “Enquanto há 150 pacientes numa lista de espera para morrer por falta de medicação e tratamento quimioterápico, o Governo gasta fortunas com propaganda, propiciando a corrupção no Governo, caixa 2 de campanhas e pagamento de mensalão a Parlamentares, tudo com origem nos altos valores, destinado à propaganda”.

Sr. Presidente, nesta última semana, das dez pessoas que faziam parte da lista de tratamento, morreram quatro. Provavelmente, isso vai continuar acontecendo.

É claro que não concordamos inteiramente com os dizeres de que isso é culpa só do Governo Federal. Vamos verificar se a responsabilidade é federal ou estadual. Estou aqui com o Deputado Wilson Santiago, Líder do PMDB na Câmara, também paraibano, e S. Exª também está trazendo a sua indignação em relação a esse caso. Nós já pedimos uma audiência ao Ministro da Saúde para falar deste assunto.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Há alguns oradores inscritos: Senadores Amir Lando, João Batista Motta, Sibá Machado e Heráclito Fortes.

De acordo com a ordem, darei a palavra primeiro – estou aqui combinando este procedimento –, ao Senador João Batista Motta. Em seguida, darei a palavra aos Senadores Amir Lando, Sibá Machado e Heráclito Fortes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Em qualquer possibilidade, peço a palavra, quando V. Ex^a puder me conferir, pela Liderança ou pela inscrição. Se os inscritos desejarem falar primeiro, não há problema.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito bem. Com a palavra V. Ex^a, Senador Motta.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, passei praticamente os últimos três anos denunciando nesta Casa o precário estado das estradas brasileiras em praticamente todas as regiões do País, e cobrando providências do Governo Federal. Então, deveria estar satisfeito com o anunciado plano emergencial de recuperação de estradas do Governo. Mas, infelizmente, Sr. Presidente, a chamada operação tapa-buracos simplesmente evidencia, na melhor das hipóteses, a incapacidade de planejamento do Governo Lula. Na realidade, tudo nos leva a crer que essa é uma iniciativa extemporânea e eleitoreira.

Quando assumiu o Governo, o Presidente Lula paralisou obras em todo o País. Por decisão tomada na primeira reunião ministerial, todas as licitações que estavam em curso no Ministério dos Transportes foram suspensas, independentemente do estágio de andamento. A idéia, segundo foi anunciado na época, era, após a realização de um minucioso estudo, priorizar a recuperação da malha viária. A construção de novas estradas ficaria para um segundo momento. O então Ministro Anderson Adauto chegou a dizer que os buracos nas estradas estavam matando muitas pessoas e que consertá-los era uma questão social. Três anos depois a situação das estradas está ainda pior, Senador Mão Santa.

Há três meses denunciei aqui, mais uma vez, o descaso do Governo Lula com a situação das estradas brasileiras. Relatei o caso de um empreiteiro do Espírito Santo que, cansado do jogo de empurra e da falta de planejamento do Governo Federal, desistiu da obra de recuperação do contorno de Vitória. Situações como essa aconteceram nos quatro cantos do país. A verdade é que o Governo Lula, por inoperância, acabou contribuindo para que a malha viária brasileira se deteriorasse ainda mais. A operação tapa-buracos que está em curso, prevê investimentos da ordem de R\$440 milhões para a recuperação de 26 mil quilômetros de estradas em 25 Estados brasileiros. Especialistas do setor já disseram, no entanto, que o plano não deverá atender à demanda. Só para se ter uma idéia, em 2005,

o Governo de Minas Gerais gastou 300 milhões para a recuperação de cinco mil quilômetros de rodovias.

Ao rebater as críticas que a operação tapa-buracos está recebendo, o Presidente Lula disse que somente este ano o Governo conseguiu recursos para investir em estradas. Para o cidadão comum, que diariamente arrisca sua vida pelas precárias estradas brasileiras, as declarações do Presidente certamente soam como um afronta até porque fica difícil para o trabalhador que paga em dia seus impostos acreditar que não havia recursos para a recuperação da malha viária, vendo jorrar milhões e milhões pelo “valeroduto”. Sr. Presidente, Srs. Senadores, afinal de contas, foi o próprio Governo quem elegeu, como prioritária, em sua primeira reunião ministerial, a recuperação das estradas. Pelas informações do Ministério dos Transportes, das 600 frentes de trabalho previstas no programa, 120 já estão em operação. A meta é concluir reformas até o final do mês de março; dias antes do prazo de desincompatibilização com vistas às eleições de outubro.

O Coordenador do curso de pós-graduação da área de transportes da UnB, o Engenheiro Paulo César Marques, deu recentemente uma entrevista à imprensa, chamando a atenção para a gravidade da situação. Segundo ele, apenas tapar buracos não resolve o problema. É preciso recuperar a base da estrada. Caso contrário, acontecerão, num curto espaço de tempo, novas deformações. O que ele quis dizer é que esse tipo de recuperação não resiste à temporada de chuvas. Ou seja, é dinheiro jogado fora. Não estou aqui dizendo que a recuperação da malha viária não é necessária e que os recursos que estão sendo liberados não são bem-vindos. Longe disso, Sr. Presidente. Estou apenas ressaltando a necessidade de realizarmos obras eficazes e de qualidade. Para ter competitividade e crescer, o Brasil, cuja produção é escoada, em grande parte, pelo transporte rodoviário, precisa de estradas bem construídas e bem sinalizadas.

Indicadores econômicos precisos, contidos em trabalho realizado pela Fundação Getúlio Vargas, expõem com clareza e objetividade os imensos prejuízos acarretados ao País, pela precariedade da infraestrutura de transportes. O estudo revela que a malha rodoviária brasileira, além de se encontrar em situação precária, é pequena tanto para a extensão territorial quanto para a população do País. O Brasil ocupa a nonagésima posição entre 181 países, com 202 km de estradas por 1.000 km² de área, situação tão ruim que seria necessário construir 9,8 mil quilômetros de estrada por ano, durante trinta anos, para se chegar apenas à média da América Latina.

Um diagnóstico feito pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em 2004, revela que o estado geral de 74,7% da malha rodoviária brasileira é considerado deficiente, ruim ou péssimo. Na avaliação foram consideradas a pavimentação, a sinalização e a geometria viária de 74.681 quilômetros de rodovias em todo o País. A pesquisa mostrou que a pavimentação de 56,1% da malha rodoviária brasileira é deficiente, ruim ou péssima, o que corresponde a 41,9 mil quilômetros de estradas; que 48,7 mil quilômetros, ou seja, 65,4% do total, estão com sinalização inadequada e que 29,7 mil não têm acostamento. E ainda, as dez rodovias mais bem conservadas do País estão sob a administração da iniciativa privada. A verdade é que os problemas das rodovias não estão sendo enfrentados com responsabilidade pelo Governo.

Dante desse lamentável quadro e da afirmação do Governo Federal de que não há recursos para a recuperação da malha viária, muitos brasileiros têm me perguntado, pelos quatro cantos do País, o que tem sido feito com os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), aprovada pelo Congresso Nacional para garantir a conservação e a recuperação das estradas. Em 2005, segundo dados do próprio Ministério dos Transportes, os recursos da Cide somaram R\$7,7 bilhões.

O fato, Sr. Presidente, é que o Governo Federal só tem adotado planos de emergência. Está apenas tapando buracos. O próprio Ministro dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, já admitiu que essas obras terão de ser refeitas no prazo de um ano. O que também chama a atenção é o fato de que mais de sete mil quilômetros serão recuperados sem licitação, para vergonha do nosso povo.

Ora, Sr. Presidente, não precisaríamos estar passando por esses problemas agora se o Governo Lula tivesse políticas públicas bem definidas. Jogar pela janela R\$400 milhões já seria um absurdo, não fosse o Brasil o País das desigualdades sociais. No meu Estado, Espírito Santo, estamos lutando desde o início do Governo pela recuperação e ampliação da Rodovia do Contorno, que liga os Municípios de Cariacica e Serra. Conhecida como Rodovia da Morte, em razão do alto número de acidentes fatais que lá aconteceram, essa estrada é de fundamental importância não só para a economia estadual como também nacional. A inércia do Governo Lula é tão grande que moradores e empresários que se instalaram ao longo da rodovia estão pedindo que o Governador Paulo Hartung assuma as obras em questão.

A grande verdade, Sr. Presidente, é que o Brasil apresenta elevado déficit de infra-estrutura de transportes. E isso é muito grave porque, na economia

globalizada, o que conta é a eficiência, a qualidade, os prazos de entrega e os baixos custos. Portanto, a competitividade dos nossos produtos depende da capacidade do País de reestruturar-se, de desenvolver uma logística moderna. Se os recursos orçamentários não são suficientes, é preciso que se desenvolva uma política de parceria com a iniciativa privada, por meio das Parcerias Público-Privadas (PPPs) ou até mesmo por meio de concessões. O que não podemos, Sr. Presidente, é continuar suportando essa dramática situação que, além de colocar em risco milhares de vidas no que diz respeito à malha viária, ainda empeira o crescimento econômico do Brasil.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES)

– Agradeço, Sr. Presidente, estou terminando.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Peço a gentileza de V. Ex^a, para dar tempo de os outros oradores se pronunciarem. No entanto, V. Ex^a terá o tempo necessário.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – O

Jornal **A Gazeta** de dois dias atrás, por uma pesquisa, mostrou ao povo do Brasil que, no Espírito Santo, morre uma pessoa por dia somente nas rodovias federais.

Trago aqui essa dramática situação porque, no meu Estado, o Governo Federal não está duplicando sequer um metro de rodovia. Na operação tapa-buracos, os serviços programados para lá estão na ordem de R\$6 milhões, o que não dá para fazer absolutamente nada em matéria de estradas no meu Estado.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES) – Sr.

Presidente Romeu Tuma, muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. João Batista Motta, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Eu é que lhe agradeço e peço desculpas, Senador João Batista Motta.

Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, como Líder.

Senadora, V. Ex^a tem a palavra agora por dez minutos. Estou fazendo uma redução do tempo...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Nem se preocupe, Senador Romeu Tuma, porque não falarei esse tempo todo, para possibilitar que os outros Parlamentares inscritos possam falar. Como amanhã haverá sessão normalmente, estaremos aqui trabalhando normalmente.

Amanhã haverá uma sessão especial em homenagem às vítimas do Holocausto. É um dia de trabalho

como outro qualquer mais especial ainda – e estaremos todos aqui. Observarei quem se fará presente, Senador Sibá Machado.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ontem, não tive a oportunidade de fazer uma homenagem ao Dia dos Carteiros. Ontem, foi uma confusão tão grande aqui na Casa – claro que uma confusão no bom sentido, de muitas votações, muitos debates e muita problematização de idéias e dos projetos que estavam em pauta – que não tive condições objetivas de fazer tal homenagem. Hoje, rendo preito aos carteiros, em nome dos Senadores Mão Santa, Alberto Silva, Flexa Ribeiro, de todos os Senadores.

De fato, o carteiro acaba sendo o principal símbolo dos Correios, e os Correios, que é uma estrutura muito poderosa, com uma clara demonstração de qualidade técnica, acabaram sendo vítima dos crimes patrocinados contra a administração pública por alguns delinqüentes da política, os quais criaram um problema gravíssimo para a imagem dos Correios e, de um modo muito particular, para a imagem dos trabalhadores da instituição, especialmente os carteiros.

Senadores Sibá Machado e Romeu Tuma, às vezes, dirigindo ou atravessando as ruas, no interior ou aqui, encontro vários carteiros amigos meus, que imediatamente dizem: “Nós queremos que apurem o caso para evitar que comprometa a imagem dos Correios”. Isso tudo pode levar alguém a ter a ousadia de falar em privatização ou criar um problema gravíssimo para a imagem dos Correios.

E todos nós temos uma história sobre carteiro, que faz parte da nossa vida desde a infância. Há até música sobre os carteiros, coisas que têm muito a ver com toda gente, desde o cachorro correndo atrás....

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Há até um samba bonito.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senadora, é muito oportuna esta homenagem. Ramez Tebet, ontem, recordou também, e, agora, Heloísa Helena, atenta a todas as classes. Mas eu queria lembrar que o filme mais emocionante é “O Carteiro e o Poeta”. Pablo Neruda, o socialista, um homem avançado. Ele ficou exilado lá no Uruguai, Alberto, numa praia distante, como Macapá. Então, era uma dificuldade muito grande para o carteiro chegar até lá. Por ironia do destino, Neruda era quem mais recebia cartas, correspondência do mundo, e nasceu uma grande amizade. Mostra parte importante da vida do grande poeta e socialista que foi Pablo Neruda.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Concedo um aparte ao Senador Amir Lando. Sei que compartilha da homenagem também o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Nobre Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a, como sempre com acuidade, com emoção, nos brinda esta tarde com este discurso fantástico sobre o Dia do Carteiro, essa figura, muitas vezes incógnita, mas que presta um serviço, é um elo da comunicação, daquilo que é exatamente a carta onde as palavras ficam gravadas. E o homem, quando inventou a escrita, exatamente encontrou na carta a possibilidade de manifestação do sentimento. É essa figura que percorre quilômetros e quilômetros, que tem nas pernas o seu grande instrumento de trabalho, mas tem também no coração esse desejo de servir. O carteiro realmente é o elo da comunicação. Quantos amores unem os carteiros! Quantas saudades matam, trazendo notícias os carteiros! Quanta notícia boa e notícia ruim levam os carteiros! Por isso, neste dia, é justa a homenagem. V. Ex^a está de parabéns ao fazer esse discurso específico para, mais uma vez, engrandecer essa profissão desconhecida, singela, mas que tem a nobreza e sobretudo o esforço, a dedicação dessas pessoas, homens e mulheres, que trabalham. Levando as notícias, vocês levam as asas da saudade, da esperança e do sentimento humano.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Muito bem, Senador Amir Lando. Agradeço de coração a V. Ex^a.

Ouço o Senador Heráclito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito, desculpe-me. A Mesa não poderia interromper, mas é a homenagem mais bonita que posso sentir nesta semana tão difícil. E, quando a senhora falou da música, lembrei-me da Dircinha Batista: “Quando o carteiro chegou, trazendo uma carta na mão...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ... e meu nome gritou.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Seu nome gritou.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – ... com uma carta ...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ... na mão”.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu era muito pequenininha, viu? Tuma e Heráclito já eram homens feitos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – E que Deus abençoe esses carteiros.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Heráclito, querido.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu pensava que a Senadora Heloísa não era nem nascida ainda na época dessa música. Tomou conhecimento pela sua mãe, que cantava a música para niná-la.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Ela cantava mesmo, quando eu era pivete. Era ela que cantava. (Risos.)

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas, Senadora, V. Ex^a presta aqui uma homenagem justa e num momento oportuno, num momento da maior justiça. Os carteiros, no ano passado, tiveram um ano todo de adversidade, apanhando por causa da CPMI que levou o nome dos Correios. Injustiçados, incompreendidos, uma Instituição enlameada. Senadora, tive uma convivência muito grande com os Correios e, de maneira muito especial, com os carteiros do Brasil, porque fui superintendente do Postalis, que é o fundo de pensão dos funcionários. Tive essa convivência, para mim, fantástica, numa época da minha vida foram menos de dois anos, o que me enriqueceu muito, porque vi a auto-estima que aquela gente tem com a profissão. Recentemente, fui ao interior do Piauí e estava no auge a campanha que se fazia contra os Correios. O Maurício Marinho era símbolo do mal no Brasil, e aquilo contaminou, num primeiro momento, todo o órgão. E um carteiro me chamou aborrecido, chateado e me disse: "Senador, antigamente a gente corria nas ruas com medo dos cães ferozes; agora são os meninos nos chamando de mensalão, de ladrões. Então, eu queria que o senhor fizesse alguma coisa em Brasília para mudar esse conceito, porque não temos nada a ver com isso". Na época, fiz um pronunciamento na Comissão e na tribuna. V. Ex^a faz agora, na data de homenagem aos carteiros, um pronunciamento com tudo que tem o seu dedo: o condimento do amor, do carinho e, acima de tudo, o lado humano com que trata os carteiros e essa profissão muito querida. Estamos homenageando aqui o carteiro, a família do carteiro. Não estamos homenageando aqueles que sentam nos tapetes e no ar condicionado, os dirigentes do órgão se bem que muitos até merecem elogios; a questão, no momento, é o carteiro, que simboliza uma parte muito importante da nossa vida. Nada substitui a figura do carteiro. Não há neste mundo um ser que, de maneira direta ou indireta, não deva um favor ao carteiro pelo que trouxe de bom nas nossas vidas. Parabéns a V. Ex^a.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço de coração a V. Ex^a, Senador Heráclito.

Ouço o nobre Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senadora Heloísa, já que havia uma dúvida aqui quanto ao período da música, eu só me lembro muito bem de que quem cantava era Vanusa, pelo menos a interpretação...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sibá, você está frito!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... a interpretação que eu tenho – pelo menos eu tinha um *long play*, um LP, interpretado por Vanusa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que o senhor é criança ainda, Senador.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Não, uma das duas louras.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Wanderléa.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Uma das duas louras. Tá bom. Tá ótimo! Duas louras lindas.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Aí eu me lembrei, então, de uma piada do Barnabé. O Barnabé dizia na piada dele: "Ah, minha irmã casou no mês passado. Coitada da minha irmã!" Aí alguém perguntava: "Por quê?" "Porque minha mãe vivia dizendo a ela: 'Minha filha, você tem que seguir os passos do seu marido'." "E daí?" "Daí que minha irmã casou com um carteiro. Vai ter que andar demais daqui pra frente." Senadora, estou aproveitando essa oportunidade também para dedicar aqui minha singela solidariedade e parabenizar essa categoria tão importante, que transporta as correspondências das pessoas, leva as notícias de uma para outra, o que envolve, primeiramente, confiança, pois uma das coisas mais baixas e nojentas é alguém interceptar, abrir, ler uma correspondência de outro. Então, é um privilégio contarmos com o trabalho de um carteiro, que entrega cartas muitas vezes recebido por um cachorro valente, numa porta que bate, e que muitas vezes é até motivo de charges ou de ironias. Quero dizer que, entre as cores da Bandeira do Brasil, a que mais me chama a atenção é a amarela. Chama-me muito a atenção o amarelo. Penso no amarelo, penso na Seleção Brasileira, penso no Banco do Brasil e penso nos Correios, porque acho que transfere para nós, de cara, a visão do País, a visão da Nação, o amor patriótico e tantas outras coisas. Então, quero dedicar estas palavras meio distorcidas, com carinho, a essa brilhante categoria.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena...

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não. Os dois vão decidir agora quem é na realidade.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu acho que o Senador Sibá tem razão: a música que envovia car-

teiro e carta da Wanderléia é uma que o Mão Santa cantava muito na juventude, que dizia que alguém recebeu uma carta apaixonada de uma pessoa e que no envelope só continha como remetente Teresina, Piauí. Era uma música da Wanderléia da mesma época, são contemporâneas. De qualquer maneira, são duas homenagens que as duas intérpretes prestaram aos carteiros brasileiros.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e, mais uma vez, Senador Romeu Tuma, só quero deixar registrado: apesar de toda a turbulência por que passa ainda a estrutura dos Correios, em função do banditismo eleitoral, da vigarice política, da articulação promíscua entre setor empresarial, gangues partidárias, relações promíscuas as mais diversas, sabemos o quanto isso causou sofrimento a essa categoria. O quanto causou sofrimento!

A todas as mulheres e homens que fazem os Correios do Brasil, a homenagem de todos os Senadores que estão na Casa, como bem fizeram questão de verbalizar, a homenagem a quem constrói laços, promove encontros, esclarecimentos, tristezas ou alegrias, mas que, sem dúvida alguma, constrói laços. E são tantos carteiros no Brasil, Senador Romeu Tuma. E muitas pessoas ficam à porta esperando o carteiro para ver se a correspondência veio. Já o conhecem carteiro e lhe perguntam: "Veio a correspondência?" E o carteiro às vezes responde: "Não veio". São tantas as pessoas que conversam, choram ou se alegram com os carteiros diante de correspondências recebidas.

Então, para esses que... E pensemos só no lado positivo, porque a vida da gente tem tantas tristezas, tantas tristezas, que nem vale a pena fazer isso.

Nossa homenagem a quem, de forma muito especial, promove laços, encontros, esclarecimentos, de tristeza ou de alegria, mas, acima de tudo, laços a serem construídos, como o Senador Sibá Machado disse, com muita ética, o que não é uma coisa simples. Não é um trabalho qualquer. É um trabalho que exige um rigor ético muito grande. Não é à toa que aquele ato do Sr. Marinho, que causou tanta tristeza para os trabalhadores do setor e certamente também para ele e para a sua família, acabou levando ao esclarecimento de outros fatos extremamente graves dos Correios. O ato do Sr. Marinho acabou levando também ao esclarecimento de mecanismos que possibilitavam a fraude, e talvez, a partir de agora, se minimize o risco das fraudes e dos crimes contra a Administração Pública.

Agradeço a V. Ex^a e peço desculpas por ter ultrapassado o tempo, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senadora, imagine os Correios chegando a uma

praça de guerra no Iraque ou no Haiti. O que deve representar uma carta nessa hora?

Que Deus abençoe os carteiros e que nós possamos sempre receber notícias boas.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Sr. Presidente, apenas para mostrar a importância da TV Senado, Senadora Heloísa Helena, acabo de receber um telefonema aqui de um amigo de Teresina, Acelino Portela, um grande ouvinte e apreciador da música e da TV Senado, como demonstrou.

Ele diz que a música é de 1968. A autoria é de Américo Nunes e Aldo Cabral. E, realmente, V. Ex^a ganhou, Senador Sibá: quem canta é a Vanusa. A minha é outra; é a do carteiro que fala "Teresina, Piauí".

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Mas, Senador Heráclito Fortes, isso vai significar que V. Ex^a é mais jovem do que o Senador Sibá Machado. Se eu fosse o Sibá, eu errava de propósito.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Sibá Machado, tem V. Ex^a a palavra por dez minutos. Em seguida, o Senador Heráclito Fortes e, depois, o Senador Amir Lando, como último inscrito. Estou lendo a lista, que ficou, do Senador Leonel Pavan.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu tenho o disco da Vanusa, um LP. Eu não o ouvia em 1968, porque acho que, na época, não tinha nem rádio lá em casa. Mas, depois, gostei tanto da música, que resolvi comprar o disco da Vanusa.

Sr. Presidente, venho à tribuna hoje para dizer da minha alegria, da minha satisfação com o que foi o final da semana passada para todos nós do Estado do Acre, por mais uma visita do Presidente Lula e de várias pessoas da sua equipe, como a Ministra Marina Silva, o Ministro Miguel Rossetto e também o Ministro Antonio Palocci.

Devido ao depoimento de hoje, resolvi falar sobre o que passou pela minha cabeça do final da semana passada até hoje. Naquele momento, o Governador bradou, com todo o pulsar de sua emoção, o que significava a presença do Ministro Palocci no Acre. Dizia ele que, ao longo de mais de um século de existência do Estado do Acre, houve dez visitas presidenciais ao nosso Estado, desde 1903: uma vez o Presidente Figueiredo; uma vez o Presidente José Sarney; duas vezes o Presidente Fernando Henrique Cardoso e seis vezes o Presidente Lula. O importante são os resultados disso para o nosso Estado. Ele lembrou, naquele momento, que Ministro de Estado da Fazenda nunca havia chegado ao Estado do Acre. Quatro presidentes da República, por dez vezes, foram ao Acre, mas Ministro de Estado da Fazenda, nenhuma vez. Pela primeira vez, agora, foi o Ministro Palocci. S. Ex^a não

precisou falar. Ficou lá, acompanhando a comitiva, apenas com conversas paralelas, não teve nenhum momento para falar ao microfone. Mas a presença do Ministro da Fazenda teve grande significado, principalmente para uma pessoa que lida com esta Pasta poder compreender o Brasil dentro do seu coração, dentro das suas diversidades, das suas dificuldades, das suas diferenças regionais e tantas outras coisas.

Hoje eu fui observando o Ministro durante o seu depoimento. Eu imaginava que, dentre as profissões que mais requerem cabeça fria, a primeira seria a de médico, principalmente na hora de uma cirurgia. Um médico fazendo um transplante de coração, uma ponte de safena, não pode estar preocupado se o seu time ganhou ou perdeu o jogo, se a sua conta bancária está em dia e com não sei mais o quê. A outra profissão que me chamava muito a atenção, pela tranquilidade que requer, é a de juiz de Direito. É claro que todos que militam na área do Direito têm de ter certos atributos, mas um juiz, na hora de tomar uma decisão, proferir uma sentença, precisa de muita tranquilidade. Agora, pude compreender que há uma terceira profissão. Um Ministro da Fazenda tem de ser uma pessoa muito equilibrada.

Não faltaram opiniões divergentes sobre o trabalho do Ministro Palocci à frente daquele Ministério. S. Ex^a recebeu críticas, em alguns momentos, bastante enfáticas; em outros, mais calmas. Muitas pessoas se pronunciaram sobre isso. E hoje S. Ex^a vem para responder a todas aquelas perguntas feitas, de maneira tranquila, respeitosa e objetiva, perante todos os Srs. Senadores que lhe fizeram perguntas.

Certa vez, tive oportunidade de dizer para S. Ex^a que de economia eu não entendia e que ia na fé. Eu vou na fé! Então, quando olho para S. Ex^a, como militante do PT, das causas sociais, pelo que eu sabia dele, antes de conhecê-lo pessoalmente, posso dizer que fiquei com uma confiança muito grande no trabalho dele. Portanto, quando S. Ex^a trata hoje sobre a economia brasileira, eu vou na fé. E disse isso para ele. E penso que, de certa forma, começamos a colher o que plantamos.

Faço uma outra comparação com a questão da economia. Para mim, está muito claro que é parecido com obras de infra-estrutura e de saneamento básico. Quando se faz uma obra de saneamento básico, geralmente a população só percebe pelo transtorno que uma obra causa. Ao se cavar um buraco para colocar um tubo, um cano, uma transmissão de esgoto e de água, atrapalha-se o trânsito, o sossego das pessoas. Se chove, faz lama; se faz sol, tem poeira. Então, incomoda muito. Depois que está pronto, às vezes nem se percebe que a água está normal na torneira, que os

dejetos da casa têm para onde ir, e assim por diante. Então, às vezes, nem se percebe. Então, com a economia é parecido. Só agora começamos a ter o que comparo com a água boa na torneira. Fiquei bastante impressionado com os dados do IBGE, que mostram que o desemprego diminuiu no Brasil. A taxa de desemprego de seis regiões metropolitanas do Brasil recuou de 9,6% para 8,3%, em dezembro passado. Essa é uma das mais importantes e bonitas taxas do Brasil desde 2002. Demonstram ainda os dados que a renda do trabalhador subiu uma média de 2% no ano passado e que o contingente de pessoas desempregadas caiu de mais de dois milhões para cerca de 1,8 milhão pessoas, o que dá uma redução de 13,6%.

São números que mostram uma desconcentração de renda. A Pnad já havia mostrado que houve, nesses últimos tempos, uma redução da diferença entre os mais pobres e os mais ricos no Brasil, número que já foi bastante discutido aqui.

Aproveito para dizer ainda, Sr. Presidente, que, com a ida do Presidente Lula nesse final de semana, tivemos, além da inauguração da ponte – parabenizo o Senado Tião Viana pelo brilhante pronunciamento que fez aqui na segunda-feira passada –, a entrega de três projetos de assentamentos realizados em uma modalidade especificamente amazônica, porque é uma decisão do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra regionalizar a face da reforma agrária. Não podemos copiar. Era comum fazer uma cópia da forma como os assentamentos eram praticados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. Eles eram transportados linearmente para a Amazônia, o que não era compatível com a nossa realidade.

Agora, existem esses três projetos de assentamento. O mais importante, no qual o Presidente Lula esteve presente, junto com os ministros, inclusive o Ministro Antonio Palocci, é a Nova Bonal, uma empresa rural de propriedade de belgas que estava sendo vendida. Fizemos um esforço no Estado no sentido de convencer o Presidente do Incra, Rolf Hackbart, a comprá-la – não foi desapropriação, foi aquisição – e transformá-la numa forma de assentamento que possa ser reproduzido doravante na Amazônia.

Trata-se de uma empresa – como estamos dizendo lá – à qual o assentado já chega recebendo, ganhando dinheiro, por conta da área que já existe, plantada com seringa de cultivo e palmito de pupunha. Serão assentadas naquela área 280 famílias, que já começam com o faturamento anual de cerca de R\$70 mil.

Temos outros números importantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra. O Governo conseguiu ultrapassar em 10% a meta de assentamen-

tos do ano passado. Da meta estabelecida, o Governo conseguiu assentar mais ainda, ultrapassando 10%.

Ainda sobre os investimentos em assistência técnica, tenho viajado bastante pelo Brasil para fazer uma comparação – esta é a minha área de atuação, porque fui militante das questões agrárias – e ver como a reforma agrária tem respondido com bem-estar social para as famílias assentadas e também com o crescimento do PIB, seja do Município envolvido ou do Estado.

Os números são muito importantes, porque no cálculo do Ipea consta que a produção agrícola brasileira participa na construção do PIB do ano de 2003 para 2004 em 30%; e, desses 30%, 20% foram ligados ao agronegócio e 10% vinculados à produção e à contribuição da reforma agrária.

Eu gostaria ainda de dizer, Sr. Presidente, que, com a Portaria nº 10, que abre um novo cadastramento na região, poder-se-á identificar, daqui para frente, de uma vez por todas, quem tem direito de posse e quem não o tem. E, evidentemente, esperamos que o Congresso Nacional, que o Senado – peço aqui encarecidamente, de todo o coração – possa votar, o mais rápido possível, Sr. Presidente, o projeto relativo às florestas, que, no nosso entendimento, vem concluir esses esforços todos que estão sendo feitos pela área de Governo, principalmente na Região Amazônica.

Assim sendo, quero, mais uma vez, agradecer ao Presidente Lula, que deverá voltar ao Acre, daqui a uns dois meses, dessa vez para inaugurar a expansão da Universidade Federal do Acre (Ufac), que é a Universidade da Floresta, um *campus* avançado e específico dentro do Município de Cruzeiro do Sul. Essa é uma bandeira de luta dos moradores daquela cidade que foi muito bem trabalhada aqui pelo Deputado Federal Henrique Afonso.

A visita do Senhor Presidente ao Estado poderá culminar também com a interiorização da nossa Universidade, um investimento que tive o prazer de apresentar na discussão das emendas parlamentares e que o Governador conseguiu negociar muito bem com o Ministro Fernando Haddad. Vamos inserir a nossa Universidade Federal em todos os Municípios do Acre, os quais entendo que poderão, nos próximos dois anos, ter acesso a um ensino superior de qualidade, com salas de teleconferência, para que se possa assistir a aulas em outros centros universitários e assim por diante.

Portanto, Sr. Presidente, pretendo voltar à tribuna amanhã – já fui muito bem alertado pela Senadora Heloísa, embora talvez isso nem fosse necessário porque amanhã estarei aqui trabalhando – para continuar fazendo uma boa avaliação do que foi, no meu entendimento, essa maravilhosa experiência de Governo

para a Esquerda brasileira, para os Partidos que hoje compõem a base de sustentação do Governo Lula e, principalmente, para a satisfação de tantos brasileiros e brasileiras que requerem a atenção da autoridade principal da nossa Nação.

Aproveito esses últimos segundos para dizer que tenho um respeito muito profundo por V. Ex^a, Senador Romeu Tuma, pela sua honestidade consigo e com as causas com que tem trabalhado e principalmente pelo seu comportamento hoje perante o depoimento do nosso Ministro Palocci. Considero que V. Ex^a agiu com respeito maior e pensou em uma questão de Estado nacional, não apenas nas questões específicas de um debate político, como é normal dentro desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Agradeço a V. Ex^a e lembro que amanhã a sessão destina-se a homenagear as vítimas do Holocausto. Então, V. Ex^a tem de vir preparado para falar sobre esse tema e não sobre a glorificação do trabalho que está sendo feito.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Bem lembrado, Sr. Presidente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pois não, Senadora.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Romeu Tuma, nem vou entrar no debate do Palocci, até porque haverá uma sessão secreta para discutir isso, e as águas vão rolar muito ainda. Não é sobre isso que vou falar. Ficou a polêmica aqui para saber quem cantava que música. A mãe de um rapaz chamado Ivan, de Belo Horizonte, que estava assistindo à TV Senado, já mandou um e-mail para dizer que, na década de 50, Senador Heráclito Fortes, quem gravou a música foi Isaurinha Garcia e, depois, Vanusa. (Risos.) Confundiram tudo! Agradeço à espectadora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Confundi Dircinha Batista com a Isaurinha Garcia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É capaz de ela ter razão.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Isso demonstra que muitos estão assistindo à TV Senado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estão vendo, sim. Só espero que este debate não nos leve a ter de ouvir essa canção, na íntegra, na aveludada voz da Senadora Ideli Salvatti na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Heráclito Fortes, peço licença a V. Ex^a para prorrogar a sessão por 25 minutos, que serão divididos

entre os três oradores inscritos: V. Ex^a, o Senador Amir Lando e o Senador Alberto Silva. V. Ex^a ainda vai usar da palavra, Senador Alberto Silva?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sim, serei o último.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Dividirei o tempo restante. Serão sete a oito minutos para cada um a fim de que possamos encerrar a sessão sem prejuízo do discurso de V. Ex^a, Senador Amir Lando, que está, pacientemente, esperando sua vez.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, finalmente, inspirado no pronunciamento da Senadora Heloísa Helena, teremos uma tarde quase descontraída no Senado da República. É bom que isso aconteça, principalmente quando vemos essa participação de pessoas do povo. A Senadora Heloísa recebe um telefonema de Minas Gerais, eu recebo um telefonema do Piauí. Cada um de nós recebe o que mostra o acerto da TV Senado, que nos expõe à opinião pública e nos faz passar pelo julgamento do Brasil em tempo real.

Sr. Presidente, observamos que o tema recorrente nesse início dos trabalhos que compreendem a convocação extraordinária tem sido sempre o mesmo: o Orçamento da União. Todos já dissemos, todos já concluímos, Senador Sibá Machado, que esse é um modelo saturado. Como se diz relativamente às aeronaves, aos navios, a fadiga do material tomou conta do modelo.

É um constrangimento muito grande abordar esse tema, porque, em um primeiro momento, parece que se está acusando um companheiro, um Parlamentar, sendo que, na realidade, o Congresso é a vítima, Senador Romeu Tuma. O Congresso elabora, como sugestão, o Orçamento da União, e o Governo contingencia, não cumpre. Assim, o que acontece é uma eterna peregrinação de Governadores, Prefeitos e Parlamentares, em busca de poder, mendigando justiça para seus Estados.

Quando se quer, Senador Mão Santa, distorcer os fatos, joga-se a informação equivocada de que o Parlamentar “a”, “b” ou “c” tem algum interesse que não seja – aliás, termo muito na moda – o republicano. Admitimos que isso até pode acontecer. O Parlamentar brasileiro é uma caixa de ressonância do País; temos aqui a representação da sociedade em todos os seus níveis e, portanto, com todos os hábitos e gostos. Porém, não é a maioria. Os que lutam pelos benefícios e pelas melhorias para seus Estados – e de modo muito especial para os Estados mais carentes – fazem-no

movidos exclusivamente pela sensação de que, atendidos os seus pleitos, estariam cumprindo com seu dever ao promover o bem-estar social.

O Senador Alberto Silva, de longa experiência no Parlamento e no Executivo, é testemunha melhor que ninguém de que, neste ano, extrapolou-se. O desrespeito aos acordos e ao que foi aqui votado chegou a números nunca dantes alcançados.

Senador Almir Lando, V. Ex^a viu, muitas vezes, uma emenda de Bancada – deve ter ocorrido com seu Estado – ser aprovada, com acordo feito, e a burocracia ministerial desviá-la de maneira maldosa e criminosa, atendendo a objetivos que não são do interesse maior da sociedade brasileira.

No Piauí, vivemos dois problemas mal-explicados. Um deles envolve recurso de Bancada, do qual eu era um dos signatários, cuja destinação era para a revitalização do centro de Teresina. No mês de setembro, fui procurado por um diretor da empresa interessada na matéria que me propunha substituição para a obra do metrô. Eu lhe disse, com todas as letras, que, para mim, o símbolo da luta para o metrô de Teresina era o Senador Alberto Silva, que aqui se encontra, e que aquele assunto deveria ser tratado politicamente com o Senador, mas com a participação do Prefeito de Teresina, para quem a emenda tinha sido destinada.

O Senador Mão Santa participou e participa das reuniões e da discussão orçamentária do Piauí, que, aliás, é feita de maneira equilibrada, civilizada, para onde não são levadas questões menores da política local. Essa emenda foi uma solidariedade da Bancada do Piauí ao Prefeito eleito e até então não empossado, para atender a uma de suas reivindicações.

O Governo do Estado foi aquinhoados com mais duas emendas, preferindo dar prioridade à construção de estradas, através da Codevasf.

A segunda emenda era, atendendo à solicitação do Presidente do Tribunal de Justiça, Dr. Machado, para dotar a Justiça do Piauí de melhores equipamentos principalmente para o interior do Estado.

Esses acordos são feitos, repito, de forma civilizada, cumprindo-se a palavra, honrando-se os acordos.

Na questão do metrô de Teresina, em determinado momento, houve o entendimento do Governador do Estado com o Prefeito, e o Governador pediu ao Prefeito que cedesse quatro dos doze milhões para atender ao metrô. Não participei dessas discussões, repito, por coerência, porque me restringi a isso no momento em que disse que esse assunto eu trataria com o Senador Alberto Silva e com o Prefeito de Teresina.

Para surpresa minha, no apagar das luzes, a emenda foi liberada de maneira perversa, adulterada. Ela saiu de código 30 para código 40, prerrogativa de mudança exclusiva do Legislativo brasileiro.

No acordo havido só foi aquinhoado o Governo do Estado e o Município foi prejudicado. Ora, se havia o acordo e o Governo era signatário daquele acordo, porque participou, moralmente, não podia, estava impedido, moralmente, de agir da maneira que agiu, à socapa, sozinho ou com a convivência de terceiros, para se beneficiar de uma emenda que não era sua e prejudicar a Prefeitura de Teresina.

É lamentável esse episódio. E o Ministro das Cidades será cobrado por esses fatos. Como também, por incrível que pareça, ao que temos conhecimento, as coisas na sua Pasta não foram bem não somente no Piauí, mas em vários Estados brasileiros. Tanto isso é verdade que o Senador Flexa Ribeiro me convocou para prestar esclarecimentos, na próxima semana, na Comissão de Infra-Estrutura.

É lamentável, em primeiro lugar, que as pessoas se apossem das emendas como se fossem suas e não do bem comum, do Estado que representamos. Quando eu disse que o assunto seria tratado pelo Senador Alberto Silva, eu o fiz em deferência à sua luta e à responsabilidade com que S. Ex^a trata as coisas; fiz por saber que S. Ex^a tinha exatamente a autoridade e a consciência de um homem conciliador que é para tratar desse assunto de maneira que não houvesse prejudicados. Mas, ao que me parece, também, os fatos passaram ao largo de S. Ex^a. E essa história é muito estranha, Senador Mão Santa. Como não tenho a vocação de ficar calado com a espinha atravessada na minha garganta, esse é um fato que vou levar mais adiante. Vou insistir nos esclarecimentos e vou cobrar esse assalto feito à cidade de Teresina.

Concordo que o Governador, que o Governo do PT, com a decepção que teve na capital no último pleito municipal, não chegando sequer ao segundo turno, não tenha nenhum interesse em Teresina. Agora, boicotar a administração do Prefeito que lhe derrotou e que é de outro Partido, isso é inadmissível, inaceitável, e esse é um assunto mal explicado.

Estou aqui com dois membros da Comissão e quero chegar até, se for o caso e o momento, a convidar o Governador do Estado e o Ministro para aqui virem prestar esclarecimentos sobre esse fato, com a presença do Prefeito de Teresina também.

Teresina e o Piauí não podem ser passados para trás em questões como essas. V. Ex^as devem estar lembrados do episódio da escada Magirus, ocorrido aqui no final do ano. Recebi, inclusive, incompreensão de

companheiros de outros Estados. Nós sabemos, Senador Alberto Silva, o quanto é importante para uma cidade como Teresina, que se verticaliza, um equipamento de segurança como essas plataformas de combate a incêndio.

Essa luta vai continuar. Recebi a palavra do Governo, que combate, mas que nem por isso pode me discriminar ou me separar das defesas que faço do meu Estado, recebi a garantia da liberação nos próximos dias. E recebi essa garantia de homens que me merecem respeito. A minha parte está feita. Cabe agora apenas ao Governo do Estado, por meio do Corpo de Bombeiros da Secretaria de Segurança, cumprir a parte burocrática.

Finalizando, eu queria dizer, Sr. Presidente, que essa questão orçamentária vai ser assunto recorrente este ano inteiro, porque esse modelo ninguém suporta mais.

Quero fazer justiça aqui ao Presidente Renan Calheiros, que, no ano passado, criou uma comissão, com a participação de Senadores e Deputados, para que se discutisse um novo modelo. E os que não querem essas mudanças, os que não querem mudar, dentro daquela teoria de que se está tão bom, para que mudar – repito –, criaram mecanismos de protelação. E nós convivemos, novamente, com o mesmo modelo.

Senador Amir Lando, V. Ex^a já chegou a esta Casa grande, mas se notabilizou aqui por presidir uma comissão histórica desta Casa. Se V. Ex^a pegar uma fotografia da sala onde se discutem as questões orçamentárias hoje e comparar com a daquele tempo, vai ver que as empreiteiras e os lobistas são os mesmos, apenas envelhecidos, mas os mesmos. Nesse momento eu esperava que o Partido dos Trabalhadores, que foi um dos responsáveis pelo maior número de cassação de companheiros naquela época, mudasse esse modelo, inovasse, praticando também no Orçamento a justiça social. Mas não. Eles hoje estão mais arrogantes e mais prepotentes – os empreiteiros, os lobistas – do que nunca.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – V. Ex^a me permite um aparte, já que fui citado?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com o maior prazer.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Quero registrar que fui citado com muita honra. Teremos que mudar essas regras. A cada ano, participamos de uma farsa, de uma grande mentira nacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Um clube de falsa felicidade.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – É exatamente um faz-de-conta, alguma coisa assim surrealista.

Trabalhamos com denodo, com afinco e com alguma expectativa para construir uma peça orçamentária. Não é necessário esse trabalho. Pode não se dispor nada que funciona da mesma maneira, porque ninguém respeita ou respeitará, nesse modelo, a lei orçamentária. É uma ficção, como todos falam, mas é uma ficção que temos que levar às últimas consequências. É uma mentira. Estamos mostrando ao País que a peça orçamentária é tão essencial? Não, não é necessária, não foi aprovada, e o País não pára, porque ninguém a respeita. Infelizmente, esse modelo está exaurido, como disse V. Ex^a; está exausto. Temos que edificar novas normas, nova disposição. Sobretudo, não posso mais admitir que possamos viver sem um Orçamento impositivo. Sem ele, essa mentira, vamos edificar a cada ano uma grande estátua à hipocrisia, à mentira, e continuamos a trabalhar para o nada, para o vácuo, para a inexistência.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Mão Santa, eu não poderia encerrar o meu pronunciamento sem ouvi-lo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, outro dia eu estava sendo entrevistado no Piauí por uma televisão, quando me pediram notas. Ao Governador, não quis dar; eu disse que o povo dava. Mas perguntaram sobre V. Ex^a, e eu disse que V. Ex^a, como Parlamentar, merecia do povo do Piauí e do Brasil nota 10. V. Ex^a é um homem que crê no Parlamento, vive o Parlamento. V. Ex^a tem muita coragem. Ulysses, seu amigo íntimo e ícone, disse que “sem coragem perdem-se todas as virtudes”. V. Ex^a está denunciando fatos graves que são “useiros e vezeiros” no Governo do PT. No primeiro Orçamento, fui chamado pelo Olívio Dutra, gaúcho, Ministro, que disse que não havia dinheiro no Orçamento. Eu ofereci a minha, que eles iriam restituir. É compromisso também com as pequenas cidades, porque Deus me permitiu criar 78 cidades naquele Estado. Desapareceram, não voltaram e foram para o Alagoado. Está indo bem. Mas V. Ex^a denuncia isso. Olhai esse jornal aqui: “Escândalo. Governador do PT Wellington Dias* desviou recursos federais”. Isso foi lá de um açude de Patos. A cidade de Patos. Está aqui: “auditoria no Município de Patos do Piauí*”. Quando governei o Piauí, respeitei todos os Senadores e Deputados. Aí está o Senador Hugo Napoleão, que usou as armas dele, nosso adversário. Mas nunca mexi em dotações de nenhum. Há que se respeitar o trabalho, a conquista dos Parlamentares.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Presidente Sérgio Zambiasi, o Piauí agradece a tolerância e a paciência do Rio Grande do Sul.

Finalizo dizendo aos piauienses que não deixem de ler um artigo publicado no **180 Graus**, do dia 24: “Advertência ao Governador”, de autoria do jornalista Jânio Pinheiro de Holanda* – penso até que não conheço esse rapaz pessoalmente. Li esse artigo, fui alertado sobre esse artigo publicado, Senador Mão Santa, no dia 24. É um jornalista formado pela Universidade Federal do Piauí que atualmente trabalha na Assessoria de Comunicação Social da Fiepi*. É um artigo que merece ser lido, principalmente pelo Governador, para não confundir euforias momentâneas com realidade.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Sérgio Zambiasi.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando por sete minutos, conforme o Regimento.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, vim à tribuna esta tarde para alertar as autoridades sanitárias a fim de que possam implementar medidas urgentes para combate a um surto de malária e dengue que assola mais uma vez o Estado de Rondônia.

Em 2005, Sr. Presidente, houve, no Estado de Rondônia, 57 mil casos de malária, em pleno Terceiro Milênio. Se estivéssemos ainda no século retrasado ou no princípio do século passado, à época da minissérie Mad Maria, a que todos assistimos, poderíamos admitir que a malária realmente ameaçasse todos e que fosse ela uma doença letal, algo como calamidade pública.

Mas os fatos se repetem. Os números são estrondosos. Hoje, o que vemos é que não conseguimos debelá-la, controlá-la e tampouco eliminá-la. Assim também é a dengue. A dengue hoje lavra a fundo malefícios na gente rondoniense. Este ano, já nos primeiros quinze dias do ano, 500 casos foram registrados. A tendência é que, nesse período chuvoso, isso cresça vertiginosamente.

O que fazer, Sr. Presidente? Como podemos acudir as pessoas de Rondônia, que vivem isoladas, perdidas pelas estradas, abandonadas, como cruzes à beira dos caminhos, sem nome, sem nada, indigitadas? Essas pessoas estão lá, fazendo o Brasil, construindo a Nação. Essas pessoas estão lá

trabalhando na sua gleba, semeando grão, colhendo fruto. Essas pessoas estão afirmando a presença da soberania deste País naqueles confins. Essa gente precisa de respeito.

É hora de a Nação respeitar um Estado como Rondônia que, em 20 anos, praticamente tornou-se um Estado produtivo, uma economia musculosa que ajuda a construir a riqueza nacional.

Mas a epidemia da malária e da dengue tem causado pânico constante e ceifado vidas. Muitos daqueles pioneiros silenciaram sem uma assistência médica.

Sr. Presidente, sou testemunha do ano de 1972, quando estávamos no chamado Projeto Ouro Preto, que englobava a segunda parte, hoje o Município de Jaru. Cheguei numa casa onde havia uma mãe com cinco filhos – três filhos mortos e insepultos. Quando ela nos viu, saiu desesperada, porque o marido já havia morrido e sido enterrado, com dois filhos nos braços, deixando os três insepultos. Nós, sem saber, levamos a mãe e os dois filhos pequenos – um talvez com três anos e outro de colo –, e ela também infectada pela malária. Esse era o quadro aterrador. Hoje isso ainda se repete.

Isso foi em 1970, na época do pioneirismo, quando as sendas das civilizações avançavam na floresta, de maneira corajosa e, sobretudo, ousada para levar a presença do homem àqueles confins desocupados.

Hoje, está lá esse quadro. Sobre ele temos que atuar. Tenho que pedir a solidariedade do País, da Nação, para que nos ajude no combate a essas endemias. Eu e a Deputada Marinha Raupp, do PMDB, estivemos hoje com o Presidente da Funasa, Dr. Paulo Lustosa. Ele se comprometeu em fazer uma ação emergencial da Funasa em Rondônia, para combater as duas endemias: a malária e a dengue.

Temos hoje, em Rondônia – não conheço essa expressão médica – dois casos de um tipo novo de dengue, a chamada dengue neurológica, que, segundo informações, deforma as pessoas. Um amigo meu, uma pessoa das minhas relações de mais de 30 anos, um laboratorista, está infectado por essa doença, uma pessoa conhecida em Porto Velho; e outra, de Cacoal.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Amir Lando?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Vou lhe dar um aparte, Senador Alberto Silva. Mas, antes, quero registrar que, em razão dessa nossa ação junto a Funasa, o Presidente, Dr. Paulo Lustosa, comprometeu-se em mandar uma equipe, que ainda hoje deve se deslocar para lá, comandada pelo Diretor,

Dr. José Maria, com mais técnicos para Porto Velho e Ariquemes, onde realizarão duas oficinas de trabalho: uma, em Ariquemes, para tratar da malária especificamente; outra, em Porto Velho, para tratar da dengue.

É realmente uma notícia auspiciosa que não podia deixar de registrar. As autoridades têm que agir assim. Diante de um fato emergencial, tem que haver uma ação pronta, específica e eficiente.

Concedo a palavra a V. Ex^a, nobre Senador Alberto Silva, com muito prazer.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Senador Amir Lando, acho que a memória nacional, de vez em quando, desaparece.

(Interrupção do som.)

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – V. Ex^a sabe que, na nossa geração, o País já teve febre amarela e malária. Não havia dengue; somente febre amarela e malária. E foram criados dois serviços: o Serviço Nacional da Febre Amarela e o Serviço Nacional da Malária. Durante anos e anos, nunca mais se ouviu falar nem em febre amarela, nem em malária. Agora, V. Ex^a retrata a situação do seu Estado. Vem aqui, o Ministério manda uma missão de emergência...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Uma delegação.

O Sr. Alberto Silva (PMDB – PI) – Não é hora de encararmos isso de maneira que fosse uma guerra? É em todo lugar do País. No Rio de Janeiro, o dengue está lá montado e foi lá, justamente, que nasceu o Serviço Nacional da Febre Amarela. Quero dizer a V. Ex^a que o Governo tem que olhar isso como um caso a ser encarado, voltar, agora, o Serviço Nacional da Malária e do Dengue e colocar 100 mil, antigamente eram os mata-mosquitos. Vamos chamar hoje, nessa linguagem nova, os **rangers**, os combatentes, para acabar com o mosquitinho deste tamanho, que, no passado, os nossos médicos e os grandes campeões do combate à malária acabaram com ela com um exército de mata-mosquitos. Por que não criá-lo outra vez, para todo o País e não apenas para uma emergência? V. Ex^a tem razão. Fica o apelo. Voltemos o Serviço Nacional da Malária para o País todo. São 100 mil combatentes. Aí eu duvido que o mosquito agüente um trabalho desse.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, para concluir, quero fazer ainda duas considerações.

Em primeiro lugar, V. Ex^a, Senador Alberto Silva, avançou, adiantou-se, complementando o meu discurso com o seu aparte, que quero incorporar ao que ia dizer. Não vou repetir porque V. Ex^a disse por mim.

V. Ex^a tem toda razão, o exército salvador da Amazônia eram os combatentes, aqueles que pulverizavam as casas, fumaçavam os pântanos, às vezes com óleo diesel ou com outros ingredientes mais eficientes. Mas, hoje, isso foi abandonado. Então a malária volta com toda a sua virulência.

Por outro lado, essas medidas têm que ter esse caráter permanente, mas não posso deixar de agradecer ao Presidente da Funasa, Dr. Paulo Lustosa, por essa iniciativa, essa resposta imediata. Isso é ação pública, não é esperar para amanhã para meramente lavrar óbitos, mas sim salvar vidas, prevenir enquanto elas estão em pleno exercício da existência.

Sr. Presidente, quero propor, neste momento, a criação de uma comissão externa do Senado Federal, composta sobretudo por nós Senadores de Rondônia e todos aqueles que a quiserem integrar, para acompanhar as ações de combate a esses tipos de endemias que tanto castigam o nosso povo e – mais do que isso – a esse tipo novo de dengue, que o nobre Senador Mão Santa poderia até qualificar melhor. Falaram-me dela hoje. A dengue neurológica ataca todo o sistema nervoso e deforma a pessoa infectada. Não mata, mas aleija, como diria o povo na sua linguagem mais simples.

Sr. Presidente, eu tinha de exorbitar um pouco o tempo que me foi conferido. Sete minutos para tratar da dor e do sofrimento da gente de Rondônia é muito pouco. Mas recebo a solidariedade, tenho certeza, do País, das autoridades sanitárias para que possamos realizar uma ação pronta e eficaz. Espero também receber a solidariedade do Senado para que acompanhemos essas ações que têm de ter caráter mais extensivo, mais definitivo, mais eficiente e, sobretudo, mais humano.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Senador Amir Lando, sem dúvida alguma, esta Casa está solidária à sua manifestação.

V. Ex^a não é só um orgulho do seu Estado, mas do Rio Grande do Sul, pois é um gaúcho que emprestamos para o Estado que V. Ex^a adotou. Portanto, nós, gaúchos, também estamos solidários à sua luta. Não conhecemos algumas das doenças citadas por V. Ex^a porque são características daquela região. Porém, o dengue já está lá no Rio Grande do Sul também.

Portanto, é uma luta nacional. Como sugeriu o Senador Alberto Silva, se for o caso, vamos montar esse exército para combatê-la. Cumprimentos pela sua sensibilidade. Seguramente, os minutos aqui não são suficientes. É necessário que se monte esse exército para eliminar esse mal.

Com a palavra o Senador Alberto Silva.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ia tratar de um outro assunto, mas quero pegar uma carona no discurso do Senador Amir Lando.

Ao tempo em que éramos crianças, vimos os mata-mosquitos da malária e da febre amarela. Era um exército. A técnica de hoje, o avanço da ciência, ajudam o homem a vencer calamidades de todos os tipos. Há vacinas etc. No entanto, doenças como essa, por exemplo, necessitam de um exército na rua. É preciso montar o exército da malária e do dengue. Agora não temos mais febre amarela, mas o mosquito transmissor é o mesmo, o *Aedes aegypti*.

É quase uma vergonha nacional. Desde 1900 acabamos com a febre amarela, com essa medida. Hoje, não temos mais preparação para montar esse exército. É tão simples!

Temos uma arma nova. Conheci uma equipe que trabalhou com ela. Fiz uma demonstração ao Governador do Estado do Piauí, ao seu Secretário de Saúde. Não acreditaram no que vi, senhoras e senhores brasileiros que estão nos assistindo. O dengue é uma doença cujo transmissor está dentro de casa. Para combatê-la precisamos de um exército de valentes. Não vamos chamá-los de mata-mosquitos. Meus netos, que assistem à televisão, chamam os combatentes de *rangers*. E eles falam aquilo com entusiasmo, eles têm uma roupa... Vamos fardar, outra vez, os *rangers*, que vão acabar com a dengue. É uma vergonha um mosquitinho deste tamanho desafiar uma nação! E não se tomam providências! E temos armas.

Digamos que o mosquito do dengue esteja dentro de casa, mas a arma é a mesma usada na agricultura. Meu caro e nobre Senador do Rio Grande do Sul, que preside hoje a nossa sessão, o dengue já está no Rio Grande do Sul. No Rio Grande do Sul, no Paraná e em outros lugares foi onde nasceu a defesa da agricultura por meio de aviões, que lançam aquela fumaça com inseticidas. Pode-se fazer a mesma coisa para liquidar aqueles mosquitinhos.

Eu pedi a colaboração dessa equipe, e eles me mandaram um filme. É uma coisa fantástica. Querem saber como isso funciona? Por exemplo, eles chegam a uma cidade e montam uma espécie de armadilha. Contam os mosquitos que estão na armadilha e fazem um cálculo aproximado sobre a quantidade de mosquitos voando. Preparam um quadrilátero na cidade e, com o avião, jogam o inseticida pelo fundo da casa, no quintal. Acho incrível a cabeça de quem fez aquele carrinho chamado de fumacê. Já viram aquilo? Passam no meio da rua, jogando uma fumaça.

Mas o mosquito está dentro de casa. Como é que esse inseticida passa por cima do telhado e entra na casa? Isso é ridículo! O avião, transportando um gás pesado, passa a uma faixa de 100 metros, meu caro Presidente. Aquele gás é pesado, então, desce e entra na casa. E o mosquitinho do dengue, que está lá dentro, morre. Da primeira vez, mata 90%; da segunda vez, o resto. E as larvas? Há um inseticida para as larvas também. Podem deixar a caixa d'água. Vão dizer que eu estou inventando.

No tempo da malária, eles traziam aquelas pequenas máquinas e faziam uma película. Naquela época, era o petróleo; hoje, é o inseticida. Mas, se aquela fumaça distribuída técnica e corretamente, com a dosagem certa, atingir a caixa d'água aberta, não fica nenhum dos ovos, das larvas. Morre tudo, porque aquela película cobre a superfície, onde as larvas não podem estar. Então, é preciso fechar a caixa? Muito bem, vamos tampá-la. Mas, se for usado o avião, a caixa pode estar aberta que não fica nenhuma larva lá dentro. Mesmo as larvas nos pneus, etc., morrem.

Então, armas temos. Falta vontade, mas sobretudo competência; criatividade, competência. Pelo amor de Deus! Um mosquitinho desse tamanho dominar uma nação?! E não se faz um exército para combater isso??!

Pelo amor de Deus, vamos criar uma lei aqui e voltar: Serviço Nacional do Dengue, Serviço Nacional da Malária, com avião e com o Exército para entrar dentro de casa. Onde o avião não for, os *rangers*, o mata-mosquito vai.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com o maior prazer.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Não poderia deixar de cumprimentar V. Ex^a por essa lição. V. Ex^a é uma figura admirável, vou fazer esta confissão.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O Sr. Amir Lando (PMDB – RO) – Em todo setor sobre o qual V. Ex^a raciocina, V. Ex^a o faz de maneira correta, científica. Essa experiência que a sabedoria dos anos lhe deu e essa dedicação aos livros V. Ex^a deve manter até hoje, com absoluta certeza, porque V. Ex^a é atualizado em tudo. Gostaria de registrar um fato: agora V. Ex^a dá a receita sobre o combate aos vetores da malária e do dengue. Mas V. Ex^a deu soluções. E eu não poderia deixar de registrar agora, exatamente por essa sabedoria, a questão das estradas. V. Ex^a falou, há quatro anos, que havia solução; há três anos, V. Ex^a, no período do novo Governo, falou que havia soluções; há dois anos, V. Ex^a expôs,

em nome da Bancada, para todas as autoridades do Governo, inclusive para o Presidente da República, uma solução genial; e fazia cálculos, e esses cálculos hoje estão redobrados. V. Ex^a dizia que se perdiam R\$40 bilhões à época, mas, evidentemente, com os danos, com a ampliação dos buracos, hoje são R\$80 bilhões. As universidades estão calculando, a academia está calculando. V. Ex^a realmente sempre apresentou soluções sobretudo despojadas, engenhosas, sábias; despojadas porque não há mais interesse pessoal. Talvez os anos lhe dêem essa tranquilidade, essa experiência, e eu não poderia deixar de registrar minha admiração quando V. Ex^a fala sobre o combate às endemias que têm assolado o País inteiro, não só a Amazônia. E têm grassado de maneira brutal, letal contra muitas famílias, que perderam entes queridos e só podem chorar suas lágrimas, pois não há ações que resolvam o problema. Obrigado a V. Ex^a por abordar esse tema que certamente ajuda não só a Amazônia. Não pude fazê-lo porque tive de fazer um registro específico. V. Ex^a está de parabéns, e eu não poderia deixar de registrar, Sr. Presidente, embora o tempo já tenha sido ultrapassado. Mas há momentos em que, no Parlamento, como para Josué, o personagem bíblico, o sol tem de parar. Há momentos em que, aqui no Parlamento, o tempo tem de parar para que as palavras tenham curso e as idéias tenham vez.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado. Muito obrigado a V. Ex^a.

Ouço o Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, sem dúvida nenhuma, V. Ex^a enriquece o Parlamento brasileiro. V. Ex^a me faz lembrar de uma frase no primeiro livro de higiene deste País, que foi de Afrânio Peixoto – ele, que ensinou Oswaldo Cruz! Isso no primeiro livro de higiene, e por isso estou perplexo. Ele, gritando e clamando, como hoje vimos o clamor, com a cultura, com o ardor, com o amor que tem àquela gente o Senador Amir Lando. Afrânio Peixoto denunciava, Senador Zambiasi: “A saúde pública neste País é feita pelo sol, pela chuva e pelos urubus”. Estamos voltando a esse tempo. Oswaldo Cruz ensinou. Vá ao Ministro da Saúde, que é do nosso Partido, porque isso – como diria o Boris Casoy, eu tenho que dizer, é uma vergonha. Formei-me em Medicina em 1966 e clíniquei muito. Há muito tempo, lá no Piauí, não víamos a malária. Houve surto de dengue, mas o Alberto Silva orientou seu Secretário de Saúde a tomar essas medidas com avião, para acelerar a higienização e o combate ao mosquito, que no passado era feito; agora, tenho que denunciar que acabaram com isso

neste País. Tudo de sério se acaba, Heráclito, como aquela Fsesp Fundação Serviço Especial de Saúde Pública, em que o médico era um devotado, dedicava-se em tempo integral, para pensar e resolver esses problemas.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, o Senador Amir Lando disse uma verdade. Há momentos em que o Parlamento tem que parar para ouvir. Não vamos mais abusar do tempo, mas é oportuno que se tenha conhecimento do que está acontecendo. Estou estarrecido de V. Ex^a dizer que o dengue está no Rio Grande do Sul.

Então, vamos formar um exército aqui dentro, vamos comandar esse exército para criar na estrutura do Governo o exército que já houve no passado, o exército dos Rangers, dos mata-mosquitos, para combater agora a malária, que voltou, porque o exército acabou, e agora a dengue, com vários nomes – hemorrágica, agora a neurológica. De qualquer modo, é o mesmo mosquito, pequeno, desafiando uma Nação. Pelo amor de Deus! Vamos formar um exército aqui dentro para levar ao Presidente da República a idéia.

Oito milhões de famílias recebem o Bolsa-Família. Ora, essas famílias, seguramente – eu quase que apostaria – muitas delas poderiam ser voluntárias, aumentando um pouco, Senador Zambiasi, treinando. Vamos fazer uma triagem, porque a dengue está na cidade. O mosquito mora nas casas. O *Aedes aegypti* é um mosquito de dentro de casa.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Termo, Sr. Presidente. Então, eu acho que ele já tem o exército quase pronto. O Bolsa-Família está no País inteiro, são oito milhões de famílias beneficiadas. Eles ganham sessenta mil, oitenta mil, noventa mil. Vamos admitir que dê um salário mínimo para quinhentos mil combatentes para o País todo. Esse mosquito não vai agüentar! Os combatentes, os Rangers, fazem a parte das residências, e os aviões, os terrenos baldios, os quintais das casas, as árvores, os pneus, as caixas-d'água.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Senador Alberto Silva, quero apenas completar e esclarecer. Este ano, felizmente, o Rio Grande do Sul não teve casos de dengue, mas já tivemos, e os mosquitos estão lá sendo combatidos. Há registros, temos em inúmeras vilas de Porto Alegre, no interior, a presença desse mosquito, mas o Governador Germano Rigotto e o Secretário Osmar Terra estão permanentemente atentos, destinando verbas, pes-

soal, em parcerias com o Governo Federal e os Municípios, para que não ocorram tais casos. Porém, a dengue é um problema nacional, de Norte a Sul, e exige ações fortes como essas propostas pelos colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Os Srs. Senadores Teotonio Vilela Filho, Juvêncio da Fonseca, Almeida Lima, Antero Paes de Barros, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e os Srs. Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Paim enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^as serão atendidos.

O SR. TEOTONIO VILELA FILHO (PSDB – AL) – Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o editorial intitulado “Nitroglicerina pura”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 19 de janeiro do corrente.

O editorial destaca o depoimento do economista e ex-petista Paulo de Tarso Venceslau à CPI dos bingos no último dia 17 de janeiro. Segundo o editorial, “o economista e ex-guerrilheiro confirmou que desde 1995 o líder máximo do Partido dos Trabalhadores não apenas sabia dos podres da agremiação como recomendou – ordenou, seria mais apropriado – que as administrações municipais petistas contratassesem sem licitação a consultoria CPEM do compadre que lhe permitia morar de favor em um dos seus imóveis”.

O editorial conclui: “uma coisa ficou definitivamente acima de qualquer dúvida: Lula é o principal culpado pelo descarrilamento ético do partido que deve a ele, mais do que a ninguém, a sua existência. E, como tal, não escapará à condenação do tribunal da História. Este, se não antes disso o eleitorado, tampouco perdoará os grão-petistas que vivem a desfilar a sua integridade inconsútil. Ela está rota pela cumplicidade e o cinismo”.

Sr. Presidente, requeiro que o referido editorial seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Conselho de Administração:
 Presidente Roberto C. Mesquita
 Membros Fernio Lara Mesquita
 Francisco Mesquita (1927-1969)
 Luiz Carlos Mesquita (1932-1970)
 Jose Vieira de Carvalho Mesquita
 (1959-1988)
 Maria Cecília V. C. Mesquita
 Patrícia Maria Mesquita



Fundado em 1876

WWW.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
 Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900
 São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01060-970-SP
 Tel 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940

INFORMAÇÕES *An/lnl*

Nitroglycerina pura

Nunca, desde o início dos trabalhos das três CPIs que investigam as denúncias de corrupção no governo Lula e principalmente no Partido dos Trabalhadores, o presidente da República foi acusado tão frontalmente quanto antecitem, no depoimento do ex-petista Paulo de Tarso Venceslau à CPI dos Bingos. Expulso do partido em 1998, por denunciar o peculato cometido na prefeitura de São José dos Campos, da qual era secretário das Finanças, em benefício do compadre de Lula, Roberto Teixeira, o economista e ex-guerilheiro confirmou que desde 1995 o líder máximo do Partido dos Trabalhadores não apenas sabia dos podres da agremiação como recomendou a ordenou, seria mais apropriado - que as administrações municipais petistas contratassem sem licitação a consultoria CPM do conselheiro que lhe permitiu morar de favor em um dos seus imóveis.

A "empresa amiga", como a chamavam os

companheiros, trabalhou para as prefeituras petistas de Agudos, Diadema, Ipiranga, Piracicaba, Santos e - sintonicamente - Santo André. Cobrava comissão de 20% sobre os repas- ses do ICMS que esses municípios conseguiam receber a mais, graças às informações levantadas pela CPM sobre o montante arrecadado no Estado. A empresa, acusou Paulo de Tarso, usava "notas falsas e rasuradas" para incrementar o seu ganho. Em 1994, Teixeira ajudou a bancar a campanha nacional do PT. No ano seguinte, o então secretário municipal São José dos Campos mandou a Lula carta registrada em cartório na qual relatava como funcionava o esquema fraudulento, que incluía o caixa 2, e pedia ao então presidente do PT medidas para acabar com o esquema. Entregou em mãos cópias da carta para uma dezena de petistas estrelados, entre os quais Aloizio Mercadante - que ao ler a cópia declarou: "Isto é glicerina pura".

Eduardo Suplicy, José Genito, Arlindo Chi-

naglia, Gilberto Carvalho e Paulo Okamoto. Nenhum deles teve a decência elementar de tomar alguma iniciativa em face da manha denúncia. Puderá, Na época, Paulode Tarso conviver do menor religioso de Lula, Frei Betinho, com todas as letras: "Se o Lula souber que alguém está conversando com você, ele jura que aquela pessoa vai ser decapitada do partido." Como aconteceu com o denunciante, voltado com a complacência de todos que imaginava éticos, a começar de Lula, evidentemente, deu uma histórica entrevista ao repórter Luiz Maklouf Carvalho, publicada no *Jornal da Tarde* em 14 de março de 1998. O Partido dos Trabalhadores designou um júri de notáveis - os juristas Hélio Bicudo e José Eduardo Cardozo e o economista Paul Singer - para apurar se a denúncia de Tarso era ou não verdadeira. Era, foi a conclusão do júri que pediu providências da direção do partido para punir os culpados. O único punitivo, no entanto, foi Paulo de Tarso, expulso da legenda. Em entrevista recente à *Veja*, Bicudo referiu-se às acusações do "decapitado".

Por sua vez, a deputada Angela Guadagnin,

Salvo um terremoto político, Lula está imune a um processo de impeachment. Numa hipótese ainda demasiado remota, ele poderá desistir da reeleição - "no próximo ano já não estarei mais aqui", disse anteontem a reitora de universidades federais. (Candidato, poderá ser derrotado. Mas uma coisa ficou definitivamente acima de qualquer dúvida: Lula é o principal culpado pelo descarrilamento ético do partido que deve a ele, mais do que a ninguém, a sua existência. E, como tal, não escapará à condenação do tribunal da História. Este, se não antes disso o eleitorado, tampouco perdoará os grão-petistas que vivem a desfilar a sua integridade inconsistente. Ela está rotta pela cumplicidade e o cinismo.)

Fundado em 1876	Julio Mesquita (1891-1927)	Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Roberto C. Mesquita	Julio de Mesquita Filho (1927-1969)	Luis Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Membros	Francisco Mesquita (1927-1969)	Américo de Campos (1875-1884)
Fernio Lara Mesquita	Luiz Carlos Mesquita (1932-1970)	Nestor Rangel Pestana (1927-1953)
Francisco Mesquita Neto	Jose Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)	Plínio Barreto (1927-1958)



EX-LIBRIS

ESTADO DE S. PAULO

O SR. JUVÉNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para registrar o artigo intitulado “Maturidade e desonra”, de autoria do jornalista Tales Alvarenga, publicada na revista **Veja** em sua edição de 25 de janeiro do corrente.

O jornalista ressalta o comportamento maduro da elite, da oposição e da mídia, no acompanhamento da crise moral e política do governo petista. Segundo o autor, “O que existe são fatos crus que vão sendo desencavados pelas CPIs e pela imprensa a respeito do mar de corrupção no governo e no Partido dos Trabalhadores”.

O autor cita, também, o depoimento à CPI dos Bingos do ex-petista Paulo de Tarso Venceslau, que reafirmou que Lula sabia da arrecadação criminosa de fundos para o PT pelo menos desde 1995. Para Tales Alvarenga, “Com o depoimento de Paulo de Tarso,

nada falta a explicar. Tudo se encaixa. Mensalão, Delúbio Soares, operações de Marcos Valério, sangria dos cofres públicos e o papel ativo de Lula na fundação do esquema. Toda a operação de enriquecimento do PT foi planejada para garantir o caixa dois de um partido que queria bilhões para realizar o sonho de ficar vinte anos no poder. O castelo de areia desabou. Ficam por aí seus engenheiros, com a missão impossível de se justificar perante a opinião pública”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÉNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

TALES ALVARENGA**Maturidade e desonra**

A elite, a oposição e a mídia, pintadas por Lula como adversários mal-intencionados, têm se mostrado perfeitamente maduros no acompanhamento da crise moral e política do governo petista. O que tem coberto o governo de desonra não é nenhuma campanha ideológica contra um presidente que ousou dar relevância às demandas populares, como gosta de dizer a propaganda oficial. O que existe são fatos crus que vão sendo desencavados pelas CPIs e pela imprensa a respeito do mar de corrupção no governo e no Partido dos Trabalhadores.

Como se não bastasse tudo o que já se conhecia, explodiu na semana passada uma denúncia que confirma todas as suspeitas acumuladas anteriormente pelos brasileiros. Num depoimento à CPI dos Bingos, o ex-petista Paulo de Tarso Venceslau reafirmou que Lula sabia da arrecadação criminosa de fundos para o PT pelo menos desde 1995. Não só sabia como incentivava esse expediente. Ele tomou a decisão de punir quem se insurgiu contra o uso da mala preta.

Paulo de Tarso Venceslau denunciou a ladroagem em documento a Lula e aos mais respeitáveis bárões petistas. Tudo o que conseguiu foi ser expulso do PT, diante do silêncio cúmplice das vestais da agremiação, que sempre se venderam como políticos superiores em matéria de ética e moral.

Segundo Paulo de Tarso, os cúmplices silenciosos são Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, José Genoino, Gilberto Carvalho (hoje chefe-de-gabinete de Lula) e vários outros luminares do PT. Um deles, Frei Betto, transmitiu a Paulo de Tarso a seguinte ameaça do Grande Irmão: “Se o Lula souber que alguém está conversando com você, ele jura que aquela pessoa

vai ser decapitada do partido”.

Paulo de Tarso já havia falado à imprensa sobre o assunto. Na semana passada, o que houve foi a confirmação cabal da história, no tribunal oficial da CPI e contra o pano de fundo de tudo o que já se conhecia sobre a expertise petista para tomar dinheiro alheio, inclusive por meio de extorsão. Nas primeiras vezes em que se referiu ao assunto, Paulo de Tarso podia ser tomado por um ex-petista ressentido em busca de vingança. Não mais. Sua história se encaixa perfeitamente em toda a armadilha bandalha de que o Brasil tem ouvido falar há oito meses.

“Com o depoimento de Paulo de Tarso, nada falta a explicar. Desabou o castelo de areia do partido que queria ter bilhões para ficar vinte anos no poder”

Paulo de Tarso era secretário das Finanças da prefeitura de São José dos Campos quando lá começou a agir o advogado Roberto Teixeira, compadre de Lula e fornecedor de uma casa onde o atual presidente morou de favor. Por interferência de Lula, a consultoria de Roberto Teixeira arrancou dinheiro de várias prefeituras petistas, além da de São José dos Campos, manipulando notas falsas. Em 1994, a consultoria do compadre injetou dinheiro na campanha presidencial de Lula.

Com o depoimento de Paulo de Tarso, nada falta a explicar. Tudo se encaixa. Mensalão, Delúbio Soares, operações de Marcos Valério, sangria dos cofres públicos e o papel ativo de Lula na fundação do esquema. Toda a operação de enriquecimento do PT foi planejada para garantir o caixa dois de um partido que queria bilhões para realizar o sonho de ficar vinte anos no poder. O castelo de areia desabou. Ficam por aí seus engenheiros, com a missão impossível de se justificar perante a opinião pública.

O SR. ALMEIDA LIMA (PMDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Alerta no Supremo”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 25 de janeiro do corrente.

A matéria faz uma crítica à possibilidade do presidente Lula indicar um “companheiro” para o supremo Tribunal Federal, aparelhando o STF com um petista.

Segundo a matéria, “Entre os candidatos de perfil partidário e os candidatos de perfil técnico, a escolha é clara – caso ele não queira transformar a oportunidade de nomear sete ministros para o Supremo em mais um fiasco”.

Entre os ministros já nomeados por Lula, não se percebe nenhuma ação combinada de favorecimento ao Planalto. O saldo das indicações, contudo, é mediocre. O próprio Ministério da Justiça reconhece que há muita vacilação e inconsistência entre os juízes. No meio jurídico, o ministro Carlos Ayres Britto começa a ganhar fama de provinciano e Joaquim Barbosa, de desorientado. Em 2005, quando o governo federal interveio no sistema de saúde do Rio de Janeiro, Barbosa deu um voto insustentável que depois teve de reti-

rar. Foi um episódio constrangedor. O ministro Eros Grau já passou por uma grande crise. Ao dar-se conta do volume de trabalho que enfrentaria, pensou em renunciar. A exceção é Antonio Cesar Peluso. Juiz de carreira, ele chegou "pronto" ao Supremo e começa a se destacar. Seu caso deveria servir de parâmetro a Lula. Entre os candidatos de perfil partidário e os candidatos de perfil técnico, a escolha é clara — caso ele não queira transformar a oportunidade de nomear sete ministros para o Supremo em mais um fiasco. ■

TOCAS VERMELHAS

O ministro Carlos Velloso (1, na foto ao lado) se aposentou do STF. Sepúlveda Pertence e Nelson Jobim (2 e 3) devem sair em breve. Veja quem são os candidatos petistas a essas vagas

SIGMARINHA SEIXAS

Curriculum: Ele defendeu presos políticos durante a ditadura, mas desde 2002 não tem atuado como advogado. Já recusou um convite para o STF — talvez porque saiba que não tem cacife jurídico para tanto

TARSO GENRO

Curriculum:

O ex-ministro da Educação publicou várias obras sobre direito. Mas a maior parte de sua bibliografia é dedicada à divulgação esquerdistas.

LUIZ EDUARDO GREENHALGH

Curriculum:

Derrotado na eleição para presidente da Câmara em 2005, é um especialista na representação jurídica de grupos de esquerda como o MST. Defende a tese de que a crença no socialismo pode ser atenuante em crimes contra o de seqüestro

ESTADOS UNIDOS

NÚMERO DE JUIZES: 9

NOMEAÇÃO: feita pelo presidente da República e sujeita à confirmação do Senado

MANDATO: vitalício

QUEM PODE SER INDICADO: não existem disposições constitucionais sobre o tema, mas, tradicionalmente, só juristas renomados entram na corte

MÉXICO

NÚMERO DE JUIZES: 11

NOMEAÇÃO: o Senado escolhe um juiz com base em lista tríplice encaminhada pelo presidente

MANDATO: 15 anos

QUEM PODE SER INDICADO: bacharéis em direito com pelo menos dez anos de experiência e que não tenham exercido cargos públicos como governador, senador e deputado até um ano antes de sua nomeação

ESPAÑA

NÚMERO DE JUIZES: 12

NOMEAÇÃO: apontados pelo rei, a partir de proposições do Congresso (quatro membros), do Senado (mais quatro), do conselho geral do Poder Judiciário (dois) e do governo (dois)

MANDATO: 9 anos

QUEM PODE SER INDICADO: juristas com mais de quinze anos de profissão

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar a matéria intitulada “Assim não dá”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 25 de janeiro do corrente.

A matéria mostra que o ministro da Cultura, Gilberto Gil, foi flagrado na festa de aniversário de um bicheiro notório, que controla pontos de jogos ilegais e máquinas caça-níqueis. Segundo a matéria, Que uma

autoridade da República se desmanche em rapapés para um contraventor é inaceitável”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Assim não dá

O ministro Gilberto Gil faz festa para um bicheiro

Na semana passada, o ministro da Cultura, Gilberto Gil, foi flagrado numa festança: o aniversário de Jaider Soares, presidente da escola de samba carioca Acadêmicos do Grande Rio. Ao lado da atriz Suzana Vieira e do sambista Zeca Pagodinho, ele se desdobrou em cumprimentos ao aniversariante. Nada de mais, não fosse Soares um bicheiro notório, que controla pontos de jogo ilegais e máquinas caça-níqueis no Amazonas. Pouco antes da festa, a empresária Maria Selma Soares, irmã dele, fora presa sob a acusação de pertencer a uma quadrilha que extorquia pessoas por telefone. O episódio é mais uma consequência da atitude que Gil mantém

desde que embarcou no governo petista: ele insiste em desempenhar o papel de ministro com a mesma informalidade que se permite a um artista. Que o cantor Gilberto Gil prestigiasse um bicheiro seria ruim — mas não há liturgia que o obrigue a nada, ainda mais sendo o sujeito amigo de sua mulher, Flora. Que uma autoridade da República se desmanche em rapapés para um contraventor é inaceitável. Infelizmente, essa espécie de sem-cerimônia não constitui o único pecado de Gil. Ele também demonstra uma preocupante leniência com a contravenção. Recentemente, declarou que era um problema “menor” o fato de o presidente Lula ter visto o filme *2 Filhos de Francisco*, cinebiografia da dupla sertaneja Zezé di Camargo & Luciano, numa cópia pirata de DVD. Se a pirataria é aceitável, por que se constranger com quem explora o jogo ilegal? ■

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do editorial intitulado “Tapa-buraco na educação”, publicado na seção Notas & Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 23 de janeiro do corrente.

O editorial critica a última promessa do atual governo de criar 125 mil vagas nas universidades federais, em quatro anos, mediante a abertura de 10 novas instituições e a construção de 41 novos campi pelas instituições existentes.

Segundo o editorial, “o governo passou a usar o setor educacional para fazer demagogia eleitoral. Se, após três anos de gestão, o atual governo não con-

segue cuidar com um mínimo de eficiência do setor educacional, como interpretar a promessa, feita no seu último ano de mandato, de dobrar o número de vagas das universidades federais e de criar mais dez instituições do gênero, a não ser como uma operação tapa-buraco na educação?”

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o referido editorial passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

“Tapa-buraco” na educação

Na ocasião da inauguração da nova sede da Universidade de São Paulo, em 1934, o presidente Getúlio Vargas fez uma declaração que, embora não tenha sido publicada na imprensa, é a promessa de criar 125 mil vagas nas universidades federais, em quatro anos, mediante a abertura de 10 novas instituições e a construção de 41 novos prédios pelas instituições existentes. Embora tenha acabado de enfrentar uma greve de 12 dias, durante a qual os professores e funcionários não receberam nenhuma remuneração, o vice-presidente da República, o general Pedro Ivo Sardinha, fez questão de lembrar a promessa do presidente, ao dizer que "não vai voltar a falar de mais nada".

A falta de dinheiro é só um dos aspectos do problema. Outro está no aterramento do governo que está prometendo dobrar o número de vagas das universidades federais e a mesma universidade não tem recursos para alocar a estrutura social e econômica do País. O governo que está prometendo dobrar o número de vagas das universidades federais é a mesma que anuncia no seu passado uma menor ambiciosa reforma

A pressa e tanta que o ministério da Educação não sabe ao certo o número de professores que seu antídoto plano de expansão do ensino superior vai exigir. Se hoje não há recursos humanos suficientes para atender às necessidades das universidades existentes, que estão operando com um déficit em risco até mesmo a unidade. Trata-se de um embate entre o projeto de governo e a magia do projeto, o mesmo assim criticado três vezes e, mesmo assim, foi encaminhado ao Congresso.

1. Juiz de Meio-Azul: Antônio Francisco de Oliveira (1885-1888);
2. Juiz de Meio-Azul: Antônio Francisco de Oliveira (1888-1893);
3. Vice-de-Coronel: Antônio Francisco de Oliveira (1893-1897);
4. Vice-de-Coronel: Antônio Francisco de Oliveira (1897-1903);
5. Vice-de-Coronel: Antônio Francisco de Oliveira (1903-1908);
6. Vice-de-Coronel: Antônio Francisco de Oliveira (1908-1913).

Fundado em 1873
Julio Mesquita (1831)
Julio de Mesquita Filho
Francisco Mesquita

www.estado.com.br
Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 65 - CEP 05200-000
São Paulo - SP - Caixa Postal 2439 CEP 01080-970-SP
Tel: 3456-2122 (PAÍS) Fax N° (011) 3868-2840

rit de 20% em seu corpo docente, conforme lembrava Margarida Salomão, diretora do Aesculio Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), como o Governo pretende cumprir sua promessa? "Não soube contrariá-la à expansão, mas só a reunião não resolveu a questão.

É justamente esse o no da questão: a falta de competência das autoridades educacionais para assegurar um mínimo de qualidade num sistema que, por sua vez, não consegue garantir que quem saí da escola seja presidente da república, Fausto Lo Rizzo.

cor eletrônico para o desenvolvimento social e econômico do País. O governo que está prometendo dobrar o número de vagas das universidades federais é o mesmo que anuciou no ano passado uma não menor ambiciosa reforma universitária.

A Inepmá das autoridades educacionais põe em risco até mesmo a única iniciativa do governo elegerida pela história oposta, na medida em que o projeto deve ser reescrito três vezes e, mesmo assim, até hoje não foi encaminhado ao Congresso.

para o pagamento de dívidas previdenciárias. Segundo o jornal *O Globo*, 531 universitários autorizados a tomar dícteiro emprestado na mais recente seleção do Fies estão matrículados em 74 cursos representados nas últimas três edições do Provest, o que contraria expressamente

Notificada a grave irregularidade, o MEC divulgou que os contratos foram liberados por "erro operacional" e prometeu tomar providências, anunciando a possibilidade de transbancos.

her de 200 estudantes para cursos com avaliação positiva. Trata-se de mais um equívoco, pois o seu administrativo não gera direito e comprova os resultados irregularmente sócios nulos. «... um lençol o secretário-geral da UAB, César Britto.

Se, após três anos de gestão, o atual gover-

...no não consegue cuidar com um nísmo de eficiência do setor educacional, comandado e interpretado a promessa feita no seu último ano de mandato, de dobrar o número de vagas das universidades federais e de criar mais dezenas de instituições do gênero, e não ser como uma operação capa-karacó na educação?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Operação Cuba”, publicado pela revista **Veja** em sua edição de 25 de janeiro do corrente.

O artigo destaca que o motorista do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro, Éder Eustáquio Soares Macedo, seguiu um roteiro visivelmente ensaiado pelos advogados em seu depoimento na CPI dos Bingos. O motorista não sabia de nada e não viu nada, apenas confirmou que realmente dirigiu o Omega blindado do Aeroporto de Amarais até São Paulo com os passageiros Ralf Barquete e Vladimir Poleto, ex-assessores de

Antonio Palocci. O mais estranho foi que o hotel que foi reservado para a hospedar o motorista foi pago pelo escritório de advocacia do sr. Hélio Silveira, que é advogado da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy e do próprio Partido dos Trabalhadores.

Assim, Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Operação Cuba

Advogados do PT assessoram motorista que dirigiu carro com dólares cubanos

O depoimento do motorista do Ministério da Fazenda Éder Eustáquio Soares Macedo, na semana passada, em Brasília, foi preparado para ajudar o PT a se livrar da acusação de ter recebido ilegalmente 3 milhões de dólares de Cuba para a campanha do presidente Lula em 2002. Seguiu um roteiro visivelmente ensaiado pelos advogados, o motorista confirmou que realmente dirigiu um Omega blindado do Aeroporto dos Amarais, em Campinas, até São Paulo. Confirmou que os passageiros eram Ralf Barquete e Vladimir Poleto, ex-assessores de Antonio Palocci, então coordenador da campanha de Lula à Presidência. Confirmou que alguma coisa havia sido colocada no porta-malas do carro, mas ele não viu o que era, já que não se deu ao trabalho nem de descer para abrir o bagageiro. Finalmente, disse que tanto os passageiros como a mercadoria foram deixados numa churrascaria paulistana. Resumindo: en-

JOEDSON ALVES/AB

Éder Macedo confirma que foi ao aeroporto, mas diz que não viu nada

rio da Fazenda. Ele também dispensou o hotel que seria reservado pelo Senado, trocando-o por um outro mais luxuoso. Intrigados, os senadores pediram à Polícia Federal que investigasse. Ainda durante o depoimento, chegou a informação de que a suíte do hotel havia sido reservada e paga por um escritório de advocacia de São Paulo, cujo sócio, Hélio Silveira, é especialista em direito eleitoral. Entre seus clientes conhecidos estão a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy e o próprio Partido dos Trabalhadores. Em princípio, apenas uma estranha coincidência.

cerrado assim, o depoimento não acrescentava nada e ainda jogava para uma churrascaria o problema que, até então, era do comitê de campanha de Lula, na Vila Mariana, onde realmente foram entregues as caixas com dinheiro cubano. Mas deu tudo errado.

Os senadores da CPI desconfiaram do extremo nervosismo do motorista e das constantes interferências de sua advogada. Durante a sessão, alguns parlamentares foram informados de que

Éder, que mora no Rio de Janeiro, havia antecipado sua ida a Brasília a pedido da assessoria parlamentar do Ministério

Palocci: ele foge do depoimento há três meses

Questionado a respeito, o motorista se confundiu. Primeiro, disse que havia falado com o advogado apenas pelo telefone, dando a entender que não o conhecia pessoalmente. Depois, admitiu que tinha visto o advogado naquele dia. Por último, afirmou que Hélio era realmente seu advogado e que, inclusive, tinha ido buscá-lo no aeroporto. Hélio Silveira trabalha para o PT desde 1998. Ele diz que seu escritório está ajudando o motorista por puro voluntarismo. “Sou solidário. Esse cidadão nunca foi a uma delegacia”, afirmou o advogado, acrescentando que o caso “não tem nada a ver com o PT”. Ele e o motorista se conheceram, por coincidência, no comitê eleitoral de Lula. Hélio Silveira, por coincidência, é advogado de Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial do ministro Antonio Palocci, que, por coincidência, é amigo de Vladimir Poleto, que, também por coincidência, é amigo de Rogério Buratti, outro que, por coincidência, confirmou a existência do dinheiro cubano. Todos, por coincidência, participaram da Operação Cuba. Falta ouvir o ministro Palocci sobre o assunto. Não por coincidência, ele tem conseguido fugir da CPI há quase três meses.

Julia Duailibi

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a indústria do turismo é uma importante atividade de desenvolvimento econômico, social e cultural que promove a integração dos povos. “A indústria sem chaminés” – como é definido o turismo – é uma das atividades que mais empregos e lucros gera no mundo. Segundo pesquisas, representa cerca de 10% da força de trabalho global, em empregos diretos e indiretos, e a expectativa para o crescimento nos próximos anos é enorme.

No Brasil, a cada ano, mais e mais turistas chegam para conhecer nossa cultura, folclore, história e riquezas naturais, sem contar o atrativo mercado de negócios que cada vez mais se potencializa.

Em 2005 registramos uma entrada recorde de turistas no país. Conforme a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), mais de 5,6 milhões de estrangeiros ingressaram no país e o volume de recursos bateu a casa dos 4 bilhões de dólares, o que, segundo a Fundação Getúlio Vargas, causa impacto direto na balança comercial.

Embora os números demonstrem que o turismo no Brasil avança com perspectivas de fortes investimentos e por consequência crescimento, temos claro que estamos muito aquém de outros países que possuem menos potencial que o nosso. Temos as melhores matérias primas que a indústria do turismo exige, porém não conseguimos, ainda, no nosso entendimento, engrenar uma política efetiva que alavanque o setor.

É claro que estamos no caminho certo, amadurecendo passo a passo, mas há muito que fazer para o desenvolvimento da indústria turística no Brasil.

Particularmente, no Rio Grande do Sul, que é o estado de nossa origem, temos acompanhado nos últimos anos os esforços dos governos e empresários para com o setor.

Porém, um dado nos preocupa. Apenas um percentual muito pequeno de turistas estrangeiros que chegam ao Brasil procuram o Rio Grande do Sul. A maioria, como se sabe, procura as atrações da região nordeste.

O Rio Grande do Sul possui características marcantes como potencial turístico. Destacando-se as Ruínas das Missões Jesuíticas, reconhecida pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade; o Rio Grande do Sul foi palco nos anos 1750 da resistência dos índios Guaranis contra os reis de Portugal e Espanha que assinaram o Tratado de Madri e aqui faço uma observação. O Tratado de Madri é muito estudado hoje nas escolas de Portugal e Espanha; Giuseppe Garibaldi, “o herói de dois mundos” e unificador da Itália participou da Revolução Farroupilha. Hoje, é nome de escolas, avenidas e ruas em vários municípios do Rio Grande do Sul. A cidade de Garibaldi na serra gaúcha é o maior produtor de champanhe do Brasil; o Salto

de Yucumã, em Derradeiros, a maior queda d’água horizontal do mundo.

Ou ainda o Festival Internacional de Cinema de Gramado, a Festa da Uva de Caxias do Sul, o Rodeio Internacional de Vacaria, a Expointer – maior feira agroindustrial da América latina, e também o Vale dos Vinhedos maior produtor de vinhos do Brasil.

Mas não é só isso. Podemos falar do turismo rural, do turismo ecológico, do turismo histórico, do Parque Nacional dos Aparados da Serra onde está o maior cânion do Brasil, dos festivais de música nativista como a Califórnia da Canção Nativista de Uruguaiana, que está na sua 35ª edição, do Musicante de Santa Rosa que é comparado aos festivais de Cosquin na Argentina e Vinha Del Mar no Chile, do conjunto arquitetônico do centro histórico de Pelotas, da Jornada Nacional de Literatura considerado o maior debate literário da América Latina que deu a Passo Fundo o título de Capital Nacional de Literatura.

Sr. Presidente, volto a afirmar que os últimos governos que passaram pelo Palácio Piratini tiveram a preocupação de elaborar programas para o setor turístico gaúcho. Sem dúvida.

Mas, pela matriz que citei ainda a pouco, cultura, folclore, história, recursos naturais e humanos, e empresariado disposto a investir, é necessário darmos um giro de 180 graus e começarmos a discutir e debater políticas efetivas para a indústria turística do Rio Grande do Sul, com vista a formatarmos ações coordenadas para prospecção de turistas.

Acredito que pelo potencial que possuímos é possível colocarmos este setor na linha de frente de dividendos para o estado e sociedade como geradora de recursos econômicos com a dinamização de comércio, artesanato, hotelaria, gastronomia, geração de empregos e distribuição de renda.

Falar do potencial turístico do Rio Grande do Sul e de suas belezas ao meu ver deve ser o tema do discurso de todo o gaúcho e, principalmente, do segmento de negócios turísticos para atrair cada vez mais visitantes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – A Presidência lembra ao Plenário que será realizada amanhã, às dez horas, Sessão Especial destinada a lembrar o Dia Internacional em Memória das Vítimas do Holocausto, de acordo com o Requerimento nº 48, de 2006, do Senador Luiz Otávio e outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. PTB – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 24 minutos.)

(OS Nº 10370/06)

**AGENDA DO PRESIDENTE
DO SENADO FEDERAL**

**26-1-2006
quinta-feira**

**9:13 – Entrevista, ao vivo, por telefone, para a CBN,
com o jornalista Heródoto Barbero**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

**9:30 – Senhor José Levy Fidélix da Cruz, Presidente
do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

**9:45 – Ministro Antonio Palocci Filho, Ministro de
Estado da Fazenda**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

16:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa

Plenário do Senado Federal

**17:00 – Entrevista (gravação) com o Deputado Lu-
pércio Ramos, PMDB/AM, para TV Manaus, afiliada
da Rede Record.**

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006, ADOTADA EM 18 DE JANEIRO DE 2006 E PUBLICADA NO DIA 19 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DOS MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E DAS RELAÇÕES EXTERIORES, NO VALOR DE R\$ 74.564.000,00 (SETENTA E QUATRO MILHÕES, QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL REAIS), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA”.

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nº'S
ANIVALDO VALE	00001 e 00002
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	00003
EDUARDO CUNHA	00024
FLEXA RIBEIRO	00006 e 00007
FRANCISCO RODRIGUES	00030 a 00032
GERALDO RESENDE	00033 a 00035
JOSÉ DIVINO	00008 a 00012
LUIZ BITTENCOURT	00020
LUIZ CARREIRA	00021
NELSON MEURER	00022
PEDRO CHAVES	00023
PEDRO NOVAIS	00013 a 00015
RICARDO BARROS	00037
ROMERO JUCÁ	00025
ROSE DE FREITAS	00026 a 00029
WILSON SANTIAGO	00016 a 00019, 00036
ZÉ GERARDO	00004 e 00005

Total de Emendas: 37

Índice de Emendas MPV 277/2006 - EMENDA

Total por Parlamentar

ANIVALDO VALE	00001 e 00002	2
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	00003	1
EDUARDO CUNHA	00024	1
FLEXA RIBEIRO	00006 e 00007	2
FRANCISCO RODRIGUES	00030 a 00032	3
GERALDO RESENDE	00033 a 00035	3
JOSÉ DIVINO	00008 a 00012	5
LUIZ BITTENCOURT	00020	1
LUIZ CARREIRA	00021	1
NELSON MEURER	00022	1
PEDRO CHAVES	00023	1
PEDRO NOVAIS	00013 a 00015	3
RICARDO BARROS	00037	1
ROMERO JUCÁ	00025	1
ROSE DE FREITAS	00026 a 00029	4
WILSON SANTIAGO	00016 a 00019	4
	00036	1
ZÉ GERARDO	00004 e 00005	2

Total de Emendas: 37

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

EMENDA - 00001
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

**MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 277/2006**

TEXTO

Acrescentar a proposta de Medida Provisória nº 277/2006-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério da Agricultura – Unidade Orçamentária 22101, no programa 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura, o seguinte subtítulo:

A crescentar:

UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura

Funcional Programática: 20.604.0359.4842.XXXX

Subtítulo: Erradicação da Febre Aftosa – no Estado do Pará (Crédito Extraordinário)

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 10.000.000,00

C cancelar:

UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura

Funcional Programática: 20.604.0359.4842.0101

Subtítulo: Erradicação da Febre Aftosa – Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Eradicar a febre aftosa no Estado Paraense, oferecendo condições para elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

A presente emenda tem por objetivo beneficiar os criadores de gado de leite e de corte e as indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos, proporcionando competitividade no mercado nacional e internacional de produtos de boa procedência e de alta qualidade.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

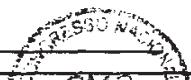
PARTIDO

PSDB

DATA

19/01/06

ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

EMENDA - 00002

MPnº 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MPnº 277/2006PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Acrescentar a proposta de Medida Provisória nº 277/2006-CN, Crédito Extraordinário - Programa de Trabalho do Ministério da Agricultura – Unidade Orçamentária 22101, no programa 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura, o seguinte subtítulo:

Acrecentar:

UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura

Funcional Programática: 20.244.0359.0B26.XXXX

Subtítulo: Apoio a População Residente em Áreas Afetadas Pela Febre Aftosa (Crédito Extraordinário) – no Estado do Pará

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 10.000.000,00

Cancelar:

UO: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Programa: 0359 – Desenvolvimento da Bovideocultura

Funcional Programática: 20.604.0359.4842.0101

Subtítulo: Erradicação da Febre Aftosa – Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Eradicar a febre aftosa no Estado Paraense, oferecendo condições para elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.

A presente emenda tem por objetivo beneficiar os criadores de gado de leite e de corte e as indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos, proporcionando competitividade no mercado nacional e internacional de produtos de boa procedência e de alta qualidade.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

ANIVALDO VALE

UF

PA

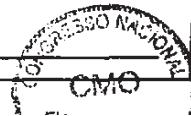
PARTIDO

PSDB

DATA

19/01/06

ASSINATURA



EMENDA - 00003

MPV 277/2006

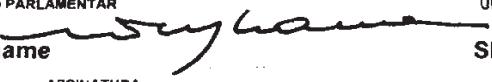
**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO – EMENDA
MODIFICATIVA Á MP 277 DE 2006**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO	PÁGINA
	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 18/01/2006	DE
	TEXTO	

Eleve-se a dotação proposta no Anexo à MP para a ação “0259 4842 0101 – ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA – NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO)” para R\$ 70.064.000,00 (Setenta milhões e sessenta e quatro mil reais) mediante redução em valor correspondente da dotação proposta para a ação “0681 0074 0103 – CONTRIBUIÇÃO A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO – NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO).”

JUSTIFICAÇÃO

Na forma do art. 62 da Constituição Federal, o Presidente da República, em caso de relevância e urgência, poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. E, ainda, o art. 167, § 3º prevê que “a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção ou a calamidade pública, observado o disposto no art. 62.” No caso específico, desta Medida Provisória, verifica-se que a ação “0681 0074 0103 – CONTRIBUIÇÃO A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO – NACIONAL (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) é previsível e consta do Projeto da Lei Orçamentária Anual da União para 2006 (ainda não aprovado). Para adequar a MP aos pressupostos de urgência, relevância e imprevisibilidade, e considerando que a ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA é uma ação que deve ser encetada imediatamente, estamos propondo a presente Emenda Modificativa, que assegurará um volume adequado de recursos para o combate a aftosa em todos os seus níveis. Cabe salientar que, caso haja necessidade de suplementação de recursos para ação “0681 0074 0103 – CONTRIBUIÇÃO A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA – FAO”, esta deverá ser proposta por Projeto de Lei de Crédito Suplementar a ser encaminhado ao Congresso Nacional, tão logo seja sancionada a LOA/2006.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
332	Dep. Antonio Carlos Mendes Thame	SP	PSDB
DATA	ASSINATURA		
19/01/06			
2062 (AGO/03)			

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

EMENDA - 00004

MPV 277/2006

ITA

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MPV 277/2005

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

ADICIONAR:

Órgão: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

20.606.6003.005A.XXXX – Apoio a projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário no município de Caucaia – Estado do Ceará

GND: 4

Modalidade: 40

Valor: R\$ 10.000.000,00

CANCELAR:

Órgão: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

20.0359.4842.0101.604 – Erradicação da Febre Aftosa – Nacional (Crédito Extraordinário).

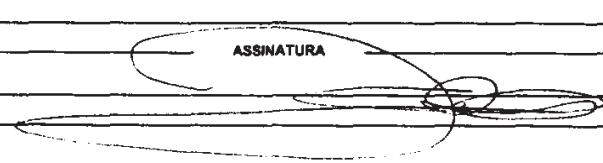
GND: 3

Modalidade: 90

Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Viabilizar implantação de projetos de desenvolvimento agropecuário no município de Caucaia/ Estado do Ceará.

CÓDIGO	Zé Gerardo	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
CE	PMDB			
DATA	ASSINATURA	CONGRESSO NACIONAL		
23/01/05				

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00005

MPV 277/2006

'A

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MPV 277/2005

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

ADICIONAR:

Órgão: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

20.606.6003.005A.XXXX – Apoio a projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário em municípios do Estado do Ceará.

GND: 4

Modalidade: 40

Valor: R\$ 10.000.000,00

CANCELAR:

Órgão: 22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

20.0359.4842.0101.604 – Erradicação da Febre Aftosa – Nacional (Crédito Extraordinário).

GND: 3

Modalidade: 90

Valor: R\$ 10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Viabilizar implantação de projetos de desenvolvimento agropecuário em municípios do Estado do Ceará, a saber: Apuiarés, Barreira, Canindé, Choró, Granjeiro, Guaramiranga, Monsenhor Tabosa, Morrinhos, Ocara, Pacoti, Paraípaba, Pedra Branca, Pindoretama, Potengi, Potiretama, São Benedito.

CÓDIGO	Zé Gerardo	NOME DO PARLAMENTAR	UF	CE	PARTIDO	PMDB
DATA	23/01/05	ASSINATURA				

EMENDA - 00006

MPV 277/2006

TA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MEDIDAS PROVISÓRIAS N°

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP N° 277, DE 18 DE Janeiro DE 2006.

01 DE 01

TEXTO

Acréscimo

Órgão – 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

UO – 22101– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Funcional Programática – 20.244.0359.0B26.xxxx.

Apoio à população residente em áreas afetadas pela febre Aftosa no estado do Pará – Estado do Pará.

Valor: R\$ 2.500.000,00(Dois milhões e Quinhentos mil reais).

Cancelamento

Órgão – 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

UO – 22101– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Funcional Programática – 20.244.0359.0B26.0001.

Apoio à população residente em áreas afetadas pela febre Aftosa – Nacional.

Valor: R\$ 2.500.000,00(Dois milhões e Quinhentos mil reais).

JUSTIFICAÇÃO

Dar apoio financeiro à população residente em áreas afetadas com febre aftosa no Estado do Pará em prol da melhoria de vida.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

ASSINATURA

PA

PSDB

PRESSO NACIONAL

MEDIDAS PROVISÓRIAS – CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

EMENDA - 00007

MP N° 277/2006

CTA

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP N° 277, DE 18 DE Janeiro DE 2006.

01 DE 01

TEXTO

Acréscimo

Órgão – 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

UO – 22101– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Funcional Programática – 20.604.0359.4842.xxxx.

Erradicação da Febre Aftosa no estado do Pará – Estado do Pará.

Valor: R\$ 5.500.000,00(Cinco milhões e Quinhentos mil reais).

Cancelamento

Órgão – 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

UO – 22101– Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Funcional Programática – 20.604.0359.4842.0101.

Erradicação da Febre Aftosa – Nacional.

Valor: R\$ 5.500.000,00(Cinco milhões e Quinhentos mil reais).

JUSTIFICAÇÃO

Possibilitar a erradicação da febre aftosa no Estado do Pará.

CÓDIGO		NOME DO PARLAMENTAR		UF	PARTIDO
		Fernando Fietta Ribeiro		PA	PSDB
DATA		ASSINATURA		ESSO N.	

MEDIDAS PROVISÓRIAS – CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

EMENDA - 00008

MP / 277/2006

'A

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

PÁGINA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP - 277-2006

01DE01

TEXTO

INCLUIR ONDE COUBER NA MEDIDA PROVISÓRIA N° 277/2006 – CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DEREALIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 22000

UNIDADE: 22101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.604.0359.4842.0101

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

GND:4

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

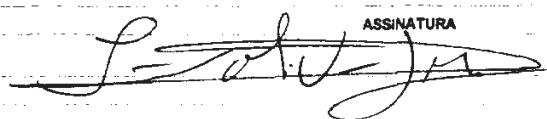
DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ PRB

DATA

24/01/2006

ASSINATURA



EMENDA - 00009

MPV 277/2006

ETA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚM.

MP - 277-2006

PÁGINA
01DE01

TEXTO

INCLUIR ONDE COUBER NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277/2006 – APOIO A POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREAS AFETADAS PELA FEBRE AFITOSA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DEREALIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 22000

UNIDADE: 22101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.604.0359.4842.0101

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

GND:3

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MATADOUROS MUNICIPAIS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

DATA

24/01/2006

ASSINATURA

RJ

PRB



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00010**

MPV 277/2006

A

INSTRUÇÕES NO VERSO		MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMER MP – 277-2006	01DE01
TEXTO			

INCLUIR ONDE COUBER NA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277/2006 – CONSTRUÇÃO DE MATADOUROS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DEREALIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 22000

UNIDADE: 22101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.604.0359.4842.0101

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

GND:4

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE MATADOUROS MUNICIPAIS.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

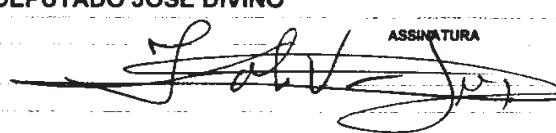
DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ PRB

DATA

ASSINATURA

24/01/2006



EMENDA - 00011

MPV 277/2006

ETA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO	PÁGINA
	MP - 277-2006	01DE01
TEXTO		

INCLUIR ONDE COUBER NA MEDIDA PROVISÓRIA N° 277/2006 – AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DEREALIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 22000

UNIDADE: 22101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.604.0359.4842.0101

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

GND:4

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ PRB

DATA

24/01/2006

ASSINATURA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**EMENDA - 00012
MPV 277/2006

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚM:

MP - 277-2006

01DE01

TEXTO

INCLUIR ONDE COUBER NA MEDIDA PROVISÓRIA N° 277/2006 – CONSTRUÇÃO DE ENERGIZAÇÃO RURAL, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 3.000.000,00 (TRES MILHÕES DEREALIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 22000

UNIDADE: 22101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.604.0359.4842.0101

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO AO APRESENTAR ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE ENERGIZAÇÃO RURAL.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

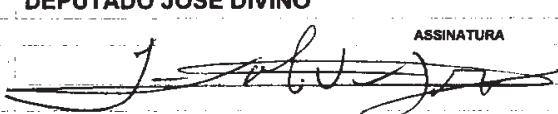
DEPUTADO JOSÉ DIVINO

RJ PRB

DATA

ASSINATURA

24/01/2006



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00013Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP 277 de 2006

01/01/06

Suplementar:

22000 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

22101 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

20.606.6003.005A.0386 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Construção de Abatedouro Matadouro em Municípios do Estado do Maranhão

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 4

MD: 40

Cancelar:

22000 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

22101 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

20.604.0359.4842.0101 – Erradicação da Febre Aftosa Nacional

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 3

MD: 90

Possibilitar os municípios do Maranhão de melhores condições do setor agropecuário.

1649-7

Deputado Pedro Novais

MA

PMDB

24/01/2006



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

EMENDA - 00014
Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

TQUETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP 277 de 2006

01/01/06

Suplementar:

22000 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

22101 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

20.606.6003.109D.XXXX – Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado do Maranhão

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 4

MD: 40

Cancelar:

22000 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

22101 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

20.604.0359.4842.0101 – Erradicação da Febre Aftosa Nacional

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 3

MD: 90

Possibilitar os municípios do Maranhão de melhores condições do setor agropecuário.

1649-7

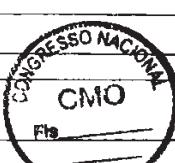
Deputado Pedro Novais

MA

PMDB

24/01/2006

W.M. Novais



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00015

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP 277 de 2006

01/01/06

Suplementar:

22000 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

22101 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

20.606.6003.005A.0388 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Construção de Central de Comercialização de Produtos Agropecuários em Municípios do Estado do Maranhão

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 4

MD: 40

Cancelar:

22000 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

22101 – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

20.604.0359.4842.0101 – Erradicação da Febre Aftosa Nacional

Valor: R\$ 5.000.000,00

GND: 3

MD: 90

Possibilitar os municípios do Maranhão de melhores condições do setor agropecuário.

1649-7

Deputado Pedro Novais

MA

PMDB

24/01/2006

Muray

EMENDA - 00016

Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

FA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO	PÁGINA
	MP – 277/2006	01DE01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO DESTA MEDIDA PROVISÓRIA – APOIO A ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, NO VALOR DE R\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 22000

UNIDADE: 22101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.604.0359.4842.0101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
--------	---------------------	----	---------

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

ASSINATURA

DATA

27/01/06

PB PMDB

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00017

Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO
MP – 277/2006

01DE01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO DESTA MEDIDA PROVISÓRIA – APOIO A POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREA AFETADA PELA FEBRE AFTOSA, EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, NO VALOR DE R\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 22000

UNIDADE: 22101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.244.0359.0B26.0001

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA APOIO A POPULAÇÃO RESIDENTE EM ÁREA AFETADA PELA FEBRE AFTOSA, COM O OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO LOCAL..

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

PB PMDB

DATA

24/01/06

ASSINATURA

EMENDA - 00018

Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

MP - 277/2006

PÁGINA

01DE01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO DESTA MEDIDA PROVISÓRIA – CONSTRUÇÃO DE MATADOURO EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, NO VALOR DE R\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS).

CANCELAMENTO:**ÓRGÃO:** 22000**UNIDADE:** 22101**FUNCIONAL PROGRAMATICA:** 20.604.0359.4842.0101**GND:** 4**MODALIDADE DE APLICAÇÃO:** 40**VALOR R\$ 2.000.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA CONSTRUÇÃO DE MATADOURO, COM O OBJETIVO DE MELHORAR E DESENVOLVER A PECUÁRIA NO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

PB

PMDB

DATA

24/11/06

ASSINATURA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00019

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

TA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP – 277/2006

PÁGINA

01DE01

TEXTO

INCLUA-SE NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO DESTA MEDIDA PROVISÓRIA – AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, NO VALOR DE R\$ 2.000.000,00 (DOIS MILHÕES DE REAIS).

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 22000

UNIDADE: 22101

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 20.604.0359.4842.0101

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA PARAÍBA, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, COM O OBJETIVO DE MELHORAR E DESENVOLVER A AGRICULTURA NO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

PB PMDB

DATA

24/01/06

ASSINATURA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00020
Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

JETA

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS N

MP nº 277, de 2006

PÁGINA

DE

TEXTO

Suplementar

22000 – Ministério da Agricultura

22101 – Ministério da Agricultura

Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado de Goiás

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

Cancelar

35000 – Ministério das Relações Exteriores

35101 – Ministério das Relações Exteriores

07.212.0681.0074.0103 – Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO – Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 3

MD: 80

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui o objetivo de destinar recursos para aquisição de patrulha mecanizada em municípios do Estado de Goiás.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

LUIZ BITTENCOURT

GO

PMDB

24/01/2006

ASSINATURA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00021

Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MP nº 277, de 2006PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Suplementação:

22000 - Ministério da Agricultura

22101 - Ministério da Agricultura

Mecanização Agrícola - Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado da Bahia

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MOD: 40

Cancelamento:

35000 - Ministério das Relações Exteriores

35101 - Ministério das Relações Exteriores

07.212.0681.0074.0103 - Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO - Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 3

MOD: 80

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa alocar recursos para aquisição de patrulha mecanizada em municípios do Estado da Bahia, tendo em vista o Estado ser grande produtor agrícola.

CÓDIGO
1367NOME DO PARLAMENTAR
LUIZ CARREIRAUF
BAPARTIDO
PFLDATA
25/10/06

ASSINATURA



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00022

Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP nº 277, de 2006

PÁGINA
DE

TEXTO

Suplementar

22000 - Ministério da Agricultura

22101 - Ministério da Agricultura

Mecanização Agrícola - Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado do Paraná

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 4

MD: 40

Cancelar

35000 - Ministério das Relações Exteriores

35101 - Ministério das Relações Exteriores

07.212.0681.0074.0103 - Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO - Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 3

MD: 80

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui o objetivo de destinar recursos para aquisição de patrulha mecanizada em municípios do Estado do Paraná.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

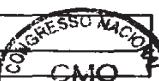
UF

PARTIDO

PR PP

DATA

ASSINATURA



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP nº 277, de 2006

EMENDA - 00023

Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

DE

Suplementar

22000 – Ministério da Agricultura

22101 – Ministério da Agricultura

Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado de Goiás

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 4

MD: 40

Cancelar

35000 – Ministério das Relações Exteriores

35101 – Ministério das Relações Exteriores

07.212.0681.0074.0103 – Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e
Agricultura – FAO – Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 500.000,00

GND: 3

MD: 80

TEXTO

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui o objetivo de destinar recursos para aquisição de patrulha
mecanizada em municípios do Estado de Goiás.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

PEDRO CHAVES

GO

PMDB

DATA

24/01/2006

ASSINATURA



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00024

Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006PÁGINA
01 DE 01

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP 277/06

TEXTO

Cancelar:Órgão: 35000 – Ministério das Relações ExterioresU.O.: 35101 – Ministério das Relações ExterioresFuncional Programática nº: 07.212.0681.0074.0103GND: 03Modalidade: 80Valor: R\$ 3.000.000**Incluir:**Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e AbastecimentoU.O.: 22001 - Ministério da Agricultura, Pecuária e AbastecimentoFuncional Programática nº: 20.606.6003.109D.XXXX –Programa: Apoio ao Desenvolvimento do Setor AgropecuárioAção: Mecanização Agrícola – Aquisição de patrulha mecanizadaGND: 04Modalidade: 40Valor: R\$ 3.000.000

JUSTIFICAÇÃO

Faz-se necessário esta correção uma vez que muitas emendas do Ministério da Agricultura não foram
empenhadas. Estes recursos ficarão à disposição do Ministério para investimentos nesta área, podendo
atender no caso o município de Pará do Alferes, no estado do Rio de Janeiro.

CÓDIGO

300

NOME DO PARLAMENTAR

DEP. EDUARDO CUNHA

UF

RJ

PARTIDO

PMDB

DATA

25/01/06

ASSINATURA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00025

Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006PÁGINA
1 DE 1

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MP N° 277, DE 2006

TEXTO

Suplementação:

22000 – Ministério da Agricultura

22101 - Ministério da Agricultura

Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado de Roraima

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 4

MOD: 40

Cancelamento:

35000 – Ministério das Relações Exteriores

35101 – Ministério das Relações Exteriores

07.212.0681.0074.0103 – Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 3

MOD: 80

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa alocar recursos para aquisição de patrulha mecanização em municípios do Estado de Roraima.

CÓDIGO 2282	NOME DO PARLAMENTAR ROMERO JUCA	UF RR	PARTIDO PMDB
DATA 25/01/06	ASSINATURA	CONSELHO NACIONAL	

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00026

Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006PÁGINA
01 DE 01

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MP nº 277

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - 22101

Funcional Programática: 20.606.6003.109D.0274

Ação: Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em – Estado do Espírito Santo

GND: 4 ; MA: 40 ; Valor R\$ 500.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22101

Funcional Programática: 20.604.0359.4842.0101

Ação: Erradicação da Febre Aftosa - Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE AFONSO CLÁUDIO, SITUADO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TEM UMA POPULAÇÃO DE TRINTA MIL HABITANTES E SUA ECONOMIA VOLTADA PARA A ÁREA RURAL. A AQUISIÇÃO DE UMA PATRULHA MECANIZADA VAI POSSIBILITAR UMA MELHORIA NOS MEIOS DE TRABALHO DA POPULAÇÃO E UMA, CONSEQUENTE, MELHORIA NA QUALIDADE DA POPULAÇÃO DE VIDA DA POPULAÇÃO DO REFERIDO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ROSE DE FREITAS	UF E.S	PARTIDO PMDB
DATA 23/01/2006	ASSINATURA <i>Rose de Freitas</i>	CONSELHO NACIONAL	

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP nº 277

EMENDA - 00027Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006PÁGINA
01 DE 01

INSTRUÇÕES NO VERSO

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000
 Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - 22101

Funcional Programática: 20.606.6003.109D.0274

Ação: Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em – Estado do Espírito Santo
 GND: 4 ; MA: 40 ;Valor R\$ 500.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22101

Funcional Programática: 20.604.0359.4842.0101

Ação: Erradicação da Febre Aftosa - Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 3 ; MA: 90 ;Valor R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE IBATIBA, SITUADO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TEM UMA POPULAÇÃO DE TRINTA MIL HABITANTES E SUA ECONOMIA VOLTADA PARA A ÁREA RURAL. A AQUISIÇÃO DE UMA PATRULHA MECANIZADA VAI POSSIBILITAR UMA MELHORIA NOS MEIOS DE TRABALHO DA POPULAÇÃO E UMA, CONSEQUENTE, MELHORIA NA QUALIDADE DA POPULAÇÃO DE VIDA DA POPULAÇÃO DO REFERIDO MUNICÍPIO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ROSE DE FREITAS

E.S

PMDB

DATA

23/01/2006

ASSINATURA



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00028Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP nº 277

PÁGINA

01 DE 01

Suplementar

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - 22101

Funcional Programática: 20.606.6003.109D.0274

Ação: Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em – Santa Leopoldina - Estado do Espírito Santo

GND: 4 ; MA: 40 ;Valor R\$ 500.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22101

Funcional Programática: 20.604.0359.4842.0101

Ação: Erradicação da Febre Aftosa - Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 3 ; MA: 90 ;Valor R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SANTA LEOPOLDINA, SITUADO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TEM UMA POPULAÇÃO DE TRINTA MIL HABITANTES E SUA ECONOMIA VOLTADA PARA A ÁREA RURAL. A AQUISIÇÃO DE UMA PATRULHA MECANIZADA VAI POSSIBILITAR UMA MELHORIA NOS MEIOS DE TRABALHO DA POPULAÇÃO E UMA, CONSEQUENTE, MELHORIA NA QUALIDADE DA POPULAÇÃO DE VIDA DA POPULAÇÃO DO REFERIDO MUNICÍPIO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ROSE DE FREITAS

E.S

PMDB

DATA

23/01/2006

ASSINATURA



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00029

Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MP nº 277PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000
 Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22101

Funcional Programática: 20.606.6003.109D.0274

Ação: Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em – Estado do Espírito Santo
 GND: 4 ; MA: 40 ; Valor R\$ 500.000,00

Cancelar

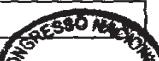
Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000
 Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22101

Funcional Programática: 20.604.0359.4842.0101

Ação: Erradicação da Febre Aftosa - Nacional (Crédito Extraordinário)
 GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE, SITUADO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO TEM UMA POPULAÇÃO DE TRINTA MIL HABITANTES E SUA ECONOMIA VOLTADA PARA A ÁREA RURAL. A AQUISIÇÃO DE UMA PATRULHA MECANIZADA VAI POSSIBILITAR UMA MELHORIA NOS MEIOS DE TRABALHO DA POPULAÇÃO E UMA, CONSEQUENTE, MELHORIA NA QUALIDADE DA POPULAÇÃO DE VIDA DA POPULAÇÃO DO REFERIDO MUNICÍPIO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ROSE DE FREITAS	E.S	PMDB
DATA	ASSINATURA	CONGRESSO NACIONAL	
23/01/2006			

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00030

Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

277/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

01DE 01

TEXTO

CREDITO EXTRAORDINARIO

FUNCIONAL = 07.212.0681.0074.0103

PROJETO = IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO MUNICIPIO DE AMAJARI

GND=4

MA = 40

ONTE = 100

VALOR = R\$ 2.577.319,59

CANCELE-SE DA MPV 277/2006

FUNCIONAL 0721206810074

GND 3

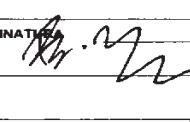
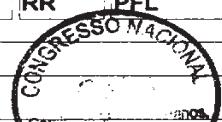
MA 80

FONTE 100

VALOR R\$ 2.577.319,59

JUSTIFICAÇÃO

A implantação do sistema de eletrificação rural no município de AMAJARI/RR, irá contribuir em muito com a inclusão social da população carente do município, dando condições dignas de habitabilidade, além de proporcionar o mínimo de condições digna de vida aos municípios da faixa de fronteira.
 Fato exposto solicitamos ao Nobre relator a aprovação na integra desta MPV.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1916	FRANCISCO RODRIGUES	RR	PFL
DATA	ASSINATURA	CONGRESSO NACIONAL	
25/01/06			

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**
EMENDA - 00031

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

PÁGINA
01DE 01

INSTRUÇÕES NO VERSO

277/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

TEXTO

CREDITO EXTRAORDINÁRIO

FUNCIONAL = 07.212.0681.0074.0103

PROJETO = IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO
DE ALTO ALEGRE

GND=4

MA = 40

CONTE = 100

VALOR = R\$ 3.329.897,70

CANCELE-SE DA MPV 277/2006

FUNCIONAL 0721206810074

GND 3

MA 80

FONTE 100

VALOR R\$3.329.897,70

JUSTIFICAÇÃO

A implantação do sistema de eletrificação rural no município de AMAJARI/RR, irá contribuir em muito com a inclusão social da população carente do município, dando condições dignas de habitabilidade, além de proporcionar o mínimo de condições digna de vida aos municípios da faixa de fronteira.
 Fato exposto solicitamos ao Nobre relator a aprovação na integra desta MPV.

CÓDIGO

1916 FRANCISCO RODRIGUES

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

RR

PFL

DATA

25/01/06

ASSINATURA


**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**
EMENDA - 00032

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

01DE 01

INSTRUÇÕES NO VERSO

277/2006

TEXTO

CREDITO EXTRAORDINÁRIO

FUNCIONAL = 07.212.0681.0074.0103

PROJETO = IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO
DEIRACEMA

GND=4

MA = 40

CONTE = 100

VALOR = R\$ 1.438.144,33

CANCELE-SE DA MPV 277/2006

FUNCIONAL 0721206810074

GND 3

MA 80

FONTE 100

VALOR R\$1.438.144,33

JUSTIFICAÇÃO

A implantação do sistema de eletrificação rural no município de AMAJARI/RR, irá contribuir em muito com a inclusão social da população carente do município, dando condições dignas de habitabilidade, além de proporcionar o mínimo de condições digna de vida aos municípios da faixa de fronteira.
 Fato exposto solicitamos ao Nobre relator a aprovação na integra desta MPV.

CÓDIGO

1916

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

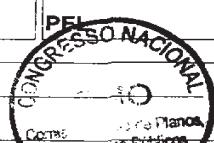
RR

PEL

DATA

25/01/06

ASSINATURA



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00033

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP 277/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se na MP 277/2006, o seguinte subtítulo:

20.606.6003.005A XXXX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário em Municípios de Mato Grosso do Sul.

MA – 40

GND – 4

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

Cancelamento:

20.604.0359.4842.0101 – Erradicação da febre aftosa – nacional (crédito extraordinário)

GND – 3

Fonte – 100

Valor : R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul é um dos maiores produtores agrícolas do país, destacando-se a agricultura de grãos como uma das principais atividades econômicas do estado, com grande produção de soja, milho, arroz irrigado, trigo, feijão, mandioca etc.

Seu rebanho bovino e suíno também destaca-se no cenário nacional. Os estabelecimentos industriais geram grande gama de empregos em suas fábricas de alimentos, laticínios, esmagadora de soja, entre outros.

Esta emenda que tem como objeto o desenvolvimento de projetos no setor agropecuário trará condições de se alcançar melhores índices de gestão pública naquele setor.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GERALDO RESENDE

MS

PPS

DATA

ASSINATURA

INGRESSO NACIONAL

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00034

Mensagem 004/2006-CN

MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP 277/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se na MP 277/2006, o seguinte subtítulo:

20.606.6003.109D.XXXX – Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Mato Grosso do Sul.

MA – 40

GND – 4

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

Cancelamento:

20.604.0359.4842.0101 – Erradicação da febre aftosa – Nacional (crédito extraordinário)

GND – 3

Fonte - 100

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul tem no campo sua maior atividade econômica. Grande produtor de grãos e com rebanho bovino e suíno conhecido no cenário nacional vem se desenvolvendo a passos largos nos últimos anos tendo o setor agropecuário seu grande incentivador.

Esta emenda visando a aquisição de patrulha mecanizada virá a beneficiar sobremaneira o desenvolvimento do campo daquele Estado.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GERALDO RESENDE

MS

PPS

DATA

ASSINATURA

INGRESSO NACIONAL

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00035

Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MP 277/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se na MP 277/2006, o seguinte subtítulo:
20.752.0273.5914.XXXX – Energização Rural – Municípios de Mato Grosso do Sul.
MA – 40
GND – 4
Valor: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)
Cancelamento:
20.604.0359.4842.0101 – Erradicação da febre aftosa – Nacional (crédito extraordinário)
Valor: R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)
GND – 3
Fonte - 100

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Mato Grosso do Sul tem no campo sua maior atividade econômica. É um grande produtor de grãos e seu rebanho bovino e suíno existe em grande escala. Esta emenda visando a eletrificação rural trará grande benefícios a população e desenvolverá sobremaneira a atividade da agropecuária.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

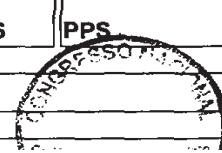
GERALDO RESENDE

MS

PPS

DATA

ASSINATURA



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00036

Mensagem 004/2006-CN
MPV 277/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP nº 277, de 2006

PÁGINA

01 DE 01

Suplementar

22000 – Ministério da Agricultura

22101 – Ministério da Agricultura

Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado da Paraíba

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 4

MD: 40

Cancelar

35000 – Ministério das Relações Exteriores

35101 – Ministério das Relações Exteriores

07.212.0681.0074.0103 – Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO – Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 3

MD: 80

TEXTO

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui o objetivo de destinar recursos para aquisição de patrulha mecanizada em municípios do Estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Wilson Santiago



DATA

ASSINATURA

25/1/2006



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00037

MPV 277/2006
Mensagem 004/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MP nº 277, de 2006PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Suplementar

22000 – Ministério da Agricultura

22101 – Ministério da Agricultura

Mecanização Agrícola – Aquisição de Patrulha Mecanizada em Municípios do Estado do Paraná

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 4

MD: 40

Cancelar

35000 – Ministério das Relações Exteriores

35101 – Ministério das Relações Exteriores

07.212.0681.0074.0103 – Contribuição a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO – Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 2.000.000,00

GND: 3

MD: 80

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda possui o objetivo de destinar recursos para aquisição de patrulha mecanizada em municípios do Estado da Paraná.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

ASSINATURA

25/1/2006

PR

PP

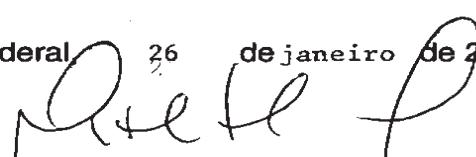
PORTARIA DO DIRETOR-GERAL N° 024 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320 da Resolução nº 09, de 1992, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,
RESOLVE:

I – Reconduzir, pelo prazo de 90 (noventa dias), os trabalhos da Comissão Especial instituída pela Portaria nº 119, do Diretor Geral, incumbida de implantar os trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no banco de dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos servidores ativos, inativos, comissionados e pensionistas da Secretaria Especial de Informática;

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com os seus efeitos a partir do dia 02 de janeiro de 2006.

Senado Federal 26 de janeiro de 2006



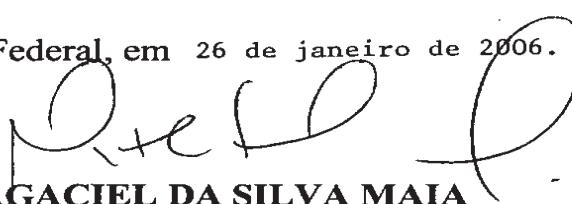
Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 148 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **001097/06-7**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **FLÁVIO JOSÉ DA SILVEIRA**, matrícula n.º 164840, de Assistente Parlamentar, AP-4, para o de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Wellington Salgado.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2006.



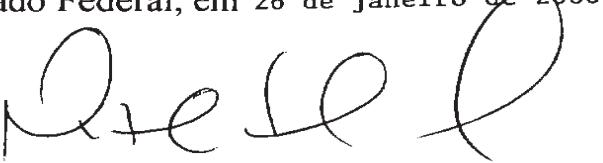
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 149 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 017845/05-0,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 4010, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 3362, de 18/11/2005, que nomeou **CLAUDIOMAR DOS SANTOS SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador José Maranhão, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2006.



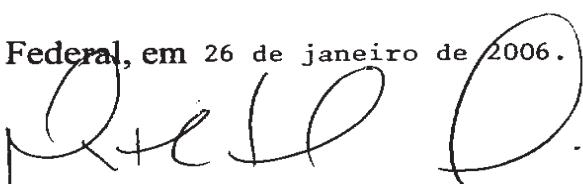
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 150 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 000089/06-0,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO**, matrícula n.º 186240, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete da Liderança da Maioria, a partir de 14 de fevereiro de 2006.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2006.



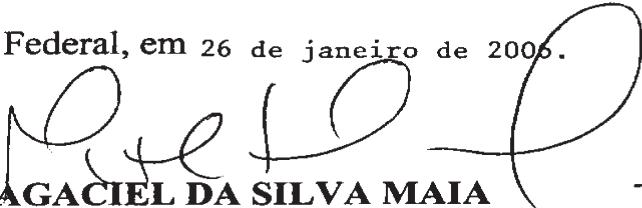
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 151 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001149/06-7,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RENATA GOMES DE ABREU**, matrícula n.º 192639, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Sibá Machado, a partir de 31 de janeiro de 2006.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2006.



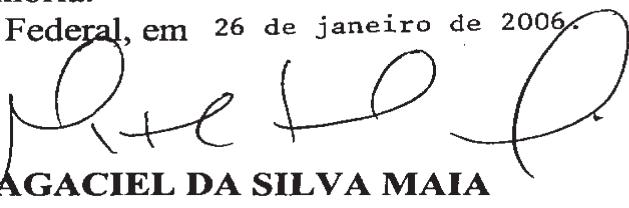
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 152 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001143/06-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **INIA JANE PAMPLONA VENZON** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do Bloco da Minoria.

Senado Federal, em 26 de janeiro de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 153 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE

designar a servidora ELENISIA FARIA DE ALMEIDA, matrícula 22291, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Técnico Legislativo, Símbolo FC-6, da Diretoria-Geral, a partir de 01 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 26 de janeiro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

PFL	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	P - SOL	ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	PMDB	Heloísa Helena
	PARÁ	PSDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotonio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PFL	SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PSDB	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	BLOCO - PSB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PMDB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	PSDB	AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PDT	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PSDB	PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	BLOCO - PT	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PDT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PSDB	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	BLOCO - PT	ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	P - SOL	Tião Viana
	GOIÁS	BLOCO - PT	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PDT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	PP	DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	Sem Partido	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PFL	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PSDB	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	PSB	TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PMDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PMDB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PSDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	PSB	AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais	PMDB	RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	BLOCO - PT	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	PMDB	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	PTB	RORAIMA
PL	Magno Malta	PDT	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PMDB	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva		Romero Jucá

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**(7 titulares e 7 suplentes)****Presidente:****Vice-Presidente:****Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDb
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER - PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPIINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA - PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO - PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA - P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE - PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALEÓ PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA - PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELcíDIO AMARAL - PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI - PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES - PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIAKI - PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

- (1) VAGA CEDIDA PELO PSDB
- (2) VAGA CEDIDA PELO PFL
- (3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05
- (4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05
- (5) O SENADOR PAPALEÓ PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB
- (6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: juloric@senado.gov.br

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
 Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
 Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
 E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
 (Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
 (Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

<u>1^a Eleição Geral:</u> 19.04.1995	<u>4^a Eleição Geral:</u> 13.03.2003
<u>2^a Eleição Geral:</u> 30.06.1999	<u>5^a Eleição Geral:</u> 23.11.2005
<u>3^a Eleição Geral:</u> 27.06.2001	

Presidente: Senador João Alberto Souza³
Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres⁴

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (Vago) ¹		
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^a do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (Vago) ⁵		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camara	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ²		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 17.1.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
 Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
 Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
 Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

² O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

³ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁴ Eleito em 13.12.2005, na 1^a Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁵ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005 – SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 27.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEbet (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)
--	--

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
-------------------------	--------------------------------

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
---------------------------	-----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)
-----------------------------	---------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 234 PÁGINAS